PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ANTONIA MARCIA ARAUJO GUERRA URQUIZO VALDIVIA

A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013)

Doutorado em Serviço Social

São Paulo

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ANTONIA MARCIA ARAUJO GUERRA URQUIZO VALDIVIA

A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013)

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo

2016

Valdivia, Antonia Márcia Araújo Guerra Urquizo. **A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013)**. 367 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.
Assinatura: _____
Data: 01/12/2016
E-mail: marciaguerrabr@yahoo.com.br

V146

Valdívia, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo

A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013) / Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. – São Paulo: s.n., 2016.
367 p. ; 30 cm.

Referências: 215-226

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz
Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

1. Direitos Humanos 2. Fórum Mundial de Direitos Humanos 3. Movimento Nacional de Direitos Humanos. I. Título. II. Autor.

CDD 361.3

Às mulheres e aos homens que fazem de suas vidas uma estrada a ser caminhada em busca de outras histórias com perspectivas a emancipação humana – por meio dos atributos imprescindíveis na luta transformadora: A FÉ, A ESPERANÇA E O AMOR.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à trindade (Deus, Jesus e Santo Espírito) por me guiar desde sempre na caminhada em busca de “outro mundo possível” com igualdade, justiça, liberdade e solidariedade para todos os sujeitos sociais. Agradeço pela possibilidade de ver para além das atrocidades do capital, por conseguir enxergar aquilo que não existe – a felicidade coletiva.

Aos meus pais Francisco Eliseu Guerra (em memória) e Antônia de Araújo Guerra (Dona Antonieta), dupla simples e fraterna, que me ensinaram valores eternizados, em especial o valor do sonho, da possibilidade, da busca, da conquista e talvez pelas suas condições históricas – o valor da partilha.

Às minhas lindas e belas meninas (as guerrinhas) Marianinha e Vi pelas sociabilidades da vida cotidiana, que se traduz no amor, no carinho, no limite, nas conversas, nas preocupações, nas brincadeiras, e acima de tudo na solidariedade em todas as correrias do doutorado, que foram muitas!

A minha querida (de verdade) orientadora Rô, mulher fraterna na prática, que fez do espaço de orientação um lugar de ensino-aprendizagem, com respeito, busca de novas perspectivas e troca de conhecimento, o que favoreceu um repensar não apenas do objeto em estudo, mas pensar qual era o meu lugar na pesquisa. O seu jeito carinhoso e solidário de ser andou junto com a sua maior qualidade – a rigorosidade na elaboração da pesquisa.

Às minhas históricas orientadoras na trajetória de pesquisa acadêmica, que me incentivaram e me ensinaram sobre a importância da construção do conhecimento: Iniciação Científica (Nádia Dumara Ruiz Silveira); Trabalho de Conclusão de Curso (Rosalina Santa Cruz Leite); Dissertação de Mestrado (Maria Carmelita Yazbek).

Às professoras que participaram da banca de qualificação de doutorado – Lúcia Barroco que com toda a sua capacidade ético-política trouxe contribuições significativas, sobretudo na localização dos direitos humanos na esfera da emancipação política. Dentre as suas orientações, me incumbiu de trazer no primeiro capítulo uma perspectiva teórico-política e um balanço sobre os direitos

humanos. À Francisca Pini, com toda sua trajetória de militância e luta em defesa dos direitos, me orientou sobre a relevância da elaboração da história dos direitos humanos em uma perspectiva crítica, bem como apontou a necessidade da contextualização dos direitos humanos no período dos governos Lula e Dilma. As duas professoras foram muito cordiais e companheiras, me trouxeram, como presentes, livros e também me emprestaram outros sobre direitos humanos.

A todas e todos os meus professores (as) e colegas pesquisadores (as) da Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP, em que tive o prazer de participar das disciplinas, seminários e núcleos. Infelizmente não poderei citá-los nominalmente para não cometer a injustiça de esquecer alguém. No entanto, faço um agradecimento mais do que especial à professora de Seminário de Tese, à linda Malu (Maria Lúcia de Carvalho), tendo o prazer de participar de sua última turma – o maior legado que ela deixou foi amar a pesquisa, pois o pesquisador é parte dela... (ela era rigorosa, didática, firme, humilde, meiga e atenta). Presente Malu!

Aos profissionais do Núcleo de Trabalhos Comunitários da NTC-PUC/SP que me acolheram e me integraram na educação social, e com toda ternura me incentivaram a conhecer a obra de Paulo Freire e me propiciaram a militância em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Seria difícil citar todas as pessoas que passaram pelo NTC, pois são muitas. Mas, acredito que a professora Maria Stela Graciani, idealizadora e gestora do NTC, é a pessoa que represente este coletivo de educadores, mulher humilde, alegre, comprometida, que tem um jeito especial de ser – EDUCADORA. À Bernadete (em memória), Vilma, Cacá, Denise, Tiziu, Sebastião – obrigada pelo apoio.

Às minhas amigas Analdeci Moreira dos Santos, Juliana Santos Graciani, Graziela Santos Graciani, Graça Maciel Delgado, Taise Cardoso, Janice Gusmão e aos amigos Antônio Dantas e Renato Andrade – obrigada pelo apoio na vivencia e convivência que vai para além do doutorado – OBRIGADA, VOCÊS SEMPRE CHEGARAM JUNTO!

Aos meus interlocutores diretos nesta pesquisa, intelectuais orgânicos em direitos humanos, que dedicam a sua trajetória na luta da construção coletiva – vocês são coautores deste trabalho e são referência na caminhada dos direitos humanos no Brasil – Anderson Lopes Miranda, Carlos Weis, Elidia Monteiro, Fabrício Rosa,

Rosinete Serrão, Renato Souto, Rildo Marques de Oliveira, Rosinete Serrão e Salete Valesan.

Aos militantes (as) do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) do qual sou militante – Carlão, Rildo, Lurdinha, Paulo, Gildásio, Renato, Francisca, Tainan, Eleonora, Cleila, Valdenia, Sueli, Fabri (em memória), Julian, Ariel, Cida, Dantas, Salete, Moacyr, Nazaré, Evelyn, Stela, Marquinhos, Débora, Glaucia, André, Gorete, Gilma, dentre outros incansáveis companheiros (as) que continuam lutando na defesa dos direitos humanos.

Aos meus irmãos (as), sobrinhos (as) e cunhados (as) pela convivência e alegria de viver em família – Marcelo, Neula, Ernando, Valter (em memória), Sandra, Roberto, Maria do Carmo, Sebastião, Viviane, João Paulo, Pedro Paulo, Eduardo, Gabriele, Yves, Lara, Rian, Rany e Sany. E agora ao meu quase genro, Ulisses.

À minha querida amiga Lili (Eliene dos Santos) pela companhia e amizade durante uma década. Obrigada Lili sem você certamente eu não teria conseguido chegar até aqui.

Aos meus colegas professores da Faculdade Mauá (Fama) que me propiciaram integrar a equipe de docentes do Curso de Serviço Social (Eloisa Gabriel, pela generosidade dos empréstimos de livros, Eliana Vileide, Claudilene Pereira, Patrícia Romano, Cristina, Adriana Brito, Kelly Melatti, Vanice Aparecida, Andreia Agda, Raquel Quintino, Weber, Marcelo Antônio). Obrigada Raquel e Weber pela indicação da obra de Clovis Moura; e, Adriana, valeu pelo incentivo da leitura de Florestan Fernandes e Caio Prado, não tem como discutir os direitos humanos no Brasil sem conhecer e reconhecer a sua formação econômica social.

Aos colegas professores das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) que contribuíram com a minha trajetória profissional na docência (Tatiana, Tânia, Rosimeire, Roberta, Flávia, Maira, Claudilene, Cícera, Michel, Mirela, Michele, Gabriela, Maria, Francilene, Rosilene, Mauricleia, Leandro, Fernanda, Camila, Kátia, Elza, Vini). Camila, obrigada por me propiciar a leitura de *Glosas Críticas Marginais* ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano. Obrigada Rosimeire pelo documentário sobre os fundamentos e a estrutura do sistema de direitos humanos.

Aos que atuam no desenvolvimento do Programa Integração AABB Comunidade, atendendo mais de 50 mil crianças e adolescentes em todo Brasil. A minha experiência neste programa me fez enxergar que é possível exercitar a pedagogia dos direitos humanos e pensar a luz da filosofia freireana. Obrigada Daniel, Jean, Socorrinha, Patrícia, Fadanelli, Stela, Marcelo, Vanilda, Ademir, Veraleide. Lucia, Marcos Tavares, Narda, Simone. Este programa se revela pela aproximação teoria-prática na construção dos direitos humanos no Brasil.

Aos brasileiros (as) pelo apoio imprescindível de incentivo financeiro à minha pesquisa por meio do Programa de Excelência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX).

Esta pesquisa teve o incentivo do Programa de Excelência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX).

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANDI	Agência Nacional dos Direitos da Infância
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos
CMA	Conselho Mundial da Água
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONDEP	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CPJA	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada
CRI	Cartório Regional de Imóveis
DHESCAS	Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais e Sexuais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FBB	Fundação Banco do Brasil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUP	Federação Única dos Petroleiros
FMDH	Fórum Mundial de Direitos Humanos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPF	Instituto Paulo Freire
LGBT	Lésbica, Gays, Bissexuais e Transexuais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEEL	Movimento Estratégico pelo Estado Laico
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNPR	Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEV-USP	Núcleo de Estudos da Violência
NTC	Núcleo de Trabalhos Comunitários (PUC/SP)
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDC	Partido Democrático Cristão
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público-Privada

PR	Partido da República
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PV	Partido Verde
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RECID	Rede de Educação Cidadã
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça
SP	Sujeito Pesquisado
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terra Indígena
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	**População aprisionada no Brasil (2004-2014).....**	64
Gráfico 2	**Número de Conferências Nacionais dos Sujeitos Sociais e Direitos Humanos .....**	160
Gráfico 3	**Entidades filiadas ao MNDH por Estado.....**	186
Gráfico 4	**Número de homicídios de crianças e adolescentes no Brasil (2009-2013).....**	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	**Pautas que marcaram a Comissão Nacional da Verdade .....**	148
Quadro 2	**Representatividade no Conselho Nacional de Direitos Humanos.....**	153
Quadro 3	**Conferências Nacionais de Direitos Humanos.....**	156
Quadro 4	**Conferências Nacionais dos Grupos Identitários.....**	159
Quadro 5	**Pautas expressas no I FMDH.....**	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	**Realização do I FMDH: Participantes, atividades, organização e mobilização.....**	63
Tabela 2	**Ranking dos 10 países com maior população prisional.....**	166

LISTA DE FOTOS

Foto 1	**“Vazio do massacre Armênio”.....**	201

Valdivia, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. *A Disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil*: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013). 367 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa traz a análise da disputa na construção dos direitos humanos no Brasil a partir das razões que levaram a presidente Dilma Rousseff a realizar o I Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) em 2013, como uma aposta e resposta política, mediante as correlações de forças estabelecidas no campo dos direitos humanos, o que possibilitou um fôlego político do governo, sobretudo em relação aos grupos conservadores que tencionavam, para a não implementação do PNDH-3. Além disso, o governo conseguiu uma nova repactuação com os segmentos sociais, insatisfeitos, devido a não realização das ações estabelecidas no PNDH-3. A análise que embasa esta tese fundamenta-se no cerne do materialismo histórico e dialético, a partir da relação de disputa das classes sociais, demandada pela direção social da ação política concreta, em um terreno tenso que forma os direitos humanos. Para tanto, se ampara em três dimensões de direitos humanos – os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos da solidariedade ou da fraternidade (difusos e coletivos). A opção foi pela metodologia de pesquisa social qualitativa, que combinou a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (entrevistas) com os sujeitos que atuam no âmbito dos direitos humanos e colaboradores da construção do I FMDH. Os resultados da pesquisa revelam que o Brasil avançou na modernização político-jurídica após a Constituição Federal de 1988, mas apontam também que se mantém o conservadorismo, alicerçado na forte herança cultural do Brasil colônia, alimentando a disputa de projetos políticos em uma conjuntura de ofensiva neoliberal.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Fórum Mundial de Direitos Humanos; Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Valdivia, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. *Dispute in politics construction of human rights in Brazil***:** the guidelines were expressed in the First World Forum on Human Rights (2013). 367 p. Thesis (Doctorate in Social Work). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This research brings the analysis of the dispute in the construction of human rights in Brazil from the reasons that led the president Dilma Rousseff to hold the First World Forum of Human Rights (WFDH) in 2013, as an attempt and a political response, through the correlations of forces established in the field of human rights, which made it possible for the government to take a political breath, especially in relation to the conservative groups they intended for non-implementation of the PNDH-3. In addition, the government achieved a new renegotiation with the social, dissatisfied, due to the non-performance of the actions established in the PNDH-3. The analysis that underlies this thesis is based on the core of historical and dialectical materialism, starting from the relationship of social classes, demanded by the social direction of concrete political action, on a tense terrain that forms the human rights. To do so, it is based on three dimensions of human rights: civil and political rights, economic, social and cultural rights, and the rights of solidarity or fraternity (diffuse and collective). The option was for the methodology of qualitative social research, which combined bibliographical research, documentary research and field research (interviews) with the subjects that work in the scope of human rights and collaborators in the construction of the I FMDH. The results of the research reveal that Brazil advanced in the political-juridical modernization after the Federal Constitution of 1988, but they also point out that conservatism is maintained, based on the strong cultural heritage of Brazil colony, fueling the dispute of political projects in an offensive conjuncture Neoliberal

Keywords: Human Rights; World Forum on Human Rights; National Human Rights Movement.

Valdivia, Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo. La disputa en la construcción política de los derechos humanos en Brasil. Las pautas expresadas en el I Fórum Mundial de Derechos Humanos (2013). 367 p. Tesis (Doctorado en Servicio Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RESUMEN

Esta investigación trae el análisis de la disputa en la construcción de los derechos humanos en Brasil a partir de las razones que llevaron a la presidente Dilma Rousseff a realizar el I Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) en 2013, como una apuesta y respuesta política, ante las correlaciones de fuerzas establecidas en el campo de los derechos humanos, lo que ha posibilitado un aliento político del gobierno, principalmente en relación a los grupos conservadores que tensionaban a no implementación del PNDH-3. Además de eso, el gobierno consiguió una nueva repactuación con los segmentos sociales, insatisfechos, a causa de la no realización de las acciones establecidas en el PNDH-3. El análisis que embaza esta tesis se fundamenta en el cerne del materialismo histórico y dialéctico, a partir de la relación de disputa de las clases sociales, demandada por la dirección social de la acción política concreta, en un terreno tenso que forma los derechos humanos. Para eso, se ampara en tres dimensiones de derechos humanos – los derechos civiles y políticos, los derechos económicos, sociales e culturales y los derechos de la solidaridad o de la fraternidad (difusos e colectivos). La opción fue por la metodología de investigación social cualitativa, que combinó la investigación bibliográfica, investigación documental e investigación de campo (entrevistas) con los sujetos que actúan en el ámbito de los derechos humanos y colaboradores da construcción del I FMDH. Los resultados de la investigación revelan que Brasil avanzó en la modernización político-jurídica tras la Constitución Federal de 1988, sin embargo señalan también que se mantiene el conservadorismo, consolidado en la fuerte herencia cultural del Brasil colonia, alimentando la disputa de proyectos políticos en una coyuntura de ofensiva neoliberal.

Palabras-clave: Derechos Humanos; Fórum Mundial de Derechos Humanos; Movimiento Nacional de Derechos Humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO 1 PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 38

1.1 A construção política dos direitos humanos 40

1.1.1 A questão social e os direitos humanos 48

1.1.2 Conjuntura dos direitos humanos nos meandros do neoliberalismo 53

1.2.1 Os impactos da perversidade em âmbito mundial do projeto neoliberal: destruição dos direitos humanos 57

1.2.2 Os direitos humanos como agenda articuladora da esquerda na América Latina. 66

1.2.2.1 A Coexistência de projetos políticos na América Latina: desmonte e consolidação dos direitos humanos 67

1.2.3 Os conflitos e as tensões na construção dos direitos humanos na América Latina 76

CAPÍTULO 2 POR UMA OUTRA HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 86

2.1 A dor e a luta dos índios e negros constituem a história dos direitos humanos no Brasil 87

2.2 A importância das Revoluções na formação dos direitos humanos no Brasil 94

2.2.1 A Revolução Francesa como ideário na luta por direitos humanos no Brasil... 94

2.2.2 As revoluções populares na história dos direitos humanos no Brasil: uma história sem memória! 98

2.3 A construção dos direitos humanos no Brasil a partir do século XX 107

CAPÍTULO 3 A POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL DOS GOVERNOS LULA E DILMA 118

3.1 Contexto social e político dos governos Lula e Dilma: uma década em disputa 118

3.2. Disputas e tensões em torno das pautas de direitos humanos no Brasil: o PNDH-3.... 137

3.3 A participação institucionalizada na construção dos direitos humanos no Brasil 152

CAPÍTULO 4 A CONSTRUÇÃO IDEOPOLÍTICA DO I FÓRUM MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS 164

4.1 A construção do I FMDH: limites e possibilidades 166

4.1.1 Origem do I FMDH 170

4.1.2 Objetivos da participação no I FMDH: bandeiras de Lutas e articulações políticas 174

4.2 O protagonismo do MNDH na construção do I FMDH: uma decisão política para além dos direitos humanos 185

4.3 As pautas expressas no I FMDH 188

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 204
REFERÊNCIAS..... 225
ANEXOS......227

INTRODUÇÃO

Eu seguia tranquilamente
Contemplando a imensidão
Quando vi uma indigente
Deitada, inerte no chão
Fiquei a contemplá-la
E comecei a pensar
Aproximei para interrogá-la
Por que deixaste de lutar?

Carolina Maria de Jesus

Esta pesquisa sobre a disputa das pautas dos direitos humanos expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) traz a análise da construção dos direitos humanos no Brasil, dentro dos diversos interesses de classes sociais, focalizando as razões que levaram a presidente Dilma Rousseff a realizar o I Fórum Mundial de Direitos Humanos, como uma aposta e resposta política, mediante as correlações de forças[1] estabelecidas no campo dos direitos humanos.

Neste estudo, o termo pauta é utilizado como ação concreta e política, definido e tensionado mediante a correlação de forças, no caso dos direitos humanos expressa a disputa política em torno das conquistas dos direitos, daqueles que estão pactuados e dos que precisam ser pactuados. Entende-se que as pautas não são homogêneas, refletem interesses das diferentes e divergentes classes sociais, portanto, quase sempre se configuram por meio de embates e conflitos. As pautas expressam necessidades e reivindicações a serem asseguradas pelo Estado, assim, não têm origem em si, mas em determinado interesse, portanto, nem sempre são conciliáveis, o que poderá favorecer um processo de mobilização e organização social com perspectiva a romper com a (des)ordem capitalista, tendo em vista a sua

[1] Correlação de forças (inter-relação) se dá pelos interesses estabelecidos a partir das forças existentes entre os agentes ou atores políticos, institucionais, econômicos e sociais para tomar decisões estratégicas. É um instrumento metodológico que usa técnicas diversas, por meio do qual se busca compreender a realidade (ação dos atores) em um determinado espaço de tempo para se pensar estratégias transformadoras. É uma das categorias de Análise de Conjuntura. SOUZA, Herbert José. *Como se faz análise de conjuntura*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

impossibilidade de assegurar, na totalidade, os direitos humanos, devido às contradições atribuídas à desigualdade social – base do sistema capitalista.

O I FMDH se realizou no período de 10 a 13 de dezembro de 2013 em Brasília/DF, reuniu aproximadamente 10 mil pessoas de distintos segmentos sociais – sociedade civil, governo, instituições estrangeiras e organismos internacionais –, vindas de mais de 70 países[2].

O objetivo foi promover um espaço de debate público sobre direitos humanos no mundo, a partir de reflexões acerca dos principais avanços e desafios com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as violações de direitos humanos[3].

A Programação do I FMDH contou com grandes conferências e debates temáticos[4], atividades autogestionadas[5] e solenidades[6] de abertura e encerramento, além das mais diversas apresentações e manifestações no decorrer da ação.

A motivação maior na realização deste estudo é a paixão central da pesquisadora pelo objeto[7], a disputa dos projetos políticos na construção dos direitos humanos a partir de sua trajetória de luta na defesa radical pelos direitos humanos e, acima de tudo, o empenho em contribuir, embora em pequena escala, para pesquisar os direitos humanos não como um projeto homogêneo em si, mas, como espaço político em disputa, que precisa ser ocupado pelas classes trabalhadoras, pois são as mais afetadas pela violação desses direitos. A luta que se propõe vai

---

[2] De acordo com as informações presentes na publicação *Memórias do I Fórum Mundial de Direitos Humanos*. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Memórias do Fórum Mundial de Direitos Humanos. Brasília, 2014.

[3] Disponível em: <http://fmdh.sdh.gov.br/download/Entendendo_o_FMDH.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

[4] Participação de convidados nacionais e internacionais, que se reuniram para debater e refletir sobre direitos humanos.

[5] As atividades autogestionadas foram realizadas pelas instituições que fizerem adesão ao Comitê Organizador – CO do FMDH, para propiciar a reflexão conjunta, a troca de experiências, a articulação, a formação de redes, de movimentos e de organizações sociais.
Foram apresentadas em formato de: palestras, oficinas, seminários, apresentações culturais, debates e mesas. Essas atividades foram organizadas em três tipos - **Atividades Temáticas:** visando à promoção, à discussão e ao debate acerca dos direitos humanos por meio de painéis temáticos, oficinas, seminários, mesas-redondas, relatos, palestras. **Atividades Culturais:** visavam promoção e difusão dos direitos humanos por meio da cultura e das diversas linguagens artísticas. Mostra de Cinema e de Audiovisual, Mostra de Artes Visuais e Literatura, Artes Cênicas (teatro, dança, circo e performance) e Música. **Atividades Convergentes:** atividades de articulação e organização de agendas, campanhas e mobilizações e compreendem a realização de encontros para construir agendas comuns e/ou mobilizar segmentos sociais e/ou permitir um espaço de diálogo a respeito de campanhas e atos em defesa dos direitos humanos.

[6] Discurso de autoridades: Presidente da República, Ministros, Movimento de Direitos Humanos, etc.

[7] É importante salientar que a pesquisadora foi uma das organizadoras do FMDH, integrando o Comitê Organizador do Estado de São Paulo do FMDH, participou dos trabalhos em Brasília, realizando palestras e coordenando mesas.

para além do direito, e sim com perspectiva a emancipação humana[8], tendo em vista que no sistema capitalista será impossível a garantia de direitos universais em sua totalidade, dada a contradição dos interesses das classes sociais.

Assim, esta tese se inscreve na história dos direitos humanos na perspectiva de Oliveira (1981, p.13), como uma "[...] paixão no sentido de Gramsci: o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender não é um objeto de investigação, é uma causa, uma paixão".

> [...] é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tomando-os solidariamente imbricados e comprometidos, como lembra Lévi-Strauss (1975): "Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação" (MINAYO, 2001, p. 14).

A análise que embasa esta tese fundamenta-se no materialismo histórico e dialético, na Teoria Social de Marx[9], a partir da relação entre as classes trabalhadoras e classes dominantes, demandada por direção social da ação política concreta, em um terreno tenso, em uma imagem de retórica, formado por pedregulhos pontiagudos, espaço para os diversos interesses das classes sociais. Noutras palavras, é uma travessia conturbada, de limites e possibilidades, para os

---

[8] Para Marx, a emancipação humana se dá mediante a sociabilidade entre os homens concretamente livres e que poderão constituir a comunidade humana, portanto, tem na sua base a superação do capital. Como analisa Tonet a partir das contribuições de Marx, nas *Glosas Críticas,* há uma distância infinita entre o cidadão e o homem, assim como entre a vida política e a vida humana. Fonte: MARX, Karl. *Glosas críticas*. Precedido de texto de Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
Para Marx, "[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas '*forces propes'* [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política" (MARX, 2010, p. 54).

[9] "Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. MARX, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto". NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

que lutam em defesa da garantia dos direitos humanos e também para aqueles que os violam.

Os retrocessos e a subtração dos direitos humanos são vistos a olhos nus – a ofensiva conservadora coloca em andamento, por meio do seu projeto político, e esgarça as conquistas dos direitos ao intensificar nacionalmente a redução da maioridade penal como resposta à violência urbana; a precarização dos direitos trabalhistas como fator de resposta aos lucros em larga escala das elites; o financiamento público de ações com caráter manicomial para responder às demandas da saúde mental; a criminalização dos movimentos sociais para manter a propriedade privada, dentre outras questões que se encontram na agenda pública dos direitos humanos no Brasil.

Nessa perspectiva, a questão social passa a ser caso de polícia, o apelo para o uso e abuso da força passa a ser aclamado publicamente, sobretudo por parcela significativa da grande mídia. O ódio é promovido imediatamente em meio a essas disputas!

Ao avaliarem a situação da violação dos direitos humanos no Brasil, Moser e Wolff (2007) traçam o diagnóstico e a perspectiva a partir da análise de conjuntura que aponta para os conflitos e tensões nesse campo.

> VIVEMOS EM TEMPOS nos quais a importância dos direitos humanos tem sido cada vez mais relativizada. Nos discursos e na prática cresce o número de exemplos nos quais se questiona a universalidade dos direitos humanos no mundo de hoje. A legitimação – muitas vezes disfarçada, mas também aberta – de diversas formas de violação dos direitos humanos tem ganhado espaço na política e na sociedade de muitos países. Com frequência alega-se a necessidade de violar direitos para defender a democracia ou a liberdade. Mas qual é o conceito de liberdade e de democracia que está por trás deste tipo de posicionamento? Alega-se também a necessidade de preservar a supremacia das leis do mercado – um produto da história humana que aparentemente se transformou num ente absoluto – como se com isso fosse possível justificar a morte de milhões de pessoas como “inevitável”. Defende-se o atual modelo de produção e de consumo, que está comprometendo o futuro das gerações futuras (MOSER; WOLFF, 2007, p. 9).

Romper com uma visão distorcida idealista, unilateral e homogênea a respeito dos direitos humanos se faz urgente, pois ela serve como sustento ideológico para os projetos políticos de cunho conservador e neoliberal (detalhados no capítulo 1), o que enfraquece os processos democráticos instituídos pelo projeto político democrático-participativo, que possibilita às classes trabalhadoras potencializarem

suas forças inventivas e mobilizadoras rumo à organização, tendo como perspectiva a emancipação humana.

Esta tese ampara-se de três dimensões de direitos humanos, embora muitos autores argumentem que existam bem mais. No entanto, são utilizadas estas três, de acordo com a contribuição de Trindade (2012), que define como direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos da solidariedade ou da fraternidade (difusos e coletivos).

Mas, para problematizar a construção histórica desses direitos, antecede uma discussão em que os direitos humanos não se ancoram em uma primeira instância no Direito, ao contrário, se instituem em processos anteriores à ciência do Direito[10]. Na medida em que a dor e a luta são constitutivas da formação sócio-histórica, não é da ideia que se firmam os direitos humanos, mas da dor e da luta de muitos povos que tiveram suas vidas mortificadas pela imposição de uma classe sobre a outra. Portanto, os direitos humanos não podem ser reduzidos apenas a normas e contratos estabelecidos nas legislações nacionais ou em pactos e tratados internacionais, até porque é na contradição posta pelas atrocidades cometidas ao longo da história que desencadeiam a necessidade de criar os direitos humanos.

O marco legal em nível nacional e internacional dos direitos humanos (tratados, convenções, legislações, decretos, normas, resoluções) é instituído por resultados políticos da história na humanidade, que são fundamentais enquanto instrumento jurídico-social que podem favorecer a criação e efetivação dos direitos. Agora o que não se pode conceber é que o direito esteja no próprio direito, porque

[10] Trindade (2012, p. 15) afirma que: "Enquanto *reflexão filosófica,* os direitos humanos têm uma história antiga que deita raízes, no mínimo, no estoicismo da Grécia clássica e em pensadores romanos dos séculos III e II antes de Cristo, como Cícero e Diógenes". Depois, na Idade Média, quando os sábios árabes 'perturbaram' o pensamento escolástico cristão com a reintrodução na Europa das elaborações filosóficas da antiguidade, São Tomás de Aquino encetou o esforço de conciliar a fé cristã com o direito natural predominantemente laico dos antigos.
Contudo, durante esse período histórico tão longo, os direitos humanos configuram-se tão somente como especulações que brotaram de cérebros isolados, sem correspondência na realidade social, pois tanto a antiguidade greco-romana escravista, quanto o feudalismo medieval europeu, eram modos de produção e de organização da sociedade fundados no *status* social da desigualdade e na inexistência de liberdade universal. Para o direito, o escravo era uma mercadoria como outra qualquer, tendo por sina o trabalho forçado para o seu proprietário, sob ameaça de castigos corporais. Já o servo medieval não passava de um pertence da gleba onde nascera, obrigado por toda a vida a prestar trabalhos gratuitos ao seu senhor, sem liberdade de ir e vir, e sem nada que se assemelhasse à noção moderna do s*ujeito de direito* universal. Assim, malgrado a especulação que se fazia na filosofia, o escravismo e o feudalismo eram incompatíveis com o postulado de preexistência de um direito 'natural' que precederia ao direito positivo, um direito que seria perene e universal, a-histórico, em ínfima conexão com a moral e a justiça, e diretamente derivado de uma natureza humana invariável e comum a todos, ou emanado de Deus (por ser o criador dessa natureza), ou destilado uniformemente pela razão inerente a cada um dos seres humanos."

não está, localiza-se na disputa política travada a partir dos interesses de classes sociais que buscam permanentemente firmar seus interesses dentro do Estado.

A propósito, as lutas sociais tencionam para a garantia dos direitos historicamente construídos, assim, elas compõem a formação dos direitos humanos, lutas essas em parte das classes trabalhadoras que, em regra geral, não são reconhecidas como pressuposto da formação dos direitos humanos, o que exclui e escamoteia o protagonismo dessas na constituição da história da humanidade. E, pior, coloca os direitos enquanto sistemas jurídicos autônomos, como se não tivessem direção política da ação que os constituiu e os reproduz. Noutras palavras, cria no imaginário social que o direito está no direito, daí não são os sistemas que devem responder às lutas sociais no plano da garantia e defesa dos mesmos, enquanto que, na realidade, as lutas devem ser travadas para garantir o funcionamento deste – tal inversão implica num equívoco.

Com isso, não se excluem os processos revolucionários burgueses que listam uma série de direitos, enquanto valores determinados a parcela da humanidade, tendo em vista que os direitos humanos surgem no ideário irrefutável com o advento da modernidade (sociedade capitalista).

Esse ideário é dirigido pela burguesia, estruturado pelas revoluções dos séculos XVII e XVII, conforme aponta Trindade (2012, p.16):

> [...] *Bill of Rights* da Revolução inglesa de 1688, as Declarações de Direitos da Revolução Americanas, particularmente sua Declaração de Independência (1776), e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão,* que a burguesia revolucionária francesa proclamou ao mundo em agosto de 1789.

Esse arcabouço político-legal inaugura os *direitos civis e políticos*[11] da lógica do direito positivo, procedimentos ancorados pelo individualismo advindo pelo Iluminismo. Daí a noção de igualdade apenas na formalidade jurídica e que ademais estabelecia a propriedade privada como direito individual ilimitado (TRINDADE, 2012).

Com efeito, a propriedade privada é o cerne da desigualdade social e da concentração de renda, contradição posta em relação à garantia dos *direitos*

[11] Historicamente, os direitos civis e políticos se instituíram por restrições, por exemplo: a garantia do sufrágio universal, impedia o voto da mulher. A escravidão perdurou praticamente até o final do século XIX, ou seja, a liberdade dos negros também não foi garantida.

econômico-sociais, dimensões estruturantes e inconciliáveis da formação dos direitos humanos.

Nesse sentido, Trindade (2012) afirma que a certidão de nascimento dos direitos humanos na modernidade ocidental adveio da Declaração Francesa de 1789, tendo em vista o seu simbolismo e sua influência política no mundo. “No seu artigo 2º, a *Declaração* enunciou os quatro ‘direitos naturais e imprescindíveis do homem’: *liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão.* A *propriedade* foi elevada ao patamar de ‘inviolável e sagrada’ [...]” (TRINDADE, 2012, p. 16).

> Contudo, os muros que cercavam essa concepção de estreita de direitos humanos foram sendo lentamente erodidos pelas lutas operárias e populares dos séculos XIX e XX. Malgrado a feroz resistência patronal-governamental por toda parte. Aos poucos, o sufrágio masculino foi se universalizando (o das mulheres teria de esperar até o século XX) e, já ao terminar do século XIX, os trabalhadores alcançaram as primeiras vitórias nas lutas pelo que, mais tarde, seria conhecido como direitos econômico-sociais (jornada regulamentada, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aposentadoria, acesso à educação e a serviços públicos de saúde e a assistência social etc.) (TRINDADE, 2012, p. 17).

Assim, a noção de direitos humanos aparece na disputa concreta, do não direito para o direito, o que perde o caráter ideológico hegemonicamente dominante, de que o direito é neutro, como ferramenta de operacionalidade, e opera pela ciência feita por iluminados pensadores, e que estão acima das classes sociais. Ou seja, a luta das classes trabalhadoras dão outro sentido e significado histórico para os direitos humanos, a partir das reivindicações que pautam outra dimensão de direitos, os econômico-sociais, os seres humanos deixam de ser abstratos e passam a ser concretos, dentro das disputas de interesses das classes sociais.

Essa conquista dos direitos econômicos, sociais e culturais é fruto da Constituição Mexicana (1917)[12], embrionária da revolução camponesa (1910). No

[12] Trindade (2012, p. 17) “Instituiu a educação pública, laica e gratuita, determinou a realização de reforma agrária, inaugurou o conceito jurídico de função social da propriedade, subordinou o interesse individual à primazia dos interesses coletivos, e instaurou a liberdade sindical e o sufrágio universal. Ademais, no seu artigo 123, em procedimento pioneiro em Constituições, enunciou uma longa relação de direitos sociais dos trabalhadores” – Jornada diurna de oito horas e noturna de sete horas; normas de proteção ao menor e à mulher, licença-maternidade e intervalos para amamentação; repouso semanal remunerado, salário mínimo, isonomia salarial, impenhorabilidade do salário, remuneração adicional de 100% pelas horas extras de trabalho; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; encargo patronal pelo fornecimento de habitação, escolas, enfermarias e outro serviços a seus empregados; salubridade e prevenção de acidentes, com indenização aos empregados vítimas por moléstias profissionais e acidentes, mesmo quando

entanto, as ideias foram lançadas, e poucas propostas saíram do papel. Apenas um ano depois era publicada a *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*[13], legado da Revolução Socialista na Rússia (1917). O maior objetivo era eliminar quaisquer formas de exploração e de divisão da sociedade por classe, e dentre as garantias listava-se o trabalho como direito e dever de todos, universalização do direito ao sufrágio para os trabalhadores de ambos os sexos, além de firmar posição contra a guerra e o colonialismo (TRINDADE, 2012).

Mas conciliar essas duas dimensões dos direitos nunca foi tarefa fácil para nenhum Estado, pois implica articular duas direções diferentes e divergentes de projetos políticos. Noutras palavras, uma tentativa de conciliar o inconciliável para assegurar os interesses dos trabalhadores e da burguesia.

Essa ideia foi experimentada em 1919, com sucesso, na recém-proclamada república alemã em uma Assembleia Constituinte reunida na cidade de Weimar[14] e que teve forte influência em várias Constituições, inclusive na Constituição brasileira de 1934.

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional começa a criar estratégias para "reconstruir" os direitos humanos, portanto a Carta de São Francisco (1945) institui a Organização das Nações Unidas – ONU, que inicia negociações políticas entre a União Soviética e os países capitalistas, desembocando na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como

---

recrutados por intermediários; liberdade sindical e direito de greve pacíficas, dentre outros importantes direitos. Trindade (2012).

[13] Trindade (2012, p. 19) "Guiada por essa *Declaração,* a Constituição russa que se seguiu, de julho de 1918 instituiu a separação entre o Estado e a Igreja, a igualdade entre homens e mulheres, reconheceu a liberdade de propaganda religiosa e antirreligiosa, assegurou as liberdades de expressão, de reunião e de associação aos trabalhadores, o direito de asilo político e a igualdade de direitos independentemente de raça ou nacionalidade".

A *declaração dos Direitos do povo trabalhador e explorado* inaugurou uma ótica completamente nova na abordagem tradicional dos direitos humanos. Em vez da perspectiva individualista de um ser perfeitamente abstrato contida na *Declaração* francesa de 1789, a *Declaração* russa de 1918 elegeu como ponto de partida o ser humano concreto (isto é historicamente) existente, [...] a *Declaração* russa partia do reconhecimento – evitado na *Declaração* francesa – de que a sociedade capitalista está cindida em classes sociais com interesses conflitantes ou irremediáveis antagônicos. Portanto, em vez da ideação liberal da suposta 'neutralidade' social do Estado, a nova Declaração tomava partido, desde logo e abertamente, dos explorados e oprimidos, alijando explicitamente do poder econômico e político os exploradores de antes. [...]. No restante do século, a revolução russa se perderia pelos caminhos conhecidos. Mas sua *Declaração* logo teria papel fundamental a desempenhar no movimento pela elevação dos direitos econômicos, sociais e culturais dos trabalhadores ao *status* jurídico de direitos humanos.

[14] Mas o nazismo rompeu com essa experiência com práticas anti-humanas, ao escravizar, brutalizar ou descartar parcela imensa da humanidade (TRINDADE, 2010).

esforço conciliador dos diferentes e divergentes interesses, advindos do capitalismo e do socialismo – os direitos civis e políticos com os direitos econômicos, sociais e culturais.

> [...] os direitos civis e políticos, oriundos da *Declaração* francesa de 1789, com os direitos econômicos, sociais e culturais postulados pelos trabalhadores, que haviam sido escolhidos na Constituição mexicana, de 1917, na *Declaração* russa, de 1918 e na Constituição de Weimar, de 1919. A *Declaração,* de 1948 teve o *status* de uma "recomendação" aos Estados subscritores, não de uma lei de cumprimento exigível [...] (TRINDADE, 2012, p. 20).

Assim, ficou acordado na Assembleia Geral da ONU que seria firmado um pacto internacional com força jurídica para a realização dos direitos humanos, ou seja, um movimento de integração entre os países em conflitos (socialismo e capitalismo), mas na prática os conflitos entre as duas ideologias impossibilitaram a unificação proposta.

> [...] Mas as divergências ideológicas instaladas entre os Estados membros da ONU tornaram impossível um pacto único. Foram celebrados *dois* pactos, ambos em 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, detalhando os direitos proclamados pela *Declaração* de 1948. Contudo, enquanto o primeiro desses pactos (dos direitos civis e políticos) explicitou o compromisso dos Estados de *garantir* às pessoas sob sua jurisdição os direitos neles relacionados, no segundo pacto, por exigência do bloco liderado pelos EUA, os Estados apenas se comprometeram a adotar medidas tendentes a assegurar *progressivamente* (sem instante inicial, sem prazos definidos e sem mecanismo de controle) os direitos sociais, econômicos e culturais. [...] muitos governos e tribunais seguem apegados àquela interpretação que, entendendo haver diferentes eficácias entre os dois pactos, subalternizam a interpretação dos direitos sociais (TRINDADE, 2012, p. 21).

Nesse sentido, desconsideram os diversos documentos internacionais que reafirmam a concepção dos direitos humanos como universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados – em especial, aqueles adotados na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993 (TRINDADE, 2012).

No século XX, inicia-se um movimento por outra dimensão de direitos humanos além das duas dimensões dos direitos humanos citadas, os chamados direitos de fraternidade ou da solidariedade – direito de coletividade e de direitos difusos de toda a humanidade – à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, à preservação de identidades culturais, mulheres, etnias, negros, idosos,

criança e adolescente, minorias étnicas ou culturais, dentre outras (TRINDADE, 2012).

É nessa perspectiva político-teórica que se inscreve o objeto desta pesquisa, a disputa na construção dos direitos humanos no Brasil, e para analisá-la realizaram-se estudos sobre as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (I FMDH) ocorrido em 2013.

Para compreender este objeto, enquanto movimento de totalidade, particularidade e singularidade, existem questões centrais que serão problematizadas no decorrer da pesquisa – o porquê da aposta e resposta política da presidente Dilma na realização I FMDH? Quais as disputas políticas que instituíram o Fórum? Que significado tem o FMDH para as bandeiras de lutas de direitos humanos no Brasil? Em que medida o I FMDH serviu para fortalecer as lutas em torno dos direitos humanos?

O objetivo geral foi de identificar e analisar as pautas em direitos humanos tensionadas no período de uma década (2003-2013[15]) e que foram expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Para tanto, foi necessário: elaborar uma perspectiva sócio-histórica dos direitos humanos enquanto uma construção política; analisar a conjuntura dos direitos humanos dinamizados pelos projetos políticos (conservador, neoliberal e democrático-participativo); considerar a dor e a luta dos índios e negros na história dos direitos humanos no Brasil; refletir sobre a influência das revoluções na formação sócio-histórica dos direitos humanos no Brasil; estudar sobre os contextos e as pautas de direitos humanos em disputa no Brasil no período dos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014); avaliar a construção política do I FMDH como uma aposta e resposta política do governo da presidente Dilma; identificar as bandeiras de lutas expressas no I FMDH; analisar em que medida o Fórum contribuiu para fortalecer os direitos humanos.

A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias, pois articula conteúdos, pensamento e existência. Minayo (2001, p. 16) elucida que “as concepções teóricas de abordagem e a metodologia caminham juntas,

[15] 2013, ano em que ocorre o FMDH.

intrinsecamente inseparáveis ao articularem concepção teórica, conjunto de técnicas e o sopro divino do potencial criativo do investigador".

Nesse sentido, reconhece-se o saber acumulado na história humana e se investe do interesse em aprofundar as análises e fazer novas descobertas em favor da vida humana. Esta pesquisa pressupõe que a pesquisadora tenha presente as concepções que orientam sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas adotadas para o desenvolvimento desta pesquisa (CHIZZOTTI, 2011).

Na perspectiva teórico-metodológica crítica, é que se realiza esta pesquisa por meio de pesquisa social qualitativa, a partir da combinação de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de pesquisa de campo (entrevista) com os sujeitos que atuam no campo dos direitos humanos e que participaram do I FMDH – representantes da sociedade civil e do Estado –, movimentos sociais e regionais, universidade, órgãos públicos e associações de vítimas de violação de direitos.

- *Pesquisa bibliográfica* – ampla pesquisa de livros, sítios e vídeos, que favoreceram a formulação da tese, a partir da interlocução entre os diversos conhecimentos científicos, tais como direito, política, economia, geografia, história. Os principais autores que subsidiaram este estudo são: Karl Marx, Antonio Gramsci, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Eric Hobsbawm, István Mészáros, José Paulo Netto, Maria Lúcia Barroco, Marilena Chauí, Alberto Olvera, Aldo Panfichi, André Singer, Carlos Nelson Coutinho, Clóvis Moura, Cyril Lionel Robert James, Elaine Behring, Emir Sader, Evelina Dagnino, Ivanete Boschetti, José Damião Lima Trindade, Loïc Wacquant, Perry Anderson, dentre outros.
- *Pesquisa documental* – foram pesquisados documentos oficiais do Fórum Mundial de Direitos Humanos: Livro de Memórias do FMDH, Caderno de Programação do FMDI, Lista de Entidades filiadas ao Movimento Nacional de Direitos humanos – MNDH; Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH-I, II e III), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), Relatório Final da Conferência Livre dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo, Relatório das Caravanas de Educação em Direitos

Humanos, Relatório da Campanha Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos.

- *Pesquisa de campo (entrevista)* – Foram realizadas 8 entrevistas a partir de um roteiro com quatros blocos de questões:
  1. Qual o segmento de que você participa?
  2. Qual a bandeira de luta que você trouxe para o Fórum?
  3. Qual a sua participação na construção do Fórum?
  4. Qual a importância do Fórum para fortalecer os direitos humanos?

Os entrevistados foram orientados que poderiam salientar outras questões ao final da entrevista.

A realização das entrevistas se deu pela possibilidade de os sujeitos socializarem informações fundamentais do campo da construção dos direitos humanos no Brasil, e mais especificamente, identificar a importância do Fórum para fortalecer as lutas de direitos humanos a partir da base dos sujeitos que atuam “na ponta” (território) e dos organizadores. E certamente estes sujeitos deram elementos para analisar o porquê da aposta e resposta política da presidente Dilma na realização I FMDH em 2013.

O critério de escolha dos entrevistados levou em consideração a participação na organização e construção do Fórum:

1) Participação no comitê internacional.
2) Participação no comitê nacional.
3) Diversidade de atores sociais presentes nos comitês estaduais.

Dessa forma, foram entrevistados:

- 2 militantes do Comitê Organizador do I FMDH (1 internacional e 1 nacional);
- 6 participantes de comitês estaduais.

Esses critérios contribuíram para identificar as bandeiras de lutas por direitos humanos, a partir da territorialidade, dos movimentos sociais na cena política, dos órgãos de acesso à justiça e das instituições de segurança pública.

Todos os participantes dos comitês estaduais foram entrevistados no último dia do Fórum, dia 13 de dezembro de 2013, tendo em vista a importância da avaliação sobre o processo e resultados do I FMDH.

Os organizadores do Comitê Nacional e Internacional foram entrevistados depois do evento, tendo em vista o acúmulo de trabalho do decorrer do Fórum. Desse modo, foram entrevistados em 20 de fevereiro de 2014.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas por meio de três categorias de análise:

1) Trajetória de atuação em direitos humanos.

2) I FMDH: origem, pautas, objetivos, organização e avaliação.

3) Protagonismo do MNDH. (Anexo 1 – quadro-síntese das entrevistas)

Os sujeitos participantes (SP) serão identificados no decorrer do trabalho da seguinte forma, garantindo-se o anonimato:

Comitês estaduais: SP1, SP2, SP3, SP4, SP5, SP6

Comitê Internacional: SP7

Comitê Nacional: SP8

Anexo a este trabalho está o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as normas éticas de pesquisa.

Apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa

Entrevistaram-se três mulheres e cinco homens. Os sujeitos se identificaram[16] como militantes e/ou profissionais dos seguintes segmentos sociais: Defensoria Pública do Estado de Tocantins e de São Paulo, Polícia Rodoviária Federal, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Instituto e Centro de Apoio à Saúde Indígena de Manaus, Associação de Mulheres Ribeirinhas Vítimas de Escalpelamento da Amazônia no Estado do Amapá.

Dos oito sujeitos entrevistados, seis apontaram que as razões de atuarem em direitos humanos diz respeito à violação dos direitos sofrida na própria vida, reafirmando que as vivências históricas levam os sujeitos à atuação na defesa dos direitos humanos, conforme menciona o (SP1), ao afirmar ter entrado “na luta devido à violação de direitos feita pela polícia que é muito ostensiva com a população em

[16] Nesta pesquisa essas atuações são parte da apresentação dos sujeitos e não da análise da pesquisa. O que está em análise é a construção dos direitos humanos, e os sujeitos desta pesquisa são fundamentais, na medida em que todos são integrantes desta história. Dessa maneira, nenhum desses órgãos ou movimentos está sendo analisado, aparecem por fazerem parte da construção do Fórum.

situação de rua, e por eu ter caído na rua, vivi muita violação e invisibilidade [...]". Nessa direção, outro entrevistado afirma:

> O que me levou a militar nos direitos humanos não foi uma questão consciente, e sim inconsciente, pois ninguém decide: ah, eu vou ser militante de direitos humanos, porque se tornar ou não militante de direitos humanos é uma consequência, são as condições históricas que vão ocorrendo, que vão te levando para algumas outras decisões, que vai te levando para os espaços que você acaba ocupando (SP8).

A lista dos motivos pessoais que levaram os sujeitos da pesquisa a atuarem em direitos humanos é composta por – abuso sexual à criança, assassinato de amigos, acidente de escalpelamento, violência policial, violência familiar, alcoolismo, por ser morador de rua, tráfico humano, por ser homossexual.

> [...] várias pesquisas, inclusive feitas no aeroporto de Guarulhos com mulheres que foram deportadas ou não aceitas em Portugal ou na Espanha, que foram ouvidas pelo Núcleo de Tráfico de Pessoas, mostram que entre 20% e 25% das brasileiras que estão na Europa são goianas e a minha família foi afetada por isso, primos, minha irmã, então tem essa questão. A outra questão é que eu sou gay e aí também tem a ver com direitos humanos, a questão da luta pela aceitação da diferença. Venho de uma família que tem violência doméstica, que tem problemas com drogas, meu companheiro nesse momento está numa clínica de internação, então são vários temas que entraram na minha vida [...] (SP4).

A inserção profissional também é um dos aspectos indicados pelos sujeitos como sendo fundamental no campo da atuação em direitos humanos, pois "[...] comecei propriamente por conta da primeira gestão do Conselho Estadual da Pessoa Humana de São Paulo (Condep), eu fui convidado para ser secretário executivo, então logo que o Condep se instalou fui chamado para ser secretário executivo [...]" (SP2). Acrescido da resposta do (SP8) ao afirmar que foi "[...] fazer estágio numa instituição que se chamava Associação em Defesa da Moradia, que fazia defesa das favelas de São Paulo [...] no extremo leste de São Paulo, e lá comecei a fazer militância política [...]".

> [...] A gente trabalha com uma faceta do Estado e da sociedade que é vítima, causadora e algoz de lesões aos direitos humanos todos os dias em todas as áreas, na questão do negro, da mulher, da criança, do idoso, das questões da violência ou que têm como plano de fundo a ideia da violência, seja ela do Estado ou social. Por nós termos interesse em todas essas áreas, interesse institucional, porque não é só uma demanda que nos chega e que muitas vezes somos

> impotentes para judicialmente resolver, é que viemos trazer para a sociedade essa questão, no sentido de como resolver, de que forma podemos nos agregar para podermos achar uma solução e para que a gente possa se conhecer e as pessoas poderem reconhecer a defensoria como uma instituição que defende os direitos humanos, que defende a população em situação de vulnerabilidade não só econômica, mas nos vários aspectos da vulnerabilidade (SP3).

A formação acadêmica e a pesquisa científica também fazem parte dos motivos que levaram os sujeitos entrevistados atuarem em direitos humanos, segundo o (SP2) ele participou do Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), e noutra ocasião fez mestrado "[...] relacionado a direitos humanos com o professor Dalmo Dallari, meu orientador, e escrevi uma dissertação que se chama *Direitos Humanos Contemporâneos,* que acabou se tornando até um livro que está indo para a 3ª edição [...]".

A Igreja Católica foi mencionada como grande impulsionadora da atuação em direitos humanos, pois quatro dos sujeitos entrevistados disseram que foi por meio do incentivo de pastorais e de padres que tomaram a decisão em atuar na defesa dos direitos humanos.

> A minha trajetória, sem eu entender o que estava acontecendo, vem desde criança por conta da atuação da minha mãe. Minha mãe tem uma atuação muito militante dentro das pastorais religiosas, dentro da religião católica ela atua na Igreja, atua com idosos, com crianças, sempre atuou e a gente sempre acompanhou isso. Sou do leste de Santa Catarina e participei quando criança, ainda pré-adolescente, de todo o movimento Pastoral da Terra sem entender necessariamente o que estava acontecendo, mas fui formada ali, fui formada pelas lideranças – pela formação e trajetória de vida dentro da igreja Católica, Teologia da Libertação (SP7).

O partido político, no caso o PT, foi apontado como sendo influenciador da atuação em direitos humanos, identificado no trecho "Eu viajei junto com o Partido dos Trabalhadores onde recebi uma série de informações, comecei a militar junto com a igreja e com os movimentos de moradia e começamos a formar os movimentos de moradia [...]" (SP8).

O isolamento da região Norte do país foi uma das questões que sensibilizou o SP5 a militar em prol dos direitos humanos, pois ao receber:

> [...] o convite do Padre Guilherme para entrar nos direitos humanos lá no Amazonas, larguei tudo! Larguei minha faculdade de medicina, minha família, e falei para o padre: “eu compro essa briga.” [...] E não estou triste lá, estou feliz, porque estou conseguindo abrir a mente das mães para denunciarem e encorajar, apesar de que ainda tem uma resistência porque lá é isolado, as pessoas têm medo de falar porque são retaliadas [...] (SP5).

A participação em movimentos sociais também é apontada pelos sujeitos da pesquisa, ao indicarem que a atuação em direitos humanos vem pelos movimentos de moradia, “minorias”, educação, alimentação, mulheres, Movimento Sem Terra.

> Hoje há pessoas que eram da minha cidade que é Quilombo, em Santa Catarina, que são lideranças nacionais do MST e de outros movimentos, das mulheres camponesas etc., e eram as pessoas com quem eu convivia na minha cidade, então fui formada nessa luta sem compreender muito bem o que era e aí fui me baseando (SP7).

Esses são os sujeitos entrevistados, portanto, são coautores não apenas desta tese, mas de uma luta histórica na construção dos direitos humanos no Brasil, eles são meus interlocutores direto, homens e mulheres que não se conformaram com as inaceitáveis violações de direitos, desta forma colocam-se na caminhada coletiva em busca da consolidação dos direitos humanos.

Desta maneira, a tese se desenvolve pela interlocução e interação entre teoria e prática, a partir do concreto da violação e da luta por direitos humanos, apresentados pelos entrevistados, documentos estudados e análises teóricas acumuladas. Assim, esta tese estrutura-se em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

Capítulo 1: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS – é analisada à luz da Teoria Social de Marx, ao avaliar os direitos humanos como um avanço para humanidade, porém se inscreve na perspectiva da emancipação política[17], e não da emancipação humana. Assim, a construção política dos direitos humanos aparece em uma conjuntura atuação nos meandros do sistema capitalista, portanto, a discussão da economia neoliberal é central para avaliar os avanços e os retrocessos em torno dos direitos humanos, que estão em disputa por meio de três projetos políticos na América Latina: conservador, neoliberal e democrático-

[17] Emancipação Política em Marx é a revolução política da sociedade burguesa, portanto, ela tem seu fundamento na sociedade civil. Noutras palavras, nas relações econômicas, na medida em que a emancipação política tem suas origens históricas na transição do sistema feudal para o sistema capitalista, a partir da compra e venda de força de trabalho.

participativo (sendo o último podendo vir a ser), o espaço possibilitador de mobilização e organização das classes trabalhadoras no capital, tendo perspectiva a emancipação humana.

Capítulo 2: POR UMA OUTRA HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL – é discutida a importância da história em direitos humanos no Brasil, ao pressupor a dor e a luta dos índios e negros, colocados como protagonistas da formação brasileira. Trata ainda da revolução francesa como ideário na luta por direitos humanos no Brasil, além de relacionar a sua influência com as revoluções populares brasileiras, mobilizadas pelas classes trabalhadoras (Cabanada, Balaiada e Praieira), além de tratar dos quatro períodos históricos os direitos humanos no Brasil desde o século do XX.

Capítulo 3: A POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2013) – é abordada a conjuntura política sobre a situação dos governos Lula e Dilma, uma década de disputa e tensão política em torno das pautas de direitos humanos no Brasil, que se intensificou ainda mais com o Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH-III, que foi alvo de debate entre os diversos segmentos da sociedade, e a partir de 2007 foram incorporadas cinco questões inconciliáveis[18], de acordo com as forças políticas em disputa no Brasil (movimentos sociais, igrejas, partidos, latifundiários, instituições policiais).

Capítulo 4: A CONSTRUÇÃO IDEOPOLÍTICA DO I FÓRUM MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS – é avaliada a disputa na construção do FMDH, ao resgatar a sua origem como aposta e resposta política da presidente Dilma Rousseff às pressões de diversos segmentos da sociedade, apresentam-se também os motivos que levaram os participantes irem ao Fórum (bandeiras de lutas e articulação de redes). Por último analisa-se o protagonismo no MNDH na construção do evento, uma decisão para além dos direitos humanos.

Busca-se com este estudo contribuir para a concretização dos direitos humanos e para o fortalecimento da democracia, a partir da análise crítica dos processos de organização e intervenção política como agentes de transformações sociais, capazes de impactar no campo da cultura política e na institucionalidade democrática do Estado. Outra intenção na realização desta tese é trazer a luta das

[18] As questões em disputa do PNDH III dizem respeito à garantia de direitos humanos para policiais; aborto ser tratado como caso de política de saúde; laicidade do Estado; educação sexual nas escolas; e criação da Comissão da Memória e Verdade.

classes trabalhadoras como elemento efetivo para o enfrentamento do neoconservadorismo[19], retrocesso cabal das conquistas no campo dos direitos humanos.

[19] A partir de Barroco (2011), nota-se que o neoconservadorismo é a reatualização do conservadorismo moderno tendo a influência das ideias neoliberais, que se apoia em mitos, que motivam o autoritarismo, a discriminação e a irracionalidade, expressando a sociabilidade burguesa. Netto (1991) acrescenta que o neoconservadorismo se moderniza através da realimentação das velhas teses disfarçadas de novas, de atuais. Para a autora, as transformações ocorridas a partir da década de 1970 com a ofensiva do capital em âmbito mundial alteraram as relações sociais e econômicas que se instauram um processo de degradação humana expressa na vida social. Neste contexto, apresentam-se manifestações contemporâneas como neofacistas: estupros coletivos, genocídios da população negra, torturas, dentre outras. Então, compreende-se que o neoconservadorismo visa legitimar ideologicamente a repressão a classe trabalhadora, a criminalização aos movimentos sociais e a militarização da vida, existe, portanto, a violência contra o outro e negação dele, ou seja, se nega o direito do outro poder existir como tal. Na atualidade, vivencia-se cotidianamente manifestações neoconservadoras, seja com práticas individuais, coletivas ou institucionais, por outro lado, temos também manifestações de resistência à desumanização e contra capital, e um exemplo são os direitos humanos.

CAPÍTULO 1 PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

La utopía en el horizonte.
Camino dos pasos, ela se aleja
Dos pasos y el horizonte se corre
Diez pasos más ala.
¿Entonces para qué sirve la utopía?
Para eso, sirve para caminar.

Eduardo Galeano

O debate teórico-político sobre a construção sócio-histórica dos direitos humanos se fará a partir das dimensões concretas das disputas, conflitos e consensos, em que se realizam ou não esses direitos. Esse processo constante de tensão é inerente à sua gênese e à sua desenvoltura, tendo em vista que se inscrevem numa sociedade marcada por lutas de classes e pela avassaladora desigualdade social.

Esta reflexão é parte significativa da base de análise sobre a temática central desta pesquisa, pois a dinâmica da sociedade brasileira, embora apresente particularidades dos perfis diferentes e até divergentes dos governos, está articulada numa direção político-social que corresponde, sobretudo, à mundialização do modo de produção e reprodução capitalista.

Com ênfase, esta "simbiose" perversa socioeconômica em escala internacional não está às cegas, ao contrário, tem direção de ação de um projeto político[20] firme e irredutível, suas bases se encontram no conservadorismo e na

[20] Ver Dagnino, Olvera e Pafichi, (2006). A partir de Gramsci, a noção de projetos políticos se expressam por meio de um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos e contém várias explicações. **A primeira** é o esforço de enfatizar a intencionalidade como componente da ação política, em que o papel do sujeito e da agência humana como dimensões fundamentais da política. Isso se justifica mais num tempo em que as concepções deterministas se veem reforçadas pela visão da implantação do projeto neoliberal, e do tipo de globalização a ele associado, como um processo naturalizado, o que obscurece seu caráter de resultado de ações política, eliminando assim a possibilidade de outras escolhas políticas. **A segunda** é o vínculo indissociável entre a cultura e a política. Os projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Assim, por exemplo, determinadas versões das noções que destacamos acima como temas principais da confluência perversa – sociedade civil, participação e cidadania – encontram raízes e, ao mesmo tempo, produzem ecos na lenta emergência de uma cultura mais igualitária que confronta as várias dimensões do autoritarismo social das sociedades latino-americanas. Outras reiteram sob novas roupagens as visões de uma democracia elitista e restrita que têm caracterizado o projeto dominante no continente nessas últimas décadas. Assim, os distintos projetos políticos, ao mesmo tempo em que se ancoram em configurações culturais existentes, também elaboram e introduzem novos

antidemocracia, combinação escamoteada ideologicamente, mas relevada imediata pelos processos de *"chumbificação"*, que significa na prática: o Estado bélico prontamente preparado para responder a quaisquer organizações e movimentações das classes trabalhadoras, por meio da criminalização dos movimentos sociais ao identificar, coagir, prender, torturar lideranças representativas dos diferentes movimentos sociais. Acrescido do inaceitável genocídio das populações negra, pobre, indígena, refugiados, imigrantes.

Esse processo cruel e aparentemente desenfreado é promovido pela cultura neoconservadora, veiculada cotidianamente especialmente pela grande mídia, que insiste em dizer que a única saída para a "humanização", e tudo o que precisa ser feito, é na engrenagem funcionalista desonesta e perversa do capital, ao colocar a desigualdade social como fenômeno natural, o que imobiliza a consciência dos sujeitos para que não percebam a verdadeira origem e história dessa desigualdade, além de desmobilizar em alta escala as formas organizativas dos trabalhadores no enfrentamento das distintas formas de opressão e na possibilidade de pensar formas anticapitalistas de convivência humana.

Para dialogar com essas dimensões complexas e atuais, serão abordadas neste capítulo as "velha-novas" facetas em responder à luta e às necessidades dos trabalhadores, com um atrofiado Estado social para os trabalhadores e um gigantesco Estado econômico para os capitalistas.

Mas, para essa combinação dar certo, é preciso criar e investir fortemente em um aparato bélico, tendo em vista que a criação e ampliação das políticas públicas não têm dado conta das desigualdades sociais – o Estado bélico é indispensável nas relações diplomáticas para aquecer o negócio estrutural, não só, mas sobretudo

---

elementos, tensionando e transformando o repertório cultural da sociedade. **A terceira** não se restringe a projetos partidários, por exemplo, mas se amplia para as representações, crenças e interesses em ações políticas, com distintos graus de explicitações e coerência. Essa flexibilidade permite a multiplicidade e diversidade dos sujeitos políticos envolvidos no processo de construção democrática e das suas diferentes formas de ação política, com frequência desconsideradas nas análises desse processo. **A quarta** menciona que os projetos políticos são projetos coletivos que se caracterizam fundamentalmente pela sua dimensão societária, no sentido de que contém visões de sociedade. Vale insistir que o seu caráter distintivo repousa na sua vinculação com a ação política, no fato de que os conteúdos de um projeto político orientam esta ação em suas diversas formas. Com efeito, a dimensão de classe tem um lugar evidente e exaustivamente estudado como elemento constitutivo dos projetos políticos.

dos Estados Unidos da América, comandado em grande parte pelas indústrias bélicas, além de responder prontamente ao receituário do Consenso de Washington[21] há mais de duas décadas.

É nessa perspectiva que este capítulo traz elementos constitutivos para subsidiar uma análise crítica em relação à perspectiva teórico-política dos direitos humanos para além do capital e conjuntura política dos direitos humanos na América Latina. Esse debate é fecundo para compreender a disputa na agenda de direitos humanos nos governos dos presidentes Lula e Dilma (2003-2013).

1.1 A construção política dos direitos humanos

Para discutir a imprescindibilidade dos direitos humanos no sistema capitalista, deve-se reconhecer a existência desses direitos anteriormente a este período histórico, tendo em vista que eram instituídos desde o final da Idade Média nas teorias do direito.

> Isso não significa que antes da modernidade não houvesse teoria dos Direitos Humanos – sabemos que existiu a teoria do direito natural entre os estoicos, a do direito subjetivo dos teólogos e juristas do final da Idade Média e a teoria da distinção entre direito natural e direito civil em São Tomás de Aquino, por exemplo. A diferença não está em desconhecer ou conhecer os direitos do homem e sim na inscrição desses direitos no real [...] (CHAUÍ, 1989, p. 19).

Há uma mudança estrutural na lógica dos direitos humanos na modernidade, pois esses são percebidos e "conquistados" como prática política, portanto, produto da ação humana, o que para Chauí é de importância, na medida em que na versão moderna:

[21] É um pacto dos países de primeiro mundo criado em 1989, pelos organismos econômicos internacionais e se tornou política oficial – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Pode ser visto como instrumento estrutural do projeto neoliberal.

> [...] os direitos do homem, os homens são ditos portadores de direitos, por natureza ou por efeito da lei positiva, isto é, os direitos são naturais ou civis, sendo estes últimos criados pelos próprios homens. Essa diferença é de grande envergadura porque nos permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas: trata-se da prática da *declaração dos direitos* (CHAUÍ, 1989, p. 19-20).

Isso não quer dizer que a

> [...] prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objetivo que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político (CHAUÍ, 1989, p. 20).

A luta por direitos humanos (não reduzidos à matéria do direito, mas como luta histórica para superar as atrocidades cometidas nas relações sociais, por aqueles que estavam submetidos a condições desumanas) antecede o próprio direito enquanto ciência, na medida em que a sua gênese se dá nas contradições expressadas por inúmeras violências cometidas contra negros, judeus, palestinos, índios, mulheres, homossexuais, religiosos, ciganos, crianças.

Assim, a luta por direitos humanos não se reduz à estratégia de resistência, mas também a construção de alternativas que possam enfrentar as suas próprias condições desumanas, e isso necessita ser permanente, pois vai para além de declarar direitos, requerendo pelejas cotidianas com direção política na esfera pública para a sua efetivação – a luta antecede o direito.

Embora se reconheça o hiato entre declarar e concretizar direitos humanos, dada a dinâmica perversa do modo de produção capitalista, o fato é que é inegável a importância das grandes revoluções para o nascimento dos direitos humanos, conforme declarados na modernidade, até mesmo porque esses processos “revolucionários” se deram na prática das disputas políticas mediante as contradições advindas dos distintos interesses da sociedade. Acrescido da inaceitabilidade da extinção humana, dado o risco iminente desencadeado pelas guerras, totalitarismo, fascismo.

> [...] De fato, na modernidade, encontramos declarações de direitos em situações revolucionárias: as revoluções inglesas em 1640 e 1688; a independência norte-americana; a Revolução Francesa de 1789; a Revolução Russa de 1917. Também encontramos a declaração de direitos no período posterior à Segunda Guerra Mundial, isto é, ao fenômeno do totalitarismo nazista e fascista, que conduzem à Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Dessa forma, a confirmação de que os direitos do homem se tornaram uma questão sócio-política está no fato de que as declarações dos direitos ocorrem nos momentos de profunda transformação social, quando os sujeitos sociais têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção. Enfim, o fato de que os direitos precisem ser declarados e que sejam declarados nessas ocasiões, indica relações profundas entre os Direitos Humanos e a forma do poder, a definição da violência e do crime e o medo (CHAUÍ, 1989, p. 20).

Portanto, seja qual for a crítica aos direitos humanos, não se pode descartar a sua importância frente ao conjunto de esforços que instituiu o complexo marco regulatório internacional desses direitos, não como “letra morta no papel”, mas como *práxis* da possibilidade concreta humana, ao ensaiar saídas diante das atrocidades por quais a humanidade já passou e passa, sobretudo a situação das classes trabalhadoras, ao serem submetidas à dinâmica infernal do modo de produção capitalista.

É perceptível a notoriedade da incapacidade orgânica dessas declarações em se realizarem universalmente no sistema capitalista, pois grande parte dos direitos declarados, em especial econômicos, sociais e culturais, jamais podem se consolidar pelo Estado burguês, sendo este estruturado pela base da “matéria-prima” que é a desigualdade social (valor afirmativo do capital).

> [...] Os autores clássicos afirmam que, por natureza, os homens são iguais e livres, mas ressalvam que, em estado de natureza, os homens não conseguem garantir seus direitos naturais; para garanti-los, recorrem ao contrato social, a partir do qual os homens decidem alienar seus direitos naturais a uma instância soberana que os transforme em direitos civis positivos, através das leis. Essa instância é o Estado (CHAUÍ, 1989, p. 20-21).

Para o desenvolvimento do sistema capitalista, a Declaração dos Direitos do Homem (1789) é fundamental como base de novas relações entre capital e trabalho. Assim, a constituição do direito não está em si, mas nos interesses relacionados ao modo de produção em que se estabelecem esses direitos, que na visão de Marx (2005)

> [...] o *reconhecimento dos Direitos Humanos* pelo *Estado moderno* tem o mesmo sentido que *reconhecimento da escravidão* pelo *Estado antigo*. Com efeito, assim como o Estado antigo tinha por fundamento natural a escravidão, o *Estado moderno* tem como base natural a sociedade burguesa, isto é, o homem independente, ligado ao homem somente pelo vínculo do interesse particular e da necessidade natural *inconsciente*, tanto pela própria como pela alheia. O Estado moderno reconhece esta sua base natural, enquanto tal, nos *direitos gerais do homem*. Todavia, ele não é o seu criador. Sendo como é, produto da sociedade burguesa, impelia por seu próprio desenvolvimento além dos velhos vínculos políticos, ele mesmo reconhece, por sua vez, seu lugar de nascimento e sua própria base mediante a *proclamação* dos Direitos Humanos [...] (MARX, 2005, p. 79).

Isso não significa dizer que Marx foi contra os direitos humanos, ao contrário, ele os coloca no campo dos avanços para a humanidade, porém a partir da emancipação política, estado em que se inscrevem esses direitos (enquanto declaração abstrata), portanto, mecanismo do Estado burguês – o que é uma revolução em relação ao sistema feudal, que tinha sua base de produção centrada na escravidão.

> [...] Longe de ter criticado a essência da emancipação política e de ter penetrado em sua relação determinada com a essência humana, teria chegado primeiramente ao *fato* da emancipação política, ao Estado moderno desenvolvido e, portanto, primeiramente, onde a existência do Estado moderno corresponde a sua essência, e, por conseguinte, onde se pode contemplar e caracterizar não só os *males* relativos mas, também os males absolutos, que constituem sua própria essência [...] (MARX, 2005, p. 81).

Ao analisar a emancipação política[22] *versus* emancipação humana, Marx (apud Tonet[23] 2010, p. 26) afirma que:

[22] Como afirma Caio Prado Jr, citado por Mazzeo (2015, p. 94): "Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas [...]".

[23] Com o intuito de apresentar um texto pouco conhecido de Marx, "Glosas Críticas Marginais ao Artigo: O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano, publicado nos dias 7 e 10 de agosto de 1844, no jornal alemão, nº 60, de tendência democrática, Vorwarts (Avante!).

> Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso e, embora não seja a forma mais elevada da emancipação humana em geral, é a forma mais elevada da emancipação humana dentro da ordem do mundo atual.

No entanto, Marx (2005) faz uma crítica contundente à própria concepção/ação da emancipação política da dita revolução, ao colocar a contradição posta nos debates da Assembleia Francesa (pódio do nascimento dos direitos humanos na modernidade), em relação aos interesses distintos e divergentes tensionados pelas religiões, ou seja, tem um enorme limitador na formulação da proposta da declaração, pois as religiões disputam de acordo com a sua moral doutrinária o campo político na construção desses direitos, o que revela que nem a *emancipação política* foi possível acontecer na totalidade embrionária revolucionária. Os direitos humanos na sua gênese moderna nascem faltando o principal, que é seu espírito político-democrático.

> [...] recordemos a contradição que evidencia, nos debates da Assembleia francesa, a contradição que "teria sido concebida" como contradição *geral*. Tratando-se, entre outras vias, de indicar um dia da semana em que as crianças deveriam ser eximidas do trabalho, indicou-se o *domingo*. Em vista disso, um deputado propôs que se omitisse da lei a menção do Domingo, como contrária à Constituição. O ministro Martin (duNord) viu nesta proposta a condição de declarar que o cristianismo deixara de existir. O senhor Crémieux declarou, em nome dos judeus franceses, que os judeus, em respeito à religião da grande maioria dos franceses, nada tinham a objetar contra a menção do Domingo [...].
> [...] segundo a livre teoria, os judeus são iguais aos cristãos, ao passo que, segundo esta prática, os cristãos possuem um privilégio sobre os judeus, pois, sendo assim, como poderia o Domingo, dia de festa dos cristãos, encontrar acolhida numa lei que se promulga para todos os franceses em geral? Por que o sábado dos judeus não haveria de ter o mesmo direito etc.? Também na vida prática da França nos deparamos com o fato de que, embora o judeu não se encontre realmente oprimido pelos privilégios cristãos, a lei não se atreve a proclamar esta igualdade prática. E, deste tipo, são todas as contradições da essência política que o senhor Bauer desenvolve na Questão Judaica, contradições do *constitucionalismo* que, em geral, é a contradição entre o moderno Estado representativo e o velho Estado de privilégios. [...] Ora, o senhor Bauer comete um equívoco fundamental quando, ao conceber esta contradição como uma contradição "geral", crê transportar-se da essência política à essência *humana*. Com isto, só transportaria da meia emancipação política à emancipação política total, do Estado representativo constitucional ao Estado democrático [...] (MARX, 2005, p. 81-82).

Nesse sentido, a lógica da concepção dos direitos humanos tem em si uma contradição posta (enquanto emancipação política), devido à sua constituição histórica ao responder aos interesses, sobretudo das religiões, com isso deixa de fora do debate do Estado democrático a totalidade dos interesses sociais. Noutras palavras, a crítica central de Marx é que não houve uma ruptura completa do Estado representativo constitucional (feudo) para o Estado de Direito (capital), na medida em que as tensões e pressões das religiões na Declaração Francesa foram postas como parâmetro para toda a sociedade.

Mas, afinal, na prática, o que muda do Estado representativo para o Estado de Direito?

> [...] o social, o político e a história são percebidos como obras dos próprios homens, verifica-se também que as relações sociais não foram ordenadas por Deus ou pelo Diabo (não nos esqueçamos de que, para Santo Agostinho, a comunidade dos Justos – Igreja – é ordenada por Deus, enquanto a cidade dos Injustos é ordenada pelo Diabo, pelo pecado, por Caim), mas nasceram da ação social de grupos divididos e, sobretudo de indivíduos isolados. Assim, ao lado do medo de Deus e do Diabo e do medo à Natureza, os homens passam a ter um medo fundamental: têm medo uns dos outros enquanto seres humanos. Donde as teorias políticas modernas do "homem lobo do homem" e da "guerra de todos contra todos". O medo, que antes era teológico-político, torna-se medo sócio-político e medo do humano ou como dizia Riobaldo: "Tenho medo de homem humano" (CHAUÍ, 1989, p. 18).

A noção do medo contemporâneo, portanto da modernidade, é uma chave de análise importante para compreender a necessidade desse Estado de Direito. Para Chauí (1989), tendo em vista que a vida humana é percebida como construção concreta da ação do homem, que se dá nas relações sociais e políticas, a partir do modo de produção capitalista, ocasiona no sujeito o medo da velocidade do tempo (sensação de devedor-incapaz), das mudanças avassaladoras (precarização das condições de trabalho), perdas contínuas de referências fixas (democracia, direitos conquistados) – assim, o tempo e a história provocam medo.

> O surgimento da modernidade significa o advento do social como social, do político como político e do histórico como histórico. Confirmando o homem como sujeito social, político e histórico, desloca o medo fundamental para o interior da própria sociedade, e faz com que nasça, simultaneamente, o pensamento moderno sobre os direitos do homem. Consequentemente, as teorias modernas do direito pensam o direito como garantia jurídica, social e política contra o medo que os sujeitos sociais têm dos outros sujeitos sociais.

> [...] No caso da modernidade, o que se afirma é que o medo recíproco entre os homens e os crimes que cometem uns contra os outros, carece de um fim e requer para isso uma instância, separada deles, à qual se possa conferir o direito do exercício da vingança como vingança social, que, para se realizar, depende da clara definição dos direitos e deveres dos homens enquanto indivíduos vivendo em sociedade, ou seja, dos direitos do homem enquanto homem e enquanto cidadão. A definição aqui é condição *sine qua non* para que os homens, livrando-se do medo recíproco, não caiam nas garras de um medo ainda mais forte, isto é, o medo da arbitrariedade do poder (CHAUÍ, 1989, p. 18-19).

Nesse sentido, Hobsbawm (2011), ao pensar como mudar o mundo, a partir de reflexões em volta das contribuições de Marx e do marxismo, traz um elemento importante ao concentrar-se em Gramsci como teórico político: afirma que este é um teórico de como as sociedades deveriam ser fundadas ou transformadas. Entre os teóricos marxistas, foi Gramsci quem percebeu a importância da política como uma dimensão especial da sociedade, e porque ele compreendeu que a política envolve mais que o poder.

Neste contexto, Alves (2010) destaca ainda a categoria de Gramsci de hegemonia[24], que contribui para pensarmos as diferentes configurações sociais que se apresentam em distintos tempos e espaços, ou seja, ponto central para analisar as relações sociais e os direitos humanos, à medida que a sociedade civil ganha centralidade e a ideologia aparece como constitutiva das relações sociais. Assim, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passam pela consideração da centralidade dessas categorias.

Ainda com base na categoria de hegemonia de Gramsci, pode-se trazer para a discussão de “guerra de posição”, que responde às características históricas das novas lutas políticas no mundo depois das Guerras e da Revolução de Outubro na Rússia (1917), ou seja, os espaços políticos na sociedade são conquistados rumo ao socialismo democrático-pacifista, mediante a substituição do Estado burguês pelo Estado socialista.

No campo da construção dos limites e possibilidades dos direitos humanos, a noção dos processos constitutivos da “guerra de movimento” e “guerra de posição” de Gramsci é fundamental, pois a luta na defesa dos direitos humanos poderá se

[24] Para Gramsci, a hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura (relações sociais) e superestrutura (ideias, costumes, comportamentos morais, vontade humana), distanciando da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando assim a centralidade das superestruturas para análise das sociedades avançadas.

constituir em uma guerra em posição, movimento de organização das classes trabalhadores em uma pauta, e que mediante isso poderá ampliar as consciências dos sujeitos e criar estratégias de fortalecimento para que se construa a guerra de movimento, ou seja, desenvolver a luta revolucionária capaz de superar a ordem burguesa.

Essa noção crítica de direitos humanos a partir dos processos sócio-históricos instituídos nas contradições dos interesses da sociedade, certamente não é a perspectiva teórico-política hegemônica “aceita” ou propalada em larga escala na esfera educacional e cultural, na medida em que a estrutura do Estado moderno assume como parâmetro de seu desenvolvimento uma perspectiva conservadora, o caso do direito é exemplar,

> [...] para compreendermos a hegemonia da regulação sobre a emancipação. O direito – mostra Boaventura de Sousa Santos – é, simultaneamente, um mosaico de retórica, violência e burocracia, em que a prevalência de um ou de outro elemento varia conforme a presença e a ausência de democracia na sociedade em que o Direito opera [...]. Por isso mesmo, a constituição, o desenvolvimento e a crise do paradigma da modernidade têm no jurídico um dado fundamental, pois teria sido um componente estratégico no processo perverso e fracassado de solução das contradições do projeto moderno, no qual a regulação sobrepôs-se à emancipação (CHAUÍ, 2013, p. 26).

Com ênfase, não será na regulação do direito em si, como estratégia de mediação das classes sociais no Estado moderno, que serão assegurados direitos humanos, pois estes pressupõem luta política para a sua constituição e sua consolidação. Noutras palavras, assim como a luta dos escravos pela sua libertação era antagônica ao colonialismo, a luta por direitos humanos enquanto realização da vida cotidiana é antagônica ao capitalismo – jamais haverá direitos humanos para todos os humanos numa sociedade marcada por classes sociais.

Essa análise não é demasiada, pois a sociedade capitalista que defende a:

> [...] universalização dos direitos aos homens “livres e iguais” é a mesma que inviabiliza sua efetivação para todos, uma vez que a acumulação é a sua base fundante.
> A centralidade da inscrição particular da história social da luta pelos Direitos Humanos está dada pela contradição capital x trabalho (VINAGRE; PEREIRA, 2007, p.51).

Portanto, é possível afirmar que o arcabouço dos pressupostos fundantes dos direitos humanos, tais como: universalidade[25], inviolabilidade[26], inalienáveis[27], indivisíveis[28] e interdependência[29] estão bem longe de serem assegurados na realização da vida cotidiana, embora sejam base principiológica dos acordos internacionais, dado a sua incompatibilidade com o desenvolvimento maduro do capitalismo (ofensiva neoliberal).

> As relações humanas no mercado adquiriram precedência sobre todas as outras. No plano ideológico, enquanto os porta-vozes mais toscos do pensamento "único" neoliberal investe abertamente contra os Direitos Humanos, os arautos mais sofisticados do neoliberalismo dedicam-lhes condescendência apropriada ao romantismo fora de moda. É como se tivesse concluído que se tornou mais eficiente "acatá-los" para melhor desacatá-los. Contudo, se o discurso dos Direitos Humanos se mantiver como crítica da sociedade, somar-se a todos os outros discursos libertadores e converter-se em práxis ativa da irresignação dos explorados, oprimidos, humilhados e excluídos, cumprirá certamente papel transformador. A voz do conformismo, não obstante sua força alienante, tem limites na própria realidade que busca conservar (TRINDADE, 2011, p. 212).

1.1.1 A questão social e os direitos humanos

Para compreender o (des)compasso das expressões da questão social em relação aos direitos humanos e vice-versa é imperioso tomar como base de análise a sociedade de classes, campo concreto em que os projetos políticos tensionam e disputam (entre si) pela *hegemonia* – aqui pensada como característica básica do conceito gramsciano. Coutinho (1996) expressa que na afirmação em uma relação hegemônica ocorre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, do interesse comum sobre o interesse privado. Gramsci define a política como "catarse", entendendo essa última como o momento em que se passa do nível egoístico-passional, do interesse meramente corporativo, ao nível ético-político, ou seja, àquele nível onde efetivamente têm lugar relações de hegemonia e onde

[25] Aplicados de forma igual para as pessoas sem distinção.
[26] Não podem ser desrespeitados por leis ou por atos de autoridades públicas.
[27] Os direitos humanos não podem ser doados, vendidos ou transferidos.
[28] A violação de um direito afeta a garantia de outro (inter-relacionados e interdependentes)
[29] Os direitos humanos estão ligados uns aos outros, portanto, não podem ser garantidos de modo isolado, mas dentro de uma totalidade.

prepondera o interesse universal (ou universalizador) sobre o interesse meramente privado.

Essa noção de hegemonia enquanto construção sócio-histórica dos direitos humanos requer necessariamente formação política em uma direção cultural que busque incessantemente o “bem comum”, o que implica dizer que não pode haver cisão entre o pensamento e ação, ou ainda, a divisão dos que pensam política e outros que apenas a executam. Noutras palavras, os direitos humanos serão assegurados não somente no campo da execução, mas também no campo de sua concepção e elaboração, enquanto ação político-social de todos os humanos.

Mas, na sociedade capitalista:

> Os cidadãos são diferenciados em duas grandes categorias: a dos dirigentes, que sabem e que têm o direito ao uso da razão, e a dos executantes, que, considerados como os que nada sabem, não têm direito ao uso da razão. Essa divisão social entre competentes e incompetentes não fere apenas as declarações dos Direitos Humanos, mas também um dos mais importantes princípios na concepção moderna dos direitos: o que afirma que somente graças à razão e ao pensamento esclarecido os homens podem livrar-se do medo resultante da ignorância e da superstição. Em nossas sociedades, a articulação entre direito e propriedade privada e entre direito e apropriação privada do saber e da razão condena a maioria da sociedade ao medo. Não por acaso, muitos estudiosos mostraram como, sob a aparência da democratização do pensamento pelos meios de comunicação e de informação, o que se produziu foi uma das mais poderosas máquinas de intimidação social, pois os sujeitos sociais são, ao mesmo tempo, excluídos do direito de produzir conhecimentos ou de exprimir seus conhecimentos, e forçados a aceitar regras de vida ditadas pelos especialistas, possuidores dos conhecimentos, correndo o risco, caso não aceitem tal imposição, de serem considerados associais, detrito, lixo ou perigo para a sociedade (CHAUÍ, 1989, p.25-26).

Desse modo, a Teoria Social é contemporânea, pois traz elementos constitutivos para uma análise de conjuntura crítica em relação à importância de continuar lutando em primeira instância pelos direitos humanos (possibilidade no capital), embora se reconheça que sejam inerentes à sociedade burguesa, jamais poderão ser efetivados universalmente na mesma, dado o valor central de seu projeto neoliberal, que é a desigualdade social – o capitalismo em Marx (1986) pode ser considerado como proprietário em primeira mão de toda a riqueza social (socialmente construída).

> [...] O moderno "*estado de coisas público*", o Estado moderno acabado, não se baseia, como ente a Crítica, na sociedade dos privilégios, mas na sociedade dos privilégios *abolidos e dissolvidos*, na *sociedade burguesa* desenvolvida, na qual se deixa os elementos vitais em liberdade, ao contrário do que ocorria na sociedade dos privilégios, onde se encontravam ainda politicamente vinculados (MARX, 2005, p. 83).

É imprescindível reconhecer que no sistema capitalista é impossível garantir direitos humanos para todos, tendo em vista que a sua estrutura se passa por interesses divergentes de classes sociais, o que forja conflitos e tensões políticas no campo da construção dos direitos humanos.

Barroco (2008) aponta para os limites e as possibilidades na construção do amanhã, chamando atenção para a ideologia do projeto neoliberal, que vem demonstrando a história como fenômeno natural de desenvolvimento da sociedade, o que implica manipular a consciência do sujeito em se apropriar da história como processos político-sociais, ou seja, vem colocando no imaginário humano a história como sendo a-histórica:

> O capitalismo contemporâneo se caracteriza pela extrema fragmentação dos processos sociais e de suas mediações e contradições. Sem a devida apreensão dos vínculos sociais que sustentam as relações dos indivíduos no tecido social, o senso comum e as teorias que adotam como fundamento negação desses vínculos ocultam a relação entre os indivíduos sociais e sua condição de classe, sua inserção no mundo do trabalho, negando a sua capacidade de forjar o amanhã; ignoram a processualidade histórica, afirmando a vigência do efêmero, a inexistência de um futuro projetado politicamente. O discurso universal abstrato dos Direitos Humanos, evidenciado pela ideologia neoliberal, é a forma de pensar dominante desse contexto (BARROCO, 2008, p. 13).

É nesse contexto que os direitos humanos estão imbricados com a chamada questão social, pois ao relacioná-los e problematizá-los é perceptível a contradição, tendo em vista que a superação da questão social e a efetivação (de grande parte) desses direitos não poderá ocorrer no capital, devido a sua essência de desigualdade social, vetor estruturante para alargar cada vez mais os superlucros, em especial das empresas que comandam o capital internacional.

A questão social pode ser concebida como um conjunto de expressões produzidas das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção,

contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Yazbek (2004) assegura que, ao colocar a questão social, está colocando a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Assim, põe em pauta, portanto, a luta pela apropriação da riqueza social.

A questão social é promovida no cerne do sistema capitalista e traz duras implicações para a condição humana, conforme aponta Valdivia (2012), ao dizer que:

> O capitalismo como sistema econômico foi construído historicamente e tem na sua gênese a "esculhambação social", lastreada pelas suas expressões inaceitáveis, advinda da "Questão Social", que promove em larga escala o desenvolvimento econômico a partir da base principiológica do seu projeto hegemônico, que impacta negativamente em todas as dimensões da vida, em especial a vida humana (VALDIVIA, 2012, p. 45).

Nesse sentido, Löwy (2005) menciona a incompatibilidade do sistema capitalista com os direitos humanos, em especial aqueles relacionados ao meio ambiente:

> [...] a racionalidade limitada do mercado capitalista, como seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos círculos naturais. Não se trata de opor os "maus" capitalistas aos "bons" capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais (LÖWY, 2005, p. 49-50).

Netto (2001) afirma que, para a superação da ordem burguesa, será preciso vontade e iniciativa política que, mediante novos padrões organizativos, possa-se mobilizar e (auto)direcionar massas de milhões de sujeitos para empreender a construção de uma ordem societária que erradique as bases estruturais da ordem vigente.

Desse modo, os direitos humanos não são abstratos, na medida em que foram instituídos socialmente para consolidar o projeto de Estado burguês, e, mais adiante, pelas injustiças e desigualdades sociais, promovidas em alta escala pela violência inerente a reprodução do sistema capitalista, ao forjar guerras e disputas entre nações.

Com efeito, Barroco (2012), ao analisar a defesa dos direitos humanos na atualidade, afirma categoricamente que:

> À compreensão histórica dos DH nos leva a considerar os limites na sociedade burguesa, possibilitando o desvelamento do seu significado contraditório. Este reside na afirmação da universalidade dos direitos em uma sociedade fundada na desigualdade estrutural, ou seja, em uma sociedade onde a riqueza social não é apropriada pela totalidade. Compreender essa contraditoriedade significa saber que a defesa dos DH pode servir à apologia do capitalismo, à legitimação ideológica de interesses de dominação e ao ocultamento das formas de degradação da vida humana. Contudo, o reconhecimento dos seus limites não deve levar à sua negação absoluta: entendidos como conquistas dos trabalhadores e grupos sociais discriminados, os DH podem ser tratados como *estratégias de resistência* (BARROCO, 2012, p. 66).

É nessa perspectiva que Iamamoto (2009, p. 16) coloca a contradição dos direitos humanos em relação ao capital, pois a luta afirmativa dos direitos na atualidade também é "uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais".

Daí a importância de fortalecer o campo do projeto político democrático-participativo, tendo como perspectivas contribuir com processos formativos críticos e propositivos capazes de desvelar os níveis de alienação que foram introduzidos nos processos de escolarização, de modo geral, por meio de ideologias conservadoras, que favoreceram o escamoteamento das contradições sociais, principais promotoras da violação dos direitos humanos.

Mészáros aponta para:

> As determinações estruturais objetivas da normalidade da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a "educação" contínua das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, "internalizando consensualmente" com isso a proclamada inalterabilidade da ordem natural estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p. 81).

A naturalização da desigualdade social e da violência (eixos centrais do capitalismo) deixaria de ser óbvia e percebida rapidamente,

> [...] se não fosse a desmobilizante cobertura ideológica criada pelos interesses dominantes entre os membros das classes subordinadas, com a participação ativa de muitos de seus líderes e teóricos [...] que é impossível tornar reais as potencialidades socialistas de que está

> carregado nosso tempo histórico sem ativar o poder da ideologia emancipadora. Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar “conscientes de seus interesses”, muito menos de “lutar por eles” – em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das “outras” partes do único mundo real – até uma conclusão positiva (MÉSZÁROS, 2014, p. 546).

Nesse sentido, Chauí (1989), ao discutir a contribuição de Marx para se compreender e transformar a sociedade moderna, diz que é necessário encontrar-se com a questão relativa do poder, na medida em que Marx vai indagar de como se dá a passagem da relação pessoal de dominação à dominação impessoal por meio do Estado e, portanto, da lei e do direito. Como se explica que a relação social de exploração se apresente como relação política de dominação legal, jurídica e impessoal? E como se explica que vivemos em sociedades nas quais as desigualdades econômicas, sociais, culturais e as injustiças políticas se ofereçam como não sendo desigualdades nem injustiças, porque a lei e o Estado de Direito afirmam que todos são livres e iguais? Como explicar que as desigualdades, a exploração e a opressão, que definem as relações sociais no plano da sociedade civil, não apareçam dessa maneira nas relações políticas definidas a partir do Estado pela lei e pelo direito? Como explicar que o direito produza a injustiça? Como explicar que o Estado funcione como aparato policial repressivo, cause medo em vez de nos livrar do medo?

1.1.2 Conjuntura dos direitos humanos nos meandros do neoliberalismo

Para analisar a situação dos direitos humanos na particularidade brasileira, é imprescindível compreender a dinâmica internacional em relação às imposições macroeconômicas, sobretudo àquelas estruturantes do projeto neoliberal.

Com ênfase, a chave de análise não está meramente na gênese dos direitos humanos, enquanto mecanismo para a criação do Estado burguês, mas também na sua contradição em relação ao sistema capitalista, na medida em que os mesmos jamais poderão ser consolidados para todos membros de uma sociedade marcada pela divisão de classes sociais.

Mas, para uma melhor compreensão desta contradição, é importante salientar a tensão entre duas principais dimensões dos direitos humanos concebidas na

Declaração do Homem e do Cidadão (1789), na medida em que o art. 1º diz que “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum” e o art. 2º concebe “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.” Assim, é notória a contradição posta, tendo em vista a disputa dos interesses concretos políticos, que na prática são inconciliáveis.

O homem de que trata a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (fruto da Revolução Francesa) não é abstrato, embora que aparentemente seja, mas trata do direito de um homem concreto, portanto, inserido em uma classe social, ou seja, a igualdade e a liberdade não eram para todos (ricos e pobres), senão para os humanos burgueses (detentor dos meios para tal condição).

> Os Direitos Humanos de “liberdade”, “fraternidade” e “igualdade” são para Marx, como observa Mészáros (1993, p. 207), problemáticos não por si próprios, mas em função do contexto em que se originam, “enquanto postulados ideais abstratos e irrealizáveis, contrapostos à realidade desconcertante da sociedade de indivíduos egoístas”. Melhor dizendo, para Marx, lembra Mészáros (Ibid.), é extremamente complicado acreditar que “uma sociedade regida pelas formas desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados à concentração de riquezas e poder em um número cada vez maior de mãos”, possa defender os Direitos Humanos. Não por acaso, Marx menciona que, os chamados Direitos Humanos em sua forma autêntica, sob a forma que lhes deram seus descobridores norte-americanos e franceses, [nada mais são que] direitos políticos, direitos que só podem ser exercidos em comunidade com outros homens. Seu conteúdo é a *participação na comunidade* e, concretamente, na comunidade *política*, no *Estado* [...] (MARX; MÉSZÁROS, apud FREIRE, 2012, p. 152).

É nessa perspectiva que a luta por direitos humanos para todos deve ser constante, e, portanto, sempre inoportuna no capitalismo, dados os interesses estabelecidos nos conflitos e tensões dos interesses de classe.

Assim, essa tensão permanente não se encontra no conteúdo do direito (letra no papel), pois esse abstrai o conteúdo de classe social. Então, onde se encontra o problema que ocasiona tanto conflito? Ora, na prática cotidiana! Expressa na luta por direitos para todos, na medida em que a luta dos trabalhadores passa a se apropriar e exigir determinados direitos.

> A integridade humana – seja concebida marxisticamente como um processo sempre inconcluso de construção histórica, seja pensada jusnaturalisticamente como dimensão de uma dignidade imanente à condição de pessoa humana, seja situada positivisticamente como prescrição legal de Direito -, a integridade humana não se viabiliza sem trabalho assegurado, sem garantia de alimentação, sem moradia adequada, sem educação formal, sem saúde assistida. E não existe liberdade sem essas condições (NETTO, 2009, p. 10).

Daí a pressão entre as classes sociais, pois enquanto os direitos estão no papel, é tranquilo e favorável aos que dominam a produção do capital, virando problema para os burgueses quando a classe trabalhadora tensiona para garantir na prática os direitos para além dos humanos burgueses.

Se por um lado os direitos humanos foram estruturantes para o nascimento do capitalismo, por outro há contradição e tensão permanente para a sua efetivação, pois a violação desses direitos é inerente ao desenvolvimento perverso e desumano do capital – a chave de análise está na forma de se manter o modo de produção, que é o lucro, em detrimento da vida humana –, ocasionando a retirada da humanidade do humano, desprovido nos meios de reprodução capitalista – isto é, a desumanidade.

Não é demasiada tal afirmação, na medida em que a análise de Anderson (1995) assinala para o grande valor positivo do capitalismo (neoliberalismo) – a desigualdade social tendo como objetivo central o desmonte do Estado de *Bem Estar Social*, o que é favorável para criar um exército de reserva de trabalho para quebrar a organização dos trabalhadores.

Na convicta análise sobre o neoliberalismo, Anderson (1995, p. 24) é contundente ao criticar a ideia que “A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com contenção de gastos com bem-estar, e a restauração ‘natural’ de desemprego [...]”.

Assim, uma nova e saudável desigualdade social contribuiria para as economias avançadas em escala mundial na lógica de superlucros. Anderson (1995, p. 24) diz que o “[...] remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

> Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (BARROCO, 2015, p. 626).

O projeto neoliberal, apesar de ser "recente[30]" na história e aparentemente preocupado apenas com ganhos lucrativos em escala mundial, a qualquer custo, vincula-se e tem na sua base de reprodução o conservadorismo[31], inclusive desencadeia, em suas formas mais perversas, resquícios das sociedades antigas.

Chauí citada por Barroco (2011, p. 207):

> A insegurança e o medo levam ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e clã como refúgios contra o mundo hostil, ao retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e à adesão à imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, se oculta a luta de classes e fecha-se o espaço público, que se recolhe diante da ampliação do espaço privado (BARROCO, 2011, p. 207).

A análise da totalidade, campo explicativo do desastre "humano", provocado pelo sistema capitalista neoliberal, em negar e aviltar as conquistas sociais pactuadas pelos trabalhadores e burguesia, precisa considerar as particularidades da prática cruel, na medida em que a:

> [...] ofensiva (neo)conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, contando com grande chance de incorporação por atividades sociais que prescindem da razão em decorrência da crença em dogmas, a exemplo das religiões. Nesse sentido, quando se trata de avaliar questões que remetem a valores morais, os (neo)conservadores são moralistas, ou seja, intolerantes, preconceituosos e, no limite, fundamentalistas (BARROCO, 2015, p. 631).

[30] Idealizado na obra *O Caminho da Servidão*, de autoria de Friedrich Hayek, desde 1944.

[31] Compreende-se que a reprodução do conservadorismo tem sua base sócio-histórica na sociedade burguesa, consolidou-se a partir da Revolução Francesa, através do pensamento conservador que marca até hoje a sociedade, pois a ideologia determinante da sociedade burguesa é a "ideologia conservadora".

Essa base neoconservadora faz parte da “máquina” político-econômica neoliberal de destruir direitos humanos em escala mundial, seus impactos são incomensuráveis, sobretudo para a classe trabalhadora, devido à produção desenfreada da desigualdade social, da quebra do Estado de Bem-Estar Social e de um Estado capacitado e estruturado para barrar a organização da classe trabalhadora.

1.2.1 Os impactos da perversidade em âmbito mundial do projeto neoliberal: destruição dos direitos humanos

A pretensão de refletir sobre a perversidade em âmbito mundial do projeto neoliberal em relação aos direitos humanos, não é escalonar por continentes e nem muito menos abordar todos os grandes acontecimentos e impactos originados pelo neoliberalismo, mas de considerar como se dá o modo de produção do capitalismo maduro[32] em detrimento da vida humana revelado nas violações de direitos humanos em diversos lugares do mundo, inclusive do berço desses direitos – França.

Nesse sentido, Wacquant (2001) avalia que a Europa nos anos 1980 teve uma onda aparentemente incontível de sentimento racista – na França, houve grande hostilidade “anti-árabe” e motivou um aumento nos ataques racistas.

> [...] Os debates sobre a criminalidade e o policiamento nas ruas foram “racializados” a ponto de a inquietação e a violência pública serem cada vez mais percebidas como problemas essencialmente “negros” (Solomos, 1988). Enquanto isso, nos Estados Unidos, uma reação de ampla escala contra os avanços conquistados pelas chamadas minorias (principalmente os afro-norte-americanos, mas também os grupos latinos e asiáticos), na esteira do movimento dos Direitos Civis dos anos 1960, levou a uma notável deterioração das relações raciais, registrada *interalia* pela escalada dos crimes racialmente motivados ou “de ódio”, pelo medo generalizado dos homens negros na rua [...] (WACQUANT, 2001, p. 26).

É nesse contexto sócio-histórico inaceitável em que, sobretudo, se deve atentar para a violação de direitos humanos cometida contra negros e imigrantes em

[32] Na concepção de Madel, o capitalismo maduro representa o desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, iniciado em 1945, e que se exaure pelo fim do seu papel civilizatório, devido ao aprofundamento da desigualdade social e das contradições levam a barbárie da vida social.

grandes partes do mundo (estratégia do capital), como resposta pública (Estado) dos países de primeiro mundo aos trabalhadores.

> [...] Um olhar mais atento à sua anatomia sugere que tais desordens, em proporções diversas conforme o país, combinaram duas lógicas: a do protesto contra a injustiça racial com raízes no tratamento discriminatório – de uma quase-casta estigmatizada nos Estados Unidos, dos imigrantes "árabes" e outros imigrantes de cor na França e na Grã-Bretanha – e a dos pobres que se levantam contra a *privação econômica e as desigualdades sociais* crescentes com a arma mais efetiva, quando não a única de que dispõem, notadamente a ruptura da vida civil com o recurso direto à força (WACQUANT, 2001, p. 27).

O projeto neoliberal revela-se pela sua incapacidade, em parte, pois ressurgiu com força avassaladora com a promessa de tirar o capitalismo avançado de uma recessão profunda, sem antecedentes desde a Segunda Guerra Mundial, Anderson (1995, p. 34) afiança que economicamente o neoliberalismo "[...] fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais [...]".

> [...] os milhares que, durante o levante em Los Angeles, pilharam supermercados e pequenos shoppings em chamas no bairro South Central, estavam longe de serem todos negros: mais da metade das primeiras 5 mil prisões eram de latinos e 10%, de brancos. O motim não foi exclusivamente um protesto afro-norte-americano contra a flagrante discriminação racial perpetrada pela polícia e posteriormente confirmada por um notório erro judicial. Foi também uma "revolta da fome" contra a pobreza, a carestia e as severas agruras materiais trazidas pela recessão econômica e pelos cortes nos programas governamentais, como testemunharam os latinos e mesmo os asiáticos e brancos que podiam ser vistos na televisão enxameando em torno de lojas saqueadas em busca de mercadorias gratuitas [...] (WACQUANT, 2001, p. 28).

O projeto neoliberal com a sua promessa de reerguer os "anos de ouro do capital" desmontou a construção do próprio capitalismo (pactuação entre o trabalhador e burguesia), as experiências do *Welfare State* ruíram (sem muito barulho) em solo fértil (França e Grã-Bretanha), na medida em que o berço dessas experiências foi afetado diretamente pelo crescimento da pobreza, do desemprego, concentração de renda.

> Na França, a desigualdade de renda aumentou pela primeira vez no pós-guerra, apesar de uma série de medidas de transferência social implementadas pelo governo socialista. À medida que inchavam as fileiras dos "Golden Boys" no Palais Brogniard, juntamente com os valores das ações e dos bens imobiliários, aumentava o número de desempregados, de sem-casa e de destituídos. Hoje, segundo estimativas oficiais regularmente divulgadas pela mídia, três milhões de franceses vivem na pobreza, 300 mil estão privados de moradia regular e meio milhão são beneficiários do plano nacional de rendimento mínimo garantido (RMI). Nos noticiários nacionais, relatos de "trabalhadores" e sindicatos em greve para defender seus salários e benefícios e benefícios sociais foram substituídos pela discussão da "exclusão" e por sombrias avaliações sobre as agruras dos Ristes, termo cunhado para expressar a nova realidade da rejeição quase-permanente no mercado assalariado. Na Grã-Bretanha, a economia baseada na oferta (supply-side) e os cortes nos gastos sociais do Estado causaram igualmente uma redistribuição de riqueza para cima e uma aguda divergência de padrões de vida entre classe trabalhadora e classe alta, assim como entre as regiões. A parte norte do país foi dramaticamente empobrecida, ao mesmo tempo que entraram em colapso as economias regionais de grandes cidades como Manchester, Liverpool e Glasgow [...] (WACQUANT, 2001, p. 30).

Esse fenômeno neoliberal mexeu estruturalmente com o histórico império capitalista – os Estados Unidos –, que respondeu prontamente aos interesses burgueses em concentrar benefícios pagos com dinheiro público aos empresários e aos grupos específicos, o que para o economista italiano Luigi Zingales[33] isso pode ocasionar uma distorção econômica. Portanto, Zingales defende a ideia de governos mais voltados ao pró-mercado (o que beneficiaria toda a população) e não somente aos empresários (o que ocorre na atualidade).

Essa tomada de decisão desigual e no limite, desumana, afeta substancialmente milhares de trabalhadores que vivem abaixo da linha de pobreza nos Estado Unidos, em especial as famílias negras e latinas.

> Ao contrário dos períodos anteriores de crescimento econômico, a expansão desigual dos anos 1980, onde ela ocorreu, fracassou em "içar todos os botes", produzindo em vez disso uma cisão cada vez mais profunda entre ricos e pobres e entre os empregados com estabilidade nos setores centrais e de classe média da economia e os inseridos nas margens de um mercado de trabalho cada vez mais inseguro, de baixa qualificação e de serviços. Nos Estados Unidos,

[33] Entrevista em 11 de junho de 2015, publicada em *O Estado de S. Paulo*, "Capitalismo nos EUA está em crise", por Luiz Guilherme Gerbelli. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,capitalismo-nos-eua-esta-em-crise---imp-,1704033>. Acesso em: 15 jun. 2016.

> essa brecha cresceu de forma tão pronunciada que é prontamente palpável nas ruas das grandes cidades – onde mendigos e sem-teto tornaram-se visão comum mesmo nos opulentos distritos empresariais – e nos extremos de luxo e carência – alta sociedade e guetos sombrios –, que floresceram e decaíram lado a lado. Assim, enquanto a parcela da riqueza nacional correspondente a 1% dos norte-americanos mais ricos dobrou em uma década, saltando de 17,6% em 1976 para 36,3% em 1989, há mais gente vivendo abaixo da "linha de pobreza', em 1992, do que em qualquer outra época desde 1964: 36 milhões de pessoas, incluindo uma em cada três famílias negras ou latinas" (WACQUANT, 2001, p. 29-30).

O projeto neoliberal vem causando profunda cisão entre ricos e pobres nos Estado Unidos (sobretudo os pobres negros e latinos), os ricos dobraram seus rendimentos, enquanto a classe trabalhadora diluiu-se em mais de 36 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Essa realidade pode ser vista a olhos nus nas ruas e guetos do temido e destemido império capitalista.

> A conjugação de desigualdade étnica com a inclusão de classe nos enclaves urbanos decadentes e desprovidos de recursos organizacionais de formação de identidade e de resolução de reivindicações promete produzir mais inquietação, lançando um desafio atemorizador à instituição da moderna cidadania por vários anos. A cidadania, na famosa formulação de T.H. Marshall (1964), serviu essencialmente para mitigar as divisões de classes geradas pelo mercado: é a extensão da cidadania, do domínio civil para o político e o social, que "alterou o padrão de desigualdade social" e ajudou a tornar a sociedade avançada relativamente pacífica e democrática. Durante o período de crescimento protegido do pós-guerra, os Estados-nação bem-definidos e soberanos foram capazes de estabelecer uma clara separação entre membros e não-membros e de garantir um grau relativamente alto de congruência entre as dimensões básicas do pertencimento. Hoje, essa capacidade desapareceu e as rupturas antes escondidas do espaço da cidadania aparecem com nitidez. Na medida em que se corroem as fronteiras externas e a homogeneidade interna (real ou imaginária) das sociedades avançadas, a partir de cima, pelos fluxos de capital de alta velocidade e, a partir de baixo, pela combinação de crescentes correntes de imigração e a concomitante decomposição da classe operária industrial, torna-se cada vez mais claro que a cidadania não é uma condição adquirida ou garantida de uma vez por todas e para todos, mas um "processo instituído" conflituoso e desigual, que precisa ser continuamente conquistado e reassegurado (WACQUANT, 2001, p. 38-39).

Os direitos humanos declarados pelas convenções e declarações internacionais estão muito longe de serem assegurados, pois a sua inscrição político-social se dá nos meandros da desigualdade perversa capitalista e da disputa

de poder entre as classes sociais, esfera tensa e conflituosa, por se configurar como mecanismo de luta constante da classe trabalhadora.

Essa luta identitária por direitos humanos precisa se reorganizar enquanto agenda comum dos trabalhadores, na medida em que o mundo do trabalho mudou a partir das privatizações e descentralização, com isso houve impactos na organização da classe trabalhadora, devido às novas formas de reprodução do sistema capitalista.

> As desordens populares e os protestos urbanos que abalaram as sociedades avançadas do Ocidente capitalista no decorrer da década passada encontram suas raízes na memorável transformação de sua economia, na polarização das cidades e em políticas estatais que promoveram de forma mais ou menos deliberada a expansão das grandes corporações, em detrimento da redistribuição social, e a mercantilização, em vez de proteção social. As classes dominantes e os governos das nações ricas mostraram-se, em graus variados, incapazes ou relutantes em estancar a ascensão da desigualdade e fracassaram em prevenir o acúmulo social e espacial de dificuldades econômicas, de marginalidade e de estigmatização nos bairros operários em deterioração da metrópole dual (WACQUANT, 2001, p. 38).

Embora se reconheça o momento econômico infértil e catastrófico com o projeto neoliberal no Ocidente, é incontestável a sua persuasão política em outra parte, o Leste europeu, que com a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética (1989 a 1991) os:

> [...] novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovick na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram e são seguidores convictos de Hayek[34] e Friedman [...] e não há, neoliberais mais intransigentes no mundo que os “reformadores” do Leste. Dois anos atrás, Vaclav Klaus, primeiro-ministro da República Tcheca, atacou publicamente o presidente do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos no governo Reagan, Alan Greenspan, acusando-o de demonstrar debilidade e frouxidão lamentáveis em sua política monetária. Em artigo para a revista The Economist, Klaus foi incisivo: “o Sistema social da Europa ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de mérito, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual [...] (ANDERSON, 1995, p. 30).

[34] Friedrich Hayek foi o principal idealizador do Projeto Neoliberal. Seu texto de origem, *O caminho da servidão* foi escrito em 1944. Seu objetivo era combater a social-democracia.

A argumentação dos políticos pós-comunistas do Leste europeu contra o Estado de Bem-Estar Social é direta, não precisa de grandes reflexões, para entender a pressão dos capitalistas no que diz respeito à reconfiguração do Estado, que até então, embora em proporções distintas, concebia como projeto político hegemônico, a social democracia (Estado de Bem-Estar Social).

Projeto esse pactuado entre trabalhadores e capitalistas em um esforço de conjugar grandes lucros (capitalistas) com direitos sociais (trabalhadores) no período de industrialização. E o seu desenvolvimento tinha como promessa a construção de políticas sociais para enfrentar as desigualdades sociais, bem como a produção em massa de bens e produtos, assim:

> [...] tornou-se largamente aceito que as formas mais extremas de desigualdade nas circunstâncias básicas da vida tinham sido, ou estavam prestes a ser, aliviadas, quando não erradicadas, graças à ampla provisão de bens públicos como educação, saúde e segurança, pelas mãos do Estado de Bem-Estar – no caso dos países europeus-ocidentais – ou por meio dos efeitos "conta-gotas" do crescimento sustentado do mercado livre – nos Estados Unidos. Animadas pela consolidação industrial e pela contínua expressão de novos setores de serviços, as sociedades do Primeiro Mundo passaram a entender a pobreza como um *resíduo* de desigualdades e atrasos passados ou como o produto de *deficiências individuais*, de todo modo um fenômeno destinado a retroceder e desaparecer com a plena modernização da nação [...] (WACQUANT, 2001, p. 22).

Conjunção ilógica [não a princípio] pela própria natureza do capital que tem na sua gênese a busca constante e permanente por superlucros, o que Mandel (1982) atentava para o capitalismo maduro, ou seja, para o aprofundamento das contradições, e que ocorreria o esgotamento do papel civilizatório do sistema capitalista – ao considerar o princípio da dialética marxiana da economia política de que não existe produção sem perturbações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

> Assim, a questão com que se defrontam os Estados-nação do Primeiro Mundo, no apagar do milênio é saber se suas políticas têm a capacidade de impedir a maior contração e fragmentação da esfera da cidadania e, de forma correspondente, saber que novas instituições mediadoras elas precisam inventar para proporcionar livre acesso e ativa participação. Se isso não ocorrer, podemos testemunhar não apenas contínua desordem urbana, violência e conflitos etnorraciais no coração da sociedade avançada, como um prolongado processo de fissão social e uma ramificação de

> desigualdade e de insegurança equivalente a uma “brasilianização” da metrópole europeia e da norte-americana (WACQUANT, 2001, p. 39).

A reconfiguração do Estado nos moldes neoliberais[35] tem como principais estratégias a redução e, no limite, a extinção de políticas sociais e ampliação de política repressiva e de encarceramento para os habitantes das periferias das grandes metrópoles, meio seguro de alargar os lucros das grandes empresas envolvidas com esse negócio. E, a propósito, no neoliberalismo todos os direitos têm que virar mercadoria.

Tabela 1 – Ranking dos 10 países com maior população prisional

Fonte: Disponível em: http://images.slideplayer.com.br/8/2330425/slides/slide15.jpg

O encarceramento de pessoas nestes 10 países (6.629.712) é maior que toda a população da cidade do Rio de Janeiro[36] (6.476.631), maior do que toda população de Madri[37] (6.414 620). No mundo inteiro há 10,2 milhões[38] de pessoas encarceradas, e no caso do Brasil equipara-se a praticamente toda a população de

[35]Nem todos os Estados-nação têm tomado como regra absoluta e indiscutível o projeto neoliberal – há diferença no discurso e nas ações.

[36] Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-200-cidades-mais-populosas-do-brasil> Acesso em: 20 ago. 2016.

[37] Disponível em: <http://charlezine.com.br/maiores-metropoles-do-mundo/> Acesso em: 20 ago. 2016.

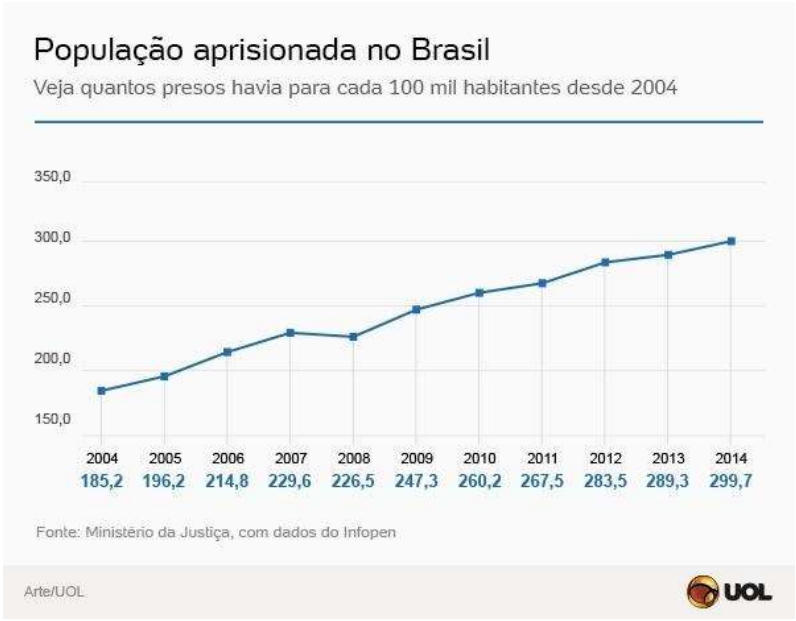
[38] Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/populacao-prisional-chega-102-milhoes-no-mundo-diz-instituto.html> Acesso em: 20 ago. 2016.

Aracaju/SE[39] 632.744. E essa proporção fica ainda pior se analisarmos os dados de 2014, quando o Brasil esteve em 3º lugar do ranking[40] no mundo com 715.655 presos, perdendo o pódio de maior encarcerador para os EUA e China.

Em contrapartida, a Holanda e a Suécia fecharam 12 presídios[41] (2012-2013) não apenas pela diminuição de prisioneiros, mas, sobretudo pelo investimento público em outras formas mais eficazes e "humanas" de ressocialização de pessoas. Esta experiência trata-se de um composto de esforços: reabilitação de presos; penas mais leves em relação às drogas; e adoção de penas alternativas.

Mas experiências como essas estão cada vez mais distantes da realidade dos países encarceradores, que assumiram com afinco o receituário do Consenso de Washington (caráter neoliberal), ou seja, países em que o Estado está à inteira (ou quase) disposição de garantir os interesses das empresas privadas, e o encarceramento em massa é um negócio altamente lucrativo da política econômica neoliberal.

Gráfico 1 – População aprisionada no Brasil (2004-2014)



Fonte: Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/23/prisoesaumentam-e-brasil-tem-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo.htm>.

[39] Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280030> Acesso em: 20 ago. 2016.

[40] Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/brasil-e-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-4518788.html#> Acesso em: 20 ago. 2016.

[41] Disponível em: <http://institutoavantebrasil.com.br/suecia-e-holanda-fecham-prisoes-brasil-fecha-escolas-e-abre-presidios/> Acesso em: 20 ago. 2016.

Na reportagem “O preço do preso”, publicada pela J.press, a agência de reportagens de Jornalismo Júnior da ECA-USP, a autora Laura Castanho, aponta que:

> A ideia de privatizar o sistema penitenciário surgiu em meio ao neoliberalismo inglês, durante a gestão Thatcher, nos anos 1980. Rapidamente se espalhou para os EUA, onde a população carcerária se expandia como nunca antes visto em função da política de “guerra às drogas”. A premissa básica era criar uma colaboração entre os setores público e privado que satisfizesse a ambos: o Estado ganharia prisões mais seguras e de melhor qualidade, e as concessionárias garantiriam cerca de 30 anos de consumo incessante de seus serviços, correspondentes à duração média desse tipo de contrato **—** uma estabilidade financeira invejável entre o empresariado.
> A execução, em teoria, é simples. Há dois tipos de privatização carcerária: a cogestão e a parceria público-privada (PPP). No primeiro, a empresa é contratada para gerir a penitenciária e fornecer a maioria dos serviços disponíveis aos presos, como assistência médica e social. Os agentes penitenciários, responsáveis pela vigilância interna do local e pela manutenção da disciplina, não são escolhidos por meio de concurso público **—** como ocorre nas prisões do Estado **—,** mas pela própria empresa, que também os treina. Já a PPP inclui tudo isso e dá um passo além: nesse modelo, a empresa também se encarrega do planejamento e construção do estabelecimento. Em ambos os casos, cabe ao Estado fiscalizar as prisões e pagar a elas uma taxa fixa por cada detento, mensalmente. Ele também é responsável pelo transporte eventual dos presos e pela vigilância externa do presídio, além de manter um número variável de agente públicos dentro do mesmo[42].

O padre Valdir João Silveira, coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese da Igreja Católica de São Paulo, chamou atenção para um conjunto de elementos do encarceramento que compõem a política neoliberal, pois nesta mesma reportagem afirmou que: “Existe um discurso mentiroso que, ao privatizar, sai mais barato”; “As cogestões e as [prisões] privatizadas no Brasil são inconstitucionais. Não têm base na Constituição brasileira nem na lei de execução penal”; “Os agentes penitenciários das privatizadas ganham um salário de R$ 1.000 a R$ 1.500, enquanto no Estado é de R$ 4.000. Tem gestão compartilhada no Brasil que, por ano, chega a uma rotatividade de 70% dos funcionários, que são mal preparados e mal remunerados”.

[42] Disponível em: <http://jpress.jornalismojunior.com.br/2016/05/preco-preso/>. Acesso em: 16 jun. 2016.

1.2.2 Os direitos humanos como agenda articuladora da esquerda na América Latina

A luta por Direitos Humanos é antítese ao projeto neoliberal (em si), se em determinado momento os direitos serviram para mediar o capital, agora podem servir para a sua derrocada.

A análise político-teórica dos direitos humanos como possibilidade articuladora da esquerda na América Latina, a partir de uma agenda das forças antineoliberais, vai para além da luta em si pela efetivação desses direitos, na medida em que "tem e terá" dois grandes vieses de tensão social na atual conjuntura capitalista:

De um lado, a pressão para assegurar os direitos humanos nos meandros do desmonte do Estado Democrático de Direito, com perdas em relação às conquistas históricas das políticas sociais e das garantias civis e políticas, que estão sendo violadas constantemente pela ofensiva do Estado bélico-democrático, típico do projeto neoliberal.

De outro, ampliar ou repensar as estratégias para um "outro projeto societário" baseado pela *emancipação humana*, ao compreender e propalar em larga escala a contradição posta dos direitos humanos no capitalismo, pois é impossível se garantir a todos os latinos-sul-americanos os direitos humanos, conforme declarados nas convenções, declarações, tratados internacionais, devido a "subalternidade" econômica da América Latina em relação ao capital mundializado, sobretudo pelos continentes norte-americano e europeu.

Nesse sentido, Netto (2009, p. 4) alerta para a intrínseca relação entre democracia e autonomia econômica, ao dizer que a "Nossa antidemocracia política foi e é o suporte da nossa heteronomia econômica", ou seja, como construir a autonomia política e econômica da América Latina, continente com tamanha riqueza cultural, natural, mas que está sujeitado às expropriações econômicas dos países de primeiro mundo que comandam o capital em escala mundial?

Contudo, é viável a articulação de outro *projeto societário*, e não está alheio aos acontecimentos históricos ensaiados na América Latina, a partir das tensões e conflitos dos diversos movimentos advindos da coexistência de divergentes e convergentes projetos políticos.

1.2.2.1 A Coexistência de projetos políticos na América Latina: desmonte e consolidação dos direitos humanos

Netto (1999, p. 2), com base na teoria social discute que a ação humana, seja individual, seja coletiva, tem em sua base necessidades e interesses, que implicam sempre um projeto, que "[...] é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la".

Assim, projetos políticos tratados nesta tese referem-se àqueles que se desenvolvem no seio da sociedade capitalista, embora com diferença de orientação da ação, a saber, projeto conservador, neoliberal e democrático-participante, sendo último visto com o campo de possibilidade para a organização das classes trabalhadoras.

No caso de projetos societários trata-se da cisão entre os projetos capitalista e socialista, ou seja, Netto (1999) diz que os projetos societários são projetos coletivos, que têm seu traço peculiar a constituição como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. No entanto, não podemos desconsiderar que os projetos societários são projetos de classe, assim os projetos societários – projeto coletivo – há uma dimensão política, que envolve relações de poder.

Nesse contexto atual é possível identificar algumas tendências de projetos políticos na América Latina, três são apontados por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) ao analisarem a disputa pela construção democrática na América Latina – *projeto autoritário, projeto neoliberal e democrático-participativo*:

> [...] o projeto autoritário encontra-se formalmente em estado de latência. Em sua versão clássica (a ditadura militar, político-militar ou político-autoritária) parece ter perdido viabilidade política, já que em meio à aceitação universal da democracia liberal como modelo desejável de organização política, o autoritarismo é moralmente inaceitável, mesmo em cenários de franca crise política, como o demonstram os casos recentes de Equador, Peru e Bolívia. Não obstante, o certo é que a decepção coletiva pelo baixo rendimento social das democracias efetivamente existentes na América Latina cria as condições para uma possível aceitação popular de algum tipo de restauração autoritária. De acordo com o *Latinbarómetro* (2003), mais da metade da população da América Latina estaria disposta a aceitar um regime autoritário se ele resolvesse suas necessidades econômicas [...] (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 45).

Outra dimensão constitutiva da força iminente do projeto autoritário na disputa pela construção democrática na América Latina diz respeito “há outro elemento que nos leva a pensar que o modelo autoritário não está suprimido no presente, mas somente em recesso [...]” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 45).

> O autoritarismo político teve sempre como correlato cultural o autoritarismo social (Dagnino, 1994), isto é, a existência de uma cultura que legitima as diferenças sociais, que internaliza os códigos que hierarquizam as classes e os grupos sociais e os organizam em categorias com base no seu pertencimento de classe, raça, gênero, região e país. Esse autoritarismo social, de longa presença histórica na cultura latino-americana, não mudou substancialmente na atual onda democrática e, por isso, pode-se dizer que não se acabou com o substrato cultural principal do autoritarismo (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 45).

O modelo do projeto autoritário restringe e/ou elimina as instituições democrático-liberais, e para Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) o Estado é dominador e centralizador, representado pela figura absoluta do presidente ou ditador. As eleições são impedidas “(Chile, Argentina e Uruguai durante as ditaduras) ou carecem de significação política enquanto as opções estão limitadas e o poder limitado dos representantes eleitos (México até 1997; Brasil entre 1964 e 1980) [...]” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 46).

O autoritarismo tem em sua gênese ações limitadoras, anuladoras, eliminadoras de forças políticas, sobretudo aquelas que utilizam processos reivindicatórios como instrumentos para conquistar direitos, o que requer liberdade de expressão, de participação e de organização política – grupos políticos, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos (não partido oficial), conselhos profissionais. Ou seja, forças que não querem apenas resultado dado pelo Estado para sanar determinado problema, mas querem participar do constructo político-social na busca do direito – daí a incompatibilidade, os inúmeros conflitos e tensões sociais, pois o Estado autoritário faz política para as pessoas, e não com as pessoas.

Assim, as políticas públicas criadas pelo Estado autoritário não podem ser traduzidas em direito humanos, uma vez que a luta pressupõe o direito, sobretudo na sociedade capitalista, que traz no seu bojo tensões e conflitos dado a divisão social de classe, e as especificidades das complexas expressões da questão social.

Trindade (2011), ao analisar os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels, diz que o direito não se encontra no direito, essa noção advém do pensamento tradicional que posiciona o problema do direito no direito, Marx, inscreve o direito na totalidade, nas estruturas sociais e históricas do capitalismo.

Isso não significa dizer que o Estado autoritário não desenvolva políticas públicas (em nome dos direitos) para os distintos segmentos da sociedade, inclusive em larga escala. O que é necessário expor é que o modo de fazer políticas gabinetizadas e centralizadas, sem consultar ou escutar os diversos segmentos da sociedade, pouco ou nada impulsiona para garantir em particular os interesses dos trabalhadores no Estado burguês.

> No caso argentino, os direitos sociais se estenderam amplamente na época do peronismo e, em menor medida, certos direitos sociais também foram ampliados no México e no Brasil. O mesmo ocorreu no Peru durante a ditadura militar reformista de Juan Velasco Alvarado (1969-1975) e Francisco Morales Bermúdez (1975-1980). Não obstante, o fator dominante nesses países é a concessão seletiva dos direitos sociais, isto é, sua aplicação a certas categorias de trabalhadores e não a todos os cidadãos. A seletividade funda-se em critérios políticos, basicamente na busca de clientelas políticas seguras que, como exemplarmente demonstra o caso do México, tem como eixo articulador os próprios trabalhadores do Estado e das empresas públicas paraestatais. [...]
> [...] a relação entre sociedade civil e o Estado caracteriza-se pelo verticalismo, o clientelismo e a repressão ou a cooptação, misturada estas últimas de diversas maneiras. A política pública é entendida como um campo exclusivo de decisão do Estado e é aplicada de forma clientelista e particularista [...] (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 46-47).

Várias são as análises que remetem o projeto conservador como sinônimo do projeto neoliberal e vice-versa. Mas existem na constituição desses projetos elementos singulares a cada um, o que em si os diferencia, enquanto direção social concreta da ação política.

Com essa chave de análise, não se nega a imprescindibilidade dos projetos conservador, neoliberal e democrático-participativo na (re)estruturação do sistema capitalista. Noutras palavras, a direção social desses projetos vincula-se a ordem vigente capitalista e, portanto, se pode encontrar na realização de cada um deles elementos em comum, tendo em vista que os seus princípios não se encontram em si, enquanto projetos, mas no compromisso de promover em grande escala

superlucros com a produção do sistema capitalista e/ou tentar assegurar de alguma forma, direitos para as classes trabalhadoras.

Mas, com efeito, o projeto democrático-participante é golpeado na atualidade por ter em seu desenvolvimento espaços participativos de mobilização das classes trabalhadoras, sendo por meio da participação ou do acesso aos direitos humanos. Isso poderá incidir na organização da classe trabalhadora, noutras palavras, os direitos humanos poderão ser uma agenda articuladora das classes, portanto, poderá se configurar em uma primeira instância com a guerra de posição (dadas as contradições do capital em assegurar esses direitos) e, em última instância, as classes trabalhadoras poderão tomar consciência de sua condição de explorada e mediante a isso, se organizar rumo a superar a (des)ordem capitalista.

O caso da ditadura militar no Chile e na Argentina na década de 1970 é ilustrativo para compreender a intrínseca relação desses projetos, enquanto aparato do sistema capitalista, pois impuseram práticas neoliberais, que inclusive antecederam a Inglaterra e os Estados Unidos da América, ao anularem e/ou diminuírem drasticamente direitos sociais, destoando assim de outros países da América Latina. Anderson (1995, p. 17.) afirma que “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos [...]”.

> [...] o projeto político neoliberal articula-se a partir da necessidade de ajustar o Estado e suas relações com a sociedade ao que seriam as exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalistas, marcado pela sua reconfiguração no âmbito global.
> [...] necessidade de ajustar a economia, removendo as barreiras para a expansão do grande capital internacional, principalmente no Terceiro Mundo, e liberando o mercado dos obstáculos que o impediam de funcionar como organizador da vida em sociedade.
> [...] na América Latina, por características vigentes do Estado, consideradas inadequadas a esta nova realidade. Assim, um Estado marcado pelo gigantismo, a ineficiência, o burocratismo e a corrupção, iria encontrar nessa nova relação o caminho para a atuação mais eficiente. A transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil e para o setor privado, ao lado da privatização das empresas estatais, são consideradas fundamentais para o enxugamento e a redução do Estado, além de alternativa para seu déficit fiscal (KEYLAND: HURT, 2002, VILLAR, 2001, CONAGHAN, 1994, BRESSER; PEREIRA, 1996, 2000; BHAGWATI, 2005; STIGLITZS, 2002). (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 54).

O receituário do Consenso de Washington, como bula do projeto neoliberal, colocou em prática um dos seus primeiros experimentos na América Latina na virada do século, ao privatizar a água na Bolívia em 1999 “[...] o governo boliviano resolve conceder a uma empresa transnacional, a Bechtel (Aguas del Tunari em seu nome local), o direito de gestão e distribuição de toda água da cidade de Cochabamba e arredores” (CAMACHO, 2004, p. 29).

O Estado boliviano criou uma lei específica para garantir a empresa Bechtel o direito de gerir os recursos hídricos nacionais, que imediatamente a essa legalidade neoliberal aumentou as taxas de água, levando a exclusão dos mais pobres em relação ao acesso a um bem vital, portanto o continente latino-americano sofreu uma das maiores violações de direitos humanos – a privatização da água (VALDIVIA, 2012).

Esta privatização pode ser vista como um presente do governo boliviano à empresa norte americana (parte das diretrizes do Conselho Mundial da Água – CMA), importante mecanismo internacional do projeto neoliberal. Mas esse (des)feito político-econômico causou uma grande e inesquecível insurreição popular na Cidade de Cochabamba em abril de 2000, momento em que a classe trabalhadora (campo e cidade) se articula e vai às ruas contra a privatização da água.

O movimento dos trabalhadores intitulado “La guerra por el agua y por la vida” levou milhares de bolivianos às ruas da Cidade de Cochabamba para protestar contra a “democracia capitalista”. Nesse sentido, Valdivia (2012, p. 75) assegura que o governo boliviano pagou um alto preço, na medida em que houve uma insurreição popular, o que “levou ao afastamento de três presidentes da República, à mudança de mais de 50% dos artigos da lei da água, e os trabalhadores voltaram a garanti-la como bem público, além de expulsar a Bechtel do país”.

Longe de negar os esforços instituídos na história da América Latina em relação à construção da democracia, embora que liberal, mas de atentar sobre as possibilidades concretas que vieram se tecendo na disputa da dominação capitalista e das práticas políticas antineoliberais que impulsionaram correlações de forças no campo da disputa por direitos humanos, abrindo assim uma visão crítica no que diz respeito à incompatibilidade do capitalismo atual com as conquistas sociais – a disputa continua, nada está determinado, tudo está em movimento.

Ceceña (2005, p. 20) assegura que “a fase neoliberal do capitalismo está caracterizada por uma profunda transformação dos paradigmas tecnológicos,

organizativos, políticos e conceituais com alcance planetário. O cenário de luta de classes se modificou [...] formas da dominação-resistência".

Nesse sentido, Netto (2009, p. 6-7) analisa os processos de institucionalização da América Latina e diz que:

> [...] o que verificamos na América Latina dos últimos trinta anos é que a socialização da política – vale dizer: a institucionalização da democracia – não rebateu ou se refratou com expressividade nos centros decisivos das nossas sociedades. Na realidade, estabeleceram-se regras formalmente democráticas para a vida política, grupos e partidos distintos chegaram aos governos e deles foram apeados; mas o que em substância circunscreve o poder em nossas sociedades – ou seja: *a definição das orientações macroeconômicas* – permaneceu intocado, inteiramente fora do alcance da massa da população. Dois exemplos bem determinados bastam para exemplificar o que pretendo salientar:
> a) na Argentina, o segundo governo Menen foi substituído por um governo da Unión Cívica Radical; na campanha eleitoral que elegeu Fernando de la Rúa, o candidato que expressava a orientação macroeconômica de Menen, Domingo Cavallo, foi derrotado, obtendo somente cerca de 10% dos sufrágios. Pois bem: pouco depois de eleito, de la Rúa designou Cavallo para dirigir a economia em seu governo;
> b) no Brasil, em 2002, a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva foi vitoriosa na medida em que apresentou seu principal oponente, José Serra, como expressão da continuidade da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, combatida pelo Partido dos Trabalhadores por quase uma década. Ora, uma das primeiras medidas do Presidente eleito foi nomear, para o Banco Central – absolutamente decisivo para a orientação macroeconômica – um eminente representante daquela política, antes servidor de banqueiros internacionais, Henrique Meirelles (NETTO, 2009, p. 6-7).

A institucionalização democrática tem servido em primeira instância como instrumento para promover as diretrizes avassaladoras do Consenso de Washington, que tem por base assegurar superlucros aos capitalistas a partir da estrutura do Estado, ou seja, a busca constante em diminuir as políticas sociais e aumentar em grande escala benefícios milionários para capitalista através de privatização de empresas públicas, descentralização do trabalho, quebra dos direitos sociais e focalização das políticas públicas.

> Aliás, não é desimportante o fato de, precisamente no marco desta institucionalização democrática, se ter realizado entre nós o chamado *ajuste estrutural*, tão conforme às orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e paradigmaticamente formulado pelo Consenso de Washington. Se, no Chile de Pinochet, os experimentos neoliberais só foram possíveis mediante o terrorismo de Estado, em boa parte da América Latina, a partir dos anos oitenta do século

> passado, a *contrarreforma do Estado* (suprimindo direitos e destruindo políticas sociais universalistas) sustentou-se em mecanismos formalmente democráticos (NETTO, 2009, p. 7).

Mas embora Netto (2009) critique veementemente a valorização da institucionalização da democracia na América Latina, como ciclo de desenvolvimento político do capital nos últimos 30 anos, ele mesmo vai sinalizar para os avanços em decorrência da mesma, ao afirmar que:

> Essa institucionalização não pode e não deve ser subestimada. Trazendo consigo a periodicidade das campanhas eleitorais, propiciando um patamar mínimo de liberdade de expressão e associação, desobstruindo a via para a vigência de direitos cívico-políticos e dando margem à organização pluripartidária, a institucionalização democrática latino-americana é um elemento extremamente importante e só podem minimizá-la aqueles que não compreendem a sua relevância no complexo processo das transformações sociais. Cabe lembrar que, na América Latina, mas não só, a suspensão dos mecanismos democráticos – mesmo os formais – sempre foi estimulada pelas forças políticas comprometidas com o conservadorismo e a reação (NETTO, 2009, p. 5-6).

Esses processos de institucionalização democrática advêm, sobretudo com o *projeto democrático-participativo,* que é "[...] constituído por uma concepção de aprofundamento e radicalização da democracia, que confronta com nitidez os limites atribuídos à democracia liberal representativa como forma privilegiada das relações entre Estado e sociedade" (DAGNINO; OLVERA; PANFICHE, 2006, p. 48-49).

> [...] A participação é então concebida fundamentalmente como o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público, distinguindo-se, portanto, de uma concepção de participação que se limite à consulta à população (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 49-50).

A participação e o controle social assumem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas como premissa fundante do campo democrático. Noutras palavras, esse campo democrático se configura como espaço "permanente" da luta social no campo da construção dos direitos humanos, assumindo uma nova forma de fazer política – com as pessoas e não mais para as pessoas –, esse alinhavo político-democrático requer uma intrínseca relação entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, na América Latina:

> [...] essa formulação do aprofundamento democrático por meio da extensão da participação, orientada para uma maior publicização do Estado que pudesse garantir os direitos de cidadania, encontrou sua expressão mais elaborada no Brasil. A partir dos anos de 1980, movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, ONGs e outras organizações da sociedade civil, bem como participaram do esforço de elaborar e difundir esse conjunto de ideias (Teixeira, Dagnino e Almeida, 2002). Ao longo desse período, esta concepção de participação obteve ganhos culturais e políticos significativos. Além disso, ela se concretizou institucionalmente na Constituição de 1988 que, ao consagrar o princípio da participação no exercício do poder no seu artigo 1º, abriu caminho para a implementação de instâncias participativas de vários tipos, tais como os Conselhos Gestores e os Orçamentos Participativos [...] (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 49).

Lavalle (2012)[43] analisa que no Brasil a participação nasceu acoplada a um conjunto de atores sociais que reivindicavam autonomia em relação ao Estado e às mediações políticas tradicionais, pois esses atores lutavam por democracia, justiça, liberdade. A noção de participação tornou-se "[...] uma ideia-força que ordenou um enorme campo de atores sociais que se opunham a formas institucionalizadas de gestão pública e ordenação política características de um Estado fechado".

Na mesma entrevista intitulada "Na pátria da democracia – pós participativa"[44], Lavalle (2012) avalia que o Brasil é um caso ímpar no mundo, tendo em vista os diferentes canais de participação criados pelo Estado na Constituição Federal de 1988 – conselhos, conferências das mais diferentes políticas públicas, orçamentos participativos, planos diretores, audiências públicas, planos plurianuais. Aponta que, segundo o IBGE, existem mais de 25 mil conselheiros no Brasil que atuam em áreas consideradas prioritárias, tais como educação, assistência social, saúde, criança e adolescente. Mais de 55 conferências foram realizadas no governo Lula, além de um aumento considerável de temas.

---

[43] Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1213>. Acesso em: 24 jun. 2016.

[44] LAVALLE, Adrian Gurza. Na pátria da democracia "pós-participativa". *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 60. Entrevista concedida a Flavio Lobo. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1213>. Acesso em: 24 jun. 2016.

> A participação cidadã se tornou cada vez mais participação em espaços participativos, nos quais a agenda se pauta pelo controle social sobre as políticas. Algo bem diferente da ascensão popular no *front* da luta de classes. Isso traz certa ambiguidade para os setores que vêm dessa trajetória ideológica da esquerda. Há quem, como eu, faça balanço positivo disso, mas muitos ainda se perguntam: "Não será tudo isso um engodo? Não estamos abandonando os princípios e a causa que nos moveram a lutar por participação?"[45].

Com ênfase, se por um lado houve avanços significativos do ponto de vista da participação no âmbito da relação entre Estado e sociedade, por outro é notório a ausência dos discursos e práticas políticas ideológicas voltadas à superação da ordem capitalista, pois a maioria dos atores sociais fica na luta interna do Estado (participação) e pouco ou quase nada tem expressado a indignação frente ao maior violador dos direitos humanos que é o modo de produção do sistema capitalista (desumano e opressor).

Com todas as críticas que se possa fazer o atual *projeto democrático-participativo*, são inegáveis os avanços se comparados em relação à ditadura militar, acrescido da mudança de cultura advinda com a participação. Talvez a grande avaliação não esteja nessa comparação, mas em que medida ele poderá servir para uma outra organização de sociedade, tendo como perspectiva a *emancipação humana*, pois o capital absorve as conquistas histórica dos trabalhadores para garantir superlucros à custa da desigualdade social e da quebra da organização da classe trabalhadora.

> Assim como há que valorizar a institucionalização da democracia formal, parece-me fora de dúvidas que o debate, a defesa e a ativa intervenção no campo dos Direitos Humanos assinalam avanços civilizatórios extremamente importantes, ainda que muito desiguais, na América Latina. Ativados especialmente na luta contra as ditaduras que infernizaram a vida latino-americana, a defesa e o exercício dos Direitos Humanos ganharam o proscênio da agenda contemporânea entre nós. Para além do seu sentido e significado próprios, a luta pelos Direitos Humanos permitiu e possibilitou – e permite e possibilita – a unidade político-prática de correntes de pensamento e ação que, diferenciando-se em muitos e decisivos aspectos, põe no seu empenho o valor máximo do humanismo (NETTO, 2009, p. 9).

---

[45] LAVALLE, Adrian Gurza. Na pátria da democracia "pós-participativa". *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, edição nº. 60. Entrevista concedida a Flavio Lobo. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1213>. Acesso em: 24 jun. 2016.

A institucionalização da democracia formal na América Latina é um importante avanço para se ampliar o campo dos direitos humanos, ao se instituir na luta concreta mediante as contradições dos interesses de classes sociais, o que poderá favorecer a mobilização e a organização dos trabalhadores, tendo em vista a impossibilidade da concretização em sua totalidade desses direitos no sistema capitalista. Essa experiência democrática demonstrou que a "[...] socialização da política não conduz, por si só, à socialização do poder político, também assegura que a socialização da política, isto é, a democracia formal pode incidir de algum modo no poder político" (NETTO, 2009, p. 5-6).

1.2.3 Os conflitos e as tensões na construção dos direitos humanos na América Latina

O campo de análise de conjuntura sobre a construção dos direitos humanos deve considerar *as veias abertas da América da Latina*[46], que "desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, em capital norte-americano [...]" (GALEANO, 1985, p. 13).

Nesse sentido, a virada do século XX para o século XXI foi impactada com o projeto político neoliberal, que movimentou toda a América Latina, ao integrar uma das mais ousadas ações da ofensiva neoliberal, a Área do Livre Comércio das América – Alca –, proposta feita pelo Presidente da República dos Estados Unidos das Américas, Bill Clinton, na Cúpula das Américas em 1994, para suprimir as barreiras do desenvolvimento econômico. Para tanto foi criado um grande bloco econômico para "otimizar a economia" de 34 países[47] que assinaram o acordo, com exceção de Cuba, que foi na época duramente criticada pelos Estados Unidos, ao afirmar que existia na ilha comunista desrespeito aos direitos humanos; governo antidemocrático; e práticas de crimes políticos humanitários[48].

---

[46] *As veias abertas da América Latina* é uma importante obra de Eduardo Galeano, considerada um clássico da filosofia: anticapitalistas e anti-imperialistas na América Latina.

[47] Brasil, Chile, Argentina, Equador, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Antígua e Barbuda, Trinidad e Tobago, Bahamas, México, Panamá, Suriname, Guiana, Peru, Bolívia, Honduras, Belize, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Granada, Barbados, Estados Unidos, Canadá, Jamaica, Haiti, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Paraguai.

[48] Crimes de Guerra (conflito armado em âmbito internacional) são uma das violações mais graves, consideradas, sobretudo pelas Convenções de Genebra e dentre outros Protocolos de Direitos Humanos Internacionais.

A Alca se tornou o bloco econômico mais potente do mundo “[...] um projeto, digamos, neocolonizador para a América Latina, lançado pelo ex-presidente dos EUA Bill Clinton e abraçado pelo governo tucano de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)”[49]. Aécio mostra a cara: quer fim do Mercosul e retomada da Alca, São Paulo, Revista Fórum, publicado em 14 de maio de 2014).

É importante salientar que as negociações da Alca se iniciaram no governo do Presidente Itamar Franco, em 1994 (momento em que Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda), inclusive uma das importantes medidas tomadas foi a criação do Plano Real, uma espécie de dolarização da economia brasileira, o que espera o EUA dos países da América Latina, como fizeram o Equador e El Salvador em tornar suas moedas nacionais em Dólar.

A crítica incisiva em relação à Alca diz respeito à disparidade da economia dos Estados Unidos em relação aos outros países americanos (diferente do bloco econômico europeu[50]), ocasionando assim marcas profundas de retrocessos e atrasos na América Latina em relação à luta por soberania e independência, sobretudo pautada pela esquerda representada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em meados dos anos 1990.

Em 2005 (ano em que deveriam ocorrer na prática os acordos firmados pela Alca), realizou-se a 4ª Cúpula das Américas, momento em que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela) e Néstor Kirchner (Argentina) decretaram o fim da Alca[51].

---

[49] Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/aecio-mostra-a-cara-quer-fim-do-mercosul-e-retomada-da-alca/>. Acesso em: 16 jun. 2016.

[50] “A União Europeia é considerada um Bloco Econômico que é constituído por 27 países. É considerado o mais fluente do mundo, inclusive se enquadrando numa classificação diferente de Bloco Econômico, sendo uma “supranacional econômica e política”. Sua união vai além de áreas econômicas, a União Europeia forma uma união econômica, política e social”. Disponível em: <http://blocos-economicos.info/uniao-europeia.html>. Acesso em: 16 jun. 2016.

[51] [...] O Brasil teve papel relevante na inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), durante a Cúpula das Américas de Mar Del Plata (Argentina, 2005), e também assumiu o protagonismo na transformação do Mercosul de área de livre comércio em união aduaneira e bloco político. Além disso, a constituição do G-20 em 2003 e da União de Nações Sul-americanas (Unasul) em 2008, a articulação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que resultou na constituição do Brics em 2010 e as tentativas de negociação do programa nuclear iraniano no mesmo ano foram resultados exitosos da diplomacia comandada pelo o ministro Celso Amorim.
Não ocorreu um afastamento diplomático efetivo diante dos Estados Unidos, mas a atuação desenvolta na cena global marcou a atuação brasileira especialmente nas relações com o mundo em desenvolvimento.
O ex-ministro Celso Amorim, em artigo intitulado “Guinada à direita no Itamaraty”, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 22 de maio, comenta aspectos adicionais do discurso de Serra: A África, de onde provém metade da população brasileira e onde os negócios do Brasil cresceram exponencialmente – sem falar na importância estratégica de continente africano para a segurança do Atlântico Sul – ficará

Mas o fim da Alca[52] como resultado político importante para a América Latina só foi possível graças aos processos de mobilizações de partidos de esquerda e dos movimentos sociais, além de contar com governos progressistas (nesse período): Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela) e Néstor Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e Daniel Ortega (Nicarágua).

A derrubada da Alca representa um "não" para a ofensiva neoliberal "imposta" pelo EUA às nações latino-americanas e, ainda, uma vitória (embora que ínfima dado a lógica imperialista do capital internacional) na contramão do receituário do Consenso de Washington rumo ao fortalecimento de um projeto nacional de desenvolvimento e soberania nacional dos países latino-americanos.

O fim da Alca desencadeou novos processos de organização no continente latino-americano, com perspectivas de integração econômica, política e social, como a criação: da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba[53] – 2004 rebatizada por Aliança Bolivariana das Américas em 2009), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul[54] – 2008) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac[55] – 2008) e o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul[56] – 1991).

---

em segundo plano, sob a ótica de um pragmatismo imediatista. Sobre os Brics. O Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), as relações com os árabes, uma menção en passant. Esqueça-se a multipolaridade, viva a hegemonia, unipolar do pós-Guerra Fria. Nada de atitudes independentes. MARINGONI, Gilberto. *Rumo à direita na política externa*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 79-82.

[52] Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia/272308-7 Acesso em: 16 jun. 2016.

[53]Acordo firmado entre Cuba e Venezuela em 2004. É um "Espaço de encontro dos povos e dos governos que entendem que à América Latina e o Caribe conforma uma Grande Nação, que seus países devem unir-se para enfrentar conjuntamente os desafios do presente e do futuro". Igualmente conhece-se como o Tratado de Comércio dos Povos. Disponível em: <http://pt.reingex.com/ALBA-Alianca-Bolivariana-Povos-Nossa-America.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2016.

[54] A criação da UNASUL faz parte de processo recente de superação da desconfiança que havia entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência, no século XIX. Até 2008, a América do Sul se relacionava com o resto do mundo por meio de um modelo do tipo arquipélago: cada país atuava de maneira isolada e desintegrada, dialogando primordialmente com os países desenvolvidos de fora da região. Quando do estabelecimento da UNASUL, os países da região passaram a articular-se em torno de áreas estruturantes, como energia e infraestrutura, e a coordenar posições políticas. A UNASUL privilegia um modelo de "desenvolvimento para dentro" na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de "desenvolvimento para fora". Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[55] "A Celac é um novo mecanismo de organização política e integração que abriga os 33 países da América do Sul, América Central e Caribe. O organismo contribui para a ampliação do diálogo político e dos projetos de cooperação na América Latina e Caribe, facilitando a definição de uma identidade própria regional e de posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e

É imperioso se reconhecer os avanços a partir da criação de aparatos político-econômicos na América Latina como esses citados acima, o fato é que, depois de mais de uma década da derrubada da Alca, na prática das relações comerciais, houve uma menor dependência econômica dos EUA e da União Europeia, que se deu com as novas relações econômicas realizadas com a China e países do Oriente Médio, sobretudo com os acordos firmados entre o Brasil, Rússia, Índia e China (Brics)[57] – Rússia e Argentina firmaram acordos de investimentos de 53 bilhões de dólares durante a visita do Primeiro-ministro da China Li Keqiang ao Brasil; a América Latina tem recebido para projetos de infraestrutura financiamento do capital chinês, com efeito um dos maiores acordos diz respeito à construção da ferrovia que terá 3.500 quilômetros de extensão e beneficiará em especial o Brasil e o Peru; na Nicarágua uma empresa de Hong-Kong iniciou a construção de um canal a ser concluído em 2019[58].

Mas Pepe Escobar (2016)[59] avalia que essa nova interação econômica entre o grupo BRICS e os países da América Latina se dá em meio a processos políticos bastantes complicados. Três grandes países da região – Argentina, Brasil e Venezuela – foram sujeitos por diversas vezes a tentativas de desestabilização, cujos suspeitos são sempre os mesmos – "os saudosos dos antigos tempos de dependência de Washington". Escobar garante que os governos desses países

---

desenvolvimento". Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[56] "Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes". Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[57] BRIC é uma sigla formada pelas letras iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, criada em 2001. BRIC é uma sigla formada pelas letras iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, criada em 2001 pelo economista Jim O'Neill, analista de mercado do grupo Goldman Sachs (um dos maiores bancos de investimento do mundo), no relatório intitulado *Building Better Global Economic Brics*. "Ele fez um estudo de previsão de crescimento econômico no mundo para os próximos cinquenta anos, e chegou à conclusão de que justamente essas quatro nações eram as que mais se destacavam", diz André Roberto Martin, professor de Geografia Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Segundo o documento, dentro das próximas décadas, esses países ocuparão o topo no ranking das maiores economias do mundo. Disponível em: <http://novaescola.org.br/geografia/fundamentos/bric-qual-sua-importancia-economia-mundial-480660.shtm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[58] Disponível em: <http://br.sputniknews.com/opiniao/20150523/1102274.html>. Acesso em: 12 jul. 2016

[59] Disponível em:< http://br.sputniknews.com/opiniao/20150523/1102274.html>. Acesso em: 12 jul. 2016.

sofrem pressão de fora: a Venezuela enfrenta sanções norte-americanas, a presidente da Argentina sofre constantes ataques diplomáticos, as relações entre o Brasil e os EUA estão praticamente congeladas desde setembro de 2013.

Esses conflitos e tensões no campo da economia da América Latina em relação aos países de primeiro mundo (líderes do Consenso de Washington) são intrínsecos ao "golpismo político[60]" que tem vivido os países latino-americanos.

A maioria destes golpes[61] tem a ver com as tensões dos projetos políticos que disputam entre si, a partir da esfera política dos governos para assegurar interesses econômicos no âmbito internacional (capital estrangeiro), portanto são vários os golpes que os governos da América Latina sofreram ao entrarem no século XXI – Venezuela (2002)[62], Bolívia (2008)[63], Honduras (2009)[64], Equador (2010)[65], Paraguai (2012)[66] e Brasil (2016)[67].

---

[60] "Impeachment sem crime de responsabilidade e uma atuação seletiva do judiciário, articulados pela grande mídia". Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/novos-discursos-o-mesmo-golpismo-1>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[61] Acervo. Disponível em: <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/os-golpes-de-estado-do-seculo-xxi/ >. Acesso em: 12 jul. 2016.

[62] Disputa política e econômica envolvendo a PDVSA (estatal petroleira). Os meios de comunicação hegemônicos e os empresários iniciaram uma campanha ofensiva de desprestígio da PDVSA contra a empresa, questionando seus resultados e sua gestão. Alguns dos gerentes da empresa apoiaram as críticas e convocaram uma greve geral (abril). Chávez demitiu os gerentes que convocaram a greve e nomeou um novo diretor para a empresa e aproveitou para anunciar manifestações em defesa da soberania da Venezuela sobre o petróleo.
Houve uma série de disparos contra as duas manifestações (homem de moto atirando), somando-se dezenove mortes, a maioria com tiros na cabeça. A oposição acusou Chávez pela morte e o exército invadiu o Palácio Miraflores (abril) e prendeu o presidente.
Horas depois, Pedro Carmona Estanga, líder dos empresários, foi imposto como presidente pelas forças golpistas e dissolvia o Parlamento, a Corte Suprema, o Ministério Público e o Conselho Nacional Eleitoral. Este golpe durou 47 horas. Os países latino-americanos apoiaram Chávez, apenas Estados Unidos e Espanha, além do Fundo Monetário Internacional, reconheceram o presidente golpista, dando legitimidade à ruptura institucional. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado_na_Venezuela_de_2002>. Acesso em: 12 jul. 2016.
Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Venezuela-a-OEA-a-Unasul-e-a-politica-externa-brasileira/6/3063806 de julho de 2016>. Acesso em: 12 jul. 2016.

[63] Iniciou-se uma série confrontos entre grupos apoiadores e opositores ao presidente Evo Morales, vindos de departamentos do leste do país, os que integram a chamada Meia Lua (Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija), onde a população indígena é a minoria, ou seja, uma das origens do enfrentamento é o preconceito étnico. Os prefeitos da região da Meia Lua organizaram o bloqueio de estradas, greves, ocupação de prédios estatais e sabotaram um dos principais gasoduto do país. A oposição pedia a derrubada de Evo Morales, outros, especialmente os de Santa Cruz, tentaram organizar um referendo para independência do departamento ou de toda a região da Meia Lua. Houve assassinatos de dezesseis camponeses indígenas que apoiavam o presidente Evo Morales, no departamento de Pando, acrescido de outros ataques racistas contra indígenas nas regiões insurgentes.

[64] Em 28 de junho, estava planejado um referendo para decidir a viabilidade ou não da assembleia legislativa para a reforma política de Honduras. Na madrugada, um grupo de militares invadiu a tiros a casa presidencial e sequestrou o presidente Manuel Zelaya, levando-o de pijamas a um aeroporto, que foi transportado de avião até Costa Rica. Logo após, o então presidente do Congresso, Roberto Micheletti, se impôs (através de uma manobra legislativa) como presidente do país (interino) e governou durante seis meses, até a posse do opositor de Zelaya, presidente Porfirio Lobo (2010-

2014). Após o golpe muitas denúncias foram feitas aos organismos internacionais, devido a muitos atentados que ocorreram contra as comunidades de bairros pobres, cidades da zona rural, movimentos sociais e meios de comunicação alternativos. A ONU aponta o país na atualidade com maior índice de homicídio do mundo.

[65] Em setembro de 2010, ocorreu um confronto durante uma greve de policiais. O presidente Rafael Correa foi até o quartel principal da polícia negociar com os grevistas. Mas, os líderes do movimento, insatisfeitos, realizaram um ataque à comitiva presidencial, com granadas de gás lacrimogêneo. Membros da guarda presidencial protegeram o presidente dentro do Hospital Militar, o edifício foi cercado pelos grevistas, que chegaram a abrir fogo.

Manifestantes a favor de Correa foram ao local do conflito protestar contra os ataques, e também receberam disparos; ao término deste conflito havia morrido dois policiais grevistas, um estudante (a favor de Correa) e dois guardas presidenciais, além de 274 feridos. A situação só teve fim com a intervenção do Exército.

[66] Em junho de 2012, houve uma votação que durou apenas três dias (suposto processo de impeachment) o resultado declarou culpado o presidente Fernando Lugo por uma suposta crise institucional, destituindo-o assim do cargo.

Principal motivo apontado foi a desocupação de uma chácara, em Curuguaty, sudeste do país, que levou a um confronto entre policiais e camponeses sem-terra, que terminou com dezessete mortos (onze camponeses e seis policiais), logo após se instalava um “processo de impeachment”. Lugo argumentava que era ilegal, tendo em vista que não havia manifestação popular contra o governo e que toda pressão emanava dos partidos opositores e da imprensa que defendia os interesses dos latifundiários e do agronegócio.

Na sequência assumiu o vice-presidente Frederico Franco do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), que sinalizava ruptura, desde a criação da esquerdista Frente Guasú (articulação de partidos de esquerda e centro-esquerda do Paraguai), em 2010.

Em 2013, vencia as eleições do Paraguai o empresário Horácio Cartes (um dos articuladores da derrubada de Lugo).

[67] O processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff se “iniciou” a partir de uma denúncia por crime de responsabilidade realizada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

As acusações tratam sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidente, acrescido da difusão de suspeitas de envolvimento dela em atos de corrupção na Petrobras, que têm sido objeto de investigação pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato. Mas outros juristas contestam a denúncia dos três advogados, afirmando que as chamadas "pedaladas fiscais" não caracterizam improbidade administrativa e que não existe nenhuma prova de envolvimento da presidente em crime doloso que possa justificar o *impeachment*.

A Câmara dos Deputados aceita a denúncia para decidir sobre sua admissibilidade. O roteiro começou com os depoimentos dos autores do pedido e teve seguimento com a apresentação da defesa de Dilma.

Manifestações de rua ocorriam sistematicamente contra e a favor do impeachment da presidente Dilma.

Em 17 de abril, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório com 367 votos favoráveis e 137 contrários. Em 12 de maio, o Senado aprovou, por 55 votos a 22, a abertura do processo, afastando Dilma da presidência.

Em entrevista ao Calle2, Frei Betto teme que a gente (Brasil) “esteja caminhando do Estado de Direito para o Estado da direita. Na Alemanha dos anos 1930, em uma situação tão crítica quanto agora, isso favoreceu o fascismo. [...] A insatisfação com o governo de Dilma Rousseff pode desembocar em um fascitoide nas eleições de 2018 ou até antes, caso a chapa Dilma-Temer seja cassada”.

O senador socialista Bernie Sanders, pré-candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, apenas dois dias depois de o impeachment da presidente Dilma Rousseff ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, afirma que “Os Estados Unidos não podem continuar intervindo na América Latina e derrubando governos ou tentando desestabilizá-los por razões econômicas”. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/04/19/bernie-sanders-eua-nao-podem-continuar-derrubando-governos-na-america-latina/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Quem assumiu a Presidência da República do Brasil após o impeachment foi o vice-presidente Michel Temer, tido pelas forças democráticas como golpista. Uma das primeiras medidas foi o cerceamento da mídia alternativa no Brasil, alegando que era um instrumento pró-PT.

Esse processo de golpismo no século XXI contra os governos de esquerda e centro-esquerda tem necessidade e estratégias diferentes da ditadura militar, na medida em que as atuais forças golpistas se dão mediante "legalidade" do aparato do Estado Democrático de Direito, protagonizados pelo judiciário, polícia, legislativo, movimentos da sociedade civil e pela grande mídia que tem um papel fundante na comoção político-social para a volta (se é, que um dia se foi) da direita conservadora.

Daí a importância dos mecanismos político-econômicos instituídos na América Latina, que servem de base de organização e de mobilização do continente, após a última participação na Assembleia das Nações Unidas (ONU), a presidente Dilma Rousseff[68] sugere que o Mercosul e a Unasul avaliem o processo de impeachment, tendo em vista que a classifica como "golpe" da direita antidemocrática.

Em 2008 a presidente do Chile, Michelle Bachelet (e então presidente da Unasul temporária), convocou uma reunião extraordinária dos presidentes membros[69] da Unasul para discutir o caso da Bolívia. A entidade[70] considerou os ataques como uma tentativa de desestabilização da democracia boliviana, e anunciou um conjunto de medidas para apoiar o governo boliviano. Esse apoio contribuiu incisivamente para que a oposição recuasse da tentativa de golpe.

Em 2016, o presidente da Bolívia, Evo Morales, pediu ao presidente da Unasul (temporário), Tabaré Vásquez do Uruguai, que convocasse com urgência uma reunião de Cúpula para discutir o impeachment da presidente Dilma, o boliviano afirmou que a "direita quer tomar o poder através de um golpe"[71].

A partir desses processos de golpismo do século XXI contra os governos de esquerda e centro-esquerda e as tentativas, inclusive bem-sucedidas das "velhas"

---

[68]Disponível em:< http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/dilma-sugere-que-mercosul-e-unasul-avaliem-processo-de-impeachment>. Acesso em: 20 jul. 2016.
Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_impeachment_de_Dilma_Rousseff>. Acesso em: 20 jul. 2016.
Disponível em: http://calle2.com/o-brasil-sai-do-estado-de-direito-para-o-estado-da-direita/. Acesso em: 20 jul. 2016.
Disponível em: <cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Querem-calar-a-nossa-voz/4/36377>. Acesso em: 20 de jul. 2016.

[69] Membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela. Observadores: México e Panamá.

[70] Disponível em: <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/os-golpes-de-estado-do-seculo-xxi/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[71] Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/bolivia-pede-cupula-da-unasul-no-brasil-para-defender-dilma-e-lula.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

desordens da direita, é possível afirmar que existe um movimento na América Latina (concreto, ele não é abstrato), sem nome talvez, mas com ideologia de socialismo, enquanto possibilidade, na medida em que é visível a tensão contínua político-econômica.

Com efeito, o maior medo na atualidade dos países que dominam o capital internacional, sobretudo os Estados Unidos da América, diz respeito ao projeto político democrático-participante, embora este se regule nas normas da democracia do capital com pactuações entre trabalhadores e capitalistas[72].

Contudo, existe nesse projeto uma ampliação de direitos humanos e uma condição favorável, embora "legal" da participação e da reivindicação dos segmentos da sociedade para fazer valer esses direitos, e criar outros ainda não convencionados (o que poderá favorecer a organização dos trabalhadores). Outra questão é a chegada ao poder político de representantes (presidentes) que não coadunem com os moldes do capitalismo e que coloquem em prática, a partir do Estado, ações que firam os interesses do capital internacional ou que criem organismos (nacionais e regionais) para "quebrar" com o monopólio imperialista do capital internacional.

Isso não significa dizer que houve um governo 100% anticapitalista na América Latina (nem poderia, devido às condições objetivas), mas é possível apontar muitas estratégicas políticas e econômicas anticapitalistas que se deram nos governos de esquerda no século XXI, em medidas diferentes contrapuseram o receituário do Consenso de Washington – principal bula[73] atual do sistema capitalista.

No entanto, é preciso distinguir como os governos de esquerda enfrentaram a ofensiva neoliberal na América Latina. Löwy (2016) aponta elementos para esta diferenciação:

> 1. As coalizões sócia-liberais, que não rompem com os fundamentos do "Consenso de Washington", mas realizam várias medidas sociais progressistas. O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos

[72] Vincula-se a criação e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, com a pactual entre as classes sociais, de um lado a capacidade de assegurar direitos sociais para os trabalhadores, e de outro potencializar superlucros aos capitalistas – anos de ouro.

[73] Ações programáticas para colocar em prática o projeto neoliberal, conforme receitado pelo Consenso de Washington – privatizações, desmonte das políticas sociais, descentralização mundial do trabalho.

> ricos... Os governos de esquerda ou centro-esquerda do Brasil (antes da crise atual), do Paraguai e do Chile são exemplos evidentes desse modelo.
> 2. Governos antioligárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocam como horizonte histórico o "socialismo do século XXI". Venezuela, Bolívia e Equador pertencem a essa categoria.
> [...] As classes populares obtiveram ganhos substanciais na maioria desses países, graças a certa redistribuição da renda, em particular do gás (Bolívia) e do petróleo (Venezuela, Equador). Mas nenhum desses governos enfrentou efetivamente as estruturas básicas do sistema capitalista, e não houve nenhuma tentativa efetiva de iniciar uma transição ao socialismo. Até agora Cuba, com todas as suas limitações – a começar pela a falta de democracia – é a única experiência que tomou esse caminho. (LÖWY, 2016, p. 62)

Nesse sentido, Netto (2009) chama a atenção para a heterogeneidade da América Latina, e aponta que este continente está longe de ter uma unidade (projeto), mas que acredita ser viável, desde que os processos de democratização tenham uma clara luta anticapitalista e anti-imperialista.

> Primeiro: é comum, quando latino-americanos discutem a América Latina, a insistência na *unidade* e na *identidade* latino-americanas. Se não quisermos permanecer prisioneiros de mitos (ou, pior ainda, alimentar mitos), é preciso estabelecer com cuidado algumas determinações que me parecem essenciais. [...]
> Entendo que a *unidade latino-americana* ainda é um *projeto*, que devemos lutar para converter em *processo*, com a mais radical consciência de que, minimamente constituída, essa unidade será a unidade de diferenças – não será, jamais, uma *unidade identitária*. Mas é uma unidade possível e um processo possível. [...]
> Assim colocada a questão, o *projeto e o processo* da unidade latino-americana são viáveis e factíveis na exata escala em que *a luta pela democratização das nossas sociedades se articular à luta contra a exploração econômica – vale dizer: na exata escala em que a luta pela democratização tiver um claro caráter anticapitalista e anti-imperialista* (NETTO, 2009, p. 4).

Esses processos antidemocráticos que ocorreram na América Latina de tentativa ou derrubada de presidentes de esquerda e centro-esquerda vão para além da queda de governos, pois o que está em crivo são as tensões provocadas pela disputa na construção de projetos políticos, e que na prática, o sonho de *outra sociedade* continua vivo e permanente (embora sem rumo e fragmento).

Com todos esses esforços que são avaliados nesta pesquisa como fundamentais nos processos constitutivos de direitos humanos, avalia-se que a "[...] democracia que se institucionaliza na América Latina não tem significado alterações

expressivas nos quadros econômico-sociais de nossas sociedades, no sentido de torná-las ponderavelmente menos desiguais e assimétricas" (NETTO, 2009, p. 7).

Mas uma coisa é certa, os Estados Unidos da América ainda não tiveram, como gostariam, pelo menos até aqui, o total domínio hegemônico da América Latina, mas o quadro político tem se agravado constantemente. No Brasil, recentemente o presidente em exercício Michel Temer nomeou José Serra do PSDB (partido que consolidou o projeto neoliberal no Brasil) como Ministro das Relações Exteriores, e essa nova política terá rebatimentos imediatos negativos na construção dos direitos humanos, inclusive com a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, dentre outros mecanismos estruturantes de direitos que foram extintos ou reduzidos.

As reflexões realizadas neste capítulo trazem subsídios teórico-políticos para fortalecer a tese de que a luta dos trabalhadores por direitos humanos poderá desencadear "novos" processos de mobilização e de organização social rumo a construção de *um outro* projeto societário, tendo como perspectiva a superação da (des)ordem capitalista.

CAPÍTULO 2 POR UMA OUTRA HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Quem não se movimenta,
não sente as correntes
que o prende...

Rosa Luxemburgo

É muito comum nas análises sobre a história dos direitos humanos a afirmação de que esses passaram a ser debatidos e exigidos a partir do Holocausto, realizado pelo regime nazista, liderado por Adolf Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dado o absurdo e a inaceitabilidade do extermínio dos judeus em diversas partes da Europa, de maneira perversa e cruel, nos campos de concentração.

O professor de Direito da Universidade de São Paulo, Celso Lafer, ao analisar o aparecimento dos direitos humanos em escala mundial, afirma em um importante documentário[74], que "a violação dos direitos humanos surge como algo sentido por todos, depois daquilo que foi a experiência totalitária, cujo paradigma de horror foi o holocausto". Ele avalia que isso ocorre pela a ideia de descartabilidade do ser humano, na medida em que os seres humanos não têm direito à face da terra. E enfatiza ainda que essa ideia sequer pode se justificar, pela razão de Estado.

Assim, a história dos direitos humanos começa a ser empreendida e exigida quando a dor e o sofrimento de violação dos direitos são sentidos por todos e se espraiam na luta social pela conquista dos direitos. Porque, ao se ouvir testemunhos de judeus sobreviventes daquele terror, a justa ira por vezes nos causa indignação, o que resulta em sentimentos de acabrunhamento e enojamento, e nos remete à importância da luta, para que jamais tamanha violência volte a ocorrer nos processos sociais da humanidade.

---

[74] DIREITOS HUMANOS. *Parte 1*. Direção**:** Kiko Goifman. Fotografia**:** Julio Taubkin. (9 min) 37 ', color. PALEOTV e ANDHEP, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vKB9G5Y8Kdo>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Com efeito, o holocausto deve ser considerado um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade, e é sem sombra de dúvidas uma das maiores e piores expressões de dor e de sofrimentos causado pelas forças sociais conservadoras que instituíram o regime político nazista, período em que o Estado usava aparatos paramilitares para exterminar judeus em nome do seu desenvolvimento político-econômico nacionalista, como alternativa ou meio-termo que pudesse descartar a luta de classe entre duas grandes forças de porte internacional – o socialismo marxista e o capitalismo de mercado livre.

Mas, embora se reconheça o acontecimento do holocausto como uma das maiores violações dos direitos humanos na história, não se pode atrelar a gênese da luta histórica dos direitos humanos a esse, a não ser que se neguem, como geralmente de costume nas pesquisas, as dores e sofrimentos cometidos pelo Estado contra muitos outros povos que foram vítimas de violação de direitos humanos, e que deixaram seu legado de luta na história da humanidade, muito antes da tragédia do holocausto.

2.1 A dor e a luta dos índios e negros constituem a história dos direitos humanos no Brasil

Os índios e negros precisam ser considerados na disputa de luta de classe, a partir das dores sofridas e das lutas travadas na formação sócio-histórica brasileira. No entanto, há díspares particularidades no que tange aos processos históricos, pois embora esses fizessem parte de um mesmo sistema (escravocrata), as estratégias de lutas foram diferentes, até mesmo por se tratar de povos e condições diferentes num contexto marcado por contradições sociais. Para Moura (2014b), esta afirmação se dá pelas seguintes dimensões:

> Em relação ao índio, primeiro houve a fase genocídica de ocupação da terra e da destruição de milhares de seus membros. Depois, a fase da *cristianização, da catequese,* da chamada *evangelização,* ou seja, da destruição das religiões e de sanções àquelas que não aceitassem submissamente a religião do colonizador que exercia, nesse contexto, o papel de bloco ideológico do Poder.
> Em segundo lugar, foi a invasão das suas terras em ritmo rápido e violento no início e, depois, lenta e constante, a destruição daquelas tribos que ainda resistiam à *integração* – situação que perdura até hoje. Criou-se o Estado do Índio no qual os seus direitos foram

> regulados pelos brancos, sem que eles pudessem intervir como agente social e cultural dinâmico. Mas, de qualquer forma, os remanescentes dos povos indígenas não perderam totalmente a sua identidade, a sua territorialidade em parte. Com isto, têm polos de apoio que facilitam uma articulação de resistência, pois sabem até onde têm os seus direitos outorgados pelos brancos e aquilo a que têm direito legitimamente. A desigualdade entre índio e o chamado homem branco iguala e une os índios na sua luta pela demarcação de terras (territorialidade), na luta contra a invasão das mesmas e procuram igualar-se em termos de cidadania. Com isto, a sua consciência étnica mantém a sua identidade que se dinamiza no processo de resistência pelos direitos diferenciados porque lhes foram fixados de fora, mas persiste a memória ancestral coletiva (MOURA, 2014b, p. 218).

A diferença entre as etnias de negros e índios (díspares) era percebida pela classe dominante colonial, para melhor usurpar a mão de obra de maneira adequada às obrigações forçadas na produção de cana-de-açúcar e nos grandes engenhos de propriedade da aristocracia brasileira, ou melhor dizendo, portuguesa.

> [...] Os processos brutais empregados pelos portugueses para forçarem os indígenas ao trabalho – processos em que em nossos dias ainda temos exemplo entre as populações não iniciadas na civilização ocidental – não eram de molde a despertar nos índios grande entusiasmo pela colonização branca. Preferiam permanecer no recesso das matas, longe da cultura europeia de que só chegavam a conhecer os horrores da mais atroz das opressões. Foi por isso preciso ir lá buscá-los.
> Inicia-se então esta "caça" do homem pelo homem, que pelas suas proporções tem poucos paralelos na história, e que figura como apanágio de glória das "epopeias" bandeirantes... Escusado será repetir o que foram estas expedições predadoras do gentio, que percorreram o território brasileiro de norte a sul e de leste a oeste, descendo do sertão milhares e milhares de cativos a serem iniciados nas "belezas" da civilização (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 24).

Segundo o padre Antônio Vieira, citado por Prado Júnior (1994, p. 26), "Serviam-se dos índios pela madrugada até a noite, como fazem aos negros do Brasil. Nas cáfilas de São Paulo a Santos, não só iam carregados [...], quase todos nus ou cingidos de um trapo e com uma espiga de milho pela ração de cada dia".

Assim, a dizimação da população indígena pela moléstia e maus-tratos foi alarmante, o que levou Prado Júnior (1994, p. 27) a afirmar[75] [...] "que dos 40.000 índios aldeados que havia na Bahia em 1563, restavam vinte anos depois apenas

[75] TAUANY. *História Geral dos Bandeirantes*, p.85.

3.000, apesar das levas contínuas que vieram neste período reforçar-lhes o número.” Essa era uma das razões da preferência pelo trabalhador africano.

> [...] Basta lembrar que nosso trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro e índio. Mesmo em São Vicente, onde encontramos as menores e mais modestas propriedades, a regra é a mesma. “Afazendados falando de São Paulo, ocupavam-se os homens bons e da governança e da terra em obrigar os índios a trabalhar nos trigais e milharais, nas plantações de feijão e algodão, no fabrico da farinha de mandioca e marmelada, de chapéus de feltro grosso e de baetas, na criação de grandes rebanhos.” Daí lhes provinha, como diz o cronista, “grandes tratamentos e opulência por dominar debaixo de sua administração muitos centros de índios”.[76] Não raro deparamos com proprietários de mais de mil escravos (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 18).

O pesquisador marxista Clóvis Moura, em sua vasta obra, demonstra as ideologias de interesses na luta de classe do regime escravista, e não mede esforço para colocar o índio e o negro como protagonistas da construção social da história dos direitos humanos, ao denunciar as mais perversas formas de torturas e suas formas de resistência e organização, em meio ao sistema escravista, a partir dos quilombos, das insurreições e das guerrilhas.

Contrapõe-se assim veementemente a lógica falaciosa de “democracia racial”[77], pensada por muitos pesquisadores renomados, dentre eles Gilberto Freyre, que deram a tônica oficial da formação do povo brasileiro.

> Os resultados da investigação que fiz, em colaboração com o professor Roger Bastide, demonstraram que essa propalada ‘democracia racial’ não passa, infelizmente, de um mito social. E um mito criado pela a maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria; ele não ajuda o ‘branco’ no sentido de obrigá-lo a diminuir formas existentes de resistência à ascensão social do ‘negro’ nem ajuda o ‘negro’ a tomar consciência realista da situação e a lutar para modificá-la, de modo a converter a ‘tolerância

[76] “Tauany, *São Paulo no século XVI,* p. 212. Um autor que se esforçou o máximo notavelmente por apresentar São Paulo colonial como uma organização ‘democrática’, em que predominava a pequena propriedade, chega à conclusão de que ‘toda a engrenagem agrícola (dos proprietários paulistas) era impulsionada por cerca de 50 a 100 índios forros (forros aqui quer dizer escravo, como adiante veremos) entre homens, mulheres e crianças, além de pouquíssimos índios escravos’. (A. Elis, *Raça de Gigantes*, p. 266)” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 18).

[77] “[...] Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreição mesmo por vezes) fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e força organizada da ordem estabelecida” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 49).

> racial' existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque 'racial' (FERNANDES, 2007, p. 60).

Na obra intitulada *Rebeliões da Senzala*, Moura (2014a), ao analisar a revolta a bordo dos negros trazidos por navios negreiros para o Brasil em 1823, revela que:

> Os escravos, ao serem transportados para o Brasil, algumas vezes se revoltavam durante a viagem, amotinando-se nos navios que os conduziam. Não era fácil tal tipo de revolta, visto que as guarnições desses navios, sempre alertas, ao menor indício de sublevação puniam drasticamente os escravos. Mas, apesar de todas as medidas acauteladoras tomadas pelos traficantes, muitas vezes a carga dos navios negreiros se insurgia. Os sofrimentos eram tais que preferiam, quando havia oportunidade, a morte a continuar nas condições a que estavam submetidos (MOURA, 2014a, p. 241).

Continua Clóvis (2014a), a descrição inaceitável dos crimes cometidos contra negros, a partir das pesquisas do pintor e historiador brasileiro João Fernando de Almeida Prado, possibilita descrever a situação dos cativos durante a viagem.

> Diz o conhecido historiador: "Terminado o embarque, iam começar os horrores da viagem. Discorrendo sobre o tráfico, cerca de 1560, escrevia Frei Tomás de Macedo: 'Amontoavam-se em um navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos (cativos), e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles [...]. E para que ninguém pense que é exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores [...] sacaram para Nova Espanha de Cabo Verde, quinhentos em uma nau, e numa só noite amanheceram mortos 120, porque os meteram como porcos num chiqueiro ou, coisa pior, debaixo da coberta onde o seu próprio fôlego e catinga (que bastavam para corromper 100 áreas e tirá-los da vida) os matou (sic). [...] e não parou nisso o negócio: antes de chegarem ao México, morreram quase trezentos" [...].
> "Tinha razão Channing" – prossegue J. F. de Almeida Prado – "para afirmar, num arroubo de eloquência, que desde o século XVI o navio negreiro era 'o conjunto de maior número de crimes reunidos no mesmo espaço'" (MOURA, 2014a, p. 242).

A luta dos negros teve grande ascensão no Brasil com a insurreição na capital baiana em 1835, o que para Moura (2014a) é expressa pela luta entre diferentes "nações africanas", por se tratar de uma ação coletiva e organizada em busca incessantemente da liberdade, diante do regime escravocrata.

> A última grande revolta de escravos da capital baiana e a que obteve maior ressonância histórica foi, sem sombra de dúvida, a de 1835. Dirigida por escravos nagôs, englobará, contudo, entre seus dirigentes negros de diversas outras "nações" africanas, principalmente tapa demonstrará que os escravos já haviam sedimentado um certo nível organizativo e assimilado uma tradição de luta contra seus senhores, através do longo rosário de lutas que foi levado durante o transcurso da primeira metade do século XIX.
> É verdade que ainda não possuíam – nem era logicamente possível nas condições em que se encontravam – um programa político. A única consigna capaz de uni-los era – segundo pensamos – a conquista da liberdade, o fim do cativeiro. Procuravam, deste modo, tirar das lutas passadas que se sucederam na província o máximo de ensinamento "a fim de matarem todos os brancos, pardos e crioulos" (MOURA, 2014a, p. 253-254).

A luta dos negros com a sua respectiva força e organização consolidou a formação sócio-histórica do Brasil, embora negada e escamoteada em muitas das produções científicas e nas análises discursivas de grande parte da política brasileira.

Essa negação empobrece e no limite exclui da história a importância dos povos indígenas e negros nas formas de organização e intervenção dos processos históricos que ocorreram no Brasil.

Muitas vezes, (para não dizer quase sempre) a imagem do negro e do índio aparece na formação do povo brasileiro como um povo homogêneo e adaptável, e daí a importância se reduz apenas e tão somente pela mão de obra desses no desenvolvimento econômico e cultural, demonstrado por Freyre (2003) em sua obra *Casa-grande e senzala*, o que retira da análise política o caráter de luta de classe no Brasil.

Outra dimensão de intencionalidade importância dos negros, enquanto protagonistas na formação do Brasil, refere-se ao século XVII, momento em que as "nações africanas" (tidas como escravos) participaram e se organizaram diante do domínio holandês, mas não de modo homogêneo, ao contrário, devido a sua própria condição socioeconômica e dada a situação de invasão, houve conflitos e divergências entre os povos negros, o que ocasionou três grandes movimentos.

Esse grau de heterogeneidade é analisado por Moura (2014a) como um comportamento inerente ao contexto sócio-histórico em que os negros estavam "submetidos", o que justifica este comportamento não ser uniforme, pois uma opção

consciente seria negar o próprio regime escravocrata, que condicionava o seu pensamento e intervenção política.

> Três foram às formas típicas de comportamento do escravo durante o período de ocupação holandesa. A primeira delas foi a dos cativos que – aproveitando-se da situação criada com as lutas entre luso-brasileiro e batavos – fugiram para as matas e se estabeleceram em quilombos dos quais o mais importante e famoso foi Palmares. A segunda foi a dos que, ou por imposição dos próprios senhores ou por livre vontade, se incorporaram às tropas restauradoras que combatiam o invasor. Finalmente, a terceira foi a dos escravos que ficaram ao lado dos holandeses, contra os brasileiros e portugueses. Da primeira forma de comportamento o mais destacado líder foi incontestavelmente Zumbi; da segunda, Henrique Dias poderá ser apontado como elemento mais representativo; a última teria o seu elemento representativo em Calabar.
> Para o caráter do nosso estudo essas três formas de comportamento são encaradas como atitudes *divergentes* dos cativos contra a escravidão. Tipificam reações às contradições inerentes ao sistema escravista e será dentro destas perspectivas que as iremos encarar. Do ponto de vista de luta de classes, aqueles escravos que fugiam ao cativeiro e fundavam comunidades independentes nas matas eram os que atuavam tendo em vista a contradição mais importante [...].
> [...] Ganga Zumba e posteriormente Zumbi representam por assim dizer os elementos da própria casta de escravos que se voltam contra o regime, ou, em outras palavras, o tablado radical da contradição. Atuavam por isso sobre a contradição mais profunda da época, que era a existente entre o senhor e o escravo (MOURA, 2014a, p. 275-276).

A história dos direitos humanos no Brasil deve conter também em seu arcabouço político-teórico a organização de insurgentes das nações africanas, sobretudo ainda na segunda metade do século XVII, a criação do Quilombo Zumbi dos Palmares na antiga capitania de Pernambuco, e que coloca na prática da organização político-econômica da época a contradição – senhor e escravo; proprietário e propriedade.

A promulgação da Lei Áurea (Lei Imperial 3.353, de 13 de maio de 1888), diploma legal que aboliu a escravatura no Brasil, não passou de uma farsa e de uma tentativa de recomposição do poder político dos monarcas portugueses para salvar, não apenas a coroa, mas a própria cabeça, dado os inúmeros conflitos que imobilizam o Império. A abolição decretada em 1888 pelo Império serviu “[...] apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que ainda contava” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 102).

O fim da escravatura (comércio e tráfico de escravos) contou com um complexo conjunto formado de dimensões, sobretudo político-econômicas de novas formas de desenvolvimento, tais como: alforria particular dos escravos; precedência da abolição pelo Norte (Ceará e Amazonas em 1884); impossibilidade de manter os escravos nas fazendas (abandono em massa) – esse processo desorganizou a vida econômica do Brasil e tornou precária a ordem pública.

Outro fator de destaque na abolição dos escravos no Brasil, Prado Júnior (1994) diz respeito ao novo cenário dos países ocidentais, advindo com a Revolução Francesa de 1889, em que o trabalho servil feito pelos escravos comercializados e traficados era substituído pelo novo escravo, o assalariado.

> [...] Mas, para a Inglaterra, com sua já antiga e efetiva pretensão a um direito iminente sobre Portugal e suas colônias ou ex-colônias, e que não podia permitir que elas contrariassem seus pontos de vista –, o caso era outro. Todos os interesses britânicos aconselhavam a "humanitária" política de combater o comércio de africanos. De um outro, sua preeminência comercial nas costas da África, ofuscada pelo prestígio dos traficantes negreiros, em geral portugueses[78]. De outro, seus interesses nas colônias das Índias Ocidentais, que produziam, como nós, o açúcar e sofriam por isso a concorrência do Brasil, avantajado pelo emprego do braço escravo. Por isso desde cedo se esforçou a Inglaterra em obter dos governos brasileiros a proibição do tráfico [...] (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 91).

Esse campo de análise traz elementos para compreender a difícil tarefa do Brasil, em tornar índios e negros humanos, tendo em vista que os crimes cometidos contra eles (em um passado, que não ficou no passado) não foram sentidos pela humanidade ocidental, não houve clamor universal pelo seu extermínio e massacre, nem se podia - dada as suas condições objetivas concretas na relação de exploração (senhor e escravo - Europa e Brasil), pressuposto central do desenvolvimento econômico da época.

É nesse contexto que urge a necessidade de intensificar na história dos direitos humanos a dor, o sofrimento e a luta de muitos povos (negros e índios), tendo em vista que a luta antecede o direito, pois é por meio da indignação humana dos oprimidos que se dão as revoltas e as mais diferentes formas de organização. Mas, quase sempre essa luta é escamoteada, por se tratar de interesses divergentes e inconciliáveis em relação àqueles das elites dominantes, que

[78] A Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em 1807.

historicamente tiveram no poder, (in)justamente à custa dos trabalhadores que, nesse período, eram representados por índios e negros, mantidos escravos durante quatro séculos.

Nesse sentido, por que, na gênese da história dos direitos humanos, a tortura, a escravidão e o extermínio de negros e índios geralmente são desconsiderados? Será porque a dor, o sofrimento e a luta deles pouco ou quase nada impactaram a humanidade? A ideologia da classe dominante cria no imaginário social a legitimação de ideias desqualificadoras de negros e índios, ao retirar a sua humanidade em nome dos processos perversos de dominação do poder econômico. Daí a relevância de promover uma ideologia antidominante, tendo como perspectiva a *emancipação humana* – estágio em que negros e índios sejam diferenciados em suas particularidades e singularidades étnicas, enquanto processos de sociabilidade, que só se dará com a superação da desumanização do capital.

Essa ideologia dominante de desumanização de negro e índio é proliferada em larga escala nos processos formativos da história de direitos humanos, ao escamotear ou negar as resistências mediante as atrocidades inaceitáveis ocorridas desde o século XV.

Muitos são os intelectuais que se justificam ao mencionarem que o marco da história dos direitos humanos se dá pelas revoluções francesa e americana, pois essas impactaram a humanidade. É nessa perspectiva em que o humano vira abstrato, pois quem são os humanos da humanidade? Os burgueses, que certamente não são índios nem muitos menos negros.

2.2 A importância das Revoluções na formação dos direitos humanos no Brasil

2.2.1 A Revolução Francesa como ideário na luta por direitos humanos no Brasil

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789[79], reconhecida como principal instrumento tradutor do legado da Revolução Francesa, traz no seu preâmbulo a seguinte concepção.

[79] Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

> Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLEIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, resolveram expor em declaração solene os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os atos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral (DECLARAÇÃO DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

O lema da Revolução Francesa teve um impacto político para as sociedades ocidentais, realmente foi revolucionária em relação ao regime feudal, na medida em que trazia em seu arcabouço discursivo ideológico, o sonho acalentado e lutado por muitos – *da liberdade, da igualdade e da fraternidade*.

No Brasil, é possível identificar grande influência da Revolução Francesa, ainda em 1789, momento em que os negros fazem a conspiração baiana, e seu aparato ideológico de luta, sobretudo por liberdade, era ancorado no lema revolucionário.

> E, efetivamente, o espírito da Revolução Francesa foi difundido, em pouco tempo, não só na Europa, como também em regiões tão distantes quanto à Índia, à Ásia menor e à América Latina.
> Na conspiração baiana de 1798, verificou-se que as ideias revolucionárias francesas já haviam conquistado os oficiais e artesãos mais humildes... Nos manifestos afixados nas igrejas e praças públicas de Salvador, em 12 de agosto de 1798, lia-se: “cada hum soldado he cidadão, mormente os homens pardos e pretos que vivem escornados e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença, só haverá liberdade, igualdade e fraternidade” (COMPARATO, 2005, p. 131-132).

Uma das alas do movimento revolucionário pela independência do Brasil (1822-1825), formada pelas classes mais pobres, se inspirava na “liberdade” e “democracia”, ideias centrais da Revolução Francesa, aspiravam grandes transformações sociais, incluindo a divisão igualitária de toda a riqueza social, mas devido às condições objetivas, essas ideias assumiram um caráter abstrato (PRADO JÚNIOR, 1994).

> Os orientadores destas correntes extremistas, na falta de compreensão nítida do processo social que sob suas vistas se desenrolava, ficam em geral numa linguagem demagógica e jacobina, emprestada dos revolucionários franceses de 89, em que "liberdade" e "democracia", entendidas muito mais como ideias abstratas que como programas definidos, voltam a cada momento; mas no final das contas, incapazes de assumirem uma posição própria e definida, põem-se simplesmente a reboque das classes abastadas que delas se servem na luta comum contra a reação recolonizadora. E isto faz com que, abandonados depois abdicação de D. Pedro pelos aliados da véspera, que passam então a adversários, sejam incapazes de levar adiante a revolução e sucumbam ante a reação conservadora que então se opera (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 60).

Mas o ideário da Revolução Francesa na prática tinha, em sua gênese, medidas e pesos diferentes, contradições imprescindíveis à expansão dos interesses da burguesia, e não de todas as pessoas, ou seja, a liberdade propalada era para os humanos burgueses e não para os negros (enquanto trabalhadores), quanto menos ainda colocá-los na condição de igualdade, no que tange à igualdade e fraternidade. Isso seria a detonação e a mortificação do sistema capitalista, que só pode se reproduzir pela expropriação de uma classe em relação à outra.

E a propósito, sem sombra de dúvida, a Revolução Francesa foi uma estaca social, fincada a muitas mãos, para a derrocada do regime feudal, e aparentemente ela poderia resultar em um estágio possibilitador para aglutinar e potencializar os interesses dos novos burgueses e também dos negros na condição de escravos, que lutavam pela conquista da liberdade (não só, mas em especial).

Na obra *Os Jacobinos Negros,* de C. L. R. James (2010), que trata da guerra de independência de São Domingos (atual Haiti), lugar que causava inveja a muitas nações por deter dois terços do comércio exterior da França e ter o maior mercado individual para o tráfico de escravos europeu, foi lugar da única revolução dos negros com "sucesso", dadas as impossibilidades de terem a liberdade como um valor concreto, e não apenas abstrata.

> Em agosto de 1791, passados dois anos da Revolução Francesa e dos seus reflexos em São Domingos, os escravos se revoltaram. Em uma luta que se estendeu por doze anos, eles derrotaram, por sua vez, os brancos locais e os soldados da monarquia francesa. Debelaram também uma invasão espanhola, uma expedição britânica com algo em torno de sessenta mil homens e uma expedição francesa de semelhantes dimensões comandada pelo cunhado de Bonaparte. A derrota da expedição de Bonaparte, em 1803 resultou no estabelecimento do Estado negro de Haiti, que

> permanece até os dias de hoje. Essa foi a única revolta de escravos bem sucedida da História, e as dificuldades que tiveram de superar colocam em evidência a magnitude dos interesses envolvidos. A transformação dos escravos, que, mesmo à centenas, tremiam diante de um único homem branco, em um povo capaz de se organizar e derrotar as mais poderosas nações europeias daqueles tempo é um dos grandes épicos da luta revolucionária e uma verdadeira façanha [...] (JAMES, 2010, p. 15).

A guerra da independência de São Domingos representa a influência do ideário da Revolução Francesa rumo às grandes transformações da sociedade, o que influencia também os negros, tendo em vista as suas articulações com a França e a organização para a criação de um território-nação (Haiti). Toussaint, grande líder da revolta, viu a possibilidade na prática que a batalhada liberdade, igualdade e fraternidade poderiam ser conquistadas também pelos negros (JAMES, 2010).

Desse modo, os negros levaram às últimas consequências o lema da Revolução Francesa e desmascaram historicamente a suposta passividade no acesso para todos, na medida em que a revolta foi combatida pela própria França por meio do exército de Napoleão Bonaparte.

Assim, o ideário da Revolução Francesa, servindo de legado para a história da humanidade, começa a desmoronar diante dos negros, que viram concretamente o ideário francês ser restrito ao projeto da burguesia, pois o ponto central era a expansão da burguesia, o que contraditoriamente não poderia assegurar o lema a todos (como imaginavam os negros), sobretudo aos rebeldes[80] que lutavam por uma república haitiana de negros, que representou na nova estrutura política, a luta de classe.

Contudo, é inegável a importância da Revolução Francesa, conforme assinalado no primeiro capítulo desta pesquisa, ao se reconhecer os avanços do

---

[80] "A derrota de Toussaint na guerra da independência e sua prisão e morte na Europa são considerados universalmente uma tragédia. Elas encerram os elementos autênticos de uma tragédia na qual, mesmo no auge da guerra, Toussaint lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil ascenso à civilização. Convencido de que a escravidão jamais seria restaurada em São Domingos, ele também estava convicto de que uma população de escravos, recém chegados da África, não poderia integrar-se à civilização por si mesma.
[...] O homem em que havia se transformado pela Revolução Francesa exigia que fosse mantida a relação com a França da liberdade, igualdade, fraternidade e da abolição da escravidão indiscutivelmente. O significado da França revolucionária estava sempre em seus lábios, em suas declarações públicas, em sua correspondência e na intimidade espontânea de suas conversas particulares. Era o mais alto estágio da existência social que ele podia imaginar. Não era apenas a estrutura da sua mente. Ninguém a sua volta, além dele, tinha tanta consciência da necessidade prática de resolver o problema do atraso social e das primitivas condições de vida (JAMES, 2010, p. 264).

ponto de vista da emancipação política[81] como estágio de superação ao regime feudal derrotado pela revolução burguesa. Mas, em si, esse processo não supera a ordem das contradições sociais, ou seja, o que tornará efetiva, humanamente e livres os trabalhadores é a emancipação humana.

2.2.2 As revoluções populares na história dos direitos humanos no Brasil: uma história sem memória!

As principais revoluções populares brasileiras do Brasil Império – a Cabanada do Pará (1833-36), a Balaiada do Maranhão (1838-41) e a Revolta Praieira de Pernambuco (1848), de modo geral, nem sequer são mencionadas na história dos direitos humanos no Brasil.

Essas revoluções brasileiras "[...] que são as principais revoluções populares da época – não passam, para a generalidade dos nossos historiadores, de fato sem maior significado social, e que exprimem apenas a explosão de 'bestiais' sentimentos e paixões das massas. [...]" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 8)

A invisibilidade das Revoluções Populares, praticamente esquecidas pelos historiadores ao elaborarem cientificamente a história brasileira, amputam e sequestram intencionalmente o significado político-social que estas expressam, sobretudo a organização e participação dos trabalhadores nos processos pioneiros de luta para quebrar, ou no mínimo impactar, com a hegemonia imperial.

A propósito, na história brasileira a Revolução Praieira é escrita "seriamente" por Joaquim Nabuco em sua obra *Um Estadista do Império, I* – houve um estudo aprofundado sobre o acontecimento. Mas Prado Junior (1994) atenta para a verdadeira intenção de Nabuco, ao avaliar que:

---

[81] No Brasil, nem sequer houve intenção de ruptura com a estrutura colonial pela "burguesia". Conforme Mazzeo (2015, p.82) aponta para "A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista –, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda real produzida no Brasil reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes "exclusivo Colonial" português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o 'móvel' da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia "anômala", determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas consequências imediatas do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do "Partido Brasileiro", capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira".

> [...] O que Nabuco quer justificar ou, pelo menos, destacar a atuação de seu pai, que foi juiz dos rebeldes e seu mais encarniçado adversário. A sua análise se ressente por isso de falhas imperdoáveis que o levam a lamentáveis conclusões. Em todo caso, já se trata de um estudo que se pode chamar de "sério".
> Mas o que Nabuco não fez em relação à Revolta Praieira – e com maior razão não se fez com relação às demais revoltas que citamos, é *situá-las* na história brasileira, mostra-las não como fatos ocasionais e isolados, mas como fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência. E por isso, dada a importância primordial destas agitações para a compreensão da história política da época [...] (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 9).

O que distingue a cabanagem[82] dos demais movimentos da época, não é o seu repertório temático, a independência do Pará, mas a capacidade de tomada e manutenção do poder durante muitos anos no domínio do governo da província do Pará.

A Revolução dos Cabanos do Pará seguramente foi:

> [...] um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe, contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 77).

A província do Pará se revolta com as condições marcadas pela insatisfação política de isolamento do país e, sobretudo pela miséria em que viviam os cabanos na época, o que desencadeou uma série de agitações políticas por melhores de condições de vida.

Prado Júnior (1994, p. 72) afirma que "[...] vivera esta província isolada do resto do país e em muito maior contato que qualquer outra com a metrópole portuguesa. [...] e de que resultara afinal a proclamação da Independência. [...]"

Para tanto, os cabanos se unem aos fazendeiros e comerciantes (elite), pois esses dois últimos grupos estavam descontentes com o presidente eleito da província e tencionavam por maior abertura e participação nas decisões políticas.

[82] Moradores que moravam em cabanas na beira do rio.

> Ainda que contraditória em suas atitudes em suas atitudes, pois se de um lado agitava as massas, de outro procuravam o apelo das classes abastadas, intrigando com elas o presidente, que acusava de pretender a alforria dos escravos, compreendia Batista Campos perfeitamente a situação, e francamente apoiava as hostilidades populares contra a política reacionária das regências (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 72).

Essa revolta ganha força na província, embora com fracassos no interior, mas se reorganiza com maior potência na capital, Prado Júnior (1994, p. 74-75) descreve que "[...] depois de centrados nos arredores da cidade, levantam-se os revoltos em Belém. A situação é dominada com facilidade, sendo executados, o presidente, o comandante das armas e outras autoridades".

> Cometem então os cabanos o grande erro de chamar para o governo um elemento que já participara da revolução, tendo mesmo sido preso (é na prisão que vão buscá-los), mas que dera em seguida sobejas provas da dubiedade de suas atitudes. Chamava-se ele Félix Antônio Clemente Malcher. Ao ser preso, já estava Malcher decidido a abandonar o movimento, e deu-se tão somente à sua detenção o não ter podido levar a cabo este projeto. Assumindo o governo, protestou Malcher fidelidade ao imperador, mas declarou conservar-se no poder até a Maioridade.
> A política de Malcher logo desgostou os revoltos. [...] não podia Malcher compreender a atitude e as aspirações das massas que condizia. E tal incompreensão ia, naturalmente, cavando-lhe a impopularidade. À agitação que em consequência então se esboça, responde o presidente com medidas de violenta repressão que cada vez mais o incompatibilizavam com a opinião pública. Entre outros atos, faz prender e deportar os elementos mais populares da revolução, como Angelim e o jornalista Ferreira Lavor (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 75).

A partir deste contexto, o movimento revolucionário destitui do poder e executa o então presidente Malcher da província do Pará, mas com isso o movimento continua o seu governo, na medida em que institui Francisco Pedro Vinagre[83] como presidente da província (os irmãos vinagres eram lavradores do Rio Itapecuru), mas Prado Júnior (1994, p. 75) avalia que "[...] Vinagre no poder não se conduziu melhor do que seu antecessor".

[83] Ocupava no governo dos cabanos o cargo de comandante das armas, o qual destituiu e executou Malcher.

> [...] Assim, quando diante de Belém se apresentou uma esquadra legal pretendendo dar posse ao vice-presidente Ângelo Custódio Corrêa, quis Francisco Pedro negociar um acordo. Impediu seu irmão Antônio, que, pondo a frente dos revoltosos conseguiu depois de renhida luta impedir o desembarque das tropas legais. Apesar da traição, contribuiu o presidente no poder. Caro iria este erro custar aos *Cabanos.* [...] o governo da Regência, cada vez mais alarmado com o rumo que as coisas iam tomando e com os sucessivos reveses que suas armas sofriam no Pará, resolve intervir com dobrada energia. Seguem então forças consideráveis sob comando do novo presidente que nomeia: Manuel Jorge Rodrigues. Protegido por Francisco Pedro, consegue Rodrigues, apesar da hostilidade dos *cabanos*, assumir sem grande esforço o governo da província (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 75-76).

Após a derrota na capital, o movimento dos cabanos continua sob comando de Vinagre e segue para o interior, onde consegue mais uma vez a adesão das populações rurais, ocupa a cidade de Vigia e atacam e tomam a capital - a Ilha de Tatuoca passa a ser sede do governo dos cabanos.

"[...] Pela segunda vez, estavam os *cabanos* senhores do Pará. Proclamam a República e declaram a província desligada do Império" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 75-76).

> Mas, desta vez ainda, não tardam as desinteligências entre os revoltos. Ao lado disto, a prolongada luta, que vinha há tanto tempo durando, e as sucessivas traições de que tinham sido vítimas abalaram neles, profundamente, a confiança na vitória final. Assim, mesmo, conseguem manter-se no poder por quase um ano. Infelizmente, não souberam neste longo período organizar-se com eficiência. É verdade que os embaraços eram grandes, vindo a eles juntar-se uma epidemia de bexigas, que grassou por longo tempo na capital da província.
> Em abril de 1836 chega ao Pará uma poderosa esquadra trazendo o novo presidente legal, o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia. Depois de alguma luta, consegue o brigadeiro efetuar um desembarque, e ocupa a capital a 13 de maio. Os *cabanos,* refugiados no interior, já não podiam oferecer grande resistência. Atacados por forças consideravelmente superiores, vão cedendo terreno, e perseguidos sem quartel pelas armas legais, são afinal completamente esmagados (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 76).

Essa revolução popular se configura como fundante na formação da história dos direitos humanos, não apenas por colocar em pauta as melhores condições de vida da população (cabanos) ou ainda trazer para o debate a participação política no âmbito do governo imperial (fazendeiros e comerciantes), mas em especial a organização e consciência política que, para tal feito, necessitaria a tomada do

poder, para fazer valer estas reivindicações, que só se estabeleceriam mediante o outro sistema político.

A Revolução Popular dos Balaios[84] ocorreu no Maranhão no período de 1833 a 1834. Deu-se às margens dos rios Itapecu e Parnaíba e se estendeu pelos os arredores do Piauí – foram os sertanejos os principais protagonistas dessa revolta, conforme afirma Prado Júnior (1994, p. 79) "[...] Contava o Maranhão por esta época uma população total de 200.000 habitantes, com cerca de 90.000 escravos e uma enorme massa – de trabalhadores rurais empregados na pecuária, uma das principais indústrias da região [...]".

O desencadeamento desta revolta veio através indignação da população mais pobre desta província, que sistematicamente era vítima da violência policial imperial e do uso da força violenta dos fazendeiros da região para atingir suas finalidades de produção econômica.

Portanto, os balaios decididamente lutavam contra o monopólio político-econômico, que se dava pela política aristocrática e oligárquica das classes de fazendeiros, senhores de engenhos e proprietários rurais.

> Não se apresenta a balaiada como um único movimento mas, pelo contrário, caracteriza-se por sucessivos e ininterruptos levantes. Deu-se o primeiro na Vila Manga, pequena povoação da margem do rio Iguará, repercutindo logo em outros pontos, e rapidamente se estendendo desde o litoral, defronte à ilha em que se ergue a capital de São Luiz, até Passos Bons, na margem do Paraíba, e pelo sertão do Piauí adentro (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 76).

A balaiada era constituída de diversos levantes e não existia uma direção ideológica unificada, um rumo único e articulado de ação, assim, em vez de um levante de massa conforme ideia inicial, acabaram-se forjando, dentre outros integrantes, grupos de sertanejos em volta de chefes, tido como bandos armados, que saqueavam e depredavam o sertão.

> [...] não souberam os *balaios* ligar seu movimento ao dos escravos, que aproveitando a agitação reinante, tinham-se levantado em vários pontos da província. E assim estes levantes, desconexos e mal orientados, em nada contribuíram para fortalecer a insurreição. Chegaram os escravos revoltados a formar um quilombo nas

[84] Balaio era o apelido de um dos principais líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, que fabricava balaios.

> proximidades do litoral, entre os rios Tutóia e Priá, na fazenda Tocangüira, de um tal Ricardo Naiva. [...] Foi aliás o cuidado constante dos chefes legais impedir a união de sertanejos e escravos, lançando para isto mão de todos os recursos. Vemos mesmo os escravos ditos Tocangüira, depois de debandados pelas forças legais, serem esmagados por um chefe *balaio* que se passara aos adversários (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 79).

Contudo, em 1839 os balaios tomaram o poder político da Vila de Caxias e organizaram uma Junta Provisória, mas se limitaram apenas a um conselho militar, constituindo uma assembleia por chefes, e com destaque nesta ocasião integraram os membros do partido Bem-te-vi da cidade.

> [...] Este conselho, durante o tempo relativamente curto em que esteve em funções, não tomou nenhuma medida de maior alcance. Limitou-se tão-somente a providências de caráter militar e de emergência, e a mandar a São Luís uma delegação a fim de se entender com o presidente da província sobre a entrega sem resistência da capital. Mesmo esta última medida, que parecia indicar nos *balaios* o ânimo de ocupar o poder da província, reduziu-se afinal, por influência visível dos *bem-te-vi*s seus aliados, a umas tantas instruções à delegação, em que reconhecem a soberania do Império, e a par da anistia do pagamento da tropa e outras pequenas condições para a deposição das armas, exigiam unicamente a expulsão dos portugueses e restrições aos direitos dos adotivos. Quem afinal acabaria com todas as vantagens da vitória seriam apenas os *bem-te-vis*, únicos interessados nestas medidas contra os residentes portugueses. Aí está no que se resume a atividade política dos *balaios.* No entanto a ocasião era única. Não fossem as dissensões intestinas dos rebeldes, e principalmente não tivesse eles repetidamente procurado a aliança dos *bem-te-vis* e elementos moderados que tudo faziam para deter a revolução; e dessem ao movimento um caráter de unidade que sempre lhe faltou – cada chefe, cada grupo agia por conta própria, sem se preocupar com os demais – e a balaiada teria outra significação política que não teve e não seria desbaratada com a relativa facilidade com que o foi (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 81).

Entre avanços e retrocessos a balaiada teve em seu início bastante êxito, mas dada a falta de direção política-ideológica e a desunião dos participantes, acrescido à eficiência do poder dominante do Império, impôs em 1842 o governador Coronel Luís Alves de Lima, que logo retomou o poder da Vila de Caxias.

A Revolução Praieira foi a disputa pelo poder entre as classes populares (Partido da Praia – "Praieiro"[85]) e os ricos proprietários de terra aliados aos comerciantes portugueses (Partido da Ordem) – ocorrida na província de Pernambuco entre os anos de 1842 e 1849, portanto, a última revolta do Brasil Império.

Para uma melhor compreensão sobre a Revolução Popular Praieira, é importante destacar que a província de Pernambuco era uma das mais ricas do país, mas toda a riqueza estava concentrada nas mãos de um apoucado grupo de proprietários rurais, a exploração agrícola da província era conhecida pelo potente monopólio, sendo,

> [...] um terço de engenho de açúcar da província achava-se nas mãos de uma só família, os Cavalcantis. Os outros dois terços, dividia-os mais um punhado de ricos proprietários; e para cada um deles contavam-se legiões de escravos e agregados que viviam nas suas terras em troca da mais absoluta submissão (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 81).

A formação brasileira tem fortes traços advindos do desenvolvimento econômico do Pernambuco, na medida em que, além do monopólio dos ricos proprietários rurais que dominavam a situação econômica, e em parte significativamente a política, soma-se neste contexto a existência de uma burguesia rica e poderosa na capital.

> [...] Pernambuco era, além de uma das importantes províncias do Império, ainda o empório comercial de todo o nordeste. Era natural portanto que a imigração (e de imigrantes só recebíamos os portugueses) afluísse para ali em grandes proporções. Por isso, mais que em qualquer outro lugar do país – e já vimos os motivos disto – achava-se o comércio de Pernambuco monopolizado pelos naturais do Reino. Não é de se admirar, portanto a intensidade da agitação antilusitana, que primou nesta província sobre o resto do Brasil. Compreende-se também porque é de representantes pernambucanos na Assembleia que partem em geral as iniciativas em favor da nacionalização do comércio, que era então, como já tivemos por várias vezes ocasião de notar, uma das maiores aspirações do povo brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 82).

[85] O nome do partido "Praieiro" está relacionado à sede do jornal *Diário Novo (*núcleo do partido) que se localizava na rua da Praia.

É neste contexto de insatisfação com a situação político-econômica de centralização do poder político e monopólio absoluto das classes dominantes – instituídas pelos donos de engenhos, grandes proprietários de terras e comerciantes portugueses – que surge a revolta das classes populares, dando início à Revolução Praieira.

> Tal situação da província, insustentável para as classes populares, toma uma feição francamente revolucionária depois de 1842. Surge neste ano o núcleo do partido que nela havia de dominar por longo tempo, e que tomou seu nome à Rua da Praia em que se localizava a tipografia do *Diário Novo,* seu órgão de imprensa. [...] Exigia medidas extremas que dessem por terra com o domínio destes Cavalcantis e arrancassem dos negociantes portugueses o monopólio comercial de fato que exerciam. [...] (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 82).

Melo, citado por Prado Júnior (1994, p. 83), narra assim o partido da Praia: "composto das classes inferiores e ignorantes da população, que, julgando-se deserdados dos bens sociais e oprimidos por leis tirânicas e ofensoras de seu direito, nutriam sentidos de ódio, inveja e vinganças contra as classes superiores[86] [...]".

Essa análise enviesada que tende a desqualificar os protagonistas da ação, feita por Figueira de Melo, representava com nitidez o seu posicionamento político contrário aos praieiros, uma vez sendo ele o chefe da polícia de Pernambuco no ano de 1848. Assim, Figueira de Melo é visto por Caio Prado Júnior como um "reacionário consumado".

Por outro lado, "[...] arregimentam-se na *Ordem*, como ficou chamado o outro partido, os proprietários, capitalistas, todas as classes abastadas da província. É a luta destes partidos, a luta destas classes que constitui a agitação praieira. [...]" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 83)

Três anos depois de iniciado, o partido da Praia toma o domínio do poder político, com a indicação de Chichorro da Gama para presidente da província de Pernambuco, mas este não pôde realizar reformas políticas, conforme almejado pelos praieiros, devido aos entraves legais, bem como ao poder limitado de um

[86] MELO, Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira*, p. 3

presidente provinciano – no entanto, o partido da Praia, enquanto movimento revolucionário, se fortaleceu durante este governo.

Os dois governos subsequentes (oposição do partido Praieiro) sofreram grande oposição do partido Praieiro, que se opunha através da violência às recentes autoridades. Durante esses governos, os representantes do partido da Praia na Assembleia Geral se mobilizavam para a aprovação de projetos que continham as tão sonhadas reformas sociais, principalmente as que envolviam a organização comercial da província, projetos que não foram aprovados mesmo após intensos debates sobre o assunto.

O quadro político se agrava ainda mais com a falta de domínio desses governos frente às tensões do movimento praieiro. O gerou a imposição de um governo reacionário presidido por Herculano Ferreira Pena, em 1848. [...] "A luta armada estava portanto iminente. E assim foi. A 7 de novembro levantam-se os praieiros em Olinda, Igaraçu e outros pontos da província, e marcharam sobre a capital" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 85).

Os praieiros apresentaram as seguintes reivindicações:

> 1º – Voto livre e universal do povo brasileiro; 2º – Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa; 3º – Trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; 4º – Comércio a retalho para os cidadãos brasileiros; 5º – Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6º – Extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7º – Elemento federal na nova organização; 8º – Completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias individuais dos cidadãos; 9º – Extinção do juro convencional; 10º – Extinção do atual sistema de recrutamento[87] (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 85).

As dez propostas reivindicadas pelo movimento praieiro têm grande influência da Revolução Francesa que, embora avançadas do ponto de vista democrático para a época, não tinham bases sólidas políticas e sociais para que fossem realizadas, pois o movimento já não tinha tanta resistência, e, sufocado com a contraofensiva da ordem dominante, desaparece.

[87] Este programa, lançado quando se proclamou a revolta, vinha assinado por seus chefes. Foi, contudo, declarado apócrifo pelo órgão da Praia, o *Diário Novo*. O fato é que representa mais ou menos as aspirações populares de então, e também da Praia, como o demonstram suas campanhas anteriores pela imprensa e no parlamento. Por isso, é pouco provável que seja verdadeira a afirmação do *Diário*. Aliás, a atitude desse jornal e de vários chefes da Praia foi por ocasião da revolta a mais dúbia possível. Traindo miseravelmente a classe que pretendiam defender, passam a girar na órbita reacionária dos governos seguintes. Desprezam completamente o partido que os elegeu e que depois de 1848 desapareceu, esmagado pela reação por eles próprios auxiliada.

Na conclusão de Prado Júnior (1994, p. 86), a Revolução Praieira foi [...] “incapaz de propagar a centelha revolucionária através de todas as camadas rebeldes das sociedades, ficando apenas na superfície, é bem o estertor de agonia do intenso movimento popular que acompanha a Independência”.

Esta tentativa, embora em pequeno porte, de refletir sobre a importância que tiveram as Revoluções Populares brasileiras, dá-se pela necessidade de visibilizá-las, enquanto aparato de organização e participação dos trabalhadores nos processos pioneiros de luta para quebrar, ou no mínimo impactar, com a hegemonia do poder imperial, mas que historicamente foram amputadas da história do país, justamente pelo seu significado político-social.

É nessa perspectiva teórico-política, embasada na Teoria Social de Marx, conforme assinalada no primeiro capítulo desta pesquisa, que se justifica a contribuição destas Revoluções Populares no arcabouço da formação histórica dos direitos humanos no Brasil.

[...] “Repetindo um conceito do prefaciador da obra de Max Beer – *História Geral do Socialismo* – a respeito da história universal que ‘há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes’” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 8).

2.3 A construção dos direitos humanos no Brasil a partir do século XX

É possível afirmar que no Brasil houve quatro períodos históricos de direitos humanos, o que não se atribui meramente às forças internas relativas ao Estado-nação, mas também aos modelos vigentes e as forças internacionais político-econômicas que favoreceram e impulsionaram a formação sócio-histórica do País.

Sader (2007) explicita quatro períodos históricos diferenciados que incidiram nos direitos humanos no Brasil, a partir da construção de consensos sociais:

O segundo período histórico (golpe militar de 1964) se deu pela ruptura brusca e violenta das alianças de classe e do modelo econômico, assim como os consensos ideológicos vigentes até ali. O modelo autoritário rompeu drasticamente com qualquer tipo de aliança com os trabalhadores, colocando-os como inimigos, na medida em que suas reivindicações atentariam contra o modelo econômico. O arrocho salarial foi nítido, pois diminuía a participação do trabalho na renda nacional, elevava a taxa de exploração da força de trabalho e, assim, a taxa de lucro do

capital passou a concentrar renda ao invés de distribuir. O cerceamento da participação popular desencadeou a repressão aos sindicatos por meio de prisões de seus líderes, bem como da proibição da imprensa sindical e opositora – nessa volúpia ditatorial foi engendrada uma combinação de violação dos direitos econômicos, sociais e políticos de forma intensa, como nunca antes visto na história brasileira, pois feriu os direitos das pessoas, aboliu a organização social e decretou o arrocho salarial. É nessa perspectiva que os direitos humanos passaram a ganhar conotação (SADER, 2007).

O terceiro período histórico transição democrática se deu pela perda de forças da expansão econômica, que enfraqueceu o regime militar, terminando assim o longo período do ciclo expansivo que tinha iniciado na década de 1930, o que colocou o Brasil numa situação de recessão econômica que resvala até hoje. A ditadura viu a sua base de sustentação arruinar o “milagre econômico”, somado à forte tensão da oposição advinda pelas greves do ABC no final da década de 1970, que externalizavam o esgotamento do regime pela perda de legitimidade, dando início ao processo de transição a um regime democrático liberal. Esse regime mesclou o velho com o novo, porque a oposição não conseguiu impor a realização de eleições diretas. José Sarney assumiu a presidência da república (1985) – tinha sido presidente do partido da ditadura militar e havia comandado a campanha contra as eleições diretas. Constituiu um governo baseado em aliança entre PMDB e um partido proveniente da ditadura militar – o PFL –, com ministérios importantes ocupados por políticos do antigo regime. Embora, recuperada a democracia política, essa transição não garantiu nenhuma reforma estrutural do Estado, econômica ou social, ao contrário acentuou-se a concentração do poder da terra, da indústria, dos meios de comunicação, dos bancos. O governo intermediário entre a ditadura e democracia esgotou o impulso democrático acumulado na resistência à ditadura. A democracia restringiu-se ao plano político-jurídico instituído na Constituição de 1988, intitulada de “Constituição Cidadã” pelo presidente da nova Carta, Ulisses Guimarães, que afirmava direitos que a ditadura militar havia expropriado dos cidadãos (SADER, 2007).

O quarto período histórico foi a abertura da hegemonia neoliberal, que se iniciou por meio de campanha ideológica de criminalização do Estado, logo após a proclamação da nova Constituição, comandada pelo governo de transição de José Sarney, que lançou a interpretação de que a esta tornava o Brasil ingovernável,

porque trazia uma quantidade de direitos que o Estado não estaria em condições de atender. Na primeira eleição direta para presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello venceu nas urnas e seu governo começou a colocar em prática o primeiro projeto neoliberal. A criminalização do Estado deu lugar às teses do Estado mínimo e do mercado como referência central da economia. O neoliberalismo entra com vigor, embora encontre na sua dinâmica perversa – do não direito ou do encurtamento do direito – diversas lutas políticas que resistem e tensionam para que o Estado garanta os direitos conquistados, por exemplo: saúde, educação e garantia trabalhistas, dada a redução ou negação de direitos na concreticidade das políticas públicas. O que o autor[88] resume em desastre social, na medida em que busca substituir o conceito de direito pelo de oportunidade, que joga na competição selvagem do mercado o destino de milhões de pessoas (SADER, 2007).

Nesse contexto sócio-histórico de conflitos e consensos, de esperanças e de desesperanças, de limites e de possibilidades promovidos pela coexistência dos projetos políticos em disputa no Brasil, Mariano e Bicudo (2003), ao analisarem a história dos direitos humanos no país, no que diz respeito à justiça, à segurança e aos direitos humanos, apontam para as novas roupagens do projeto conservador, após a Constituição Federal de 1988, pois:

> O fim da ditadura militar não assegurou o respeito aos Direitos Humanos e, de imediato, sequer a garantia da consolidação do Estado de Direito. Sem que vários setores da sociedade civil se dessem conta – em particular as organizações de Direitos Humanos – a doutrina de Segurança Nacional continuava vigorando, com nova roupagem e muito mais ampla. Os “grupos subversivos” não eram mais o “inimigo interno”, mas sim os trabalhadores em greve, os presos comuns, os sem-terra urbano e rural, as crianças e adolescentes abandonados, os negros, os índios, os homossexuais, os pobres das periferias. Nessa visão ampliada do “inimigo interno”, defender os direitos dos presos comuns era visto pelos setores conservadores como defender direito de bandido (sequestradores, estupradores, violadores de domicílios e do patrimônio). Defender os direitos dos meninos e meninas de rua era sinônimo de defesa dos direitos de “trombadinhas”, de pivetes assassinos. Defender direitos dos sem-terra era o mesmo que defender os direitos dos invasores de propriedade legitimamente adquirida (MARIANO; BICUDO, 2003, p. 221).

[88] SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (e outros). *Educação em direitos humanos:* fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

É inegável a importância do momento histórico vivido nas lutas e nas tensões políticas em torno da abertura do Estado Democrático de Direito, a disputa em si trazia no seu âmago a possibilidade (embora que remota) de saídas coletivas para grandes reformas estruturais (política, agrária, judiciário), pois de um lado existiam forças políticas que queriam de fato transformações sociais e, de outro, forças que queriam manter a (des)ordem dentro de uma nova estampa do tecido social.

Nesse caminho percorrido a muitos passos, as pegadas que tiveram maior adesão na pactuação das forças estabelecidas foram aquelas legitimadas pela a herança histórica conservadora. Mas esse processo não se deu à deriva, ao contrário, teve como grande articulador conhecido e reconhecido hegemonicamente o chamado PMDB. Esse partido serviu, e serve, como ator importante em quase todos os momentos de crise da história brasileira, ou seja, esteve nos aparatos da ditadura defendendo os interesses burgueses a partir do Estado, mediou os processos de "transição", inclusive presidiu a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 pelo então Deputado Federal Ulisses Guimarães (1988), que em seu discurso[89] na ocasião de promulgação da Constituição Federal expressou nitidamente os interesses hegemônicos da classe dominante, ao mencionar os consensos estabelecidos entre os projetos em disputa:

> Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.
> [...] Termino com as palavras que comecei esta fala: a nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja o nosso grito: Mudar para vencer! Muda, Brasil![90]

Embora com uma Constituição Federal comandada pela moderação conservadora, liderada pelas elites (banqueiros, empresários, latifundiários,

---

[89] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277--INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULISSES-GUIMARAES-%2810-23%29.html>. Acesso em:14 abr. 2015.

[90] GUIMARÃES, Ulisses. *Assembleia Nacional Constituinte*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/29/em-discurso-historico-ulysses-guimaraes-comemora-a-promulgacao-da-carta-de-1988>. Acesso em: 25 jan. 2015.

industriários), estratégia primordial na manutenção da (de)ordem burguesa, havia sem sombra de dúvida avanços na história brasileira, como direito a educação para todos, a saúde para todos, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não miniaturas de adultos, e tantos outros. Mas o grande enigma de “felicidade e de aposta” não se resumia a esses direitos conquistados, e sim pela beleza vista a olhos nus da presença “democrática” na construção do espaço público.

Esse processo não garantiu empreender reformas estruturais, nem sequer parecidas com as concebidas na social democracia, o que Behring e Boschetti (2011) avaliam o porquê das implicações em:

> [...] empreender reformas democráticas, num país como o Brasil, poderia implicar um processo de radicalização e de ultrapassagem do Estado burguês, já que elas podem superar a si mesmas, considerando a cultura visceralmente antidemocrática e conservadora da burguesia brasileira. Nas nossas paragens não houve reformas no sentido social-democrática, mas processos de modernização conservadora ou de revolução passiva (Coutinho, 1989). Tais processos promoveram mudanças objetivas nas condições de vida e de trabalho dos “de baixo” – o que incluiu o desenvolvimento de um Estado social, [...] mas sempre contidas e limitadas diante das possibilidades, e sempre sob controle das classes dominantes, para manter em “seu lugar” as “classes perigosas”, sem dividir o bolo dos saltos para diante. Os avanços constitucionais de 1988, de natureza reformista, foram possíveis numa conjunção bastante particular de elementos, numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20, como vimos no capítulo anterior.
>
> E o que ocorreu nos anos 90? [...] houve o desmonte (Lesbaupin, 1999) e a destruição (Tavares, 1999) uma espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 151).

E quem comandou a campanha do desmonte do Estado brasileiro, logo após a promulgação da Constituição Federal, foi também o PMDB, através do Senador Sarney, que não mediu esforços de propalar aos cantos do país a sua máxima – “a Constituição Cidadã tornou o país ingovernável!”.

Em entrevista cedida à jornalista Teresa Cardoso, da Agência Senado em 14 de setembro de 2008, José Sarney analisa os 20 anos de Constituição Federal e justifica o porquê dessa campanha, traz a defesa da compatibilidade do programa bolsa-família com os pressupostos constitucionais de 88 e defende o parlamentarismo para dar conta dos direitos sociais:

> A inclusão de todas as reivindicações corporativas tornou o país ingovernável, fazendo da Constituição Federal algo mais grave do que um Frankenstein.
> [...] O que temi — e aconteceu — foi que criássemos obrigações orçamentárias incompatíveis com nossa capacidade de pagar. O sistema tributário, que enxugáramos, tornou-se essa loucura: reduzíramos a carga a 22%, ela hoje está em 38% e não dá conta do que precisamos. Na convocação que fiz da Constituinte, fui eu que incluí a agenda dos direitos sociais. Está na mensagem.
> [...] Criar o Bolsa-Família foi um grande passo dado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu criei o programa do leite das crianças, merenda escolar, vale-alimentação, vale-transporte.
> O sistema político, isto é, os sistemas eleitorais e de governo. Só o Parlamentarismo, com o voto distrital misto, pode atender plenamente à estabilidade que todos almejamos no Brasil. (SARNEY, José. Constituição de 1988 tornou o país ingovernável, diz Sarney, Agência Senado, Brasília[91].

O PMDB historicamente "sempre" esteve à frente das possíveis mudanças do Estado brasileiro, e talvez não seja demais afirmar que é o maior partido político a articular a manutenção do sistema vigente, na medida em que constantemente esteve no meio das negociações e nas grandes possibilidades de transformações, serviu de principal parceiro para a *direita* e para a *esquerda*.

O PMDB, sem ser o único, vem contribuindo com a política hegemônica do sistema capitalista, por meio das alianças históricas constituídas no Brasil, a partir dos interesses das elites, o que tem tido uma investida forte na democracia liberal, e nada tem feito para romper com o conservadorismo.

Coutinho (1996) diz que:

> Segundo Lukács, o capitalismo em sua fase tardia revelava uma característica nova da maior importância: a luta para evitar as crises e, ao mesmo tempo, assegurar a dominação dos monopólios teria levado o capitalismo a tentar "racionalizar" – a buscar submeter a regras do cálculo racional-formal – o setor do consenso, criando todo um vasto e diversificado sistema a *manipular* a vida dos indivíduos. Esse sistema de manipulação, gerado inicialmente no nível da economia, teria se generalizado depois às esferas da cultura, da ideologia e da política. Segundo o velho pensador, esse sistema encontraria sua expansão teórica nas correntes neopositivistas: apesar de sua grande diversidade, essas correntes se identificariam numa batalha aberta contra a ontologia, contra a análise dos movimentos essenciais da realidade, em favor de um esclarecimento apenas formalista e logicista da racionalidade humana (de uma racionalidade entendida, ademais, como mera técnica para manipular dados fetichizados e fragmentados). Com isso, a análise ontológica

[91] Entrevista cedida a Teresa Cardoso, Brasília. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-set-14/constituicao_88_tornou_pais_ingovernavel_sarney>. Acesso em: 20 jan. 2015.

> do real – cujos modelos supremos estariam, para Lukács, nas obras de Aristóteles, Hegel e Marx – teria sido substituída pela elucidação epistemológica dos “discursos”. É como se a tradição kantiana (e de um Kant empobrecido) houvesse triunfado contra o legado ontológico daqueles três grandes pensadores, que Lukács considerava os pontos mais elevados da história da filosofia (COUTINHO, 1996, p. 145).

O enfrentamento da democracia liberal, como um dos entraves para a garantia dos direitos humanos, é uma das apostas na perspectiva de *uma outra* cultura política, que se faz necessário tendo em vista os níveis de alienação no que tange às possibilidades concretas de transformação social. Pini e Adriano (2011) afirmam que:

> O desafio que está posto é o de superar a democracia liberal com a democracia social, na construção da participação ativa, da afirmação do ser humano, como sujeito de sua história e protagonista de um tempo em que o desenvolvimento social não esteja em função do desenvolvimento econômico, mas sim da afirmação do ser social e da vida em toda a sua diversidade (PINI; ADRIANO, 2011, p. 27).

Nesse sentido, não é possível analisar a história no ideário democrático, a partir daquilo que poderia ter sido, mas analisar as possibilidades reais dentro da disputa dos três projetos políticos (conservador, neoliberal e democrático-participativo) na construção dos direitos humanos, considerando o último como trajeto de possibilidade para a mobilização e a organização dos trabalhadores dentro da ordem vigente, o que poderá a vir a se constituir em uma luta permanente democrática com viés intencionalmente anticapitalista.

Ao longo da história vem ocorrendo resistência por meio de iniciativas que apontam não só para o restabelecimento dos direitos humanos violados, mas também para o desenvolvimento de *um outro mundo possível* – conforme demonstrado pela força propulsora do Fórum Social Mundial, Fórum Mundial de Direitos humanos, Fórum Mundial de Educação, Fórum Mundial de Economia Solidária, além de experiências democráticas desenvolvidas em algumas gestões públicas municipais de caráter popular, bem como na luta intransigente dos movimentos sociais por direitos humanos.

Essa organização social entre os diferentes atores sociais é fundamental na direção social da ação na construção dos direitos humanos, na medida em que:

> A unidade histórica das classes dirigentes se produz no Estado e sua história é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que esta unidade seja puramente jurídica e política, embora esta forma de unidade tenha também sua importância, que não é somente formal: a unidade histórica fundamental, por ser concreta, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil" (GRAMSCI, 1992, p. 151).

Assim, essa direção social rumo à construção dos direitos humanos implica especial atenção no âmbito da análise (totalizante), que a partir da história vivida é demonstrada nas experiências concretas da intrínseca relação entre sociedade civil e Estado, o que aquece ainda mais a disputa na construção política dos direitos humanos. Nesse sentido, Dagnino, Olvera e Panfiche (2006) afirmam:

> Assim como existe um mito acerca do caráter unitário e virtuoso da sociedade civil, há também uma visão dominante sobre o Estado que o concebe como um ente administrativo e indiferenciado. Essa visão não somente é equivocada empiricamente, como deixa de fora da análise as mediações entre sociedade e o Estado [...] uma nova compreensão da disputa pela construção democrática, temos de levar em conta não somente a 'democraticidade' do Estado [...] em regimes não autoritários, o Estado apresenta níveis significativos de heterogeneidade (DAGNINO; OLVERA; PANFICHE, 2006, p. 34).

Portanto, Valdivia (2012) diz que o Estado não pode ser visto como algo estático independente da histórica política e tampouco como um lugar de pensamento único, pois existem protagonistas fazendo história na história, que embora reconhecendo as forças dominantes, impostas, fazem movimentos contrários em busca de alicerçar outros princípios e valores de acordo com a direção de seu projeto político.

É nessa perspectiva que a democracia[92] se coloca como estruturante na caminhada árdua em busca de defender e garantir os direitos humanos, feita e

[92] Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. A democracia deve ser entendida não como algo que se esgota em determinada configuração institucional, mas sim como um processo. [...] a democracia é necessariamente alguma coisa que se aprofunda e que combina indissoluvelmente reformas políticas com reformas econômicas e sociais. A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualmente. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que é não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais. [...] não há soluções para a humanidade fora da democracia. A experiência do Leste Europeu demonstrou isto claramente. Trata-se, então, de discutir o seguinte: "qual democracia?" Há uma concepção liberal de democracia, que a concebe de modo minimalista, como se a democracia fosse apenas o respeito a algumas normas que permitem uma rotatividade das elites no poder através dos processos eleitorais.

refeita nos processos instituídos ao longo da história, pelos avanços e retrocessos e pelos conflitos e consensos e pela certeza absoluta de que ainda estamos muito distante da garantia efetiva dos direitos humanos.

Portanto, a discussão central não é a disputa aparente da “democracia representativa” e “democracia participativa”, mas da construção coletiva de alternativa com perspectiva de superar as desigualdades sociais que se expressam pelas diversas e inaceitáveis violações de direitos humanos, processo esse que só é possível se se propalar outra cultura política.

Rodrigues (2001) chama a atenção para a contribuição de Gramsci ao advertir a respeito da capacidade universal que todos possuem de se tornar, em algum momento, organizadores, quando ele diz que todos são filósofos e intelectuais. A escola tem uma função fundamental no desenvolvimento dessas capacidades, tanto para as tarefas individuais quanto para as sociais e culturais, na medida em que a democracia requer participação nas decisões que envolvem os interesses diretos da comunidade. Mas a participação democrática requer o exercício diário dos direitos e dos deveres do sujeito e não pode ser reduzida a participação em datas comemorativas.

A democracia é um pressuposto estrutural para se assegurar direitos humanos na atual conjuntura capitalista e também deve continuar sendo um valor para os trabalhadores na possibilidade de construção de outro projeto societário. Mas é preciso refletir sobre a democracia no caso brasileiro, pois possui um alto teor de ódio das classes dominantes, basta comparar “O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular” (LÖWY, 2016, p. 66).

Nós socialista, temos um outro conceito de democracia: um conceito que incorpora determinadas conquistas liberais, considerando-as imprescindíveis à democracia (penso nos direitos civil, no direito de expressão, no direito ao livre pensamento etc.), mas que incorpora também outros direitos democráticos, como, sobretudo, o direito a participação [...]. Um dos erros do pensamento de esquerda está explicitado em uma ideia de Lenin: “ou democracia burguesa, representativa, ou democracia proletária, de base”. Esta disjunção não existe. A verdadeira alternativa é entre uma democracia limitada, uma “democracia” puramente liberal, elitista e oligárquica, ou uma democracia de massas, consequente, profunda e radical, que incorpore elementos da democracia liberal, mas que vá além deles.

Assim, esta tese tenta contribuir com os processos de rompimento da lógica conservadora dos direitos humanos em uma linha cronológica e evolucionista, requerendo assim análise da disputa de classe social numa visão de crítica, humanista, ética e emancipatória da história dos direitos humanos. Desse modo, o grande legado que deve ser apreendido é a luta das classes trabalhadoras em resistirem às mais cruéis violações de direitos na carne e na alma, na busca incessante nos distintos períodos históricos por justiça, enquanto ideário de dignidade humana.

As reflexões sócio-históricas trazidas neste capítulo subsidiam a tese de que a luta dos trabalhadores por direitos humanos poderá desencadear "novos" processos de mobilização e de organização social rumo à construção de *um outro* projeto societário, tendo como perspectiva a superação da (des)ordem capitalista.

Mas, para tanto, é preciso considerar na história dos direitos humanos no Brasil, uma história ainda não registrada, e colocar em seu arcabouço político três dimensões:

1) A dor e a luta de índios e negros, desde os primeiros holocaustos que ocorreram com a invasão dos portugueses e com o tráfico de negros da África, deve ser parte fundante de uma "nova" história de direitos humanos, caso contrário não se consegue compreender o genocídio desses povos até os dias atuais.

> [...] como se o brasileiro se condenasse, na esfera das relações raciais, a repetir o passado no presente. Esse mecanismo adaptativo só se tornou possível porque as transformações da estrutura da sociedade, apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e a ordem racial que ele presumia. Todavia, o simples fato de que tal mecanismo tenha vigência indica uma realidade histórica tormentosa. Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo o menos uma disposição para "esquecer o passado" e para "deixar que as coisas se resolvam por si mesmas". Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do "negro" e do "mulato", a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo o branco e para o branco (FERNANDES, 2007, p. 43).

2) Sensibilizar, sobretudo as classes trabalhadoras, da retirada da humanidade de negros e índios, o que se traduz pela cultura hegemônica dos interesses conservadores das elites oligárquicos, portanto, o genocídio desses não é

sentido pela humanidade, justamente por não serem considerados humanos[93]. Qual é o grande clamor das massas contra a violência letal que atinge negros, pobres, índios, moradores de rua? Esse genocídio não impacta a humanidade, justamente por não reconhecê-la como humanos, assim a humanidade não está em risco.

3) Relembrar que as alianças políticas das elites com a classe trabalhadora nos diferentes períodos históricos, em prol de determinadas conquistas, sempre terminaram em traições, devido à ambição e finalidade das elites em subjugar a classe trabalhadora. Essas alianças foram impeditivas para que se tivessem no Brasil rompimentos, os consensos foram quase sempre as grandes saídas para os problemas do país, desse modo a história brasileira se (re)faz pelo continuísmo[94] entre conservadorismo e inovação[95].

A "[...] conciliação de classes não dá certo, é verdade, mas o que podemos esperar hoje da guerra de classes, travada em condições tão desiguais?" (MIGUEL, 2016, p. 33).

---

[93] Apenas em um ano (2010) foram assassinadas 49.932 no Brasil, destes 70,6% eram negras. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

[94] No Brasil, o 'ecletismo' terá sua própria feição específica e, como diz Paim, 'representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação'. O pensamento eclético, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma luva ao 'espirito' conservador das "elites" nacionais. Mas a utilidade do ecletismo a burguesia agrária do Brasil vai além:

[...] urge conciliar o anseio de modernidade com as peculiaridades da situação brasileira: valorização da experimentação científica num meio que não dispunha de condições efetivas para realizá-la; adoção dos princípios do liberalismo econômico quando as atividades produtivas eram realizadas pelo braço escravo; disposição de praticar liberalismo político defrontando-se, ao mesmo tempo, com o imperativo de preservar a unidade nacional; empenho de dotar o país de instituições modernas partindo de muito pouco.

O ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do status quo, utilizando-se reformas "pelo alto". Sem os perigos de uma revolução, sem rupturas, tomava-se o passado dos tempos coloniais, conciliando-se com as novas formas político-organizativas de que o Brasil irá necessitar após sua emancipação política. Será assim, escorada, nessa postura ideológica, que a burguesia fundamentará sua prática política, a partir da permanência da Corte portuguesa, direcionando-a, posteriormente, para o processo de emancipação política.

A independência do Brasil teve como motor a própria crise mundial da estrutura mercantilista e a desconexão do país com os propósitos recolonizadores de Portugal que, reforçados pela Revolução Liberal do Porto, adequaram o liberalismo à reimplantação do arrocho colonial para o Brasil (MAZZEO, 2015, p.90-91).

[95] Parafraseando Boschetti, 2003.

CAPÍTULO 3 A POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL DOS GOVERNOS LULA E DILMA

A esperança é como o sal,
Não alimenta,
Mas dá sabor ao pão.

José Saramago

3.1 Contexto social e político dos governos Lula e Dilma: uma década em disputa

Para compreender a disputa das pautas em direitos humanos no Brasil e as respostas políticas no período dos Governos[96] do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), é necessário contextualizar também o antes e o depois, pois caso contrário se tem uma análise enviesada, ao analisar esses governos em si mesmos, sem relacioná-los com a dinâmica político-econômica internacional e com as tensões internas nacionais a partir dos diversos interesses das classes sociais.

É importante salientar que esta tese não tem pretensão de trazer uma análise política dos governos Lula e Dilma, mas nos interessa contextualizá-los social e politicamente para compreender e analisar as disputas e tensões presentes no I FMDH.

Assim, precisa-se mencionar a derrota da candidatura de Lula do PT em 1989 e a vitória do candidato Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que inicia uma série de iniciativas voltadas à flexibilização dos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988.

[96] "Um governo não é como um corte de carne de vaca, em que se separam parcelas nobres de partes sebentas. Somente à ingenuidade política ocorre distinguir os "lados bons" e os 'lados maus' do desempenho de um governante. Um governo se avalia pela direção social que imprime às suas macropolíticas, pelos contingentes populacionais que ela privilegia ou onera, pelas alternativas que instaura para ulteriores soluções às problemáticas dadas e/ou emergentes" (NETTO, 1999).

> [...] Os governos seguintes buscaram emendar a Constituição recém-promulgada, de modo a retirar os direitos aprovados e dar conteúdo neoliberal à democracia em construção. Com a derrubada das barreiras protecionistas, a recessão, o desemprego, a quebra das cadeias produtivas, Collor, e depois Fernando Henrique Cardoso, demoliram as fundações da onda democrática, e vasta parcela da classe trabalhadora "virou suco" (leia-se: caiu na "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente") (SINGER, 2009, p. 92-93).

Na candidatura de Lula, em 2002, à Presidência da República, ocorreram especulações em torno de sua candidatura: de um lado, uma parcela significativa da sociedade avaliava que, se eleito, iniciaria o socialismo. Essa ideia baseia-se, sobretudo na criação do PT, a partir do

> [...] signo da "nova sociabilidade forjada na oposição à ditadura, a proposta de fundação do partido, aprovada em Congresso dos Metalúrgicos (janeiro de 1979), falava em criar um partido "sem padrões", que não fosse "eleitoreiro" e que organizasse e mobilizasse "os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores", expressão que significava, na época, uma referência cifrada a socialismo (SINGER, 2009, p. 88).

Outra parcela acreditava que Lula feriria a democracia formal, o que afetaria os negócios em andamento das elites brasileiras (banqueiros, industriais, empresários, latifundiários).

> Quando o comitê de Lula decidiu comprometer-se com as exigências do capital, cujo pavor de suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava à instabilidade nos mercados financeiros, foi dado o sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido, no mínimo, suspenso. Mas poucos foram os que entenderam o simbolismo do gesto. De início, pareceu apenas uma decisão de campanha, mesmo que um mês depois o Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, e em São Paulo, tenha aprovado, contra o desejo de parcelas da esquerda partidária, as propostas antecipadas pela carta, transformando-as em orientação oficiais (SINGER, 2009, p. 96).

Lula tratou de dirimir quaisquer dúvidas em relação a essas especulações, e assim publicou um documento que ficou conhecido por Carta ao Povo Brasileiro[97], dizendo o que realmente faria se fosse eleito.

[97] Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

> Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.
> Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2002).

A partir desta sinalização do programa de governo, o candidato do PT afirma que governaria o país estabelecendo alianças com as diversas forças da sociedade, sem unilateralidade, ou seja, as classes sociais farão parte das discussões da construção do governo, trabalhadores terão seus direitos ampliados e as elites terão seus contratos assegurados, pagamento da dívida pública e todas as garantias institucionais para o investimento estrangeiro no Brasil. Já se anunciava a contradição do novo governo, uma política social comprometida com os interesses da maioria da população e uma política econômica conservadora, atendendo interesses do capital.

Na eleição de 2002, Lula foi vencedor em 25 Estados brasileiros, o que lhe garantiu mais de 61% dos votos, portanto, contava com a confiança das classes sociais, de trabalhadores e elites, o que lhe colocava em sua situação extremamente legítima de governança. Acrescido da esperança da classe média em voltar a consumir, tendo em vista que a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia achatado o poder de compra.

Foi dessa maneira que o presidente Lula chegou ao poder, com legitimidade da sociedade, embora soubesse que teria pela frente um grande percalço, pois para governar precisaria formar alianças e acordos com os legisladores. E logo que iniciou seu mandato conseguiu ampliar a base aliada[98] (em alta escala): de 15

[98] "Ainda que grandes dificuldades – decorrentes da assimilação do petismo às regras antidemocráticas do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro governo Lula em romper com os esquemas do presidencialismo de coalização por meio da compra direta de apoio político no parlamento -, a hegemonia lulista alcançou, até 2014, notável êxito em reproduzir tanto o consentimento passivo das massas quanto o consentimento ativo das direções" (BRAGA, 2016, p. 58).

partidos representados na Câmara dos Deputados, 11 apoiavam o PT, o que somava 73%[99] dos deputados, sendo o PMDB a maior bancada da base governista.

O presidente Lula teve de conjugar interesses do mercado internacional com os interesses do mercado nacional, para continuar o desenvolvimento proposto em sua campanha eleitoral (para todas as classes, sem unilateralidade).

Acrescido da herança política neoliberal advinda do governo do presidente FHC, que:

> [...] a partir de 1995, entre outras iniciativas afinadas com o credo neoliberal, a economia brasileira experimentou um agressivo programa de privatizações, a adoção de medidas para liberalizar o comércio e o fortalecimento do processo de abertura financeira, que já havia se iniciado. Em paralelo, adotou-se uma política monetária bastante rígida, com juros reais elevadíssimos e um conjunto de outras medidas visando beneficiar o capital financeiro, como a isenção tributária a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos credores do Estado e reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado (PAULINI, 2016, p. 70-71).

É nesse contexto que nomeia como presidente do Banco Central, para comandar o núcleo central do Estado brasileiro, um importante consultor do capital internacional, representante legítimo da ofensiva neoliberal[100] – Henrique Meirelles. "A continuidade do 'pacote FHC' foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e consequente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real" (SINGER, 2009, p.75).

Contudo, é possível identificar nos dois governos do presidente Lula (2003-2010) uma relativa autonomia brasileira,

> [...] possibilitada pela expansão internacional do mercado de commodities, que gerou saldos expressivos na balança comercial, e pelas prioridades estabelecidas pelos Estados Unidos na chamada "guerra ao terror". Caiam para segundo plano as intervenções latino-americanas da superpotência – que se desgastaram em 2002, no desastrado golpe de Estado na Venezuela -, deixando o caminho aberto para ousadias diplomáticas dos países da região.
> No Brasil, tal quadro deu margem a uma política monetária expansiva, com a adoção de políticas sociais focadas, elevação real do salário mínimo e taxas ligeiramente mais altas de crescimento do PIB em relação ao observado nos anos de 1990. Possibilitou também

[99] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56811.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2016.

[100] Currículo do capital internacional (presidente do BankBoston no Brasil; presidente e COO do BankBoston mundial; presidente *de Global Banking do FleetBoston Financial*; e membros da corte de Bill Clinton; presidente do Banco Central do Brasil e atual Ministro da Fazenda do Governo Temer).

> o advento de uma eficiente orientação anticíclica, que evitou com sucesso a propagação interna dos efeitos da primeira fase da crise internacional de 2008-2009.
> Embora não se constitua claramente numa fase desenvolvimentista, pode-se dizer que o período marcou a volta do desenvolvimento à agenda nacional pela primeira vez em três décadas (MARINGONI, 2016, p. 78).

Esses elementos favoreceram que o presidente Lula assegurasse seus compromissos de campanha, na medida em que houve grande credibilidade do governo por parte do "mercado" especulativo comandado pelas elites dominantes. Noutras palavras, com isso o "mercado" teve a certeza absoluta de que as mudanças estruturais não seriam realizadas.

O governo Lula respondeu com políticas públicas os diferentes interesses das classes sociais, garantiu aos trabalhadores mais empobrecidos o acesso ao consumo mínimo por meio do Programa Bolsa Família, mantendo transferência de renda como direito e não como caridade ou benemerência.

Esse movimento econômico-social aqueceu o mercado interno do ponto de vista do capital, permitindo um novo desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, além da estabilidade monetária.

Isso só foi possível graças à liberação de crédito e a transferência de renda – as classes mais empobrecidas começam a ter acesso a bens que antes não desfrutavam[101].

O fato é que a popularidade do presidente Lula só crescia, obtendo uma avaliação acima da média de qualquer outro presidente do Brasil: em sua saída do governo alcançou em média 70% de aceitação de seu governo, a população brasileira indicou seu governo como sendo ótimo e bom.

Esse fenômeno político se deve a um conjunto de fatores:

[101] Ter acesso a escovas de dente, sabonete, desodorante, bolacha recheada, televisão, geladeira, roupa nova, sapato novo, fogão, sofá, viajar de avião (tem uma representação de poder incomensurável para quem nunca andou, sensação de pertencimento de um sonho que era difícil de ser alcançado até então). Em relato de uma militante do PT, disse que "Lula em campanha tinha mencionado a sua felicidade do Aeroporto de Guarulhos ter virado uma Rodoviária Tietê". Com efeito, o sertão nordestino teve uma transformação muito rápida do ponto de vista do transporte. Andar de jumento, em alguns casos, passa a ser apenas uma representação simbólica, na medida em que as pessoas começam a ter acesso à motocicleta.

> O primeiro aumento importante do salário mínimo, 8,2% reais, ocorreu em maio de 2005, e é razoável imaginar que a poderosa combinação Bolsa Família-salário mínimo tenha demorado alguns meses para produzir efeitos, o que ajuda a entender porque as pesquisas de intenção de voto registraram crescente adesão dos mais pobres a partir do início de 2006. Mas, além do acréscimo de renda obtido pelos milhões de brasileiros que recebem um salário mínimo da Previdência Social, outra possibilidade aberta aos aposentados, às vezes principal fonte de recursos em pequenas comunidades, foi o uso do crédito consignado. O crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais a qual tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que incluiu uma multiplicação expressiva do empréstimo à agricultura familiar (sobretudo no Nordeste), do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda (SINGER,2009, p.67).

Pode-se pensar que o primeiro mandato do presidente Lula poderia ter alavancado um novo processo rumo às alternativas mais enérgicas do campo democrático, dentro da democracia formal, realizar as reformas de bases necessárias ao desenvolvimento do Brasil (reforma tributária, reforma política, reforma agrária, reforma urbana, reforma judiciária).

Essa não realização de reformas estruturais não se deve apenas e tão somente ao suposto *timing* que o governo perdeu de fazê-las, sendo que essas implicariam diretamente a promoção real dos direitos humanos para as classes trabalhadoras, tendo em vista que o poder político historicamente foi definido pelas elites brasileiras. Estas reformas mexeriam com a propriedade privada, vetor da concentração de renda que se tem no país – um dos países mais desiguais do mundo[102].

Mas o presidente Lula governou com cautela para não provocar a “ira do mercado”, o que poderia ser traduzida pela desconfiança e a revolta das elites brasileiras, que sempre decidiram a política do país, e que já demonstraram ao longo da história a sua capacidade de derrubar presidentes.

A regra política no Brasil não é a democracia, sim o golpe e o autoritarismo, conforme afirma Ciro Gomes ao analisar o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

[102] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>. Acesso em: 20 ago. 2016.

> Um breve resgate histórico da democracia brasileira nos assombra quando percebemos que no, pós-guerra, somente três presidentes democraticamente eleitos (Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva) terminaram seus mandatos. Ou seja, no Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo (GOMES, 2016, p. 39).

A memória recente da história da política brasileira indicava ao presidente Lula que não poderia subestimar as elites brasileiras; assim, ele decidiu mediar os interesses das classes em disputa, sem reformas estruturais, negociava com muita capacidade política as ações necessárias para cumprir a seu programa de governo. Era visível o seu esforço na luta frequente para negociar acordos que dessem conta desses interesses diferentes e divergentes.

Com os governos do presidente Lula há

> [...] “um fenômeno novo” em curso, que “não é nada parecido com qualquer das práticas de denominação exercidas ao longo da existência do Brasil” (embora não seja a “hegemonia às avessas”, e sim uma efetiva representação do subproletariado).
> O popular que havia ficado fora da moda, seja pela retórica neoliberal, ao centro, seja pelo conteúdo de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real do Lula” veio acompanhado de mensagens que fazem sentido para os mais pobres: a de que a primeira vez o Estado brasileiro olha para eles, os deserdados, e, portanto, se popularizou. Eis o motivo de o ex-presidente insistir que “nunca na história deste país...”. Irritados, os supostos “formadores de opinião” não perceberam que Lula não está se dirigindo a eles e martelaram a tecla de que a história não começou com Lula, o que é verdade. Contudo, ouvido vários degraus abaixo, o bordão adquire sentido distinto: Nunca na história dos mais humildes o Estado olhou tanto para eles (SINGER, 2009, p. 81).

No Brasil, era notória a popularidade e legitimidade do presidente Lula, por dois grandes motivos:

O primeiro – um presidente de fato da classe trabalhadora (“chão de fábrica”, peão, trabalhador que comia no refeitório, que já havia andado de ônibus, tomado café com pão na chapa na padaria, morado na periferia, sertanejo nordestino), acrescido da competência política para governar um país continental como o Brasil, esse acontecimento marcava a história dos trabalhadores com um novo traço – o da possibilidade –, ou seja, se Lula é presidente, qualquer trabalhador pode sonhar, o futuro não está determinado, a história está em movimento – isso muda na prática (condições objetivas), sobretudo o sentimento de pertencimento da história que os trabalhadores passam a ter.

O segundo – as classes trabalhadoras mais empobrecidas[103] passaram a ter acesso aos direitos até então negados pelo Estado, como a eletricidade[104] inaugurada no Brasil, desde 1879, ainda por Dom Pedro II.

A política de Lula garantiu às classes trabalhadoras mais empobrecidas o acesso não somente ao consumo, mas às melhores condições de vida por meio da geladeira, da lâmpada, do chuveiro elétrico, do liquidificador, da televisão, da água gelada, do armazenamento adequado de carnes e frutas. Isso significa romper no âmbito do cotidiano com o atraso social expresso por meio da iluminação à base de querosene, principal combustível para acender lamparinas, candeeiro, lampião, além de se apagar as velas, as lanternas a pilhas, a lâmpada a bateria.

Com esse desenvolvimento social do Programa Luz Para Todos, ganhou as parcelas da sociedade empobrecida, mas também lucraram e muito as empresas prestadoras de serviços dessa área, tendo em vista que na avaliação dos doze anos do programa, o governo noticiou que havia investido na totalidade das obras o montante R$ 22,7 bilhões (R$ 16,8 bilhões do governo federal e o restante com recursos dos governos estaduais e das distribuidoras de energia)[105].

Outro fator que permitiu em larga escala o domínio das elites sobre a população pobre, não só, mas, sobretudo do Nordeste brasileiro, é que os *senhores da terra* também eram os *senhores da água*, na medida em que a água em grande quantidade estava represada em propriedades particulares, como açudes, cisternas, cacimbas, poços artesianos. E a propósito, muitos edificados com dinheiro público, mas que na prática serviam de apogeu para a manutenção do domínio político e

---

[103] Singer (2012, p. 44) diz que "Deve-se, então, enxergar que a existência dessa camada dava à burguesia uma supremacia sobre a classe trabalhadora, fazendo com que esta não pudesse aspirar a conquistas mais amplas enquanto não atraísse para sua órbita o subproletariado. *O lulismo não representa tal passagem* – que talvez fosse bem mais sintetizada pela organização autônoma, como é tentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), caso ela fosse capaz de congregar dezenas de milhões de subproletários. Porém, o lulismo constituiu a ruptura *real* da articulação anterior, ao descolar o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica"*.
Sônia Rocha, citada por Singer (2012, p. 44), afirma que o "Nordeste permanece como a região mais pobre do país".

[104] "[...] Porém, mesmo sendo amplamente utilizada, seu acesso não está disponível para todos, principalmente aos habitantes de áreas rurais. Segundo o levantamento demográfico realizado em 2000 pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados dois milhões de famílias, em um universo de aproximadamente dez milhões de pessoas, vivendo no meio rural sem o benefício da energia elétrica. Desse total, 90% viviam com até três salários mínimos e 33% com menos de um salário" (FREITAS e SILVERA, 2015, p. 178).

[105] Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/11/programa-luz-para-todos-chegou-a-15-6-milhoes-de-brasileiros-em-12-anos>. Acesso em: 17 jul. 2016.

econômico dos proprietários em relação às populações mais empobrecidas economicamente.

É nesse contexto que surgem várias iniciativas para enfrentar a seca no semiárido. No primeiro ano de governo do presidente Lula (2003) iniciou-se o Programa Um Milhão de Cisternas (tecnologia social), no primeiro ano do governo presidente Dilma (2011) foi criado o Programa Água para Todos[106] como parte do Plano Brasil Sem Miséria, tornando-se serviço público vital ao alcance as populações que nunca tiveram acesso à água potável e à produção alimentar, como um direito instituído pelo Estado brasileiro.

A partir da realização dessas iniciativas em colocar a água como um direito humano, devendo ser assegurado aos sujeitos de modo geral, por meio de políticas públicas, com uma das facetas das elites intocáveis – o domínio da água[107], humilhação estrutural constituída historicamente desde o Brasil Colônia, de uma classe sobre a outra.

Contudo, surge uma alternativa polêmica para enfrentar a seca no semiárido, a ideia imperial de transposição do Rio São Francisco (Dom Pedro II), promessa também de campanha de FHC impressa no Programa de Governo Avança, Brasil! Mas essa ideia até então ficava apenas em promessas devido às tensões políticas em torno de sua execução.

O presidente Lula, com toda a sua popularidade, conseguiu tirar do papel a ideia de transposição do Rio São Francisco; em 2007 iniciaram-se as obras do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hídricas do Nordeste Setentrional"[108], aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O governo defendia que a obra sanaria o problema hídrico em mais de 390 municípios

---

[106] Integram o programa os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA), com o apoio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), da Fundação Banco do Brasil (FBB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Petrobras, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os Estados.
Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/04/agua-para-todos-garante-abastecimento-a-5-milhoes-no-semiarido-1>. Acesso em: 18 jul. 2016.

[107] Harvey (2010) aponta que "a ideia da natureza como um produto social tem de ser acompanhada pelo reconhecimento de que os recursos naturais são apreciações culturais, econômicas e tecnológicas", portanto, não podem ser expropriados pelo sistema capitalista tão somente com o intuito de transformar em mercadoria.

[108] A obra continua em execução, iniciada em 2007 prevista a ser concluída 2012, especialistas questionam o superinvestimento, que era da ordem de R$ 4,8 bilhões, mas hoje chega a R$ 8,2 bilhões. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/transposicao-do-rio-sao-francisco-nao-democratiza-a-agua-no-semiarido-4759.html Acesso em: 20 jul. 2016.

do semiárido, a partir da transferência de água do Rio São Francisco para açudes e rios da região, além de garantir emprego e inclusão social aos trabalhadores.

Embora a obra tenha se desenvolvido conforme planejado pelo governo, não houve consenso, o governo foi alvo de diversas críticas e, duvidosamente, a obra foi vista, inclusive pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)[109], como

> [...] uma obra quase megalomaníaca, grandiosa demais, que passa por cima de comunidades indígenas, comunidades tradicionais, de agricultura familiar e que favorece em grande parte os grandes produtores [...] Ela não é uma obra de democratização da água, é mais uma obra de concentração da água [...] As cidades que têm colapso em época de estiagem poderiam ser abastecidas com adutoras (encanamentos que ligariam o Rio São Francisco às comunidades), uma obra de muito menos complexidade e menos custo [...] Ela é voltada para os grandes produtores de fruticultura para exportação. [...][110].

Outra iniciativa polêmica realizada com grande dissenso pelo governo Lula foi a criação em 2003 do Programa Bolsa Família, com o objetivo de combater e reduzir a pobreza no Brasil, mas assim como houve conflitos das classes sociais em torno da transferência da água, também muitos conflitos em relação à transferência de renda para a população que vive em pobreza extrema[111].

A disputa de interesses de classes sociais foi notória, o ódio era propalado em alta escala pelas elites e das chamadas classes médias por meio de insultos públicos, gerando preconceito contra os usuários do Programa Bolsa Família – “O Bolsa Família incentiva os pobres a fazer filhos”, “O dinheiro do Bolsa Família é gasto com roupas de ‘marca’”, “Efeito-preguiça: o Bolsa Família acomoda e sustenta vagabundos”, “Bolsa Família estimula corrupção local e clientelismo”[112].

---

[109] Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede que reúne organizações da sociedade civil voltadas para o semiárido. parceira do governo em ações de democratização da água, como o Programa Um Milhão de Cisternas.

[110] BAPTISTA, Naidison. Transposição do São Francisco não democratiza a água no semiárido. *Carta Capital*, São Paulo. Concedida a Paloma Rodrigues.
Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/transposicao-do-rio-sao-francisco-nao-democratiza-a-agua-no-semiarido-4759.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[111] Um procedimento usual para determinar a linha de pobreza consiste em obter, inicialmente, o valor de uma cesta de alimentos que atenda às necessidades nutricionais das famílias, levando em consideração os alimentos usuais das famílias de baixa renda. Em seguida esse valor é multiplicado por um coeficiente, tendo em vista as despesas necessárias com moradia, vestuário, transporte, saúde, educação, etc. (HOFFMANN, p. 218, 1998) Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/31P.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[112] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>. Acesso em: 19 jul. 2016.

Mas esses insultos insuflados pelo ódio de classe se baseavam no acesso às políticas sociais pelas classes trabalhadoras[113] mais empobrecidas do país, que de costume eram serviçais das chamadas classes médias e das elites. Populações que antes o Estado não reconhecia como sujeitos de direitos.

São muitos os exemplos de maus-tratos a que essas populações eram submetidas em canaviais, roçados, queimadas, carvoarias, cultivo de soja. Antes do bolsa família, o pagamento de um dia de trabalho de sol a sol, por vezes era estimado em 5 reais, além da alimentação precária (na hora da merenda comia-se rapadura com farinha, na hora do almoço feijão com farinha, e uma cabaça d'água para passar o dia inteiro na lavoura).

Acrescido a esses processos de dominação socioeconômica, era possível encontrar com facilidade mulheres trabalhando como domésticas por salários muito baixos, e crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil, em diversas situações.

As classes trabalhadoras mais empobrecidas experimentaram pela primeira vez na história do Brasil uma nova possibilidade, em meio às contradições já citadas, o reconhecimento do sujeito de direito, agora na prática e não apenas no conteúdo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 considera "o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana [...]", e preconiza no art. 1º que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]". Mas, pela primeira vez, as classes trabalhadoras viram a sua existência social sair do papel, deixando conteúdo abstrato, ganhando força estatal enquanto sujeito, portanto, o Estado deveria dar respostas de acordo com as necessidades demandadas.

Com efeito, as classes trabalhadoras passaram a estar na disputa concreta do direito, a fazer parte do Estado Democrático de Direito, a partir da ruptura com as práticas cotidianas do não direito, por exemplo, seus filhos poderiam sonhar em cursar uma faculdade por meio do acesso pelo Programa Universidade para Todos –

[113] Submetiam-se a trabalhar em condições subumanas, e a preço vil (vendiam a sua mão de obra por baixo pagamento).

ProUni, pelo Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, pelas cotas nas universidades públicas.

Ao analisar os governos do PT, Singer (2012), no que chama de lulismo, afirma que esse período ocorre em meio à contradição entre conservadorismo e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento.

> [...] a reação das camadas médias às inflexões em curso, mesmo que o espírito que as preside seja moderado e conciliador, reflete a brisa da mudança. A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O subproletariado se firmou no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão, enquanto a classe média se unifica em torno do PSDB, na procura de restaurar o *status quo ante,* mesmo que isso não possa ser dito com todas as letras (SINGER, 2012, p. 46).[114]

Essas políticas sociais tiveram continuidade com a sucessão da presidente Dilma, embora tendo de enfrentar um problema real, a crise econômica da União Europeia e dos EUA, que chegou ao Brasil com consequências devastadoras; se para Lula foi apenas uma "marolinha"[115], para Dilma foi um maremoto[116] que chegou "tardiamente".

Dilma no seu segundo mandato nomeia como Ministro da Fazenda Joaquim Levy, conhecido no primeiro mandato de Lula como "mãos de tesoura", por ser reconhecido na execução de ajuste fiscal. Essa decisão de nomeação era para restabelecer a confiança do governo em relação aos investidores e empresários[117].

No mês de julho de 2015, o então Ministro da Fazenda Joaquim Levy anunciou um dos maiores cortes do orçamento do país, 8,6 bilhões de reais, como parte do ajuste fiscal e justificou dizendo que o "Nosso compromisso é de continuar a garantir a disciplina fiscal até pela necessidade de estarmos atentos à dinâmica da dívida pública." Além de ser acusado como Ministro da Fazenda de utilizar a lei de sigilo bancário para proteger dados dos detentores da dívida pública brasileira, em torno de 2,58 trilhões de reais[118].

---

[114] Esta análise que André Singer faz foi confirmada no resultado das eleições de 2016, em que o PSDB foi o grande vencedor nas urnas.

[115] Expressão usada pelo presidente Lula para definir a crise internacional.

[116] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/marolinha-virou-onda-diz-dilma-sobre-o-suposto-reflexo-da-crise-internacional-no-brasil/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[117] Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/joaquim-levy-era-chamado-de-maos-de-tesoura-no-1-mandato-de-lula.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[118] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/um-ajuste-fiscal-para-pagar-quem-6102.html> Acesso em: 20 jul. 2016.

Com essa decisão, o governo é repreendido severamente por partidos de esquerda, conforme critica o deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL), ao avaliar que “O volume da dívida é uma coisa assustadora, o governo abre mão da sua soberania (*com o pagamento de juros para os bancos)*. As vítimas do ajuste fiscal são os pobres. Por que ter medo de enfrentar essa situação, de enfrentar o capital financeiro e os banqueiros?”[119].

Mas as elites, que embora tenham lucrado muito financeiramente nos governos do PT, odiavam a ideia de um trabalhador (operário) ter chegado ao poder com a legitimidade das classes sociais e governado com a capacidade que governou o país. Veem, portanto nos governos de Dilma, a possibilidade real de mais uma vez Lula voltar ao poder, inclusive como o “salvador da pátria”, depois da crise estabelecida (política-economicamente).

> A revolta canalizada pelas elites contra os governos petistas, apesar de todo o esforço conciliatório, revela que algum limite foi ultrapassado, talvez porque o PT promoveu foi uma acomodação, isto é, suas lideranças e suas bases foram de fato incorporadas – respectivamente, com a ocupação de espaços no Estado e com políticas de governo em favor dos mais pobres. Mas a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal parece ir muito além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo.
> Para eles, o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. E, como o direito de voto e a norma formal da igualdade política obtêm grande força normativa, reverter a democracia é tarefa custosa (MIGUEL, 2016, p. 34).

Portanto, as elites veicularam na grande mídia que a crise econômica era fruto da crise política e de responsabilidade direta da incompetência da presidente Dilma e das corrupções do mensalão[120] – essa era a versão construída habilmente pelas elites para colocar as classes trabalhadoras em seu devido lugar, lugar de

---

[119] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/um-ajuste-fiscal-para-pagar-quem-6102.html> Acesso em: 20 jul. 2016.

[120] O termo Mensalão está ligado ao ato de corrupção de dinheiro público, esse termo surgiu em 2005, logo após a denúncia de um suposto esquema de pagamentos realizados mensalmente a deputados para beneficiar interesses de partidos políticos.

onde nunca deveriam ter saído, da senzala, do calabouço, da masmorra, da fome, da miséria, da sede. A burguesia resolveu escancarar o seu ódio de classe em relação aos trabalhadores terem chegado ao poder de maneira legitimada e competente.

> Não é difícil imaginar as razões. O progresso da formalização do emprego encareceu o trabalho doméstico. O mercado de trabalho aquecido impulsionou a inflação dos serviços. O aumento do consumo de massas fez com que os trabalhadores “invadissem” espaços antes reservados às classes médias tradicionais, como shopping centers e aeroportos, por exemplo.
> [...] vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. Ocorre que, do outro lado da atual crise, os sindicatos, em sua maioria, controlados pelo PT, ainda protagonizaram um histórico ciclo grevista (BRAGA, 2016, p. 59-60).

A partir das considerações feitas sobre as contradições que dinamizaram os governos de Lula e Dilma, entre limites e possibilidades, na disputa dos interesses entre as classes sociais, é possível afirmar que houve avanços significativos para as classes trabalhadoras que tiveram a ampliação dos direitos, a partir das políticas sociais, do reconhecimento do Estado sobre a existência enquanto sujeito de direito, e dos espaços de participação na construção das políticas.

No entanto, manteve-se a base perversa da concentração de renda e da desigualdade social, pois as políticas instituídas por esses governos não conseguiram atingir o poder central político, determinante para a reorganização socioeconômica do país.

As contradições e disputas políticas presentes nos governos Lula e Dilma explicitam a tentativa de conciliação do inconciliável, não configurando-se como afirma Boito, como governos dos trabalhadores ou da burguesia.

> [...] De um lado, diferentemente do que sustentam alguns intelectuais e a direção do PT, os governos petistas não eram governos “dos trabalhadores”. As políticas econômica, social e externa dos governos Lula e Dilma priorizam não os interesses das grandes massas, mas sim os interesses das grandes empresas nacionais. As manifestações das associações ligadas às empreiteiras, à construção naval e à indústria de transformação, entre outras, evidenciam o apoio, até 2014, da grande burguesia interna aos governos neodesenvolvimentistas. [...] De outro lado, diferentemente

> do que sustentam alguns intelectuais e organizações de extrema-esquerda, esses governos não foram governos “da burguesia”. A oposição burguesa aos governos do PT não começou no momento da crise econômica ou devido à incapacidade do governo Dilma para resolvê-la. Os governos do PT sempre contaram com a oposição de uma fração da burguesia cujos interesses eram vocalizados por partidos como PSDB e DEM (BOITO, 2016, p. 29).

As negociações e os acordos com esses partidos políticos não foram os maiores complicadores dos governos Lula, pois a política é o espaço próprio das articulações e alianças. Mas se deve ao fato das denúncias de corrupção e recebimento de propinas pagas aos deputados com dinheiro público, chamada de mensalão, além da forma que foi procedido de sua resolutividade, Lula afirmou não saber dos esquemas corruptivos, dizia inclusive que foi traído, quando deveria dizer: Sei sim, é uma prática periódica na política brasileira, isso se iniciou pelo governo de Minas Gerais com Eduardo Azeredo[121], condenado a vinte anos de prisão, isso é um desdobramento do mensalão tucano, que se arrasta desde o século XX, e a partir daí os governos que chegarem ao poder se encontram refém de tal prática inaceitável, criminosa.

O mensalão deveria ter sido tratado, sobretudo no campo da disputa política, mas, ao contrário, passou restritamente a ser considerado processo jurídico.

Esse processo aparentemente à deriva saiu do âmbito político e tomou um viés totalmente legalista, comandado por uma das maiores instituições deste país, a Polícia Federal em parceria com o Judiciário, o que resultou em prisões e nenhuma contribuição para romper os processos corruptíveis da política brasileira, sendo atribuída como desvio de caráter e não como um esquema da política comandada pelas elites dominantes.

Muitos dos parlamentares beneficiados com o mensalão votaram a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em nome da moralidade conservadora.

> [...] a presidenta Dilma cometeu gravíssimos erros, que fizeram com que ela perdesse a interlocução e o apoio popular que a levaram ao segundo mandato e se desestabilizasse com os governadores. Junto à população, o que se reuniu contra ela foram basicamente três grupos: aqueles que votaram contra ela nas últimas eleições, por não compreenderem seu governo como representante de seus próprios interesses; os que se sentiram enganado pela propaganda de sua eleição, uma vez que, na sequência da vitória, Dilma aplicou, por

[121] Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/12/justica-condena-azeredo-20-anos-de-prisao-por-mensalao-tucano.html>. Acesso em: 25 ago. 2016.

> exemplo, elevação de tarifas, como as de luz elétrica e gasolina, além de desenvolver uma política econômica extremamente conservadora, que beneficiou mais aos bancos que ao povo; e os que foram afetados diretamente pela novelização moralista dos escândalos de corrupção, que foram originados também pela contemporização da presidenta com a ala mais suja da política nacional (GOMES, 2016, p. 40).

O conservadorismo contra os governos Lula e Dilma não se resume ao 17 de abril de 2016 (dia da votação do impeachment de Dilma na Câmara Federal), esteve intrinsecamente ligado com a forma que foi procedida a resolutividade moralista do mensalão, conforme expresso em várias justificativas de votos dos deputados que disseram sim pelo impeachment da presidente Dilma.

Em primeiro momento de análise sobre o ocorrido, pode-se pensar que este dia ficou marcado na história brasileira, televisionado ao vivo pela Rede Globo de televisão, mas a maior marca ficou para a esquerda brasileira, que levará anos para refazer a sua trajetória, enquanto movimento político capaz de impulsionar processos de transformação, e que seus partidos não são iguais aos partidos de direita. Mas uma ressalva deve ser considerada, para a maioria dos brasileiros, que não faz análise da política, mas faz análise da vida cotidiana.

Embora fiquem na memória dos brasileiros os traços indeléveis do escândalo do mensalão envolvendo o PT (dinheiro público deve voltar aos cofres públicos, é crime), fica também a marca da diferença das políticas sociais que os trabalhadores mais pobres deste país tiveram acesso, enquanto sujeito e não como objeto de intervenção de políticas governamentais.

Mas a forma com que se procedeu aos escândalos de "mensalão a lava-jato[122]" pelos governos Lula e Dilma, mecanicamente legal, desencadeou um vale-tudo pela moral e os bons costumes, não importando se os acusados eram culpados, e sim que os supostos poderosos empresários e políticos também iam para a cadeia, o que no imaginário popular era um avanço, tendo em vista que até então iam para a cadeia sem prova os negros, os pobres.

No entanto, os escândalos não tinham respostas na própria corrupção, mas na moralidade, na medida em que a finalidade maior dos capitalistas não é acabar com a corrupção, mas usá-la para privatizar o que ainda resta de Brasil – a

[122] A Operação Lava-jato é uma investigação a partir de denúncias de corrupção de dinheiro público em março de 2014, um esquema de lavagem e desvio de dinheiro da Petrobras, envolvendo empreiteiras e políticos do Brasil.

Petrobras. Em artigo publicado pela Revista Fórum, a deputada federal Maria do Rosário do PT afirma que:

> Participo em grau máximo da indignação e repulsa contra os que se corrompem e roubam o patrimônio público, como fizeram estes que já confessaram e outros que serão descobertos no curso destas investigações. Mas considero inaceitável que a ação destes seja transformada em pretexto para mudar regras do regime de partilha, ceder à pressão das grandes petrolíferas internacionais e retirar a condição de única empresa pública de exploração de petróleo e gás em território nacional, afirma, em artigo, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS).

Esse processo legal-moralista fortaleceu o conservadorismo e feriu brutalmente o Estado Democrático de Direito, na medida em que os direitos civis e políticos eram violados constantemente por autoridades que deveriam assegurá-los, suprimindo as conquistas pactuadas no campo dos direitos humanos internacionais e consagradas pela Constituição Federal de 1988.

Mas, embora o PT tenha procedido no campo do fortalecimento do conservadorismo, por meio do silêncio em relação aos esquemas de corrupção no Brasil, não se deve a eles a derrubada da presidente Dilma Rousseff[123], pois

> [...] Com afastamento dela do cargo, ficaram evidentes três pulsos que orquestraram e aplicaram o golpe contra a nossa democracia. O primeiro foi da banda podre da nossa política, que deseja obstruir a justiça barrando a operação Lava Jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil. O segundo se destina a reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública. Neste caso estão, por exemplo, o tabelamento dos gastos com saúde e educação, que evidentemente afetarão a vida da grande massa da população brasileira, em favor de menos de 10 mil famílias que vivem do capital especulativo. E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro. Esse caso ficou evidente com a aprovação no Senado Federal da

[123] Semer (2016, p. 109) [...] partimos, pois, de duas premissas: o Brasil vive uma ruptura institucional a partir do afastamento ilegal da presidenta, e essa ruptura, não despropositalmente, abre enorme janela de oportunidades para a desconstrução do modelo democrático que reinventamos após a ditadura militar inaugurada com o golpe de 1964.
A primeira premissa não depende de explicação exaustiva [...]. Basta lembrar que o movimento pelo impeachment começou antes da posse da presidenta. Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime [...].
A segunda premissa, o lastro corrosivo da corrupção, dependeria de análise mais aprofundada nos antecedentes do golpe, mas vem sendo rapidamente descortinada, sem escrúpulos, nos projetos, discursos e nomeações da interinidade. É um eficiente ponto de partida constatar como a infraestrutura do golpe é capitaneada pelo setor financeiro e subsidiada pelos comandantes da indústria.

> mudança da regra de partilha do Pré-Sal e com o discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, em 2 de junho de 2016, que declarou não ver necessidade do Brasil ser detentor da exclusividade de exploração (GOMES, 2016, p. 40).

A derrota da presidente Dilma não é restritiva ao PT[124], mas às forças democráticas e ao campo da esquerda brasileira, golpeia a luta dos movimentos sociais, as articulações dos partidos de esquerda, as conquistas dos direitos

[124] De acordo com (SINGER, 2016, p.152-153): Em 24 de maio de 2016, foi dada a largada para a plataforma regressiva. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, anunciou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que contém o aumento do gasto público por prazo prolongado, limitando-o à inflação. Isso significa constitucionalizar restrições ao investimento social, na mão contrária do que foi decidido em 1988, quando promulgada a atual Carta. Se aprovada pela PEC ora anunciada, a margem de manobra do Estado ficaria restrita, mesmo que a receita volte a subir, o que certamente vai acontecer porque a economia não permanecerá sempre em recessão. Trata-se de mudança que implica congelar, por tempo amplo, as possibilidades de diminuir a desigualdade via políticas sociais. Seria uma maneira de brecar o decidido pelo Congresso Constituinte eleito em 1986.
Em segundo lugar, fala-se em instituir uma idade mínima para aposentadoria, assunto que estava parado há quase vinte anos. Quando, em 1998, Fernando Henrique Cardoso tentou levá-lo adiante, foi barrado na Câmara dos Deputados (é verdade que apenas por um voto). Hoje, a intenção de Temer é mais radical do que a de FHC, pois pretende atingir os que já estão no mercado de trabalho. Constitui questão de grande impacto, pois diz respeito a um dos mais importantes direitos do trabalhador: o de ter uma garantia de renda por parte do Estado depois de ter passado uma vida na labuta. Convém lembrar que muitos dos brasileiros de baixa renda começam a trabalhar muito cedo, sendo os principais prejudicados pela eventual mudança.
Terceiro, cogita-se desvincular a seguridade social dos aumentos do salário mínimo. Para ter uma ideia do que está em jogo, o economista Guilherme C. Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que há 30 milhões de benefícios vinculados ao salário mínimo: 18,3 milhões da própria Previdência, 8 milhões de seguro-desemprego e 3,9 bilhões de Benefício de Prestação Contínua (BPC). São direitos da base da pirâmide que equivalem, em valor, a dez vezes o Bolsa Família. “Removido esse vínculo, a questão do piso aos benefícios sociais passaria a ser assunto administrativo do Ministério da Fazenda, a serviço do ‘ajuste fiscal’, como assim fora na época dos governos militares”, afirma Delgado. Em um cálculo inexato, mas expressivo, multiplique-se o número de benefícios por quatro (a família média) para imaginar quantos cidadãos poderiam eventualmente ser indiretamente atingidos pela medida em cogitação.
Quarto. É possível que se tente privatizar empresas públicas de sociedades de economia mista, como os Correios e a Casa da Moeda, além de setores da Petrobras e da Eletrobrás, afirma Queiroz no artigo citado anteriormente. Com efeito, o documento “A travessia social”, divulgado pelo PMDB às vésperas da ascensão de Temer, defende que “o Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá de renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura”.
Quinto. Cogita-se flexibilizar as leis trabalhistas por meio de emenda segundo a qual o negociado prevaleceria sobre o legislado. Para quem acompanha o assunto, não é novidade. A ideia circula há anos e chegou a ser posta na pauta do Congresso meses atrás, mas recolhida diante das críticas. Caso o novo governo consiga levá-lo adiante, as empresas poderão negociar com seus trabalhadores regras que passam por cima da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Talvez para setores superorganizados da classe trabalhadora não houvesse consequências negativas, pois tem força suficiente para barrar a retirada de direitos. No entanto, a vasta maioria dos assalariados perderia a proteção da CLT, o que representaria retrocesso para antes da década de 1940.
Esses cinco itens sintetizam o que está em jogo: retirar direitos conquistados em décadas de luta. Se minha hipótese estiver correta, será necessário juntar todas as forças possíveis para evitar que isso aconteça, formando uma maioria social capaz de bloquear tais iniciativas. Porém, para que essa corrente seja efetiva, terá de conseguir apoio expressivo em um Congresso visivelmente inclinado a posições conservadoras, como se viu no afastamento da presidente Dilma Rousseff.

humanos, os trabalhadores empobrecidos que tiveram minimamente parte dos seus direitos garantidos nesses governos. Os governos do PT (com todas as suas contradições) representaram uma conquista dos trabalhadores, se configuram como patrimônio da classe trabalhadora, espaço de resposta significativa para a ampliação dos direitos humanos, e não são aqueles direitos abstratos “letra morta no papel”, são as conquistas concretas dos trabalhadores empobrecidos brasileiros.

Foi nesse movimento de limites e possibilidades que os governos (Lula e Dilma: 2003-2013) tentaram alterar o mecanismo cruel, violento e sanguinário de violação de direitos humanos, demonstrado a olhos nus pela aceitação dos princípios da neutralidade e da naturalização das expressões mais perversas advindas da questão social.

É possível afirmar que esses governos, com todas as contradições, estiveram voltados mais ao campo do projeto político democrático-participativo, pois ampliaram o campo da participação política institucional e criaram políticas voltadas às classes trabalhadoras mais empobrecidas e aos grupos identitários.

Contudo, o Ipea, por meio do Radar Social[125], indica que:

> [...] os programas focalizados nos indigentes, associados à estabilidade econômica e a alguma recuperação do poder de compra do salário mínimo, vêm tendo um efeito de diminuição da indigência, mas sem alterar a pobreza e a desigualdade. O estudo mostra ainda que 44,1% da população negra vive em domicílios com *per capita* familiar inferior a meio salário mínimo, proporção que cai para 20,5% entre os brancos. Isso mostra que a estrutura da desigualdade brasileira tem cor e, incluímos, também gênero. Mas, neste último aspecto, é o *Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza* (2004), do Senado Federal, que nos informa acerca das condições alarmantes e desiguais das mulheres brasileiras (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.185).

Como se pode refletir, o rompimento com as bases socioeconômicas não se vincula meramente à eleição e gestão de governos, pois requer reformas estruturais. Contudo, é imperativo reconhecer a importância de governos ligados ao campo de esquerda para se fortalecer na atual conjuntura do capitalismo o projeto democrático-participante, por meio da ampliação dos direitos humanos. Assim:

[125] O Radar Social é um panorama dos principais problemas sociais do país. O leitor encontra dados nacionais e para cada estado da Federação, de modo a identificar os desafios futuros.

> O lulismo garantiu pleno emprego e expressivo aumento de renda – e aqui é preciso lembrar a valorização real do salário mínimo, o principal elemento de distribuição de renda no Brasil –, dando um piso de seguridade social no país, além de medidas menos estruturais, mas relevantes, como o programa Farmácia Popular, que garante medicamentos de consumo popular a preço muito baixo, ou o Programa Universidade para Todos (ProUni), em aliança com o ensino privado, o que desgosta os que, como eu, preferiram universalizar o ensino público e gratuito, mas que facultou o acesso de milhões de estudantes de baixa renda ao ensino universitário. Todas elas poderiam ter sido incorporadas à CLS. Na ausência da CLS, a transformação de bons programas em direitos não ocorreu. É preciso assinalar as contradições do lulismo, sem deixar de reconhecer os avanços promovidos (SINGER, 2016, p. 154).

3.2. Disputas e tensões em torno das pautas de direitos humanos no Brasil: o PNDH-3

Os movimentos sociais denunciaram em vários momentos aos governos Lula e Dilma o golpeamento que vinham sofrendo por parte do Estado brasileiro, para os movimentos sociais a prerrogativa instituída pela Constituição Federal de 1988 - Estado Democrático de Direitos - foi violado em diversas ocasiões.

O segundo governo de Dilma foi aquecido politicamente pelas pautas em disputa, como a pressão da Câmara Federal aprovando em dois turnos a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 171[126], que altera o art. 228 da Constituição Federal de 1988, proposta inconstitucional, por ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal de nº 8.069/90) e os tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil.

Dadas as pressões políticas em torno do impeachment, o governo federal (2015) nomeou o coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch. O Movimento Antimanicomial não concordou com a decisão política do governo, tendo em vista que ele representava um retrocesso na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica implantada no país desde 2002. Em entrevista à Agência Brasil, a militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, Melissa de Oliveira Pereira, explica que o psiquiatra foi diretor

[126] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/494248-CAMARA-APROVA-EM-2-TURNO-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-EM-CRIMES-GRAVES.html>. Acesso em: 22 ago. 2016.

da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi[127], o maior manicômio privado da América Latina.

> Ele foi coordenador numa época em que Paracambi representava uma casa de tortura e maus tratos, chegando a um período em que morria uma pessoa por dia por abandono. Os pacientes ficavam algemados nas camas de concreto onde tinha uma canaleta para escorrer o xixi. Passavam fome, eram estupradas. Isso na década de 90. Nessa mesma época ele se posicionou na imprensa contrário à reforma psiquiátrica brasileira e assim tem permanecido enquanto professor, se posicionando contrário à luta antimanicomial. Melissa de Oliveira Pereira.[128]

A dificuldade para o governo em exonerar Valencius encontrava-se nos acordos políticos feitos com a base aliada (PMDB), portanto, o psiquiatra permaneceu no cargo até a interrupção da gestão Dilma, sendo exonerado em 6 de maio de 2016, um ano de disputa política, e o movimento não conseguiu o apoio da presidente Dilma.

O governo federal também enfrentou uma série de problemas com a demarcação de terras indígenas no Brasil, tendo em vista a pressão política e paramilitar organizada pelos grandes latifundiários e políticos. Um dos exemplos mais conhecidos foi à disputa asseverada na demarcação de terra dos índios Xavante de Marãiwatsédé, Raposa Serra do Sol[129], em Roraima. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência, acompanhou para garantir a desintrusão[130]. Em entrevista à revista **Carta Capital**[131],

---

[127] Localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, fechado por ordem judicial em 2012 após anos de denúncia de violações de direitos humanos.

[128] Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/luta-antimanicomial-pede-saida-do-coordenador-de-saude-mental-do>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[129] Terra indígena, homologada, em 2005, pelo presidente Lula, mas a retirada de não índios foi interrompida, devido a conflito violento. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal decide a retirada de todos os não índios dessas terras.

[130] "O processo de demarcação de uma terra indígena no Brasil segue etapas específicas; a desintrusão é uma medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo. É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas. Para ser demarcada, uma terra precisa passar primeiro por *estudos de identificação*, realizados por um grupo de trabalho chefiado por um antropólogo. Esses estudos são *aprovados pela presidência da Funai* e, após um período de 30 dias para *contestações*, a terra indígena tem seus *limites declarados* pelo Ministério da Justiça. Nesse momento, pode ser iniciada a *demarcação física* da terra, que é seguida pela etapa de *homologação* da área pela presidência da República e de *registro* no Cartório Regional de Imóveis (CRI) e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).
No caso da TI Marãiwatsédé, assim como de outras terras indígenas em que há conflito fundiário intenso, o processo de demarcação foi muito obstacularizado pelos proprietários de terra. Acompanhe, na imagem ao lado, as etapas do processo de demarcação da TI Marãiwatsédé."

afirma que esse processo é violento dado os interesses dos latifundiários, inclusive noutras ocasiões foi alvejado por bala de borracha disparada por policiais militares (Pinheirinho/SP) e ameaçado de morte por fazendeiros (Mato Grosso do Sul).

> [...] o núcleo que tem os 22 grandes invasores, que operam na política. Esses acionam prefeitos da região, políticos, a bancada do Mato Grosso, o governador. Agem para pressionar o governo federal, o Supremo Tribunal Federal, junto ao presidente da Câmara dos Deputados, ao Senado, e ministros aqui em Brasília. É uma de história de como o latifúndio opera. Ele vai para as cabeças dos três poderes, estabelecendo a tensão, contando a sua versão das coisas. Exigindo respeito à propriedade, mas contando muita mentira. E a mídia é um grande instrumento deles de contar a sua versão das coisas: que viveriam sete mil pessoas lá, que haveriam duas mil cabeças de gado, que tem título de propriedade. A capacidade de manipulação é fantástica. É um absurdo o quanto de mentiras existe nesse processo. [...][132]

Outro ponto de alto conflito vivido no segundo mandato do governo Lula, e que impactou a gestão Dilma, diz respeito às orientações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3[133]), que

> [...] representa um verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2010, p. 11).

Disponível em: <http://maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o>. Acesso em: 20 jul. 2016

[131] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/esse-conflito-e-uma-historia-de-como-o-latifundio-opera>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[132] MALDOS, PAULO, “Esse conflito é uma história de como o latifúndio opera”, São Paulo, **Carta Capital**, 2015. Entrevista cedida a Felipe Milanez. Disponível em:<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/esse-conflito-e-uma-historia-de-como-o-latifundio-opera>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[133] Terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, sendo o primeiro elaborado em 1996 e o segundo ampliado em 2002. O PNDH-3 pretende dar continuidade ao processo histórico de consolidação das orientações para efetivar a promoção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil.

Lula justificou a iniciativa do Plano ao dizer que:

> Não haverá paz no Brasil e no mundo enquanto persistirem injustiças, exclusões, preconceitos e opressão de qualquer tipo. A equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares para que se alcance uma convivência social solidária e para que os Direitos Humanos não sejam letra morta da lei Este PNDH-3 será um roteiro consistente e seguro para seguir consolidando a marcha histórica que resgata nosso País de seu passado escravista, subalterno, elitista e excludente, no rumo da construção de uma sociedade crescentemente assentada nos grandes ideais humanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Mas, logo após o lançamento do PNDH-3, inicia-se no Brasil uma série de denúncias e difamação. Por exemplo, o site da revista *Veja* publicou em janeiro de 2010 uma matéria do colunista Reinaldo Azevedo: "O suposto decreto dos direitos humanos prega um golpe na justiça e extingue a propriedade privada no campo e nas cidades. Está no texto basta ler"[134]

> Ocorre, meus caros, que esse dado do decreto, acreditem!, está longe de ser a sua pior parte. A íntegra do documento está aqui. Vazado numa linguagem militante, que manda o saber jurídico às favas em benefício do mais escancarado, chulo e asqueroso proselitismo, o texto busca cantar as glórias do "novo regime" – o lulo-petismo –, tenta institucionalizar a patrulha ideológica no país como matéria de formação da cidadania, extingue o direito de propriedade e, POR QUE NÃO? NO MELHOR MODELO CHAVISTA, CRIA UM OUTRO PODER ACIMA DA JUSTIÇA. Os direitos humanos, assim, são apenas a aparência civilizada de um claro, óbvio e insofismável esbulho constitucional.
> É PRECISO QUE SE DIGA COM CLAREZA: O DECRETO 7.037 É UM CONVITE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA ESPÉCIE DE "ESTADO NOVO LULISTA" – OU DE DITADURA DOS COMPANHEIROS. E NÃO É ASSIM PORQUE EU QUERO. É ASSIM PORQUE ASSIM ESTÁ NO TEXTO.
> O decreto tem todas as características da ação solerte, traiçoeira. Foi redigido para enganar, para burlar as regras do estado democrático. Está cheio de cartas na manga, de malandragens, de vigarices intelectuais. Em modestos 6.465 caracteres, quase nada, ele "Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 – e dá outras providências". Ocorre que tudo deve ser feito de acordo com o que está no "anexo". E é lá que mora o perigo. Em extensíssimos 185.142 caracteres, a mistificação dá as mãos à ilegalidade para deixar registrado em papel o "golpe lulista". Muito já se falou sobre a revisão da Lei da Anistia. Não que o documento toque no assunto. Trapaceiro, específica na "Diretriz 25".

[134] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

As divergências com maior tensão relacionavam-se às questões inconciliáveis, de acordo com as forças políticas em disputa no Brasil (movimentos sociais, igrejas, partidos, latifundiários, instituições policiais).

As questões com maior incidência em disputa do PNDH-3 dizem respeito à garantia de direitos humanos – aborto ser tratado como caso de política de saúde; direitos humanos para policiais; laicidade do Estado; e criação da Comissão da Memória e Verdade; desenvolvimento sustentável realizado com inclusão social, econômica e ambiental.

O eixo orientador II do PNDH-3 promoveu o litígio de grupos que defendem o latifúndio[135], alegavam que trazia em suas entrelinhas a extinção da propriedade privada.

> No caso do Brasil, por muitos anos o crescimento econômico não levou à distribuição justa de renda e riqueza, mantendo-se elevados índices de desigualdade. As ações de Estado voltadas para a conquista da igualdade socioeconômica requerem ainda políticas permanentes, de longa duração, para que se verifique a plena proteção e promoção dos Direitos Humanos. É necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, está na agenda do dia. Esta discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais (PNDH-3, 2010, p. 42).

O eixo orientador VI do PNDH-3, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade, também foi alvejado por esses grupos – ao assegurar a criação de marco legal para a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade; promover o diálogo com o Poder Judiciário para a elaboração de procedimento para o enfrentamento de casos de conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais; propor projeto de lei voltado a regulamentar o cumprimento de mandados de reintegração de posse ou correlatos, garantindo a observância do respeito aos direitos humanos.

---

[135] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

> Como se nota, na prática, foram tornados sem efeito tanto o caput como o inciso XXII do Artigo 5º da Constituição, que asseguram o direito de propriedade. Os lulo-petralhas vão argumentar que o inciso seguinte, o XXIII, trata da "função social da propriedade. É verdade. Mas, em nenhum momento, isso implica que os "movimentos sociais" definam o que é e o que não é legal, o que é e o que não é aceitável. O modelo exposto acima, se querem saber, é o que vige hoje no Pará, com seu ciclo interminável de violência. O que o texto faz é criar uma instância que tira das mãos do Judiciário a prerrogativa de restaurar um direito que foi agravado. A rigor, o "manto" dos "direitos humanos" extingue a propriedade. Um juiz não poderia mais determinar que a propriedade invadida fosse devolvida ao dono. A SIMPLES INVASÃO JÁ MUDARIA O STATUS JURÍDICO DA ÁREA[136].

Fabio Konder Comparato, em entrevista à Agência Brasil em janeiro de 2010, avalia que há no Brasil uma consciência conservadora, que coloca a propriedade acima da dignidade humana.

> O que o programa de direitos humanos do governo Lula está pedindo é absolutamente razoável: o cumprimento da Constituição. Os dois programas do governo Fernando Henrique eram, a esse respeito, muito mais sérios. Seguindo, aliás, uma proposta que eu fiz, sendo membro do Conselho Nacional de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, os programas exigiam que se substituísse a norma do Código de Processo Civil segundo a qual as ações de manutenção e reintegração de posse, a expedição do mandato, podem ser feitas sem ouvir o réu. Está em causa a questão da função social da propriedade. Não é possível, em face da Constituição, dizer que a função social da propriedade é secundária. Os maiores crimes para a consciência conservadora brasileira não são contra a vida e a integridade pessoal, mas contra a propriedade. A propriedade está acima da dignidade da pessoa humana (COMPARATO, 2010)[137].

Os grupos religiosos temeram a diretriz 10 do PNDH-3, que estabelece a "Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero[138]" e o

---

[136] AZEVEDO, Reinado. *São Paulo*, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

[137] Entrevista cedida a Gilberto Costa. Agência Brasil. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/18/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3-fabio-konder-comparato-critica-consciencia-conservadora-que-coloca-propriedade-acima-da-dignidade/>. Acesso: 25 out. 2016.

[138] O PNDH-3 – recomenda a aprovação de leis que reconheçam a união civil entre pessoas do mesmo sexo; realização de campanhas de sensibilização de juízes para evitar preconceitos em processos de adoção por casais homoafetivos; reconhecimento e inclusão nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; garantia do uso do nome social de travestis e transexuais;

“Respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado”[139].

O deputado federal pastor Marco Feliciano, do PSC, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (2013), computou em sua gestão muito retrocessos em relação à luta por direitos humanos, dentre eles somam-se projetos tramitados contrários às conquistas da população LGBT – plebiscito para consultar a população sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo; e suspensão da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que legalizou o casamento gay[140], além de propalar a cura gay, ação que fere os direitos da pessoa humana.

Outro projeto conflituoso em relação aos direitos humanos inerentes à população LGBT é o chamado Estatuto da Família aprovado na Comissão Especial do Estatuto da Família da Câmara Federal, que define a família como o núcleo formado a partir da união entre um homem e uma mulher.

O deputado federal Evandro Gussi (PV) defendeu o projeto, dizendo que o conceito de família[141] está na:

> [...] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconheceu um dado que é da natureza. Porque o afeto, como já bem delineou o deputado Diego Garcia em seu relatório, não é critério constitutivo de família. As pessoas que quiserem ter o afeto que tenham, e o Estado vai garantir isso. Daí a transformar em entidade estável, que garante a procriação e a formação de pessoas, é outra conversa. Não estamos querendo impor nada, pelo contrário. Nós humildemente estamos reconhecendo o que a natureza prescreve. (GUSSI, Evandro. Comissão aprova conceito de família como união de homem e mulher. Por redação com informações da Agência da Câmara.

---

fomentação de criação de redes de proteção dos direitos humanos da população LGBT; e elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT.

[139] O PNDH-3 – recomenda a criação de mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa; promoção de campanhas de divulgação sobre a diversidade religiosa para disseminar cultura da paz e de respeito às diferentes crenças; criação de mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União; promoção do ensino da diversidade e história das religiões, inclusive de matriz africana, na rede pública de ensino com ênfase no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na afirmação da laicidade do Estado; e realização de relatórios sobre pesquisas populacionais relativas a práticas religiosas.

[140] Disponível em:<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/comissao-de-feliciano-aprova-2-projetos-contra-gays-e-rejeita-1-a-favor,237e82f9db672410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[141] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/comissao-aprova-conceito-de-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher-8893.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

O Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL) e entidades como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e os Conselhos Regionais de Psicologia de São Paulo e Distrito Federal organizaram um ato contra o Estatuto da Família, entregaram às lideranças políticas da Câmara dos Deputados (partidos de esquerda) um manifesto "Abaixo o Estatuto, Viva a Família"[142].

Recentemente, Marisa Lobo, a psicóloga que defende a "cura gay",

> [...] comemorou a escolha do ministro da Educação. Noticiando o encontro com Ricardo Barros, da Saúde, tranquilizou seus leitores quanto à nova postura do MEC diante do que chama, junto aos pares incautos, de "ideologia de gênero": "Isso já acabou. O MEC agora é do DEM" (CLETO, 2016, p.46).

Outra questão inconciliável do PNDH-3 diz respeito ao eixo orientador VI, que trata do Direito Memória e Verdade, estabelece as diretrizes – 23[143] "Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado"; 24[144] "Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade"; e 25[145] "Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia".

Outro ponto de discordância do PNDH-3 encontra-se na diretriz 9 "Combate às desigualdades estruturais" em seu objetivo estratégico III, letra g) "Considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde"[146].

O PNDH-3 incorpora no seu eixo orientador IV "Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate Violência[147]" as diretrizes da Portaria Interministerial da

---

[142] Disponível em: <http://www.pt.org.br/entidades-fazem-manifestacao-contra-o-estatuto-da-familia/>. Acesso em 22 ago. 2016.

[143] Objetivo estratégico é promover a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo art.8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e prover a reconciliação nacional.

[144] Objetivo estratégico – Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e da construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

[145] Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos intencionais e os preceitos constitucionais sobre direitos humanos.

[146] O PNDH-3 recomenda ao Poder Legislativo a adequação do Código Penal para a descriminalização do aborto.

[147] O PNDH-3 recomenda aos estados, Distrito Federal e municípios a aquisição de equipamentos de proteção individual efetiva para os profissionais de segurança pública; criação, no sistema de saúde pública, de serviço especializado para acompanhamento permanente da saúde mental dos profissionais da segurança pública, especialmente os envolvidos em ações que tenham resultado

Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (SEDH/MJ), de nº 002 de 15 de dezembro de 2010. Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, ou seja, assegura os direitos constitucionais e a participação, por meio da adequação de leis e regulamentos disciplinares que versam sobre direitos e deveres dos profissionais de segurança pública à Constituição Federal de 1988; valorização da participação das instituições e dos profissionais de segurança pública nos processos democráticos de debate, divulgação, estudo, reflexão e formulação das políticas públicas relacionadas com a área, tais como conferências, conselhos, seminários, pesquisas, encontros e fóruns temáticos; garantia do exercício do direito de opinião e a liberdade de expressão dos profissionais de segurança pública, especialmente por meio da Internet, blogs, sites e fóruns de discussão, à luz da Constituição Federal de 1988; e da garantia de escalas de trabalho que contemplem o exercício do direito de voto por todos os profissionais de segurança pública.

Essa orientação é importante para garantir direitos humanos dos trabalhadores que atuam nas instituições policiais, dada a corriqueira violação de direitos humanos contra policiais, assinala pesquisa[148] de "Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública" publicada em 2014 pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas (CPJA), da Escola de Direito da FGV de São Paulo, e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A revista **Exame**[149] publicou alguns dos relatos de policiais, além de considerações gerais que a pesquisa apontou.

O ex-soldado Darlan Menezes Abrantes imita a fala dos oficiais que o instruíram na academia, quando ingressou na Polícia Militar do Ceará em fevereiro de 2001.

---

letal; l a garantia de reabilitação e reintegração ao trabalho dos profissionais do sistema de segurança pública, nos casos de deficiência adquirida no exercício da função; dentre outras recomendações.

[148] Foram ouvidos mais de 21 mil policiais de baixa patente (entre policiais civis, militares, rodoviários federais, agentes da polícia científica, peritos criminais e bombeiros) de todas as unidades da federação, mais da metade deles policiais militares, sobretudo praças (policiais de patentes mais baixas).

[149] Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais>. Acesso em 23 ago. 2016.

> Bora, bora, você é um bicho. Você é um jumento, seu gordo!
> Às vezes, era hora do almoço e os superiores ficavam no meu ouvido gritando que eu era um monstro, um parasita. Parecia que tava adestrando um cachorro. O soldado é treinado pra ter medo de oficial e só. O treinamento era só mexer com o emocional, era pro cara sair do quartel igual a um pitbull, doido pra morder as pessoas.
> Como é que eu vou servir a sociedade desse jeito? É ridículo. O policial tem que treinar o raciocínio rápido, a capacidade de tomar decisões. Hoje se treina um policial parece que está treinando um cachorro pra uma rinha de rua[150].

Darlan lembra os sete meses que passou no extinto Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado do Ceará.

> Sempre que um professor faltava, éramos obrigados a fazer faxina em todo o quartel. E o pior: quem reclamava podia ficar preso o fim de semana todo. A hierarquia fica acima de tudo no militarismo. O treinamento era só aquela coisa da ordem unida [exercícios militares de formação de marcha, de parada ou reunião dos membros da tropa], ficar o dia inteiro marchando debaixo do sol quente. Lá dentro é um sistema feudal, você tem os oficiais que podem tudo e os soldados que abaixam a cabeça e pronto, acabou. Você é treinado só pra ter medo de oficial, só isso. O soldado que vê o oficial, mesmo de folga, se treme de medo. (ABRANTES, Darlan Menezes. Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais[151].

Darlan afirma que esse trato com policiais não é lembrança apenas do passado, pois isso:

> [...] é antes e depois do treinamento: se você for hoje na cavalaria da PM de Fortaleza você vai ver policial capinando, pegando bosta de cavalo, varrendo chão, lavando carro de coronel, abrindo porta para os semideuses [oficiais]. Eu nunca concordei com isso e fiquei com fama de preguiçoso. (ABRANTES, Darlan Menezes. Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais[152].

A pesquisa considerou que o assédio moral é a regra na formação dos policiais militares, e que os temas de Direito Penal, Direito Constitucional e Direitos Humanos não são trabalhados como deveriam, além da sujeição a regulamentos disciplinares rígidos, que intensificam uma cultura de violência.

---

[150] ABRANTES, Darlan Menezes. *Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais*. Entrevista concedida a Ciro Barros. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>. Acesso em: 22 jun. 2016.

[151] Entrevista concedida a Ciro Barros. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>. Acesso em: 22 jun. 2016.

[152] Entrevista concedida a Ciro Barros. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>. Acesso em: 22 jun. 2016.

O PNDH-3 foi acusado de trazer uma ideologia de esquerda para dentro das escolas públicas brasileiras a partir das orientações do eixo 5 – estabelecer critérios e indicadores de avaliação de publicações na temática de direitos humanos para o monitoramento da escolha de livros didáticos no sistema de ensino; fomentar a realização de estudos, pesquisas e a implementação de projetos de extensão sobre o período do regime 1964-1985, bem como apoiar a produção de material didático, a organização de acervos históricos e a criação de centros de referências; incentivar a inserção da temática dos direitos humanos nos programas das escolas de formação inicial e continuada dos membros das Forças Armadas; inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras.

> Parece-me que a proposta de patrulha ideológica, inclusive nas escolas militares, está feita. Reparem que o decreto estabelece até parte do conteúdo dos livros didáticos. Ainda não é o extremo da selvageria antidemocrática. No trecho seguinte, vemos os "sovietes" tomando o lugar dos tribunais: "Estimular e ampliar experiências voltadas para a solução de conflitos por meio da mediação comunitária e dos Centros de Referência em Direitos Humanos, especialmente em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com dificuldades de acesso a serviços públicos".[153]

A Comissão Nacional da Verdade foi alvo também de ataques de grupos conservadores, que viam no resgate da história brasileira um risco de trazer a existência daquilo que tinha sido esquecido, pois o esquecimento significa permissão. Assim, poderia provocar "uma ruptura" na estrutura sociopolítica de um Estado burguês, que usou a ditadura para o desenvolvimento econômico – a ditadura não se resume aos militares, mas também às elites comandadas por empresários, políticos, mídia[154].

---

[153] AZEVEDO, Reinado. *São Paulo*, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/>. Acesso: 28 jun. 2016.

[154] Com efeito, esses sujeitos políticos foram os mesmo que articulações o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Lopes (2016, p.119) afirma categoricamente que as "Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinhos (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril) e os Mesquita (Grupo Estado) [...]. A mídia das quatro famílias meteu-se numa queda de braço com a imprensa internacional na narrativa do golpe. Enquanto no Brasil alardeavam um processo institucional de impeachment, o ataque à democracia foi denunciado em todos os principais meios de comunicação do planeta [...]. Os governos Lula e Dilma conviveram com a ilusão de que poderiam comprar o silêncio e o apoio das quatro famílias [...] A soma entregue às quatro famílias entre 2003 (início do governo Lula) e 2014 supera os 7,5 bilhões, com a seguinte distribuição:

Quadro 1 – Pautas que marcaram a Comissão Nacional da Verdade[155]

Pautas	Descrição
A Operação Condor foi um pacto criminal dos regimes militares	Em documentário, diretor brasileiro resgata atrocidades cometidas no âmbito da aliança entre países do Cone Sul
Por baixo do solo olímpico, histórias de tortura e repressão	Conheça locais onde os jogos são disputados hoje, mas que na ditadura eram palco de tortura pelas mãos do Estado
Comissão da Verdade fracassou, reclamam escritores	No evento "Ler para Não Esquecer", Ivone Benedetti e Bernardo Kucinski falam sobre o escrever como forma de depuração
A caixa-preta da ditadura-civil-militar	O jornalista Lucas Figueiredo avalia o "sumiço" dos arquivos da repressão brasileira
Volkswagen é denunciada por crimes na ditadura	Representação será feita nesta terça ao MPF e fala em "crimes contra a humanidade"; Ex-trabalhadores relatam tortura até dentro da empresa
Vamos continuar homenageando os torturadores?	Aumenta a pressão para suprimir as homenagens a ditadores e torturadores
A verdade jogada no lixo	Sem a revisão da Lei da Anistia, é inútil listar os crimes da ditadura
Judiciário conservador emperra punição de responsáveis pela ditadura no Brasil	Próximo passo é reforma das instituições de segurança e aplicação da justiça. Segundo especialistas, Lei da Anistia não precisa de alterações: Brasil é que deve cumprir decisões internacionais
Para família de vítimas da ditadura, CNV trouxe justiça histórica, mas não de fato	Falta de cooperação das Forças Armadas para descobrir paradeiro dos desconhecidos é uma das maiores frustrações da comissão e dos parentes dos mortos e desaparecidos políticos
CNV chancela versão de que a Folha emprestou carros para a ditadura	Em relatório, Comissão da Verdade referenda estudo segundo a qual o apoio do jornal ao golpe não foi apenas financeiro e ideológico, mas também material
Dilma chora ao receber relatório final da Comissão Nacional da Verdade	Grupo entregou documento à presidenta sobre violações na ditadura, no qual recomenda revisão da Lei da Anistia
CNV propõe ampla reforma da segurança pública	Para comissão violações e abusos de hoje são continuidade do que ocorria no período ditatorial. Reforma engloba a desmilitarização da PM e fim dos autos de resistência
CNV alerta para a violação de direitos em presídios	Comissão da Verdade recomenda medidas que aceleram julgamentos, limitam as prisões provisórias e fiscalizam o sistema penitenciário
Comissão da Verdade quer cassar homenagens a agentes da ditadura	Além de recomendar continuidade nas investigações, relatório final da CNV pede a revogação de honrarias e a renomeação de vias que levam o nome de envolvidos no golpe
Comissão da Verdade identifica 377 autores de violações aos direitos humanos	Relatório final registra acusações contra presidentes da república, coronéis e médicos legistas acusados de participação em crimes durante o período
Um favor à verdade	Ao revelar que a tortura é anterior à luta armada da esquerda, Comissão da Verdade desconstrói uma das maiores mentiras políticas das últimas décadas no Brasil
Filhos e mães de vítimas da ditadura contam suas vidas	Livro é resultado do ciclo de audiências "Verdade e Infância Roubada" realizadas em maio de 2013 na Assembleia Legislativa de São Paulo
Cerco ao torturador	O Ministério Público acusa o ex-coronel Ustra pela morte do jornalista Luiz Merlino em 1971
Militares dizem não poder negar ou confirmar crimes da ditadura	Em resposta ao Ministério da Defesa, os comandos das três Forças admitem não ter elementos para contestar as investigações da Comissão Nacional da Verdade
Enzo Peri boicota a CNV	O comandante do Exército age contra a Comissão da Verdade
Ao menos 70 empresas colaboraram com a ditadura	Petrobras, Ericsson, Ford, Brastemp e Volkswagen, entre outras, podem ser responsabilizadas por crimes de lesa-humanidade, diz a Comissão da Verdade
Reconciliação depende dos militares, diz coordenador da CNV	Em entrevista, Pedro Dallari, coordenador da Comissão da Verdade, critica o silêncio das Forças Armadas e afirma que consolidação democrática passa por reconhecimento de violações
Exército deve desculpas à nação, diz ex-agente acusado de tortura	Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, atual coronel que atuou na Oban negou ter torturado guerrilheiros da luta armada
Relatório final da Comissão da Verdade pode ficar sem capítulo sobre o Araguaia	O caso da guerrilha, que fez o Brasil ser condenado internacionalmente, é um dos vários pontos que parecem não ter a atenção devida por parte da CNV
Forças Armadas negam "desvio de finalidade" em instalações	Em relatórios sobre sindicâncias pedidas pela Comissão Nacional da Verdade, Exército, Marinha e Aeronáutica não comentam denúncias de graves violações de

R$ 6,8 bilhões para os Marinho, somando TV, jornal, o portal G1 e a revista *Época,* sendo R$ 6,2 bilhões para a Rede Globo de Televisão (considerando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e Recife, sem contar as filiais).

[155] Criada pela Lei n. 12. 528 de 18 de novembro de 2011 (no primeiro ano do mandato da presidente Dilma Rousseff). Com o intuito de investigar violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial. R$ 599,7 milhões para os jornais *Folha, Estado* e *O Globo.* R$ 370,9 milhões para a revista *Veja.*

onde houve tortura	direitos humanos
EUA cooperam com informações sobre crimes da ditadura brasileira	Governo americano já entregou documentos que vão ajudar no trabalho da Comissão da Verdade. Em visita ao Brasil, vice Joe Biden comentou as denúncias de espionagem pela NSA e a situação no Iraque
O descompasso das comissões da verdade	Disputas e acusações de falta de cooperação marcam trabalhos da CNV com comissões locais e até mesmo com o MPF
Cinco militares vão responder por morte de Rubens Paiva na Justiça	Em decisão "histórica", Justiça Federal aceitou denúncia contra integrantes do Exército que são acusados de matar e ocultar cadáver do ex-deputado durante o regime militar
Acusado de tortura deu depoimento inverossímil, diz CNV	Segundo a advogada Rosa Cardoso, Dirceu Gravina relatou que gritos de dor não vinham da tortura e eram parte de um coro dos agentes para intimidar os militantes
CNV: queima de arquivo não deve ser descartada	O coordenador Pedro Dallari não descarta relação entre a morte do ex-agente do CIE Paulo Malhães e o depoimento no qual confessou ter torturado e ocultado cadáveres
Morto na quinta-feira, coronel Paulo Malhães temia por sua vida	Ex-agente do Centro de Informações do Exército foi encontrado morto um mês depois de prestar depoimento no qual confessou ter torturado, matado e ocultado cadáveres
Ditadura usou táticas terroristas até contra jornaleiros	A ideia do regime era intimidar comerciantes e dificultar a abertura democrática no País
Conclusão sobre morte de JK "racha" comissões da verdade	Vereador Mario Covas Neto, relator da Comissão Vladimir Herzog, disse se sentir desestimulado com a postura do órgão federal em não trabalhar em parceria
A ditadura e a construção do futuro	Por que as reformas de base de Jango seriam plenamente atuais ainda hoje, 50 anos depois do golpe militar
O sonho não morreu	Depois de muita luta, a democracia chegou, mas ainda é incapaz de produzir justiça social, afirma o vereador Gilberto Natalini
O que 64 mudou em minha vida	O golpe politizou meu desempenho profissional, conduzindo-me a uma advocacia militante, arriscada, sem compensação material, mas com importante significado político e simbólico
CNV aponta autores da morte de Rubens Paiva	O comandante do DOI do 1º Exército é apontado como responsável por assassinar o deputado
"Ditadura tinha uma máquina de ocultar cadáveres"	Em audiência, ex-militante da ALN lembra como irmãos e companheiros de luta armada foram enterrados com outros nomes
Quem tem medo da verdade?	A grande imprensa brasileira é contra a investigação dos crimes cometidos pela ditadura. Por que será? Por Cynara Menezes
"Tentativa de estrangulamento era refresco", conta ex-militante torturado	Em audiência sobre abusos na Vila Militar, integrantes do Colina e do VAR-Palmares lembram sessões na antiga sede da Polícia do Exército no Rio
Médico nega ter assinado laudo de morte de militante da luta armada	Em depoimento às comissões nacional da verdade e estadual do Rio, Hargreaves Figueiredo Rocha disse nunca ter trabalhado como legista ou visto o corpo de Severino Viana Colou.
"Para quem foi torturado, visitar o passado não é festa"	Em diligência à antiga sede da Polícia do Exército na Vila Militar, ex-militantes e representantes de comissões da verdade revisitam centro de tortura no Rio
Marcas da tortura	Ao lado de Dilma, o ex-militante da VAR-Palmares Antonio Roberto Espinosa assistiu à tortura de colegas. Em audiência no RJ, ele relembra os abusos na Vila Militar
Ditadura torturou desde os primeiros dias, diz pesquisa	Segundo levantamento, estádios de futebol foram utilizados como prisão para militantes opositores
Comissão da Verdade investiga general francês	Paul Aussaresses ensinou técnicas de combate a guerrilhas aos oficiais brasileiros; pesquisador ressaltou ainda o apoio da França aos regimes da América Latina
À Comissão da Verdade, delegado nega ter praticado tortura na ditadura	Mesmo tendo trabalhado por oito anos no DOI-Codi, Aparecido Laertes Calandra disse desconhecer crimes praticados contra presos políticos
"A polícia militarizada é um resquício da ditadura"	Na Comissão da Verdade estadual de São Paulo, cineastas apresentaram manifesto pela desmilitarização das polícias
"Continuidade política dificultou punição de militares"	Segundo analista português, a permanência de parte da elite autoritária na política dificultou a identificação de criminosos. Por Marsílea Gombata
Paulo Vannuchi: "Ninguém sabe como pensam os militares"	Para ex-ministro e idealizador da Comissão Nacional da Verdade, ensino militar deveria incluir direitos humanos e dar conta de um mundo multipolarizado
O mea-culpa da viúva	A mulher de Amílcar Lobo, médico da ditadura, pede desculpas às vítimas
Me ofereceram dinheiro para assumir a culpa pela morte de JK, conta motorista	Em audiência na Câmara Municipal, Josias Nunes de Oliveira negou ter batido em Opala que levava ex-presidente pela Dutra no momento de sua morte
Família se despede de militante morto pela ditadura	Sessão da Comissão da Verdade que relembrou morte de Norberto Nehring, da ALN, foi marcada por emoção de viúva, filha, netas e amigos. Por Marsílea Gombata
Comissão da Verdade e Defensoria querem retificar atestados de óbito de mortos e desaparecidos	Família de vítima pede que documento tenha 'causa mortis' corrigida; previsão é que 159 declarações sejam contestadas e modificadas

Comissão da Verdade coordena exumação que pode ser de líder camponês	Restos mortais podem ser do maranhense Epaminondas Gomes de Oliveira, membro do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que morreu sob custódia do Exército em 1971
Bolsonaro tumultua visita de Comissão da Verdade a quartel	Confusão começou quando o deputado forçou a passagem, no portão do quartel, e chegou a dar um soco na barriga do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Jair Bolsonaro agride Randolfe Rodrigues em visita da Comissão da Verdade ao DOI-Codi	Troca de agressões entre parlamentares começou quando Bolsonaro tentava forçar a entrada ao batalhão na Tijuca que funcionou como centro de tortura
USP colaborou com a ditadura, revela documento	Funcionários faziam a vigilância de estudantes e professores considerados subversivos
Prefeitura de SP irá criar sua própria Comissão da Verdade	Com ela, o País terá 22 grupos responsáveis por esclarecer os crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura
Arquivos comprovam perseguição a sindicalistas	Rede de repressão na ditadura era integrada por 'sucursais' do SNI no Ministério do Trabalho, por empresas e agentes infiltrados nos sindicatos
Comissão da Verdade da Câmara de SP pede perícia sobre morte de JK	Em ofício, vereador Gilberto Natalini solicita ao governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, análise sobre fragmento metálico no crânio do motorista
A anatomia do DOI-Codi	Estudo de historiadora serve de base para a Comissão da Verdade entender a "hierarquia invertida" do centro de tortura da ditadura
Comissão da Verdade do Rio é proibida de visitar ex-sede do DOI-Codi	Exército diz que visita não foi autorizada porque a comissão não tem autorização legal para fazer diligência em unidade de âmbito federal
Juscelino sabia que queriam matá-lo, diz ex-secretário	Audiência na Comissão Municipal da Verdade reacende hipótese de que motorista de ex-presidente tenha sido atingido na cabeça
Erundina critica andamento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade	Deputada mantém esperança na aprovação de projeto de lei que pede a revisão de artigo da Lei de Anistia
“Manuais da ditadura estão vigentes”, diz Maria do Rosário	Segundo ministra de Direitos Humanos, taxa de homicídio e superpopulação carcerária constituem as maiores violações no País
Comissão da Verdade faz audiência pública para ouvir vítimas em Foz do Iguaçu	Sessão terá depoimentos de agentes que atuaram na chacina de Medianeira, no Parque Nacional de Foz do Iguaçu
Comissão da Verdade de São Paulo pede revisão da Lei de Anistia	Para o presidente do órgão, governo brasileiro deve acatar integralmente a sentença emitida em 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos
Marinha ocultou informações sobre mortes na ditadura	A Comissão da Verdade conseguiu identificar 12.072 documentos do Centro de Informações da Marinha sobre 11 desaparecidos. Um deles tratava da morte de Rubens Paiva
"O comandante deu um tiro na cabeça de cada um"	Em depoimento, ex-militar dá detalhes de como um casal de estudantes foi assassinado no Rio de Janeiro durante a ditadura
Comissão da Verdade aponta erros primários em identificação de vítimas da ditadura	Grupo de antropologia forense argentino revela descaso da Unicamp e da USP com ossadas. "O trabalho teve de ser feito do zero"
Nomeado assessor de Jobim, Genoíno defende instalação imediata da Comissão da Verdade	O ex-deputado, torturado na época da ditadura, afirma ter uma "afinidade política" com o titular da pasta, o ministro da Defesa Nelson Jobim. Da Rede Brasil Atual
Militares não têm o que querer	Se fosse verdade que os criminosos e vítimas da ditadura estivessem todos “mortos” e que as “provas” tivessem se “perdido no tempo”, qual seria o problema de instalar a Comissão da Verdade? Por Eduardo Guimarães

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados divulgados. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/tags/Comiss%C3%A3o%20Nacional%20da%20Verdade?b_start:int=50>
.

Após dois anos e meio, a CNV entregou à presidente Dilma Rousseff o relatório final de sistematização referente aos 21 anos de estado de exceção, indicou 29 recomendações, dentre outras – a responsabilização criminal dos responsáveis por práticas de violência e tortura utilizando o aparato do Estado, a

desmilitarização da polícia e a revisão da Lei da Anistia de 1979 — reiterada pelo STF em 2010[156].

Essas recomendações foram pontos de divergências, sobretudo pelos segmentos que assinalavam a necessidade de também responsabilizar as mortes cometidas pelos grupos armados de esquerda. Mas, segundo o Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, José Carlos Moreira da Silva Filho, em entrevista ao **IHU On-Line**[157]**,** avalia que é uma "grande perversidade exigir, no estado democrático que vivemos, que essas pessoas continuem sendo vistas como terroristas ou criminosos". Acrescenta: "Uma ação armada que atente contra um estado ilegítimo, usurpador, ditatorial, não é crime político, mas direito de resistência".

São diversos os pontos de tensão e disputa política que envolvem este relatório, um deles partiu de um grupo de estudo sobre Juscelino Kubitschek da USP, ao discordar da conclusão sobre a morte do ex-presidente[158] divulgada pelo relatório, que atribui a um acidente de carro e não um complô ligado à Operação Condor.

Outra pauta conflituosa enfrentada pelo governo Dilma foi a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (unificou as três secretarias nacionais), esse órgão foi extinto em maio de 2016 pelo presidente Michel Temer, o que impactou diretamente na política de direitos humanos no Brasil.

Essa ação representa um retrocesso da política dos direitos humanos no Brasil, após a Constituição de 1988, sinalizando uma forte tendência do fortalecimento dos projetos políticos conservador e neoliberal em detrimento das conquistas históricas construídas coletivamente, a partir de pressupostos do projeto político democrático-participativo. Assim, o Estado tira de sua centralidade pública (formulação, gestão, financiamento) a política de direitos humanos e coloca em uma posição inferior em relação às demais políticas instituídas.

A disputa em torno do PNDH-3 traz importantes elementos para afirmar que as elites brasileiras não querem apenas lucros, por meio da modernização das

---

[156] Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Comissao-da-Verdade-nao-buscava-investigar-mas-sistematizar-/5/32635>. Acesso em: 20 ago. 2016.

[157] Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Comissao-da-Verdade-nao-buscava-investigar-mas-sistematizar-/5/32635>. Acesso em: 25 ago. 2016.

[158] A principal crítica ao relatório da CNV deve-se ao fato de buscarem os resultados da perícia feita pelos mecanismos da Ditadura na época, e partir disso concluíram que JK foi morto por acidente de carro.

atividades capitalistas, elas querem, sobretudo a manutenção da cultura conservadora.

> As elites dominantes constroem um Estado com meio e fim, meio para centralizar o poder e meio para mantê-la no poder.
> O liberalismo no Brasil, ele é um liberalismo instrumental, que se funda no princípio da liberdade, da igualdade e da fraternidade, porém dentro do ciclo das históricas elites que constituem o país – oligárquica rural (FERNANDES, 2014, p. 52-53).

3.3 A participação institucionalizada na construção dos direitos humanos no Brasil

Para refletir sobre os processos de participação institucionalizada na construção dos direitos humanos no Brasil, será abordado o histórico do Conselho Nacional de Direitos Humanos e as Conferências Nacionais de Direitos Humanos e as Conferências Nacionais dos Grupos Identitários – negros; índios; idosos; pessoas com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, crianças e adolescentes, jovens e mulheres.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH foi criado apenas em 2014, devido à disputa permanente de parcelas conservadoras da sociedade que são contra os direitos humanos. Até 2014[159], era intitulado de Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH[160], é o mais antigo colegiado[161] de participação democrática do país, criado em 1964 pelo então presidente João Goulart[162], para promover direitos humanos e enfrentar as violações cometidas pelos agentes do Estado, além de permitir a investigação de inquéritos.

Mas o desempenho CDDPH nos primeiros 20 anos de existência se deu no regime militar, afetado diretamente pelo Ato Institucional nº 05 de 1968, que suspendeu as garantias constitucionais no Brasil.

---

[159] A Lei 12.986, de 2 de junho de 2014, transformou o antigo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.
[160] LEI Nº 4.319, DE 16 DE MARÇO DE 1964. Revogada pela A Lei 12.986, de 2 de junho de 2014.
[161] Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/o-conselho>. Acesso em: 18 ago. 2016.
[162] Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema7-aula2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

No processo de redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980, o então CDDPH foi fundamental, sobretudo em apurar as denúncias de violação de direitos humanos. Foi extinto em 1990 e reinstalado em dezembro do mesmo ano pelo presidente Fernando Collor de Mello. Em 1992, o CDDPH se firmou como um dos órgãos decisivos para a efetivação dos direitos humanos no processo democrático, a partir da ratificação dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

A conquista da transformação do CDDPH em CNDH foi uma das pautas permanentes da sociedade civil em colocar na agenda a mudança, tendo em vista a necessidade de ampliar a participação da Sociedade Civil[163] (escolhidos por meio de eleição)[164]. Portanto, a nova lei estabeleceu 22 membros, sendo onze da sociedade civil e onze do Poder Público.

Quadro 2 – representatividade no CNDH

Representantes de órgãos público (11)	Sociedade civil (11)
Secretário Especial dos Direitos Humanos; Procurador-Geral da República; Deputados Federais (2); Senadores (2); Entidade de magistrados (1); Ministério das Relações Exteriores (1); Ministério da Justiça (1); Polícia Federal (1); e Defensoria Pública da União (1).	Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pelo Conselho Federal da entidade (1); Organizações da sociedade civil de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos (9); e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (1).

Fonte: elaboração própria. Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

Essa nova estrutura de colegiado e as novas atribuições do CNDH responderam não apenas a uma demanda da sociedade civil, mas também a exigências da ONU para o credenciamento de reconhecimento dos órgãos como

[163] Na época de sua criação, o Conselho se estruturava de nove membros – o Ministro da Justiça, como Presidente, o líder do governo no Senado Federal, o líder do governo da Câmara dos Deputados, dois membros do Conselho Federal da Ordem os Advogados do Brasil, dois catedráticos de Direito Constitucional, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ABE e o Presidente da Associação Brasileira de Educação, ABI. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema7-aula2.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

[164] Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/o-conselho>. Acesso em: 25 set. 2016.

Instituição Nacional de Direitos Humanos, que tem em seus pressupostos nos "Princípios de Paris" cinco características fundamentais – autonomia para monitorar qualquer violação de direitos humanos; autoridade para assessorar o Executivo, o Legislativo e qualquer outra instância sobre temas relacionados aos direitos humanos; capacidade de se relacionar com instituições regionais e internacionais; legitimidade para educar e informar sobre direitos humanos; e competência para atuar em temas jurídicos.

A participação da sociedade civil no CNDH a partir de 2014 amplia-se do ponto de vista da representatividade, dada a diversidade dos segmentos sociais no órgão, o que garante em parte uma das diretrizes do PNDH-3 (a participação), mas em que medida esse novo desenho institucional de participação estabelece uma efetividade no diálogo entre os diversos atores sociais e as reais demandas de promoção e defesa dos direitos humanos?

Pode-se apontar que foi um avanço a criação do CNDH, após 28 anos de luta e que trouxe na sua estrutura a paridade, embora não tenha garantido a autonomia do ponto de vista da deliberação em relação à políticas de direitos humanos – ficando assim um órgão dentro da estrutura sistêmica de participação, o que implica a redução do seu papel político.

Com efeito, a tardia instituição e a não autonomia do CNDH são alertas para a democracia brasileira que tende a enfrentar o desmonte da Constituição Federal de 1988, que instituiu um amplo legado de participação no âmbito da construção de políticas públicas, em especial por meio de conselhos, conferências, e do direito a luta social como instrumento de ampliação e consolidação dessas políticas – a sociedade civil teve um novo cenário de participação.

> Passadas mais de duas décadas da Constituição de 1988, as percepções e avaliações sobre os rumos assumidos pela institucionalização da participação não são muito animadoras. Ao que parece, parte de organizações e movimentos sociais têm questionado os efeitos dos espaços institucionalizados [...].
> A experiência de ocupar canais participativos, ao mesmo tempo em que trouxe um desencantamento, trouxe consigo um robusto aprendizado institucional [...] (SZWAKO, 2012, p. 28-29).

Contudo, a participação no Brasil tem se ampliado consideravelmente, mas isso não se deve apenas ao marco legal da Constituição de 1988, deve-se também (e em grande medida) à direção política de ação de governos e suas interfaces com

os diversos segmentos da sociedade civil, que pautam as suas necessidades a serem respondidas pelo Estado.

A Pesquisa realizada pelo Ipea (2012)[165] aponta que no período de 2003 a 2012 ocorreram 87 conferências com a participação de mais de 7 milhões de pessoas, considerando as suas etapas municipais, livres, regionais, estaduais e nacional.

O quadro-síntese das Conferências Nacionais de Direitos Humanos no Brasil (abaixo) revela que essa área não foi prioritária para os governos até 2008, uma vez que de doze conferências, dez foram convocadas e realizadas pela Câmara Federal, sobretudo pela força política de deputados militantes do segmento, que se aliavam e se articulavam com os movimentos de direitos humanos (e também para responderem à pressão dos movimentos em relação essa situação). Somente no 2º mandato do governo Lula é que o Poder Executivo assume, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Após a XI Conferência realizada em 2008, houve suspensão das conferências de direitos humanos em âmbito nacional, somente após oito anos se realizou a XII conferência, o que se atribui às tensões pela aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) na XI conferência.

É nesse contexto que as forças conservadoras (políticas e econômicas) entram em cena de maneira ofensiva, pois o PNDH-3 trata não apenas da retórica discursiva, mas de possibilidade democrática de conquista de direitos na prática social – esse debate será discutido no próximo item deste capítulo, que trará as disputas e tensões em torno das pautas de direitos humanos no Brasil, a partir do PNDH-3.

[165] Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/604-conferencia-principal>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Quadro 3 – Conferências Nacionais de Direitos Humanos

CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS		
CONFERÊNCIA	ANO	TEMA/OBJETIVO
I	1996	Discussão sobre o anteprojeto do Poder Executivo do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)
II	1997	Avaliar a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)
III	1998	O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Americana dos Direitos e Deveres do Cidadão, a partir da integração do Brasil na jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e debateu sobre a participação do país no sistema americano de proteção dos direitos humanos.
IV	1999	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 e promulgado no Brasil em 1992. Denominada “Sem Direitos Sociais não há Direitos Humanos”,
V	2000	“Brasil 500 anos: descubra os direitos humanos” – combate à violência, desde a sua expressão doméstica até a institucional, além de suas relações com a exclusão, a discriminação e o preconceito.
VI	2001	Lançou a Campanha Nacional Contra a Impunidade, que contribuiu para pautar e aprovar a legislação que acabou com a imunidade processual parlamentar. Estimulou o engajamento na preparação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e outras Formas de Intolerância e à implementação do Plano de Ação dela resultante. Esta Conferência foi um marco no engajamento do movimento de direitos humanos do Brasil na sua dimensão econômica e social.
VII	2002	Ocupou-se do debate sobre a Prevenção e Combate à Violência. As conclusões foram oferecidas aos partidos e candidatos como propostas suprapartidárias em resposta ao clamor social por políticas de segurança pública
VIII	2003	Aprofundou a proposta, apresentada pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, de construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos independente, plural e efetivo, fundado na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos e implicado em políticas públicas, tendo como exigência instrumentos e mecanismos de proteção articulados e sistemáticos. Estabeleceu diretrizes que deveriam orientar a construção desse sistema, tais como a promoção integral dos direitos humanos - que implica desenvolver ações de PROMOÇÃO (para efetivar os direitos), de PROTEÇÃO (para evitar violações) e de REPARAÇÃO (para repor os direitos violados). Construiu subsídios no sentido de dar passos na sua implementação. O Secretário Especial de Direitos Humanos, publicamente, assumiu o compromisso com a efetivação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.
IX	2004	Sem direitos sociais, não há direitos humanos. Foi a primeira com caráter deliberativo, ensejou novos rumos na luta pela realização dos direitos humanos no país e se propôs a acolher o conjunto da diversidade das perspectivas e das lutas de direitos humanos, congregando ao máximo os agentes que as conduzem em vista de produzir novos caminhos e novas possibilidades. Elegeu como tema “Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos”
X	2006	Analisar as relações entre o Modelo Econômico e os direitos humanos, com vistas a gerar uma proposta de Lei de Responsabilidade Social que vincule a administração pública a metas de implementação de políticas públicas. Avançar na formatação do sistema nacional de direitos humanos, de modo a estabelecer papéis e relações entre órgãos públicos nacionais, estaduais e municipais, além da sociedade civil,

		com base na legislação interna e nos instrumentos internacionais. Para isso, serão levantadas propostas para atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos.
XI	2008	“Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades”
XII	2016	“Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade”

Fonte: Autoria própria. Disponível em:<http://recid.redelivre.org.br/2006/05/30/10d-conferia-nacional-de-direitos-humanos/>.

Como se pode ver, a participação institucionalizada, no caso das conferências de direitos humanos, se institui mediante limites e possibilidades, retratam em seus temas e objetivos que a democracia, embora instituída na Constituição de 1988, ainda é a pauta principal em debate, na medida em que a consolidação dos direitos humanos está longe de ser garantida, em um Estado que tem em suas práticas a violação desses direitos, seja por meio da negação do direito, seja pelo uso e abuso da força policial que se coloca em prol dos interesses das elites brasileiras.

Os processos de participação precisam ser analisados não em si, mas é necessário analisá-los e defendê-los enquanto mecanismos legal-políticos, tendo em sua base a contradição posta pelas forças políticas divergentes, inclusive dialogadas e disputadas entre os grupos de direita e de esquerda.

A propósito, os espaços políticos de participação são campo de disputa na prática dos divergentes e diferentes projetos políticos (conservador, neoliberal e democrático-participativo), conforme analisados no primeiro capítulo desta tese.

> [...] a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado configura um mapa extraordinário complexo de possibilidade de colaboração e confronto. Sua consideração na análise do processo de construção democrática nos parece, portanto fundamental para elucidar o intrincado jogo de forças que institui o terreno de disputa onde se dá esse processo. Da mesma forma, esse terreno só poderá ser mapeado adequadamente, se os distintos projetos políticos que o atravessam forem considerados na análise e compreendidos como componentes essenciais da ação política (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 38).

É nessa complexa dinâmica de participação que existe a possibilidade de pautar as lutas perante o Estado, embora estejam presentes os limites em assegurar os direitos humanos, existe também a contradição estabelecida nesta trama política, em ampliar o campo dos direitos, incluindo outros direitos, a partir de bandeiras de lutas reivindicadas por grupos identitários (conforme quadro 2), além de tensionar para consolidar os direitos preconizados por meio de políticas públicas, que deverão

ser construídas não “para” as pessoas e sim “com” as pessoas – pressuposto democrático das políticas em direitos humanos instituído pelo Estado Democrático de Direito mediante Constituição de 1988.

Nesse sentido, o Estado brasileiro vem construindo um vasto campo de participação institucionalizada, por meio de mecanismos para a discussão de novas pautas representadas pelos sujeitos de diversos grupos identitários em relação à violação dos direitos humanos – índios, negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, jovens e lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

Para tanto, será demonstrado a seguir um quadro-síntese das 31 conferências realizadas com os sujeitos sociais no Brasil em busca da garantia por direitos humanos. Os critérios adotados ao discutir essas e não as demais conferências[166] se deram pelo princípio da transversalidade das políticas públicas e pela matricialidade dos grupos identitários em relação a todos os serviços, programas, projetos e ações.

[166] Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais; Conferência Brasileiros no Mundo; Conferência Nacional de Aprendizagem Profissional; Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca; Conferência Nacional de Assistência Social; Conferência Nacional de Cidades; Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Informação; Conferência Nacional de Comunicação; Conferência Nacional de Controle Social; Conferência Nacional de Cultura; Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária; Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional; Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Conferência Nacional de Economia Solidária; Conferência Nacional de Educação; Conferência Nacional de Educação Básica; Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena; Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica; Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente; Conferência Nacional de Esporte; Conferência Nacional de Gestão, Trabalho, Educação e Saúde; Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente; Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica; Conferência Nacional do Meio Ambiente; Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal; Conferência Nacional de Saúde; Conferência Nacional de Saúde Ambiental; Conferência Nacional de Saúde Bucal; Conferência Nacional de Saúde Indígena; Conferência Nacional de Saúde Mental; Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador; Conferência Nacional de Segurança Alimentar; Conferência Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/604-conferencia-principal>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Quadro 4 – Conferências nacionais dos direitos humanos dos grupos identitários (negro, índio, deficiente, idoso, LGBT, criança e adolescente, juventude e mulher)

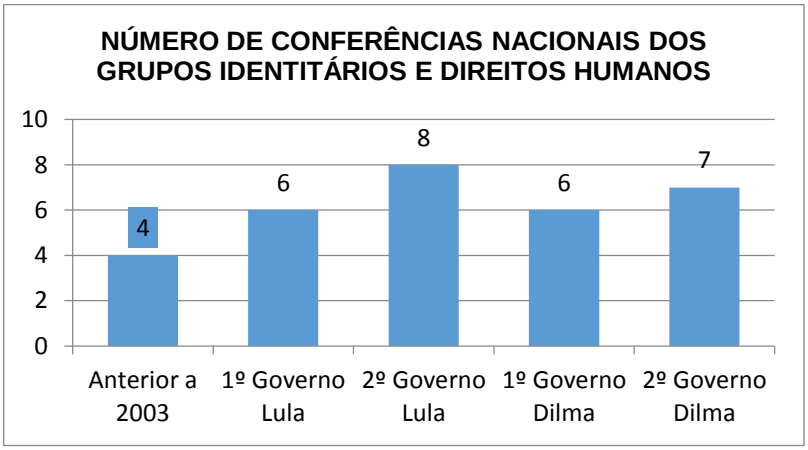
CONFERÊNCIA	ANO	TEMA
CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL		
I	2005	Estado e sociedade: promovendo a igualdade racial
II	2009	Os avanços, os desafios e as perspectivas da política nacional de promoção da igualdade racial
III	2013	Democracia e desenvolvimento por um Brasil Afirmativo
CONFERÊNCIA NACIONAL DE POVOS INDÍGENAS		
I	2015	A relação do estado Brasileiro com os Povos Indígenas sob o paradigma da Constituição de 1988
CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
I	2006	Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI
II	2009	Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios
III	2011	O Compromisso de Todos Por um Envelhecimento Digno no Brasil
IV	2016	Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades
CONFERÊNCIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		
I	2006	Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso
II	2008	Inclusão, participação e desenvolvimento: Um novo jeito de avançar
III	2012	Um olhar da Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: novas perspectivas e desafios
IV	2016	"Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos"
CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LGBT		
I	2008	Direitos humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais
II	2016	Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
I	1995	Crianças e adolescentes – "PRIORIDADE ABSOLUTA"
II	1997	Crianças e adolescentes – "PRIORIDADE ABSOLUTA"
III	1999	Uma década de história rumo ao terceiro milênio
IV	2001	Crianças, adolescentes e violência. Lema: "Violência é Covardia as Marcas Ficam na Sociedade"
V	2003	Pacto pela PAZ – Uma Construção Possível
VI	2005	Controle social, participação e garantia de Direitos – por uma política para crianças e adolescentes
VII	2007	Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório
VIII	2009	Construindo Diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Plano Decenal
IX	2012	"Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios"
X	2016	Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE		
I	2008	Levante sua bandeira
II	2011	Conquistar direitos, desenvolver o Brasil!
III	2015	As várias formas de mudar o mundo
CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES		
I	2004	Política para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero
II	2007	Participação das mulheres das mulheres nos espaços de poder
III	2011	Autonomia e igualdade para as mulheres
IV	2016	Mais direitos, participação e poder para as mulheres

Fonte: Autoria própria. Disponível em: Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/604-conferencia-principal>

O quadro acima é revelador de que as pautas protagonizadas pelos sujeitos representantes de grupos identitários e a defesa dos direitos, assim como as lutas identitárias ganharam terreno no Brasil e ocuparam os espaços públicos.

De acordo com o Ipea[167] (2012), houve em toda a história do país 31 conferências nacionais de grupos identitários, e, dessas, 27 foram realizadas no período dos governos dos presidentes Lula e Dilma, o que revela que são nessas gestões que a agenda da participação ganha maior visibilidade.

Gráfico 2 – Número de Conferências Nacionais: grupos identitários e direitos humanos



Fonte: Autoria própria. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/604-conferencia-principal>.

Mas, embora se avalie a importância desses processos participativos em pautarem o Estado a partir das demandas concretas dos sujeitos representantes dos grupos identitários, uma pergunta é categórica: em que medida esse modelo de participação setorializada vem contribuindo para fortalecer as lutas estruturais das classes trabalhadoras, enquanto unidade de classe?

> [...] Assim, o que a política de identidade tem a ver com a Esquerda? Permitam-me afirmar com vigor o que não precisaria ser reafirmado. O projeto político da Esquerda é universalista: é para *todos* os seres humanos. Seja qual for a interpretação que se dê às palavras, não é liberdade para acionistas ou para negros, mas para todos. Não é igualdade para todos os membros do Clube Garrick ou para os deficientes, mas para todos. Não é fraternidade para os antigos etonianos ou para os homossexuais, mas para todos. E a política de identidade não é essencialmente para todos mas apenas para os membros de um grupo específico. Isso é totalmente evidente no caso de movimentos nacionalistas ou étnicos. O nacionalismo judeu sionista, simpatizemos ou não com ele, trata exclusivamente dos

[167] Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/604-conferencia-principal>. Acesso em: 20 ago. 2016.

> judeus, e enforca – ou melhor bombardeia – o restante. Todos os nacionalismos agem assim. A afirmação nacionalista de que são favoráveis ao direito de *todos* à autodeterminação é balela (HOBSBAWM, 2006, p. 458).

Uma das preocupações consideradas por um dos nossos sujeitos entrevistados é a fragmentação das lutas e das políticas que não se conversam, portanto, ficam impossibilitadas de fazerem articulações e mobilizações para fortalecerem o projeto político democrático-participante, ou seja, ampliar o campo dos direitos humanos dentro do próprio sistema capitalista e/ou construir possibilidades rumo a outra sociedade tendo como perspectiva a emancipação humana.

> [...] eu ainda não consigo entender por que a sociedade civil quis isso, por que você tem uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos, um Conselho Nacional de Direitos Humanos e dentro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, você tem quatro outros Conselhos Nacionais, que são o da Pessoa com Deficiência, o da Criança e do Adolescente, o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e o da Pessoa Idosa, ou seja, você tem um Conselho Nacional de Direitos Humanos, que na minha cabeça, é para tudo e aí você fragmenta com outros quatro conselhos. Fora isso, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, temos ainda mais uns quinze colegiados, comissões, comitês, etc. Então, se tem mais ou menos uns vinte espaços de participação da sociedade civil, onde a sociedade civil acha que isso é força, a minha leitura é que isso é fragmentação e enfraquecimento, e um desmantelamento da luta dos Direitos Humanos, porque te joga para você discutir aquele teu pedacinho e onde cai isso no conjunto? SP7

Essa crítica aponta que a setorialização da luta e da política vem esgarçando o campo democrático, desmobilizando os atores sociais e criando um descontentamento em relação à participação. Aparentemente esse elemento foi uma das prerrogativas que levou à mudança metodológica de construção das Conferências Conjuntas[168] realizadas em Brasília de 24 a 27 de abril de 2016 pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, ocorreram as Conferências Nacionais, de maneira integrada a – 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 4ª Conferência Nacional dos Direitos da

[168] Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2016/abril/participacao-social-e-destaque-nas-conferencias-conjuntas-de-direitos-humanos>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Pessoa Idosa, 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e 3ª Conferência Nacional das Políticas Públicas de LGBT.

Embora se avalie o esforço do governo e dos conselhos em enfrentar a setorialização das políticas ao realizarem as conferências integradas, ele não conseguiu metodologicamente articular os debates e as propostas, resultando assim na integralidade apenas do espaço físico, e não do objeto central – a interlocução dos diversos grupos identitários por meio dos debates e das propostas formuladas.

É nesse contexto que a forma da participação política deve ser alterada, no sentido criar novos espaços de interlocuções entre os diversos grupos identitários, na medida que "[...] os grupos de identidade estão voltados para si mesmos e tratam de si mesmos, e de ninguém mais" (HOBSBAWM, 2006, p. 459). Isso não significa dizer que não existam articulações de maneira pontual entre determinados grupos, nem tampouco afirmar que esses não são sérios, ao contrário esses grupos são aguerridos com a luta em defesa de seus direitos específicos e travam embates constantes com o Estado para alargar o campo do direito reivindicado.

Não se trata, entretanto, de omitir as inúmeras violações de direitos cometidas contra os grupos identitários, dada a reprodução do sistema capitalista e a herança histórica do feudalismo, mas sim em lidar com os limites postos pela política de identidade, resultam em duas razões pragmáticas:

> [...] Sem tal compulsão ou pressão externa, em circunstâncias normais é difícil mobilizar mais do que uma minoria – mesmo do grupo-alvo. Daí que tentativas de formar partidos políticos femininos separados não foram estratégias muito eficazes de mobilizar o voto das mulheres. A outra razão é que forçar pessoas a assumirem uma, e apenas uma identidade, separa-as uma das outras. E, portanto, isola essas minorias (HOBSBAWM, 2006, p. 460).

As políticas identitárias tendem a perder cada vez mais força tendo em vista do enfraquecimento das lutas sociais fragmentadas que são afetadas diretamente pelas pautas conservadoras e neoliberais, inclusive com a faceta da criminalização desses movimentos.

Mas não se pode atribuir a participação dos movimentos sociais apenas por meio desses espaços institucionalizados segmentados (conselhos e conferências), contudo são importantes dentro da construção democrática, e também se constituem na luta conquistada pelos movimentos sociais. No entanto, trazem em si o limite da representação política e da forma de decisão centralizada na ação

colegiada mediada pelas forças políticas em disputa no âmbito da sociedade civil e dos governos.

É dessa maneira que o I FMDH foi instituído como espaço político, sendo mais uma possibilidade não só de participação, mas também de alargamento do campo das articulações e pactuações que estavam sendo travadas no âmbito da ação política institucionalizada, dadas as divergências e tensões no interior da sociedade civil e do governo, sobretudo a não concretização das diretrizes do PNDH-3, a setorialização das políticas e a não realização da XII Conferência de Direitos Humanos, que ficou “suspensa” oito anos.

Esse capítulo subsidia a construção da tese de que a luta dos trabalhadores por direitos humanos poderá desencadear “novos” processos de mobilização e de organização social rumo a construção de *um outro* projeto societário, tendo como perspectiva a superação da (des)ordem capitalista, na medida em que traz a disputa e a luta política permanente das classes sociais em torno dos direitos humanos, que jamais serão coalizados por governos ou por alguma forma de participação, tendo em vista que a base do Estado burguês é contraditória e desigual.

CAPÍTULO 4 A CONSTRUÇÃO IDEOPOLÍTICA DO I FÓRUM MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Tudo é considerado impossível até acontecer.
Nelson Mandela

A realização do I Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) entre 10 e 13 de dezembro de 2013 em Brasília/DF, contou com aproximadamente 10 mil pessoas de distintos segmentos sociais —, sociedade civil, governo, instituições estrangeiras e organismos internacionais, vindas de mais de 70 países[169].

A Programação do I FMDH teve grandes conferências, debates temáticos, atividades autogestionadas e solenidades de abertura e encerramento, além das mais diversas apresentações e manifestações.

O show de abertura foi com Daniela Mercury, que ali afirmou sua posição em relação aos direitos dos homossexuais. Logo no show de abertura observavam-se as tensões envolvendo os projetos políticos em torno dos direitos humanos, em especial a luta pelos direitos dos homossexuais como bandeira a ser conquistada no Estado brasileiro.

Isso esquentou o clima da direção social do terreno alicerçada para o Fórum, que se instituiu como um espaço construído a muitas mãos, para dar resposta ao *projeto político conservador* que tenciona cotidianamente para barrar a possibilidade de conquista de novos direitos, e no limite e no ódio, comanda o retrocesso da subtração de direitos humanos historicamente conquistados e edificam barreiras para novos direitos que necessitam ser criados, dado às demandas da realidade social.

Na abertura oficial do I FMDH houve um minuto de silêncio em memória ao inesquecível militante de direitos humanos, ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, que faleceu uma semana antes. Inevitavelmente o silêncio foi seguido de palmas, tendo em vista o anúncio de que o evento era dedicado ao líder da luta contra o racismo, e, na sequência, o embaixador da África do Sul no Brasil,

[169] Estes dados foram coletados do Livro de Memórias do I Fórum Mundial de Direitos Humanos. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Memórias do Fórum Mundial de Direitos Humanos. Brasília, 2014.

Mphakama Mbete, recebeu um buquê de rosas brancas, como homenagem ao ex-presidente.

Na cerimônia de abertura foi possível identificar uma série de desafios, conforme os registros da Agência Brasil, Américo Calcaterra[170] apontou que:

> O desafio é hoje mais do nunca passar do discurso para a implementação daqueles padrões e compromissos já assumidos para que os Direitos Humanos se tornem uma realidade cotidiana para todos e todas. Principalmente para os grupos marginalizados da nossa sociedade [...]. Este desafio significa passar da comodidade das palavras e das promessas abstratas para o cumprimento das vontades expressas pelos governos. Para isso, precisamos dedicar todos os recursos humanos e financeiros que forem necessários para conseguir nosso objetivo[171].

A Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos no Brasil, Maria do Rosário em seu discurso de abertura disse que, a maioria das pessoas que são assassinadas no Brasil é "jovem, negra e mora nas periferias. Isso significa que temos ainda uma nação permeada pelo racismo e pela violência. Se nos acostumarmos com essas cifras, não vamos mudar esta realidade[172]". Ou seja, os crimes de maior impacto são cometidos contra a população empobrecida do país, portanto tem um recorte de gênero, etnia e classe social – as classes atingidas em larga escala são os trabalhadores empobrecidos.

O I FMDH propiciou por meio de sua metodologia e mobilização social a integração e interlocução entre diversas agendas e atores sociais. Esse constructo foi importante para a luta de direitos humanos, pois existe tensão na convivência e no debate entre determinados grupos. Um dos exemplos foi a atividade autogestionada da "Campanha Nacional de Desmilitarização da Polícia". Estavam presentes no mesmo espaço, trabalhadores das instituições policiais e militantes de movimentos sociais (Mães de Maio, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Santos e de Sapopemba, e outros) que lutam contra o genocídio de jovens negros. Mas, a campanha garantiu que esses atores sociais pensassem ações de rompimento com a militarização da polícia, dado o adoecimento dos milhares de

---

[170] Alto-comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos, na América Latina.

[171] Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-10/desafios-para-garantia-dos-direitos-humanos-sao-apresentados-na-abertura-de-forum>. Acesso em: 21 jul. 2016

[172] Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-10/desafios-para-garantia-dos-direitos-humanos-sao-apresentados-na-abertura-de-forum>. Acesso em: 20 jul. 2016.

trabalhadores policiais e a coisificação das relações entre polícia e cidadão, tendo em vista a cultura militar de proteger o sistema capitalista e não os direitos humanos.

Tabela 2 – Realização do I FMDH: participantes, atividades, organização e mobilização

REALIZAÇÃO DO I FMDH: UMA CONSTRUÇÃO À MUITAS MÃOS	
PARTICIPANTES	
Pessoas credenciadas presencialmente	9.263
Credenciamento das equipes organizadoras	186
Credenciamento relativos à imprensa/Comunicação	441
Credenciamento de voluntários	128
Delegações internacionais	74
ATIVIDADES REALIZADAS	
Atividades autogestionadas	369
Atividades culturais e artísticas	115
Conferências	3
Debates temáticos	9
ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	
Instituições do Comitê Organizador	mais de 700
Comitês Organizadores Estaduais e do Distrito Federal	27

Fonte: Autoria própria. Livro de Memórias do Fórum Mundial de Direitos Humanos, 2014.

Esse constructo coletivo tensionado pelas forças políticas convergentes e divergentes, que demandam direção social da ação em disputa em relação aos direitos humanos, demonstra a concretude do direito e do não direito, caminho feito na caminhada de limites e possibilidades, de avanços e retrocessos, de encontro e desencontro.

4.1 A construção do I FMDH: limites e possibilidades

> *Esse fórum traz uma dinâmica de as pessoas começarem a dialogar, todo o mundo, as línguas são diferentes, mas as ações são as mesmas. Eu acho que a conjuntura, o que acontece no Brasil, acontece na África, acontece nos Estados Unidos, acontece em todo o mundo, então eu acho que é a unificação dos povos, unir os povos em Direitos Humanos, na defesa, contra a militarização, em favor dos excluídos e trazer a defesa.* SP1

Sem esforços integrados dos governos e da sociedade civil organizada (universidades, entidades de classe, movimentos sociais) não há efetivação dos direitos humanos, na medida em que está submergida a disputa de poder pelos diferentes interesses de classes sociais. Daí a necessidade de se articular com outros países para juntos encontrarem alternativas democráticas no campo da consolidação dos direitos.

O I FMDH representa bem este esforço no campo da consolidação dos direitos humanos, pois se configurou como espaço plural de projeto político, aglutinando forças sociais heterogeneamente da sociedade civil e do governo, que puderam debater "[...] sem limitação, os avanços e retrocessos em matéria de direitos humanos, com o claro intuito de incidir sobre a opinião pública mundial. Construir uma verdadeira cultura humanista [...]" (GARZÓN, 2014, p.17).

Portanto, o que potencializou a promoção do I FMDH foram os pontos em convergência da sociedade civil e do governo, com perspectiva a consolidação dos direitos humanos, conforme aponta o SP8, ao confirmar que:

> [...] o poder público faz o mesmo discurso que você que é da sociedade civil, a questão reside num outro ponto, na questão do projeto societário pelo qual passa o Brasil hoje e isso fica claro no Fórum Mundial de Direitos Humanos para nós, há necessidade de nós rediscutirmos a nossa sociedade, nem todo problema de violação de Direitos Humanos é o governo que ocasiona, nós chegamos à conclusão de que a maioria deles é a própria estrutura da sociedade, são os próprios setores da sociedade que ainda não acreditam na democracia, que ainda acreditam numa sociedade estratificada e que ainda não apostam na democracia como um bem social como um valor político de convivência (SP8).

O Fórum teve como mote a discussão em âmbito mundial não apenas das violações de direitos, mas do debate político de como governos e sociedades civis de diversos países vêm enfrentando seus problemas, além de se pensar em grande escala em novas alternativas que possam tirar do papel as diretrizes pactuadas há quase sessenta anos na Declaração de Direitos Humanos de 1948, e que na prática são desobedecidas criminosamente por governos, países, organizações.

> Temos de tornar a cultura de Direitos Humanos equivalente à cultura da legalidade, pois é por meio dessa equivalência que podemos defender com convicção uma série de critérios e princípios, por mais que tenhamos, algumas vezes, de lidar com aqueles que desconhecem esses direitos. A batalha contra aqueles que, por interesses econômicos, políticos ou diplomáticos, prescindem da

> ética, ultrapassam os limites do Estado de Direito e ignoram a defesa dos Direitos Humanos e das vítimas, transformando-as em meras estatísticas, deve ser permanente, sem fissuras, até que esses princípios estejam arraigados na comunidade internacional de modo definitivo (GARZÓN, 2014, p. 17).

Pensar na origem do I FMDH é colocá-lo em uma dinâmica em movimento, não como um evento mundial para se discutir direitos humanos, como tema, como conteúdo, mas em uma ação política em busca de hegemonia, a partir da articulação com representantes de governos e sociedades civis de diversos lugares do mundo,

O FMDH como estratégia política é importante para se fortalecer o projeto político democrático-participativo, que vem sendo golpeado pela ofensiva do neoliberalismo, e que em muitos casos com ranços de um conservadorismo exacerbado, os retrocessos em direitos humanos são vistos a olhos nus, pela violência do Estado contra as populações mais vulneráveis e pela não realização dos direitos na vida cotidiana das pessoas.

“Saltam os olhos as desigualdades marcadas profundamente pelo modelo econômico de sua colonização. São as mazelas humanas que perpetuam e tornam cada vez mais evidente a perversidade [...] e a dominação [...]” (VALESAN, 2014, p. 37).

A organização social, sobretudo dos trabalhadores precisa do campo democrático para ampliar os espaços de participação política e garantir políticas que respondam às necessidades da vida cotidiana. Dessa forma a democracia, tão disputada e manipulada pelas classes dominantes, traz a contradição, ao fortalecer também a luta dos trabalhadores, como pressuposto fundante da consolidação dos direitos humanos.

> Assim é que o FMDH adquire mais valor. [...]
> A sociedade civil mudou a percepção e a exigência da política e dos políticos. Há uma maior participação e isso é bom. Os protestos e as reclamações devem levar políticos e dirigentes de um país a perceber que a política não pode ser exercida pelas costas dos cidadãos, e que nenhuma instituição deve atuar como uma entidade estritamente burocrática, mas deve ter alma, corpo e vida, e essa vida está na sociedade. O FMDH contribui para o encontro entre governos e os cidadãos. Dessa forma, poderemos avançar rumo a um mundo mais justo e solidário. [...] Um mundo onde o direito à felicidade não é um sonho impossível para o ser humano, mas uma aspiração certa e uma realidade tangível em um mundo democrático e em equilíbrio com a natureza. (GARZÓN, 2014, p. 20)

Nesse sentido uma das estratégias de organização da classe trabalhadora frente à consolidação dos direitos humanos, articulada no I FMDH é a Campanha Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos[173], expressa em seu folheto da campanha[174] (2013), que é,

> Fruto da luta histórica de trabalhadoras e trabalhadores, os Direitos Humanos e a educação como direito universal se somam a outras trincheiras de lutas nestes tempos tão perversos e violadores da vida e dos direitos. Assim, promover consciência com educação em Direitos Humanos é afirmar, sobretudo, a democracia, a cidadania e a igualdade política e social. É defender um projeto de uma educação em Direitos Humanos que assegure a concepção de homem/mulher como sujeitos históricos, que problematize a história das lutas sociais, afirme valores e princípios humanizadores – democracia de base, participação ativa, liberdade, dignidade e respeito à diferença como parte da vida social – e aponte, sobretudo, para a necessidade histórica da construção de um projeto de sociedade sem exploração e sem opressão[175].

A Educação Popular em Direitos Humanos é disseminadora de uma outra cultura, a partir da análise da violação de direitos na prática, vem organizando os sujeitos em seus territórios para que coletivamente, por meio de partidos, movimentos sociais, entidades de classe, associação de moradores possam realizar práticas libertadoras, tendo como perspectiva um outro projeto societário, conforme pressuposto da Campanha Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos.

É nessa perspectiva de avanços e retrocessos político-sociais que se realiza o I FMDH.

---

[173] Promovida pelo Instituto Paulo Freire (IPF), Movimento Sem Terra (MST), Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC-PUC/SP), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP), Câmara Municipal de Osasco, Mandato da Vereadora Mazé Favarão.

[174] Disponível em: <http://www.movabrasil.org.br/blog/promova-consciencia-com-educacao-popular-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

[175] Campanha Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.movabrasil.org.br/blog/promova-consciencia-com-educacao-popular-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

4.1.1 Origem do I FMDH

A origem do I FMDH vai para além de uma ideia do governo Dilma, na medida em que sua concepção se passa por disputas de forças políticas internas brasileiras, envolvendo o governo e a sociedade civil – a frágil participação da sociedade na política de direitos humanos; a desarticulação das políticas sociais como política de direitos humanos; a não consolidação do PNDH-III; a divergência para a realização da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos; e a pressão das ruas em junho de 2013 – além de três outros fatores, a relação do Brasil com outros países, a reputação do Brasil abalada frente a inúmeras violações que desrespeitam os tratados internacionais de direitos humanos e a importância de intensificar a pauta desses no cenário mundial.

Para se compreender a origem do Fórum, precisa-se reportar também a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em 2008, que edita o PNDH III, e a partir daí se teve no cenário nacional, diversos levantes, pois o "setor conservador brasileiro se uniu em agendas políticas para atacar o Plano e, por conseguinte, os conteúdos desse documento político". [...] Marques (2014, p. 29), sobretudo aqueles fatores em divergência já apontados no terceiro capítulo desta pesquisa (aborto, laicidade do Estado, homossexualidade, Comissão Nacional da Verdade e direitos humanos para policiais).

Um dos fatores propulsores para a criação do I FMDH foi um conjunto de impeditivos para a realização da XII Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que teria como pauta central a avaliação da efetivação das ações previstas no PNDH-III. Pauta tensa, pois de modo geral essas ações não tinham se realizado, devido aos embates com as forças conservadoras e também pelas segmentações dentro do próprio governo, incluindo em sua base aliada parte significativa dos políticos conservadores.

Caso passasse a proposta da Conferência, haveria contratempo na participação da sociedade civil, tendo em vista as divisões de opiniões, além de expor o governo, que já vinha pressionado pelas mobilizações de rua que ocorreram em 2013. Nesse sentido, "[...] você faria uma Conferência Nacional que era para a avaliação do PNDH-III, e todo mundo sabe que não foi possível viabilizar nas questões principais [...]" SP7.

E não foi possível viabilizar o PNDH-III conforme previsto, devido aos ataques das elites dominantes que viram neste instrumento a possibilidade concreta de ampliação da democracia e da garantia dos direitos humanos aos grupos identitários.

> No entanto, a elite, amedrontada pela possibilidade de ampliação da democracia – a partir de ações em defesa, proteção e afirmação dos Direitos Humanos –, intensificou os ataques aos Direitos Humanos e ao PNDH-III. Assim, com base em um de seus principais meios de dominação – a imprensa – logrou provocar, com discursos despolitizados, profundos hiatos sociais. Pode-se notar, ali, a divisão da sociedade brasileira a respeito de importantes temas para a consolidação da democracia e o acesso aos direitos no país. Ou seja, a elite acabou por gerar ainda mais obstáculos para o enfrentamento à desigualdade social, fonte permanente de violação de Direitos Humano (MARQUES, 2014, p. 29).

Com os ataques da mídia, com os avanços dos grupos conservadores e as alianças do governo com partidos políticos conservadores (resultando em nomeação constantes de ministros, coordenadores, assessores sem compromisso com os direitos humanos), houve um recuo do governo na concretização do PNDH-III, ocasionando um descontentamento, sobretudo dos movimentos sociais. O que estava em disputa dali em diante, era como enfrentar tamanho golpe contra os direitos humanos.

Nesse sentido, os movimentos de direitos humanos estavam divididos, de acordo com as análises políticas, parte queria caminhar com o governo e tentar achar uma saída para avançar dentro do estabelecido pelas forças conservadoras (saída do meio) e outra parte queria realizar a conferência para avaliar os porquês da não efetivação das propostas recomendadas pelo PNDH-III.

> [...] a Plataforma DHESCAS e parte da nossa rede do MNDH assinou um documento contra o Fórum. Naquele momento eu me assustei porque eu sei que nós, enquanto coordenação, estávamos falhando e depois não, que nós não estávamos falhando na comunicação na condição política, na verdade havia e há muitos grupos de esquerda ideologicamente que tratam a questão dos Direitos Humanos como calcanhar de Aquiles de um projeto do Estado Brasileiro hoje. Então foi um momento de muita apreensão no primeiro momento de divulgação do fórum, no lançamento dos comitês estaduais, teve muito embate, sobretudo com as redes mais tradicionais, ao mesmo tempo que a gente tinha esse destino nós tínhamos a certeza de que no que nós estávamos apostando era um processo fundamental de diálogo no Brasil [...] (SP8).

Para Marques (2014) os movimentos tradicionais e suas articulações ficaram divididos entre radicalizar a luta com fortes ofensivas ou defender os estágios políticos alcançados e resistir. Desse modo foram tomando caminhos diferentes, dificultando uma análise política que unificasse a pauta dos direitos humanos.

O I FMDH também teve respaldo a partir das pressões das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013, que pautava outras formas de participação, organização social de maneira mais horizontalizada, mais democrática, mais dialógica. No entanto, eram manifestações de massas completamente sem direção política, “aparentemente” tendo em uma mesma manifestação as seguintes reivindicações – “Redução da maioridade penal, já!; “Sai fora, o programa, mais médicos”; “Redução da tarifa de transporte”; “Fora Dilma”; “Fora Aécio”; “Chega de doutrinação marxista – Basta de Paulo Freire”.

> [...] as manifestações de junho de 2013 foram majoritariamente de classe média porque, de fato, essa classe, ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora, pelos programas sociais do governo Lula, se sente descontente, uma vez que deseja manter padrões tradicionais de vida e consumo (a educação privada, os planos de saúde, o uso de empréstimos bancários para aquisição de imóveis em condomínios e de veículos etc.), sentindo-se ameaçada com surgimento da nova classe trabalhadora. Isso explicaria porque houve conflitos e disputas entre os manifestantes, uma parte com posições à esquerda e outra, à direita. (CHAUI, 2016, p. 21)

Nesse sentido é possível afirmar que as manifestações contribuíram para o desenvolvimento do Fórum, na medida em que tanto o governo como os movimentos sociais queriam compreender, e em parte tentar dialogar com o fenômeno social articulado pelas redes sociais, que tomou um vulto assombroso do ponto de vista democrático, ao qual, inclusive, o Estado em diversas ocasiões respondeu como de costume com bala, gás lacrimogêneo e com cassetete.

> [...] fomos ajudados pelas manifestações de rua de 2013 porque a partir dali o MNDH consegue fazer uma interlocução com o Ministério dos Direitos Humanos, solicita uma audiência de emergência para definir uma agenda popular, entre eles o pedido da Conferência, e depois o MNDH, no dia 23 de julho, é recebido pela Presidenta Dilma onde nós colocamos 11 pontos para o governo do que nós assistimos e do que manifestamos pelo Brasil inteiro em razão das manifestações, e o MNDH tenta tomar a pauta das ruas de junho ou pelo menos algumas das pautas da direção porque muitas daquelas pautas colocadas nas manifestações de junho já eram pautas do MNDH [...] e aí solicitamos a conferência e nisso o Governo propôs a ideia de que fosse feito um Fórum, pois havia uma proposta feita

> pelos companheiros da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) de que fosse feito o Fórum, nós, nesse momento, achamos interessante desde que a Conferência se realizasse no ano de 2014. Então isso foi um acordo que o MNDH fez com o governo, com a ministra Maria do Rosário, e aí viemos a assumir o fórum enquanto uma ação e uma atividade do MNDH. SP8

As manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 com todas as contradições protagonizaram novos elementos políticos para se repensar a estrutura federativa do país, na medida em que ultrapassavam as reivindicações das díspares placas reivindicatórias, ao apontarem o fracasso dos espaços de participação institucionalizada e, portanto na pressão total tencionaram por reforma política dos três poderes – executivo, judiciário e legislativo.

É nesse contexto político que a (SP7) diz que,

> [...] buscamos um lema que era a gente trabalhar por uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil, criar um espaço de participação integrada entre governo e sociedade civil que fosse aberto, [...] que fosse um local nacional mas que também trouxesse essa interconexão com os Direitos Humanos internacional, o que para a gente é fundamental e especial por dois motivos, um porque o Brasil está sempre na corda bamba da ONU e dos outros movimentos internacionais de Direitos Humanos, [...] e outro porque a gente tinha uma relação para ser construída que veio da relação com o desenvolvimento Sul-Sul que não pode ser um desenvolvimento sem Direitos Humanos, como que a gente se relaciona com a África, por exemplo, com a América Latina sendo brasileiros, esse país que se tornou um potencial de desenvolvimento e que ao mesmo tempo é um potencial de violação de Direitos Humanos, ele faz isso com os seus brasileiros, com os migrantes e também na relação que ele trava para fora, porque ele é muito bom na relação que trava com os outros países, mas a gente leva tristeza, leva desgraças, leva violação para outros países, em especial para a África, muita violação de Direitos Humanos o Brasil leva para lá, que discurso seria esse que viabilizaria uma nova cultura de Direitos Humanos? SP7

O I FMDH foi imprescindível para as articulações de grupos capazes de atuarem no contexto internacional dos direitos humanos, pois cada vez mais essa pauta perde campo, enquanto pauta política em disputa entre as classes sociais, ficando de modo geral no papel, como de costume em tratados e pactos internacionais, assim, sua consolidação ainda está bem distante da vida cotidiana das pessoas, em especial daquelas que vivem em extrema pobreza.

Ao avaliar o FMDH, o ativista de direitos humanos no Paquistão, Bari (2014, p.45) afirma que:

> Dentro desse contexto internacional de disparidades monumentais, a fala dos Direitos Humanos parece ser não mais que mera retórica. A péssima situação dos Direitos Humanos nas nações é a realidade comum, vivida pela maior parte dos países pobres e marginalizados. É resultado de sistemas políticos e econômicos integrados. Portanto, os Direitos Humanos devem ser firmados não apenas no âmbito legislativo, mas também nas esferas socioculturais, econômica e política. A escala de movimentos de protestos contra a injusta ordem política e econômica mundial levou todo globo a uma instabilidade política. Os pobres e marginalizados podem aproveitar a situação para formar alianças transnacionais por uma luta contra um inimigo comum. É necessária a substituição das políticas neoliberais por economias mais humanas e amparadoras para que a agenda da Organização Internacional de Direitos Humanos seja cumprida (BARI, 2014, p 45).

4.1.2 Objetivos da participação no I FMDH: bandeiras de Lutas e articulações políticas

As bandeiras de lutas trazidas para o I FMDH foram diversas, mas todas convergiram para a ampliação dos direitos humanos (defesa, promoção, garantia e fiscalização), a partir do fortalecimento da democracia por meio de diálogos entre os participantes, articulações políticas, socialização de experiências, manifestações culturais, reivindicações de direitos.

Para uma melhor compreensão da diversidade das bandeiras de lutas expressas no evento, encontra-se em anexo deste trabalho, a programação[176] na íntegra de todas as pautas trazidas pelos diferentes segmentos sociais para I FMDH.

Um dos sujeitos da pesquisa (entrevistado) falou que a sua participação no Fórum representaria a denúncia do isolamento regional, também dada a inaceitabilidade de tamanha crueldade cometida contra crianças e adolescentes na região norte do país, representa um grito de socorro:

[176]Disponível em: <http://fmdh.sdh.gov.br/images/download/CADERNO%20DE%20PROGRAMACAO%20-%20FMDH%20-%20FORWEB.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

> [...] não o meu grito, mas o grito das crianças do qual nós estamos na luta, que é a questão da exploração sexual, que é uma realidade que lá é grande, aí contribuído muito também pelo o isolamento, porque os poderosos que têm dinheiro, os grandes empresários, políticos, e os turistas têm um poder aquisitivo imenso, então eles chegam a essas localidades como no caso de Barcelos, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Maoés e Audaz. Eles chegam de aviões e lá vão explorar as crianças de 10, de 11, de 12 anos, às vezes chega até 9 anos, nós temos dados que crianças de 7 anos são mães, o que é um absurdo. Então esse grito eu consegui trazer aqui para o fórum e consegui o apoio do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente do qual nós vamos ter uma força-tarefa que é a CPI da pedofilia da Câmara Federal que é a deputada Erika Kokay, que é a presidente, e a relatora Liliam Sá, que é do Rio de Janeiro, que estiveram lá em Coari e foram hostilizadas pelo prefeito, do qual está sendo arrolado como o maior monstro de pedofilia do Amazonas, do qual ele escolhe suas vítimas através de fotografias, ele diz de 1.0 (10 anos), as de 1.3 (13 anos) já são velhas para ele, ele coloca essas crianças num círculo e escolhe as suas vítimas. Então a criança está condenada para o resto da vida, emocionalmente falando, enquanto isso esse monstro se reveste numa proteção parlamentar e está solto rindo da nossa cara, isso as próprias deputadas sentiram na pele quando foram hostilizadas por esse monstro lá no Amazonas. (SP5)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – completou 26 anos de sua existência e, no entanto, são lastimáveis os níveis de violação dos direitos humanos contra criança e adolescentes. A tensão é contínua, pois permanece a cultura de que criança é objeto do adulto, ou miniatura de adulto, cultura conservadora vinda do antigo Código de Menores.

No sistema capitalista, em especial na ofensiva neoliberal esses sujeitos são transformados em mercadoria, tendo em vista que não valem nada, ou valem muito pouco como pessoas humanas. Mas, os mais agravados com essa dinâmica cruel são as crianças e adolescentes pobres que são condenadas em seu cotidiano pelas condições desumanas.

Mas, o grito do sujeito pesquisado (5) não ficou em vão (ele aproveitou o Fórum para rearticular forças e pedir ajuda para mídia, deputados, ministros para romper com as violações em curso), no início de 2014, após um mês da denúncia e das articulações realizadas no Fórum, vários prefeitos foram indiciados no processo de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, um dos prefeitos indicado na entrevista acima do município de Coari Adail Pinheiro[177] foi preso acusado de chefiar

[177] Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/02/no-am-prefeito-preso-por-pedofilia-se-entrega-e-segue-para-batalhao-da-pm.html>. Acesso em 15 out. 2016.

uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no município localizado a 363 km de Manaus.

O sujeito pesquisado (5) continua suas articulações por meio de diversas atividades e com outros parceiros encontrados no decorrer do Fórum, pois acredita que as violações de direitos humanos na região norte, se dão de modo mais agravadas devido ao isolamento da região, impossibilitando a realização de política sociais na mesma escala que as demais regiões brasileiras, o que ele avalia "[...] Se aqui no Brasil o pessoal vê que é um terceiro mundo, a região amazônica é o sexto ou um sétimo mundo [...]".

> O isolamento geográfico do Amazonas, as nossas vias de acesso são fluviais e até chegar de fato os programas sociais se demora muito, para poder ter uma dimensão melhor desse pensamento, aqui você anda 270 km em 4 horas de carro ou de ônibus, e nós lá da minha região, dependendo do barco de transporte, chegamos a esperar até 2 ou 3 dias de viagem. (Sentimento de pertencimento da região e militância) Então, com esse isolamento, até chegarem as políticas públicas nas comunidades afastadas da sede demora muito, então a gente encontra muitas violações de Direitos Humanos, dentro dos programas sociais, porque eles não chegam a essas comunidades devido ao isolamento dos rios, das matas, nós não temos sinais de telefonia perfeitos, muita gente ainda em Amazonas não sabe ainda o que é a internet, que são coisas simples, tem muita gente lá, como nós já identificamos, que não sabia nem da existência do bolsa família, muitos idosos que ainda não foram aposentados porque nem sabiam que poderiam ser aposentados pela aposentadoria rural, e além disso, as pessoas que compreendem e sabem , não levam a informação até lá devido a esse isolamento, devido a distância que separa a região norte da realidade do país. Então a região norte é praticamente outro mundo. [...] (SP5)

É importante ressaltar que este pesquisado não estava agendado para fazer parte das entrevistas desta tese, no entanto ao final de uma das entrevistas, ele me abordou dizendo: "sou do norte e fiquei sabendo pelos companheiros do MNDH, que você está fazendo uma tese de direitos humanos, e acredito que o saber da universidade pode contribuir para enfrentar os crimes de lá. Posso participar[178]?".

[178] Registro feito no caderno de anotação das observações da pesquisa de campo realizadas no dia 13 de dezembro de 2013.

A decisão de entrevistá-lo certamente não se deu pela reivindicação em si do entrevistado, mas por agregar um dos objetivos da pesquisa de campo, de compreender justamente a importância do FMDH para o enfrentamento na prática cotidiana das violações de direitos humanos.

Ao final da entrevista ele avaliou:

> [...] Eu me sinto um pouco realizado, eu posso chegar no Amazonas e dizer: “Gente, nós temos um pouco de esperança, porque agora o mundo nos ouviu e vão olhar diferente para o Amazonas”. A importância desse fórum é essa (SP5).

Outra pauta regional veio no movimento de mulheres vítimas de escalpelamento também da região norte, dado a particularidade regional do transporte a barco motorizado, em que qualquer descuido os cabelos podem enroscar nos motores, gerando um acidente violento arrancando bruscamente o couro cabeludo das mulheres ou ainda os testículos de homens, dentre outros órgãos do corpo humano.

> [...] o escalpelamento é algo que não é reconhecido na questão da saúde e a gente fica esquecida, a gente tem um problema de saúde após o escalpelamento e ainda não teve medicina nenhuma que provasse as causas de saúde [...] a gente tem febre misteriosamente, devido a dor de cabeça, a gente não pode estar exposta ao sol, então a gente sofre muito. Quando vamos procurar emprego, as empresas não querem contratar a gente porque nós faltamos no serviço porque às vezes amanhecemos com dor de cabeça. O acidente do escalpelamento arranca brutalmente todo o couro cabeludo, atingindo o crânio isto é muito sensível e não tem um laudo específico, uma perícia que reconheça quais são as consequências e a gente luta para que a previdência social dê uma pensão vitalícia para a gente receber, mesmo que não desse para a vida toda, mas pelo menos até a nossa formação, porque a gente era morador da região amazônica, a gente vivia na área ribeirinha, após o acidente a gente larga tudo, inclusive a família e vem para a cidade, porque a gente não pode pescar, a gente não pode tirar açaí, pegar camarão [...] Então a gente vai para a cidade e encontra outra realidade, sem estudo, sem moradia, aí muitas vezes a gente acaba recebendo propostas para se prostituir, é muito difícil, aí ninguém vê as pessoas escravizando a gente, sofrendo, aí ninguém sabe o que a gente passa, e é isso que eu quero mostrar para o mundo, que a gente é vítima de violência, vítima de violência do trabalho, discriminação, bullying, a gente não consegue estudar, porque na escola tiram a nossa peruca, a gente não tem acompanhamento. Eu gostaria muito que a educação do Brasil tivesse uma pedagogia específica para vítimas de escalpelamento, tivesse professores que procurassem acompanhar porque a gente falta na escola, porque a gente não consegue desenvolver nossas atividades em grupo, às

> vezes alguns colegas não têm paciência de esperar. O escalpelamento gera um choque muito grande na cabeça, médico nenhum vê essa realidade, isso é muito sofrido (SP6).

O objetivo da participação desta pesquisa foi o de conhecer o Fórum e também mostrar o problema do escalpelamento (fenômeno social) desconhecido de modo geral por outros movimentos sociais, pelos políticos, pelos gestores, profissionais da área da saúde e pesquisadores.

O entrevistado (6) aproveita o Fórum para sensibilizar os participantes, na entrevista teve um momento em que ela se pôs em pé e gritou bem alto, de modo enérgico e de sobressalto, “[...] é isso que eu quero mostrar para o mundo que a gente é vítima de violência [...]” SP6.

Com efeito, o Fórum se constitui como espaço plural e de enorme interlocução, entre os diversos integrantes (mídia, deputados, militantes, ministros, editoras, senadores, intelectuais), o que propiciava interlocução de todas as pautas, em uma totalidade raramente vista em outro tipo de evento.

Assim, aquelas pessoas que como os sujeitos da região norte precisavam dar visibilidade no cenário nacional as suas pautas, que de modo geral sequer eram reconhecidas pelos seus pares, conseguiram com sucesso fazer articulações, inclusive na hora da entrevista chegou uma chefe de gabinete de um deputado federal para comunicar a entrevista à confirmação de uma agenda para tratar de ações relacionadas à Lei Federal 11.970/09.

> [...] que previne os escalpelamentos, que é uma grande conquista do movimento social que vai prevenir para que não aconteçam mais escalpelamentos com nossas mulheres da Amazônia, não só mulheres, homens, porque na nossa associação temos mulheres e homens agregados. Nós temos seis homens que perderam os órgãos genitais e é muito complicado, então perde-se braço, a orelha, atinge o olho e acaba perdendo a visão, é um acidente horrível, é um terror. Então a gente precisa ter esse olhar específico da saúde, nós temos o Dia Nacional do Combate ao Escalpelamento que é o dia 28 de agosto, que é a lei federal 12.199/2010 que reconhece também o escalpelamento à nível nacional. Então todos esses foram grandes avanços, mas a gente precisa da nossa saúde, um estudo específico sobre o que acontece conosco, vítimas de escalpelamento, e um acompanhamento psicológico que tem que ser permanente na nossa vida, porque dizem que a discriminação acaba, mas a discriminação no nosso país nunca vai acabar, talvez se evadisse essa geração e viesse uma nova geração de crianças que a gente conseguisse reeducar do berço, quem sabe assim a discriminação seria banida? (SP6).

A cultura violenta e desumana em toda parte do Brasil precisa ser enfrentada, pois, deixa marcas indeléveis na vida humana, ao relatar as violações mais cruéis vividas, o entrevistado se emocionou várias vezes e pedia que desligasse o gravador. Chorava muito e segurava a peruca e pedia paciência para poder prosseguir, pois acreditava que a entrevista também poderia contribuir para o enfrentamento de tantas mazelas sofridas por pessoas escalpeladas.

É nesse sentido que a ideia de tratar direitos humanos como tema “cai por terra”, deixa de ser justificado como conteúdo de debate apenas, na medida em que requer da sociedade de modo geral um outro olhar imbuído de solidariedade com o outro, de compromisso com a vida, de humanidade nas relações e isso não se muda por decreto, se muda pela radicalidade de uma outra cultura, que imponha os direitos humanos acima das perversidade causadas pelas desigualdades sociais, pela concentração de renda e pelo empobrecimento das relações interpessoais.

Nesse sentido Chauí (1989) diz que o preconceito atinge profundamente os estigmatizados, não só pelas classes média e dominante, mas pelos próprios dominados. O padrão das condições sociais “[...] reflete todo um processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados [...]”. CHAUÍ (1989, p. 30)

Outra pauta tensa que chegou ao Fórum é o extermínio de pessoas em situação de população de rua, o pesquisado (1) falou que o seu grande objetivo era dar visibilidade à pauta dos invisíveis, como genocídio não isolado ou especificado, mas como genocídio dos pobres no sistema capitalista.

> Nós apresentamos uma campanha do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: “Nós somos cidadãos e temos direitos.” E que direitos? O direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, a viver, a estar na rua, a sair da rua e que a sociedade não nos olhe como “o homem do saco”, como invisíveis, mas como cidadãos, cidadãos de direitos. Então a gente veio trazer os invisíveis que se tornam visíveis, pessoas que hoje têm lei, têm políticas nacionais e que querem fazer parte dessa cidade, é isso que nós viemos fazer no Fórum Mundial de Direitos Humanos.
> [...] como a gente fala do genocídio da juventude negra, hoje a gente também fala do genocídio da população em situação de rua no país. Como foi dito ontem pela Ministra Maria do Rosário, mais de 40 pessoas da rua foram mortas em Goiás. Esse genocídio nós não podemos mais aceitar no nosso país, tem que processar prefeitos, governadores, deputados, senadores, políticos que mandarem matar o povo da rua ou querem exterminar essa população de rua, tem que tomar a verba deles. Eu acho que é importante nas pautas entrar o genocídio da pobreza, dos pobres, então acho que é fundamental

> trazer isso num evento como a Conferência de Direitos Humanos no ano que vem. (SP1)

São inegáveis os esforços que os governos Lula e Dilma fizeram para enfrentar os problemas que assolam a população de rua – lançamento da campanha *Políticas de Equidade. Para Tratar Bem De Todos. Saúde da População em Situação de Rua*; criação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua; realização de encontros nacionais sobre a população em situação de rua; elaboração de pesquisa Nacional da População em Situação de Rua; criação do Comitê Nacional para a População de Rua; além da cobertura assegurada pelo Sistema Único da Assistência Social, dentre outras ações.

No entanto essas ações estão muito distantes de enfrentar tamanha problemática social, pois colocar esta população na condição de sujeito de direito neste Estado capitalista, não é tarefa fácil, na medida em que a mesma faz parte de um contingente visto como fator positivo da dinâmica do capital neoliberal.

Assim, a população em situação de rua compõe uma lógica perversa da engrenagem da sociedade que:

> [...] Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p. 95)

Lógica perversa do capital que também impera pelo uso e abuso da força policial exercido pelo Estado, portanto foram realizadas diversas atividades do Fórum, por exemplo, o lançamento com grande participação de diversos segmentos sociais a "Campanha de Desmilitarização da Polícia" organizada pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, acrescido da "Conferência sobre a Defesa dos Direitos Humanos e o Enfrentamento às Violências[179]", dando ênfase a violência do Estado

[179] Debatedores: Alejo Vargas Velásquez (Colômbia), Roberto de Figueiredo Caldas (Brasil) e Marta Santos Pais (Portugal).

por meio das forças policiais e colocando a política de segurança numa perspectiva de promoção e defesa dos direitos humanos.

No ano de 2014 as policias Civil e Militar mataram mais de três mil pessoas no Brasil, conforme apontam as estatísticas do 9ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública[180], portanto o entrevistado (8) diz que a tensão entre população e policiais também foi vivida no I FMDH, mas afirma que policiais (praças, cabos, sargentos) e população querem a mesma coisa – a desmilitarização da polícia.

> [...] Nós tivemos uma mesa sobre a desmilitarização que eu tive a oportunidade de abrir, em que o promotor público de São Paulo teve medo de entrar porque metade da sala era da molecada da pegada dos Black Bloc's e a outra metade estava fardada, e o promotor estava com medo porque ele achou que ia ter conflito dentro da sala, mas esse promotor mal sabia que aqueles que estavam lá fardados estavam exatamente para defender a desmilitarização da polícia mas sob a lógica dos policiais, não sob a ótica da juventude que foi para a rua, então a construção de duas linguagens, ou seja, o jovem dizendo porque são contra a polícia militar e os próprios militares fardados dizendo que também são contra, são argumentos diferentes mas cujo resultado é um só [...] (SP8)

Nesse sentido, o Fórum permitiu um novo olhar sobre as possíveis alternativas em relação uma outra polícia, a Polícia Rodoviária Federal – PRF participou de toda organização do evento, contribuindo nos Comitês estaduais de organização e também apresentando experiências de direitos humanos que se desenvolvem pela instituição em âmbito nacional. Uma das atividades temáticas realizadas pela PRF foi à experiência de "Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes por Instituições de Segurança Pública".

Outro aspecto considerado nesta pesquisa, diz respeito o esforço do pesquisado (4) em trazer para a PFR assuntos imprescindíveis para a garantia dos direitos humanos. Ou seja, a luta pela desmilitarização da polícia – abertura democrática, não se passa apenas pela sociedade civil, há também por movimento interno nas instituições policiais.

---

[180] Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

> [...] então lá eu participava do Comitê do Tráfico de Pessoas, de exploração sexual, trabalho escravo, LGBT, tortura, justamente tentando trazer esses olhares diferentes para dentro da polícia e isso não é fácil, é um trabalho muito difícil, é um desafio [...]. (SP4)

Os trabalhadores da segurança pública, independente da instituição policial que atuem não podem ser vistos como blocos homogêneos, porque não são. Há divergência no modelo de polícia, cuja concepção, infelizmente, se pauta no Brasil Império. Pouco ou quase nada, a polícia, enquanto instituição da segurança pública, incorporou pressupostos de direitos humanos, nem o podia dadas as condições objetivas do Estado em assegurar pela força policial a propriedade privada, principal valor das elites dominantes.

A violência policial é um atentado contra a democracia e contra aos trabalhadores mais empobrecidos na nação, a violência policial tem destino na matança de pessoas negras, pobres, periféricas, basta lembrar as diversas chacinas ocorridas – Jardim Sapopemba na cidade de São Paulo, Favela Naval em Diadema, Carandiru em São Paulo, Candelária no Rio de Janeiro, Eldorado dos Carajás no Pará, Grande São Paulo (Osasco, Barueri, Itapevi e Carapicuíba), dentre tantas outras, algumas nem contabilizadas nas estatísticas oficiais, dada a correlação de forças políticas que envolvem esses crimes.

Assim, a desmilitarização da polícia não é viável sem que haja no Estado brasileiro amplas reformas que rompam com o modelo da propriedade privada, principal aporte da desigualdade social e da concentração de renda. Caso o contrário, se acredita que as ações pontuais, de um só governo, vão impactar o campo democrático e não vão. A polícia atua não por si só, com autonomia, mas dentro de uma engrenagem extremamente conservadora para assegurar não apenas um grupo capitalista, ela atua cegamente para garantir a permanência do sistema capitalista.

As reformas estruturais no Estado brasileiro requerem urgência, tendo em vista que um dos pontos de pauta do Fórum foi o acesso aos órgãos de justiça, visto ainda como um dos desafios a serem enfrentados, enquanto direitos de todos. Dois grandes motivos aliam-se a esse desafio, primeiro o medo que os trabalhadores empobrecidos têm do judiciário (em parte devem ter mesmo), pois de modo geral vão à justiça apenas para serem julgados e condenados, e quando muito conseguem um advogado para fazer a sua defesa, embora que a defesa esteja

assegurada na Constituição Federal de 1988; o segundo motivo é o poderio de parte dos juízes (“Deuses”) no âmbito da justiça brasileira, exemplo de tal ilógica aconteceu no município de Monte Santo no interior da Bahia, em que o Juiz de Direito procedeu com adoção irregular de cinco crianças de uma mesma família, que foram adotadas por famílias do Estado de São Paulo. O motivo de pobreza ainda é motivo suficiente para que alguns juízes destituam o poder familiar, prática criminosa prevista no ECA[181].

O entrevistado (1) demonstra o hiato entre a conquista do direito ao acesso à justiça, em especial o direito da defesa, conquistado na Constituição Federal de 1988, e que na prática não se realiza como um direito do cidadão, daí indica a importância da Defensoria Pública em participar do FMDH “[...] dentro da Carta Magna fala do acesso à justiça, de ter direito à defesa, eu acho que a defensoria é muito importante, a defensoria de direitos humanos, porque o defensor defende as pessoas [...]” (SP1).

Nessa perspectiva o sujeito pesquisado (SP3) diz que o objetivo da Defensoria em participar do FMDH é mostrar suas experiências na defesa dos direitos humanos desenvolvidas em diversos Estados do país, além de se articular com outros segmentos da sociedade para juntos fortalecerem o acesso aos órgãos de justiça como sendo um direito.

> [...] nós trouxemos o stand para discutir e para trazer cartilhas e informativos sobre as ações que nós fazemos nos nossos Estados [...] Nós produzimos duas atividades, uma com relação a moradores de rua, que é um público que hoje a gente tem crescendo em demanda, não só em quantidade, mas em particularidades dessas demandas, são demandas por documentos, são demandas por respeito, são demandas por informações jurídicas, são demandas por questões sociais e assistenciais [...] outra oficina para a gente divulgar as atividades que as defensorias do Brasil fazem em diferentes aspectos sobre Direitos Humanos, há experiências exitosas na atividade do atendimento da população quilombola, do campo e etc. O Tocantins, por exemplo, trouxe essa experiência que se nós temos e reconhecemos violações inúmeras e absurdas de Direitos Humanos na cidade, no campo ainda é pior, nas comunidades tradicionais, indígenas, campestres, todas elas padecem muito mais da falta de Estado e esse padecimento é violação direta de direitos básicos. Pensar numa comunidade que vive a 100, 200 quilômetros da cidade mais próxima, o difícil acesso, sem posto de saúde, sem educação e sem energia elétrica nos dias

[181] DÉCIMO, Tiago. Juiz fixa indenização em caso de adoção irregular na Bahia , fev, 2013. Disponível em : <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,juiz-fixa-indenizacao-em-ca-so-de-adocao-irregular-na-ba,998883>. Acesso em: 20 de julho de 2016

> de hoje é evidente que essas pessoas não têm Direitos Humanos reconhecidos, e a gente tem atuado para levar um Estado para lá, não para trazê-las e retirá-las de seu ambiente, mas para levar um Estado para lá [...] Minas Gerais trouxe práticas interessantes como o trabalho das mães que estão no sistema de justiça presas terem possibilidade de remissão por irem cuidar dos seus filhos, estreitando os laços de família. [...] a defensoria de São Paulo trouxe o que ela está fazendo para o combate à tortura, que é um grande foco de problema em São Paulo. Então cada Estado trouxe a sua demanda maior ou mais evidente como experiência [...] isso sem prejuízo de participar das outras atividades, reforçando o nosso diálogo com a população, reforçando o nosso contato com os movimentos sociais, com os entes estatais, porque nós precisamos dessas parcerias (SP3).

O IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil realizado em 2015 pelo Ministério da Justiça e Secretaria de Reforma do Judiciário, aponta que faltam defensores públicos em 61% das comarcas brasileiras, o que dificulta ainda mais que os trabalhadores empobrecidos tenham acesso aos órgãos de justiça, conforme estabelece a Lei Complementar 132 de 07 de outubro de 2009, no sentido de se defenderem de acusações e de requererem seus direitos sociais.

Com ênfase, os direitos humanos não se garantem apenas no papel, nas legislações, daí a importância de se promover articulações políticas entre os diversos segmentos da sociedade. Embora se reconheça que os órgãos tenham em si suas mazelas por fazerem parte de uma totalidade de sistema que carece passar por reformas (judiciário), já foi demonstrado que os trabalhadores não se caracterizam em blocos homogêneos e que existem divergências entre projetos políticos que possibilitem o avanço na ampliação dos direitos humanos.

> [...] o MNDH, mesmo com todas as entidades que tem filiadas, sabe que há outros setores que também conversam sobre Direitos Humanos, como por exemplo, os setores públicos como as Defensorias Públicas, os Ministérios Públicos, como a questão da saúde, da educação, ou seja, que não estão só nos movimentos sociais mas que também estão fazendo parte da sociedade ou fazendo parte dos poderes constituídos, como os vereadores, as câmaras municipais, o próprio Congresso Nacional, enfim, há outros atores que também dialogam e fazem o mundo dos Direitos Humanos, então nós vimos ali a possibilidade de os movimentos sociais, a academia através de suas universidades, os poderes constituídos como o Ministério Público através de seus órgãos de representação como a Associação de Defensores Públicos, como a Associação dos Promotores de Justiça, e os Conselhos de Direitos Humanos que se tem no Brasil, desde o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente até mesmo os Conselhos de Direitos

> Humanos dos estados, ou seja, nós compreendemos que esse fórum cumpriu o papel de formar essa rede de diálogo maior do que até então havíamos tido no Brasil, por isso partimos para dentro da organização do Fórum Mundial de Direitos Humanos (SP8).

Nesse sentido, o Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Jaboticabal/SP, Alexandre Gonzaga, costuma dizer nas atividades de articulação do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente "a única Norma, que eu conheço que anda com suas próprias pernas, é a Norma minha vizinha", é uma forma encontrada pelo juiz de sensibilizar a sociedade na luta pela garantia da efetivação dos direitos.

4.2 O protagonismo do MNDH[182] na construção do I FMDH: uma decisão política para além dos direitos humanos

> *O embrião do movimento dos Direitos Humanos no Brasil foi a Comissão de Justiça e Paz, criada em 1968 por intelectuais religiosos e leigos. Esta comissão tinha como uma de suas principais finalidades defender pessoas perseguidas pelo regime militar no momento em que a repressão começava a recrudescer novamente no país.*
>
> *José Carlos Vieira*

O protagonismo do MNDH na construção do I FMDH se dá pela sua perenidade na luta por direitos humanos no cenário internacional e nacional, no Brasil é membro em distintos mecanismos de defesa e promoção dos direitos humanos – Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos, dentre outros. Além de promover a mobilização e organização dos diversos segmentos sociais pela base,

[182] O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é um movimento organizado da sociedade civil, sem fins lucrativos, democrático, ecumênico, suprapartidário, presente em todo o território brasileiro em forma de rede com 456 entidades filiadas. Fundado em 1982, constitui-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos Direitos Humanos. O MNDH tem sua ação programática fundada no eixo LUTA PELA VIDA CONTRA A VIOLÊNCIA e atua na promoção dos Direitos Humanos em sua universalidade, interdependência e indivisibilidade, fundado nos princípios estabelecidos pela Carta de Princípios (Carta de Olinda) de 1986. Disponível em : <http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=29>. Acesso em: 14 jun. 2016.

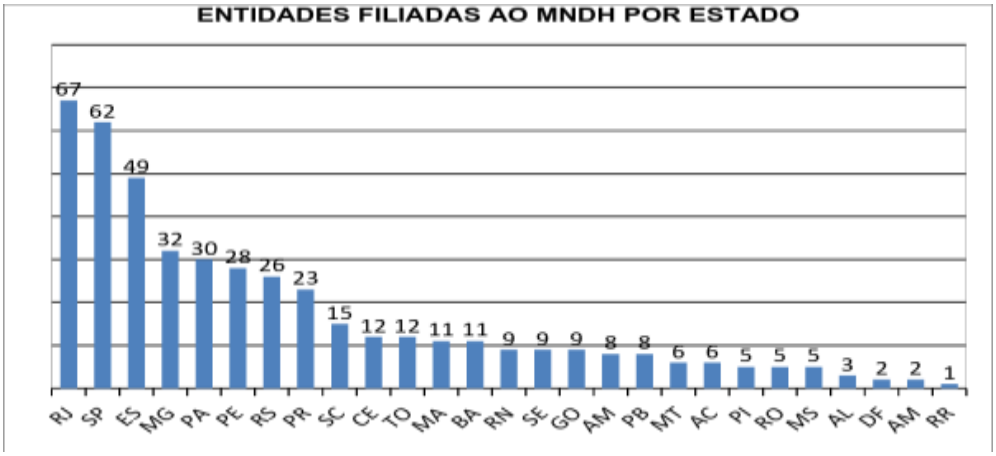
por meio das Caravanas de Educação em Direitos Humanos que ocorrem em âmbito nacional.

O sujeito pesquisado (8) relata que o MNDH participou da articulação e da organização do I FMDH, e que esta ação pactuada entre movimento e governo só foi possível pelas exigências feitas no processo de definição, exemplo assegurar a participação de base.

> O nosso trabalho foi muito intenso dentro da comissão organizadora que se dividiu em cinco comissões, a comissão de comunicação, comissão temática que cuidaria dos temas e assuntos, a comissão de mobilização, a comissão de infraestrutura e a comissão de divulgação. Então, o MNDH ficou na comissão de mobilização e na comissão temática, e outras redes foram também ocupando. O que o MNDH impôs enquanto ideia, enquanto condição *Sine qua non*, inclusive para também fazerem parte o comitê organizador e também para propagar e difundir o fórum, foi de que o fórum deveria criar comitês estaduais, ou seja, nós não acreditaríamos num comitê nacional apenas, mas nós deveríamos fomentar a criação de comitês estaduais e isso foi o mais rico dentro do fórum porque vendo o seu lançamento em 31 de julho, nós fomos organizando diversos comitês estaduais pelo Brasil inteiro [...] (SP8)

O MNDH além de integrar a Comissão Organizadora Nacional do Fórum também estava representado em todos os Comitês Estaduais de Organização por meio de suas entidades, base essa que tem capilaridade territorial e de bandeiras de lutas distintas, pois integram o movimento atualmente 456 entidades e coletivos de direitos humanos.

Gráfico 3 – Entidades filiadas ao MNDH por Estado



Fonte[183]: Autoria própria. Site do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 2016.

[183]Disponível em: <http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=33>. Acesso em: 16 mai. 2016.

O MNDH é composto por uma diversidade de bandeiras de lutas em prol dos direitos humanos em âmbito nacional “[...] o que permitiu consolidar a sabedoria de seus militantes de articularem a reivindicação mais geral com as lutas específicas [...]” (PINHEIRO, 2005, p. 9).

A partir das entrevistas dos sujeitos (7 e 8) é possível constatar que o MNDH teve um papel central na organização do FMDH, na medida em que teve possibilidade de dialogar com o governo requerendo, em primeira instância a realização da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos, e, se opondo em relação ao Encontro Nacional proposto por outra rede de direitos humanos.

A aposta, pelo menos em parte (maioria) do MNDH foi assertiva naquele momento, pois a realização do Fórum garantiu uma ampla participação de base dos movimentos sociais, promovendo grandes interlocuções entre os participantes, fortalecendo assim as redes existentes, além de assinalar para as diversas alternativas na busca por direitos humanos, desenvolvidas por diferentes segmentos da sociedade civil e do governo, conforme expressas nas falas dos entrevistados.

Vieira (2005, p. 82) traz a avaliação de Paulo Sérgio Pinheiro sobre a relação do MNDH com o Estado “Todo Estado é ambíguo e o movimento tem de perceber esta ambiguidade. O movimento precisa se conscientizar desta ambiguidade, da complexidade do que é o exercício do poder numa sociedade [...]”.

Se por um lado o MNDH fortaleceu com a sua notoriedade e capilaridade de base e de participação à proposta do governo (o Fórum) devido às pressões políticas já citadas, por outro o MNDH se fortaleceu, pois esteve na articulação direita no cenário nacional e também em todos Estados brasileiros, esse conjunto de fatores contribuiu para que a abertura oficial do FMDH fosse feita por seu, então, coordenador nacional – Rildo Marques de Oliveira.

Em discurso de abertura do Fórum[184] Rildo Marques de Oliveira fez uma análise de que um dos desafios postos à sociedade brasileira é evitar retrocessos no campo de direitos humanos, tendo em vista o cenário político de uma ofensiva neoconservadora vindo com muita força, portanto defendeu a reforma política como condição fundamental para barrar essa avalanche contra os direitos humanos.

[184]Disponível em:<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-10/desafios-para-garantia-dos-direitos-humanos-sao-apresentados-na-abertura-de-forum>. Acesso em: 16 mai. 2016.

Nesse sentido, Oliveira faz uma análise da realização do I FMDH em um artigo intitulado “O Fórum Mundial de Direitos Humanos e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil” e afirma que:

> [...] o FMDH, realizado de 10 a 13 de dezembro de 2013 em Brasília, cumpriu historicamente (tanto em nosso país quanto no âmbito internacional) um papel político essencial. Algo que se deu, primeiramente, na construção de diálogos e formação de redes na luta de Direitos Humanos de todos os segmentos. Além disso, trouxe a perspectiva de ações concretas para os movimentos sociais e seus coletivos. Por exemplo, as campanhas pela educação em Direitos Humanos, contra o rebaixamento da maioridade penal, pela abolição da tortura, por tratamentos a usuários de álcool e drogas sem internação compulsória, por um novo modelo de segurança pública com a desmilitarização das polícias, pela Reforma Política e fortalecimento dos conselhos, pela garantia da demarcação de terras indígenas e quilombolas, contra a criminalização dos movimentos sociais e pela defesa integral das ações dos (as) defensores (as) de Direitos Humanos, entre muitas outras (OLIVEIRA, 2014, p. 33).

Além dessas conquistas apresentadas no percurso do Fórum, Oliveira (2014) aponta para outro resultado, as Caravanas em Educação em Direitos Humanos[185] da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizadas em parceria com o MNDH, essa iniciativa se desenvolve a partir de reflexão contínua sobre o tema dos direitos humanos, envolvendo os movimentos sociais, permitindo assim, a ampliação da participação para consolidação de propostas de inclusão social. Essa experiência revela a necessidade de transparência e publicidade dos trabalhos realizados pela sociedade civil e instituições públicas.

4.3 As pautas expressas no I FMDH

O desenho do Fórum permitiu que a participação dos militantes da área ocorresse por meio das conferências, das atividades temáticas, das atividades de convergência e dos debates. Dessa forma as pautas foram identificadas a partir do

[185] Instituições parceiras: Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Rede de Educação Cidadã (Recid) e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

desenvolvimento de lançamento de campanhas, seminários, atos de mobilização, apresentação de pesquisas sociais, reuniões, encontros, formação de redes, entrega de petições, estabelecimento de cooperações internacionais, simpósios, troca de experiências, palestras, oficinas, cinema, mostra e apresentação cultural.

A sistematização das pautas expressas no I FMDH foi desenvolvida em seis categorias a partir da análise do "Caderno de Programação do Fórum Mundial de Direitos Humanos", a saber: Os grupos identitários e os direitos humanos; as políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos; mecanismos nacionais e internacionais de direitos humanos; acesso aos órgãos de justiça; Acesso à comunicação, a informação e a tecnologia; diversidade religiosa; e democracia, participação e controle social.

Quadro 5 – Pautas expressas no I FMDH

Grupos identitários e os direitos humanos
Criança e adolescente
✓ Protagonismo juvenil ✓ Infância e comunicação ✓ Letalidade infanto-juvenil ✓ Exploração sexual ✓ Arma não é brinquedo ✓ Aliança nacional de adolescentes ✓ A produção do ato infracional no sistema capitalista ✓ Os sons do silêncio de crianças e adolescentes falam dos 40 anos do golpe militar no Chile ✓ O atendimento à pessoa que cometeu abuso sexual contra criança e adolescente ✓ Contra a redução da maioridade penal ✓ Direito à convivência familiar de crianças, adolescentes e familiares em situação de encarceramento ✓ A importância do Programa Jovem aprendiz ✓ A infância e a copa do mundo de 2014 ✓ Trabalho infantil ✓ Alienação parental ✓ Violação dos direitos da criança e do adolescente no contexto de grandes obras no Brasil ✓ Sistema socioeducativo ✓ Monitoramento de direitos humanos a partir de crianças e adolescentes ✓ Tráfico de crianças e adolescentes nas fronteiras do mercosul ✓ Religião de crianças e adolescentes ✓ O uso da interoperabilidade sistema de informação na defesa e promoção dos direitos ✓ A imprensa e o debate sobre a redução da maioridade penal ✓ Turismo sustentável ✓ Arte circense como direito ✓ A importância do disque 1oo e do conselho tutelar na proteção ✓ O direito a inclusão e a não discriminação de crianças na América Latina
População em Situação de Rua
✓ Atenção à saúde a população de rua ✓ A situação dos catadores em relação à política nacional de resíduos sólidos ✓ Implantação e ampliação de políticas públicas para esta população ✓ A organização do Movimento Nacional de População em Situação de Rua ✓ A reprodução da subcidadania no Brasil ✓ Violência contra moradores de rua ✓ Extermínio da População em situação em situação de rua ✓ O Alto índice de vulnerabilidade de pessoas em situação de rua

LGBT
✓ A luta contra a homofobia ✓ Avanços dos direitos LGBT na pauta internacional ✓ Respeito à identidade de gênero de travestis, transexuais e transgêneros ✓ Violência contra a população LGBT ✓ Identidade de gênero e sexualidade de LBT ✓ A importância dos meios de comunicação em aumentar a autoestima da população LGBT
Juventude
✓ Articulação para enfrentar o extermínio da juventude no Brasil ✓ Elaboração de políticas públicas de juventude sobre drogas ✓ Conscientização sobre a cidadania dos negros ✓ Juventude indígena e as futuras gerações ✓ A importância do Movimento da juventude indígena ✓ Encontro nacional dos articuladores do plano - juventude viva nos territórios ✓ O quadro agravante da violência do Estado com as juventudes das periferias ✓ Necessidade de fortalecer a participação social de jovens nas políticas públicas
Negros
✓ Ações afirmativas na defesa e promoção da igualdade étnica racial nas universidades brasileiras ✓ Diáspora africana e timorense ✓ Direito das mulheres negras ✓ Enfrentamento ao racismo ✓ Genocídio da juventude negra
Idoso
✓ Ensino da língua espanhola na terceira idade ✓ Atividade física ✓ IX Encontro nacional de conselhos de defesa de direitos da pessoa idosa ✓ Debate e aprovação do regimento do fórum nacional dos direitos da pessoa idosa ✓ Monitoramento participativo do PPA (Mais Brasil) ✓ O custo de vida para idosos no envelhecimento ✓ Combate da violência contra a pessoa idosa
Ciganos
✓ A promoção da cidadania dos povos ciganos ✓ A atuação do Ministério Público Federal na garantia dos direitos ciganos
Mulheres
✓ Violência doméstica ✓ A afirmação dos direitos da mulher ✓ Combate ao machismo ✓ Violência contra as mulheres
Deficiente
✓ Controle social ✓ Empregabilidade de pessoas com deficiência
Índio
✓ Povos indígenas nas cidades ✓ Direito a informação aos povos indígenas ✓ Mulheres indígenas ✓ O papel da comissão indígena da verdade
Armênios
✓ Genocídio de Armênios
As políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos: necessidade de mudanças e consolidação
Alimentação
✓ O direito à alimentação adequada ✓ Combate à fome e miséria ✓ Soberania alimentar

Segurança pública
✓ Desmilitarização da polícia ✓ Articulação dos ouvidores de polícias ✓ Segurança pública como um pressuposto de direitos humanos ✓ Garantia da Lei Maria da Penha pelas instituições policiais ✓ Transversalizando a paz a partir da segurança pública ✓ O papel da polícia militar na defesa dos direitos humanos ✓ Enfrentamento às violências das instituições polícias ✓ Controle de armas ✓ Participação social na segurança pública
Educação
✓ Educação de inclusão ✓ Educação Popular ✓ O desafio da inclusão escolar de pessoas com transtornos do espectro do autismo ✓ A internet como ferramenta de educação em direitos humanos ✓ Educação em Direitos Humanos no Plano Nacional de Educação ✓ Educação infantil ✓ Educação para a cidadania e geração de paz ✓ Pedagogia das virtudes ✓ Educação para paz, convivência e cidadania ✓ A África nas escolas como estratégia de promoção da diversidade dos povos ✓ Educação em saúde ✓ Necessidade de material didático e formação continuada na área de deficientes visuais ✓ Ética e educação em direitos humanos ✓ Educação no sistema prisional ✓ Arte educação e acessibilidade ✓ Políticas públicas em educação em direitos humanos ✓ Educação para a paz ✓ Educação ambiental ✓ Direito à educação no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa ✓ O papel da educação em direitos humanos para promover a cultura de respeito e valorização da emancipação cidadã ✓ Educação em direitos humanos nas medidas socioeducativas ✓ Educação social de rua ✓ O papel da universidade na promoção dos direitos humanos
Saúde
✓ O sofrimento mental oriundo da violação dos direitos humanos ✓ A necessidade de enfrentar com saúde pública as epidemias da tuberculose, da hanseníase e da Hiv/aids ✓ Exclusão social de pessoas em situação de saúde mental ✓ A urgência do fortalecimento do Sistema Único de Saúde ✓ Garantia do direito de pessoa com transtorno mental ✓ A política de saúde mental deve ser garantida ✓ A importância de garantir a integralidade na saúde para as pessoas privadas de liberdade ✓ Saúde do trabalhador ✓ Garantir saúde de qualidade para todos os brasileiros e imigrantes
Habitação
✓ Direito à moradia adequada ✓ Remoções humanas no âmbito de grandes obras
Trabalho
✓ Regulamentação de profissões ✓ Assédio moral no trabalho ✓ Plano de Cargos e Carreiras e Salários (PCCS) de 2008 e as condições precárias de trabalho dos trabalhadores da empresa brasileira de correios e telégrafos ✓ Erradicação do trabalho escravo ✓ Economia solidária ✓ Saúde do trabalhador ✓ As condições precarizadas de trabalho ✓ A luta permanente por trabalho decente
Esporte

✓ Esporte como um direito fundamental que deve ser garantido por meio de políticas públicas
Drogas
✓ Política sobre Drogas ✓ Internação compulsória na dependência química
Turismo
✓ Como garantir o turismo acessível
Mecanismos nacionais e internacionais de direitos humanos
Internacionais
✓ Objetivos de desenvolvimento do milênio e objetivos de desenvolvimento sustentável – ONU Protocolo nacional conjunto para proteção integral de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de risco e desastres ✓ Cooperação sul-a-sul ✓ A perspectiva de direitos humanos nos planos de educação dos países da América Latina ✓ Sistema Americano de Direitos Humanos ✓ A cooperação internacional da defesa dos direitos da criança e do adolescente na América Latina e Caribe ✓ Ampliação e mobilização do conceito internacional de bioética
Nacionais
✓ Marco regulatório das organizações da sociedade civil ✓ Plano Viver sem limites ✓ Apresentação da carta de constituição de estratégias para a defesa da proteção integral de criança e do adolescente ✓ Estatuto da juventude e o sistema nacional de juventude ✓ Implementação das diretrizes de educação em direitos humanos ✓ Avaliação das atividades da Comissão Nacional da Memória, verdade e justiça e agenda de luta ✓ As novas possibilidades com a criação do sistema nacional de prevenção e combate a tortura ✓ Lançamento do observatório do PNDH-III
Órgãos de Acesso à justiça
✓ O papel da Defensoria Pública no acesso à justiça ✓ A importância da Defensoria Pública em defender e promover os direitos das pessoas em situação de rua ✓ O papel da Defensoria Pública no acesso à justiça criminal ✓ A importância da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito ✓ O papel do Judiciário em assegurar os direitos humanos ✓ O papel do Ministério Público em garantir os direitos dos povos ciganos ✓ Análise da promoção da justiça e da cidadania no real contexto jurídico do Brasil ✓ A relação da justiça brasileira com os direitos humanos dos imigrantes?
Acesso à comunicação, a informação e a tecnologia
Comunicação
✓ Democratização da comunicação ✓ Webcidadania – agenda local ✓ A importância das rádios comunitárias para a mobilização e organização social ✓ Proteção aos Comunicadores ameaçados de morte ✓ Projeto de lei da mídia democrática ✓ Privacidade e a liberdade de expressão ✓ Comunicação pública como direito humano ✓ O papel da comunicação no enfrentamento às violações dos direitos humanos
Informação
✓ O Uso da lei de acesso à informação ✓ Acesso aos dados socioeconômicos para fazer o controle social ✓ A universalização do acesso do registro civil de nascimento ✓ Diversidade sexuais e liberdade ✓ O direito ao Conhecimento como direitos humanos
Tecnologia
✓ A tecnologia social a serviço do enfrentamento à violência sexual ✓ Tecnologia como ferramenta para a dignidade humana ✓ A inclusão social a partir da tecnologia

✓ Mídia social promotora de direitos humanos ✓ Tecnologia assistida como canal para assegurar os direitos de pessoas com deficiência
Diversidade religiosa
✓ Religiões e cultura de paz ✓ Intolerância religiosa ✓ Diversidade religiosa ✓ A prática de cultos afro-americanos – resistência do crer, do ser e do viver nas comunidades de terreiro em tempos de (in)tolerância religiosa ✓ Neopaganismo ✓ Paganismo ✓ Matrizes africanas
Democracia, participação e controle social
✓ Criminalização dos movimentos sociais ✓ A luta dos perseguidos, dos sobreviventes e dos familiares dos mortos e dos desaparecidos ✓ Abolição da tortura no Brasil – Contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes ✓ Desafios dos Conselho tutelar e dos conselhos dos direitos no Brasil ✓ Controle social participativo do planejamento e do orçamento público ✓ Cooperação e diálogo intercultural ✓ Plataforma para participação social ✓ Experiência dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos ✓ Movimento sindical e direitos humanos ✓ A luta pela defesa dos defensores dos direitos humanos ✓ Laicidade do Estado ✓ Como garantir direitos humanos no sistema prisional? ✓ Genoma humano – o código genético humano (biodireito e bioética) ✓ A luta pelo acesso à terra como um direito humano ✓ Combate ao tráfico de pessoas ✓ A luta para romper com o isolamento regional da Amazônia no Brasil ✓ Fortalecimento dos conselhos na construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos como ferramenta para implantar o PNDH-III ✓ A importância de fortalecer a rede de promoção e defesa em direitos humanos no Brasil ✓ O poder legislativo frente às ameaças aos direitos humanos promovidos pelo avanço do fundamentalismo econômico e cultural.

Fonte: Autoria própria. Caderno de programação do Fórum Mundial de Direitos Humanos de 2013.

Como pode se verificar as pautas expressas pelos grupos identitários construtores dos direitos humanos, retratam as diversas bandeiras de lutas pela garantia dos direitos, socializam experiências vividas pelos sujeitos como pressuposto para formação de redes solidárias, trazem denúncias cometidas contra os direitos humanos, discutem o papel dos diversos órgãos estatais na promoção e defesa dos direitos humanos, propõem a intersetorialidade das políticas públicas para garantir a integralidade dos sujeitos, propalam formas de mobilização e organização social a partir dos direitos humanos, analisam a base de reprodução violenta do capitalismo em relação aos direitos humanos, visibilizam a cultura da violência como mecanismo de sustentação dos crimes cometidos contra os sujeitos sociais, pautam a necessidade da construção da história social dos sujeitos (enquanto grupo que precisa ser (re)conhecido na sua singularidade em um contexto

de totalidade), divulgam instrumento de controle social na garantia dos direitos humanos.

As pautas são amplas e todas têm sua significância, assim serão analisadas no âmbito da garantia dos direitos humanos a partir do marco legal instituído, e a tensão em relação à cultura hegemônica propalada em larga escala em especial pela grande mídia e da luta política travada pelos sujeitos sociais.

A Agência Nacional dos Direitos da Infância – Andi, em 2006[186] faz balanço sobre a mídia e direitos humanos e ressalta a importância da mídia nos processos de garantia desses direitos, na medida em existem conflitos armados, desigualdades sociais, fome e miséria, discriminação contra as minorias, dentre outras violações que afetam bilhões de pessoas em todo o mundo.

Mas, muitas são as ofensas destiladas pelos apresentadores de televisão brasileira contra os direitos humanos, o que implica em divulgá-los erroneamente, e, ainda pior, incentivarem os agentes do Estado a cometerem crimes em ações policiais acompanhadas ao vivo pela televisão. Um dos muitos exemplos que podem assegurar esta afirmação diz respeito à atuação do jornalista Marcelo Rezende do programa “Cidade Alerta” da TV Record que incita a violência, pois ao acompanhar uma perseguição policial contra dois jovens, o jornalista diz enfaticamente em tom alto de voz “Atira neles, meu camarada! Se fosse nos Estados Unidos, atirava”. O PM disparou a queima roupa e matou os dois jovens, na sequência o apresentou diz “Se atirou, é porque o bandido estava armado. Ele fez muito bem”[187].

Esse episódio não é uma exceção na propagação da cultura violenta contra os direitos humanos, é uma regra aceita inclusive por parte dos legisladores brasileiros, e esses apresentadores passam a subsidiar os (des)caminhos do país. Em 2015 a Comissão Especial da Câmara Federal[188] responsável para discutir a viabilidade da redução da maioridade penal convidou vários especialistas sobre o assunto, dentre eles três grandes inimigos públicos dos direitos humanos, os apresentadores de televisão – José Luiz Datena (Band), Rachel Sheherazade (SBT) e Marcelo Rezende (Record).

---

[186] Disponível em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-direitos-humanos>. Acesso em: 15 set. 2016.

[187] Disponível em:< http://valepensar.com/marcelo-rezende-comete-crime-na-tv-record/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

[188] Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/29/reducao-maioridade-penal/>. Acesso em: 24 abr. 2016.

> A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (CHAUÍ, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a "questão social", incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2011, p. 208).

Nesse sentido, a crítica não se resume aos apresentadores de televisão citados, sequer reduz-se a mídia em si, mas ao elemento central do sistema capitalista – propriedade privada – que gera grandes desigualdades sociais. E a mídia é um dos instrumentos dentro deste sistema. E, com efeito, em seu interior, também existem processos heterogêneos permeados pelas três grandes tendências de projetos políticos, como já explicitados no primeiro capítulo (conservador, neoliberal, democrático-participativo).

O genocídio permeou a maioria das pautas expressas no I FMDH e pode-se notar que esse grave problema afeta diversos grupos identitários, os dados da Anistia Internacional[189] retratam que o Brasil liderou os piores índices de homicídios do mundo no período de 2004 e 2007 (192 mil brasileiros foram mortos, contra 170 mil homicídios ocorridos em países como Iraque, Sudão e Afeganistão). Em 2012 foram assassinados no Brasil 82 jovens por dia o que resultou em 30 mil assassinatos, 77% eram negros.

O Mapa da Violência de 2014 da Unesco[190] indica que o Brasil reduziu 32,3% no número de homicídios de jovens brancos e um aumento de 32,4%. de homicídios de jovens negros.

O mapa da violência de 2015[191] elaborado pela Flacso, apontou que houve um aumento também de homicídios contra mulheres negras, 54% em dez anos,

---

[189] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>. Acesso em: 15 maio 2016.

[190] Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

[191] Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 20 jul. 2016.

passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.[192] Embora, os homicídios de mulheres brancas tenha caído 9,8%, passando de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Em 2013, 13 mulheres foram assassinadas por dia no país. A OMS afirma que o Brasil lidera o ranking da 5ª posição no mundo em relação aos homicídios contra mulheres[193].

O genocídio dos negros tem base histórica como já mencionado no segundo capítulo deste trabalho, que traz elementos substanciais para se compreender os reais motivos deste fenômeno inaceitáveis sociocultural. Assim, Florestan Fernandes ao analisar o negro no mundo dos brancos diz que:

> [...] Não se trata de pensar o negro e o mulato separados do branco: mas em um todo no qual o ideal último da democracia racial deverá resultar da atividade histórica do agente realmente revolucionário. Em outras palavras, encarada desta perspectiva, a democracia racial (e seu futuro desenvolvimento) não depende apenas do "êxito" do negro e do mulato no "mundo dos brancos" – ou seja: em sua luta com o branco pela desigualdade em riqueza e poder. Ela depende também, e provavelmente em escala maior, do êxito do negro e do mulato em superar o branco e em vencer seu compreensivo anseio, que alimentaram no passado e ainda é tão forte, de se converterem em protótipos do superbranco. Pois uma verdadeira revolução racial democrática, em nossa era, só pode dar-se sob uma condição: o negro e o mulato precisam tornar-se o antibranco, para encarnarem o mais puro radicalismo democrático e mostrar aos brancos o verdadeiro sentido da revolução democrática da personalidade, da sociedade e da cultura (FERNANDES, 2007, p. 313).

Segundo o Relatório de Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil publicado pela Flacso em 2015[194], o país mata em média 29 crianças e adolescentes a cada 24 horas, o que representa diariamente mais de 3 chacinas da candelária[195].

---

[192]Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/aumenta-numero-de-homicidios-de-mulheres-negras-no-brasil-6928.html>. Acesso em: 10 out. 2016.

[193]Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/aumenta-numero-de-homicidios-de-mulheres-negras-no-brasil-6928.html>. Acesso em: 15 nov. 2016.

[194] Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Violencia_Letal_web.pdf

[195] http://www.rebeliao.org/2016/07/01/violencia-mata-29-criancas-e-adolescentes-por-dia-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2016.

Gráfico 4 – Número de homicídios de crianças e adolescentes no Brasil (2009-2013)

Fonte: http://www.rebeliao.org/2016/07/01/violencia-mata-29-criancas-e-adolescentes-por-dia-no-brasil/

O suicídio é um dos indicadores da letalidade contra crianças e adolescente no Brasil e os municípios com maior incidência são os que têm comunidades indígenas - São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Tabatinga (Amazonas) e Amambai e Dourados (Mato Grosso do Sul)[196].

Outra questão em destaque nas pautas expressas no FMDH é o genocídio da população em situação de rua, que ocorre das piores formas - apedrejados, flechados, queimados, espancados, além do frio, da fome e da desesperança em relação a expectativa de vida, dadas as crueldades, as omissões, as ofensas e as humilhações, que esta população está submetida.

No primeiro semestre deste ano de 2013, 195 moradores de rua foram assassinados no Brasil, de acordo com os dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República divulgados pelo MNDH[197]. O que representa em média mais de uma morte por dia em todo o país.

O coordenador do MNPR Anderson Miranda aponta diversos fatores que levam o genocídio da população situação, ao dizer:

---

[196] Disponível em:< http://flacso.org.br/?p=16212>. Acesso em: 21 out. 2016.

[197] Disponível em:< http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3380>. Acesso em: 10 nov. 2016.

> Comerciantes pagam para policiais que trabalham como seguranças para fazer isso. Esse extermínio é fruto da Copa, da Olimpíada e de uma sociedade preconceituosa que insiste em dizer que todo morador de rua é usuário de drogas, vagabundo, bandido[198].

Uma das pautas do MNPR é a reivindicação permanente junto aos governos nas diversas instâncias federativas para a criação de políticas públicas de enfrentamento ao genocídio da população em situação de rua.

Mas, apesar do MNPR denunciar a impunidade dos criminosos envolvidos com o extermínio da população em situação de rua, a maioria dos casos não têm inquérito aberto. Para o defensor público Weis (2012), essa realidade de ineficiência do sistema de justiça não se restringe somente a população de rua "Na verdade há um problema de investigação policial no Brasil como um todo. Somente os casos mais rumorosos têm atuação mais efetiva. Sem resolver isso não conseguimos combater a criminalidade". WEIS, Carlos (2012)[199].

No segundo governo do presidente Lula (2009) foi criada[200] a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Contudo, os crimes contra esta população continuam acontecendo em 15 de março de 2012, esse Comitê manifesta repúdio[201] aos atos de violência praticados contra a população em situação de rua de todo o país.

> A banalização da vida das pessoas em situação de rua demonstra que toda a sociedade deve tomar posição em defesa dos direitos dessa parte da população. Em primeiro lugar, ao reconhecer que estamos diante de seres humanos. Não podemos nos calar diante de tamanha barbárie, sobretudo porque tais crimes aproximam-se de práticas de grupos de extermínio, para os quais a vida humana não tem qualquer valor.
> Agressões com pauladas, tiros e famílias inteiras queimadas revelam o nível de barbaridade a que se chegou. Todos os dias novos casos, com modus operandi idênticos, surgem em diversas cidades brasileiras, desafiando os poderes públicos a agirem de modo conjunto para garantir que esses crimes não caiam no esquecimento.

---

[198] MIRANDA, Anderson. *Movimento denuncia "extermínio" de moradores de rua e cobra ação pública*, São Paulo. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em: 16 jun. 2016.

[199] Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em: 15 set. 2016.

[200] DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

[201] Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/importacao/2012/03/15-mar-2012-nota-publica-do-comite-intersetorial-para-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 out. 2016.

> Os agressores precisam ser identificados, indiciados, denunciados, processados e julgados, dentro da lei[202].

Nesse sentido o MNPR alega que os objetivos do Comitê Intersetorial de Monitoramento da População em Situação de Rua (CIMPR)[203], coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, não foram cumpridos, na medida em que as pessoas continuam sendo vítimas das piores formas de violência e as pessoas não conseguem acessar as políticas públicas como direitos humanos.

O então coordenador do Comitê (2012), Wellington Pantaleão, afirma que foram tomadas medidas importantes para enfrentar a situação do genocídio da população em situação:

> Desenvolvemos a estratégia e oficiamos que cada estado destaque um promotor do Ministério Público e um defensor público para acompanhar os casos que tínhamos informação. Ao mesmo tempo, oficiamos as secretarias de segurança pública, de direitos humanos e as polícias para que os casos recebam a atenção devida[204].

O genocídio armênio também foi pauta do FMDH, pois depois de 100 anos esse povo continua lutando para que o mundo conheça e reconheça o holocausto armênio. Tamdjian e Arapian (2015, p. s/n)[205] dizem que "O plano de extermínio armênio teve como origem a crise do Império Turco Otomano. A tentativa de reestruturação feita no século XIX, que buscava modernizar o Império, não deu resultados efetivos".

> [...] As pressões sobre os armênios só aumentavam. A sobretaxação da produção agrícola, opressão cultural com a proibição do idioma armênio em muitas regiões e a incitação para que grupos curdos atacassem vilas armênias eram algumas das violências perpetradas contra a maior minoria do Império. [...]

---

[202] Nota Pública do Comitê Intersetorial para População em Situação de Rua. Ministério da Justiça e Cidadania/Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasília 15 de março de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/importacao/2012/03/15-mar-2012-nota-publica-do-comite-intersetorial-para-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 21 out. 2016.

[203] Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em 20 ago. 2016.

[204] PANTALEÃO, Wellington. *Movimento denuncia "extermínio" de moradores de rua e cobra ação pública*, São Paulo. Entrevista concedida a Gisele. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em: 16 jun. 2016.

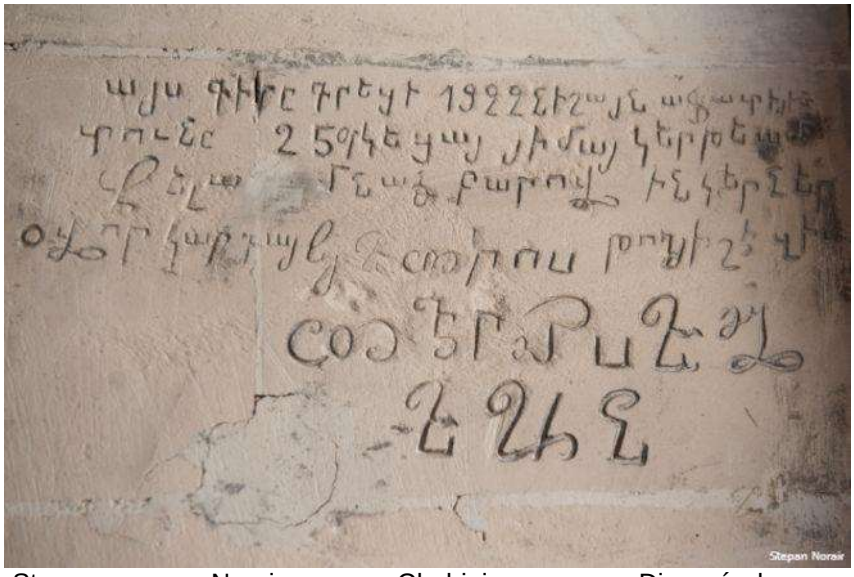
[205] Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-mar-25/genocidio-armenio-silencio-conivente-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2016.

> [...] As pressões internacionais por reformas profundas abalavam a estrutura do Império Otomano. Internamente a oposição ao sultão crescia, especialmente entre o oficialato e o funcionalismo público que havia perdido privilégios e cargos com o encolhimento gradual do território, fruto de derrotas nos Bálcãs e nas cercanias do mundo árabe. Esses grupos, descontentes e declaradamente contra o sultão, formaram o movimento chamado de Jovens Turcos que agrupava também liberais e militantes nacionalistas.
> Em 1906 eles se fundiram no Partido de União e Progresso (antes uma sociedade revolucionária secreta) que rapidamente soube capitalizar o descontentamento generalizado. [...] Muitos grupos políticos armênios aceitaram participar dessa tentativa de mudanças, já que há tempos vinham suplicando por melhores condições de vida e eram ignorados por quem estava no poder.
> Porém, foi se desenhando um perverso plano. Os líderes dos Jovens Turcos decidiram eliminar a população armênia do território. A lógica genocida iniciava sua ação para acabar de vez com o que eles chamavam de “Questão Armênia”. Por essa lógica criminosa, eles afastariam o risco de um avanço russo pela Anatólia, que supostamente contaria com apoio dos armênios. Ao mesmo tempo saqueariam todas as propriedades armênias e assim solucionariam enormes pendências na economia. (TAMDJIAN; ARAPIAN, 2015, p. s/n).

Esse processo violento e desumano ocasionou o extermínio 1,5 milhão de armênios pelo Império Otomano no período de 1915 a 1923, com isso houve uma forte migração dos Armênios para o Brasil nos anos de 1920 e 1930. Atualmente existem entre 90 e 130 mil Armênios no Brasil com maior concentração nas cidades de São Paulo.

Uma das pautas da comunidade Armênia para o Estado brasileiro é que este reconheça internacionalmente o genocídio dos armênios como sendo um dos maiores crimes contra a humanidade, na medida em que existe reconhecimento por mais de 20 países – Alemanha, França, Canadá, Rússia, Holanda, Grécia, Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela e Bolívia..

Foto 1 – “Vazio do massacre Armênio”



Fonte: Stepan Norair Chahinian. Disponível: <http://ichef-1.bbci.co.uk/news/ws/660/amz/worldservice/live/assets/images/2015/04/24/150424020221_norair_3.jpg>.

A tradução do que está escrito na foto acima diz: "Fiz esta escrita em 1922. Na casa, fiquei 25 dias. Agora, me vou. Fiquem bem amigos. Aquele que ler *Bedros* que se lembre de mim. YAN[206]". O fotógrafo Stepan Norair Chahinian em entrevista à BBC, diz que acredita que esta mensagem (assinatura) foi escrita pelo irmão de seu bisavô paterno, Yan. Os dois irmãos (Os únicos sobreviventes de uma família de 35 pessoas) fugiram da Armênia Ocidental (Turquia) em direção a Alepo (Síria) onde ficaram provisoriamente, antes de virem para o Brasil[207]. "Coloquei as mãos sobre aquela mensagem e fechei os olhos; tentei conter as lágrimas acumuladas, mas deixei que rolassem. Eu precisava. Conversei internamente com ela, e confortei a alma daqueles que um dia viveram e morreram por lá". (CHAHINIAN, 2015, p. s/n).

Assim, como Stepan pode-se encontrar muitos descendentes de Armênios que continuam resistindo e criando estratégias para colocar um fim no esquecimento do holocausto do povo Armênio. E esta pauta deve ser uma bandeira de luta em movimento, não apenas desse grupo identitário, mas de todos os que lutam em defesa e promoção dos direitos humanos no mundo.

---

[206] “A mensagem, gravada em pedra no canto superior esquerdo de uma janela, foi descoberta por acaso pelo arquiteto e fotógrafo brasileiro Stepan Norair Chahinian em um quarto da casa que pertencia à família de sua avó paterna, a armênia Anahid Der Bedrossian, em Urfa, na atual Turquia. No local, hoje funciona um hotel boutique”. (BARRUCHO, Luís Guilherme http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150423_livro_armenia_brasileiro_lgb)

[207] Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150423_livro_armenia_brasileiro_lgb>. Acesso em: 08 out. 2016.

> Em busca de provas e pessoas, atrás de poderosas pedras e paredes falantes, em silenciosos lugares vazios onde estão guardados segredos, pude encontrar quem ainda tenta se esconder. Procurei descobrir onde foram parar as centenas de milhares de famílias que, como a minha, outrora por aqui habitavam e rezavam, nas mais de 2 mil igrejas que existiam na Turquia em 1915[208].

A violação dos direitos contra os ciganos também foi pauta expressa no FMDH, em 2015 o Conselho Nacional do Ministério Público fez uma audiência pública para discutir o "Papel do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público Brasileiro na Defesa dos Direitos dos Povos Ciganos", dentre as estratégias analisadas estão: a importância do Ministério Público (MP) em visibilizar a questão dos ciganos; as dificuldades para que as políticas públicas atinjam aos ciganos; os avanços obtidos na agregação de terras dentro de Belo Horizonte para os ciganos, graças à ação do MP o que pode favorecer outras ações em âmbito nacional; a relevância da atuação do Ministério Público para apurar a violação aos direitos humanos ocorrida nas comunidades ciganas; a dificuldade do MP compreender a particularidade e o diferencial do ser Cigano, tendo em vista que existem ainda muitas formas de preconceito e racismo contra esse grupo identitário; a necessidade de definição de quem são os ciganos, a partir da construção sócio-histórica considerando seu pertencimento étnico – fatores como a língua, o modo de organizar-se socialmente, as relações de poder e o papel de cada integrante do grupo, as distinções que acontecem em seus rituais de pureza e de limpeza.

Atualmente tramita no Senado o Projeto de Lei de nº 248 de 2015 para criar o Estatuto dos Ciganos, tendo em vista que existem mais de 500 mil ciganos no país acampados em 291 municípios, conforme indica Rita Izsák relatora especial sobre o direito de minorias da ONU[209].

A luta pela garantia dos direitos humanos dos ciganos é fundamental para enfrentar as distintas formas de discriminação e também para garantir o acesso às políticas públicas como direito de cidadania, conforme preconiza a Declaração dos Direitos Ciganos, derivada da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Várias ações estão sendo realizada pela Baixada dos Ciganos no Brasil, inclusive

---

[208] CHAHINIAN, Stepan Norair. Brasileiro descendente de armênios registra em fotos 'vazio do massacre'. *BBC*, São Paulo, 2015. Entrevista cedida por Luís Guilherme Barrucho. <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150423_livro_armenia_brasileiro_lgb>. Acesso em: 18 jun. 2016.

[209] Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2015/07/proposta-cria-estatuto-do-cigano. Acesso em: 10 jul. 2016.

em 2012 foi protocolada a Declaração sobre a Eliminação do Preconceito e Discriminação contra Ciganos[210] na Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República com cópia para ONU.

Os sujeitos sociais identificados da construção dos direitos humanos (no quadro acima) se colocam não como vítimas da violação dos direitos humanos, ao contrário demonstram as suas ações por meio de experiências fortalecedoras da cultura em direitos humanos, assim não são meros expectadores de políticas ou violência, mas são lutadores na prática, a partir da realidade dinamizada pelas inúmeras violações e pelas lutas históricas travadas na construção dos direitos humanos.

O FMDH contribuiu significativamente para se refletir sobre a importância de se criar novas formas de participação política, mas, sobretudo indicou rumos em relação à articulação entre os diversos segmentos (sociedade civil e governo), bem como deu sinais de que a luta por direitos humanos deve ser permanente, esta se institui contraditoriamente na luta de classe – assim, poderá desencadear "novos" processos de mobilização e de organização social rumo a construção de *um outro* projeto societário, tendo como perspectiva a superação da (des)ordem capitalista, na medida em que os direitos humanos jamais poderão se realizar no atual sistema.

[210] Disponível em: <http://www.embaixadacigana.org.br/ciganos_preconceito.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você é capaz de tremer de indignação
a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,
então somos companheiros.

Che Guevara

A metodologia utilizada na realização desta tese possibilitou uma apropriação do objeto, por meio de uma análise crítica partindo da totalidade das relações sociais em disputa, estruturou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo (entrevista).

A pesquisa se desenvolveu em um movimento teórico-político, a partir da construção coletiva dinamizada pela interação entre diversos sujeitos com a pesquisadora, assim destaca-se, sobretudo a importância estrutural dos sujeitos entrevistados, na medida em que as considerações registradas nas entrevistas, não são meras respostas, mas se constituem como elementos estruturantes por meio das tensões e conflitos do direito e do não direito.

Outros sujeitos imprescindíveis são os distintos autores das ciências humanas que dedicaram parte da sua trajetória de vida na produção do conhecimento, que se funda da totalidade, em especial os autores marxistas, que nos remetem aos direitos humanos, não meramente como temática discursiva, mas como processo sócio-histórico estabelecido em meio às contradições de avanços e de retrocessos, de consenso e de dissenso. Acrescido, dos profissionais atuantes nas políticas públicas e dos militantes que lutam por direitos humanos, que se empenharam na sistematização dos processos e de experiências em relação à construção das políticas em direitos humanos.

Esses construtores históricos subsidiaram a apropriação do objeto em estudo – a pauta dos direitos humanos no Brasil, expressa no I FMDH, partindo da análise dos períodos correspondentes aos governos Lula e Dilma (2003-2013), seus conflitos, consensos e tensões.

Netto ilumina o processo metodológico ao afirmar que:

> [...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 20-21).

Como procurou-se demonstrar neste estudo, o I FMDH foi uma aposta e resposta política da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista os inúmeros conflitos travados por diferentes e divergentes grupos sociais. O PNDH-III foi alvo de debate entre os diversos segmentos da sociedade, por incorporar questões inconciliáveis, de acordo com as forças políticas em disputa no Brasil (movimentos sociais, igrejas, partidos, latifundiários, instituições policiais). As questões com maior litígio foram a garantia de direitos humanos, aborto ser tratado como caso de política de saúde, direitos humanos para policiais, laicidade do Estado; e criação da Comissão da Memória e Verdade.

A disputa em torno do PNDH-III foi tão grande, que após a XI Conferência realizada em 2008 houve suspensão das conferências de direitos humanos em âmbito nacional, somente após oito anos se realizou a XII Conferência □— o que se atribui as tensões pela aprovação do PNDH-III na XI Conferência.

As forças conservadoras acusaram o PNDH-III de trazer uma ideologia de esquerda para dentro das escolas públicas brasileiras[211], de ter um teor chavista contra a propriedade privada e a liberdade de expressão, além de causar ingerência nas hierarquias das instituições militares. Mas:

> As reações ao PNDH 3 começaram nos setores militares. A elas se seguiram as dos ruralistas, dos donos da imprensa, de grupos católicos. O que há de comum a todas estas reações é que vêm orientadas por inspiração conservadora e reativa. Não são estranhas. Estas inspirações historicamente tem sido refratárias aos avanços exigidos pelos direitos humanos. Estão longe de qualquer tipo de unanimidade. Até porque, vários setores democráticos têm dito que o

[211]O PNDH-III a partir das orientações do eixo 5 – ao estabelecer critérios e indicadores de avaliação de publicações na temática de direitos humanos para o monitoramento da escolha de livros didáticos no sistema de ensino; fomentar a realização de estudos, pesquisas e a implementação de projetos de extensão sobre o período do regime 1964-1985, bem como apoiar a produção de material didático, a organização de acervos históricos e a criação de centros de referências; incentivar a inserção da temática dos direitos humanos nos programas das escolas de formação inicial e continuada dos membros das Forças Armadas; inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras.

> PNDH 3 representa um avanço ao ter uma compreensão ampla e contemporânea de direitos humanos e por trazer para o campo programático das políticas públicas um tema que ainda está mais no campo normativo e jurídico [212].

É nesse contexto que as forças conservadoras (políticas e econômicas) entram em cena de maneira ofensiva, pois o PNDH-III trata não apenas da retórica discursiva de direitos humanos, mas da possibilidade democrática de conquista de direitos na prática social por meio da participação política, além de promover ações de sistematização relacionadas aos crimes de tortura que ocorreram na ditadura no Brasil contra os militantes políticos, apontando envolvimento de grandes empresas, políticos e comandantes de instituições policiais.

As pautas expressas no I FMDH pelos militantes de direitos humanos dos diversos segmentos sociais revelam que o Brasil presente, avançou na modernização político-jurídica com a criação do Estado Democrático de Direito com o advento da Constituição Federal de 1988, certamente um avanço para o País de modo geral, e, em especial para as classes trabalhadoras que tiveram uma serie de direito assegurado, imprescindível para a reprodução social.

No entanto, as pautas apontam que na prática o Brasil tem uma forte herança cultural fincada na ideologia do Brasil colônia, se modernizaram apenas as atividades econômicas na medida em que os valores morais das elites brasileiras são ultraconservadores, ou seja, a burguesia brasileira atualiza os processos econômicos e não os processos culturais.

O Brasil lidera vários itens da violação de direitos humanos – encarceramento em massa; genocídio de negros, jovens, mulheres, população de rua, ciganos; crime de tortura; expropriação de terras indígenas; intolerância religiosa; criminalização dos movimentos sociais; monopólio da comunicação; enfraquecimento dos órgãos de acesso ao sistema de justiça; negação do holocausto contra os armênios; focalização das políticas públicas; quebra de garantias de trabalho; abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; tráfico de pessoa humana; o descaso com as pessoas escalpeladas, dentre outras inaceitáveis situações em que vive o país.

---

[212] CARBONARI, Paulo Cesar, 2010. *PNDH 3*: por que mudar? Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252>. Acesso em: 25 out. 2016.

Mas, o I FMDH demonstrou que existem ações sendo desenvolvidas na contramão dessa ofensiva neoconservadora, pois foram lançadas diversas campanhas nacionais organizadas pela sociedade civil e pelos organismos estatais; contra a redução da maioridade penal, a favor da desmilitarização da polícia, contra os crimes de torturas, pela consciência com educação popular em direitos humanos, pela defensoria pública como um direito, tecnologia e dignidade humana, contra o tráfico de pessoas humanas, pela aliança de adolescentes, dentre outras.

O Fórum representou em sua concepção e desenvoltura as contradições da disputa entre os diversos interesses de grupos sociais, pois, se de um lado verificou-se a herança conservadora expressa na violação dos direitos humanos, por outro se percebeu que há uma herança na luta dos trabalhadores em prol desses direitos, o que também há traços na herança da luta política advinda desde as experiências das revoluções populares (Cabanada, Balaiada e Praieira) e das mais distintas formas de resistência e de organização dos índios e dos negros, e, que foram escamoteadas ou negadas da constituição da história dos direitos humanos no Brasil.

A história dos direitos humanos no Brasil precisa ser contada de maneira crítica, considerar os índios e os negros na disputa da luta de classe a partir das dores sofridas e das lutas travadas na formação sócio-histórica brasileira, pois as contribuições desses povos quase nunca foram registradas na história, pois eram vistos como sendo povos homogêneos e adaptáveis - análise que empobrece e, no limite, exclui esses povos nas formas de organização e intervenção constituídas no Brasil.

Assim, há uma difícil tarefa no Brasil em tornar índios e negros humanos (culturalmente ainda não são, embora que as leis lhes positivem tal direito), tendo em vista que os crimes cometidos contra eles (em um passado, que não ficou no passado) não foram sentidos pela humanidade ocidental, não houve clamor universal contra seu extermínio e massacre, nem o podia, dadas as suas condições objetivas concretas na relação de exploração (senhor/escravo, Europa/Brasil) pressuposto central do desenvolvimento econômico da época. Esse passado é parte do presente expresso pelo genocídio desses povos (que, de maneira geral, é amplamente aceito).

A ideologia de classe dominante cria no imaginário social a legitimação da desqualificação desses povos, ao retirar a sua humanidade em nome dos processos

perversos de dominação do poder econômico-cultural. Daí a relevância de se promover na história dos direitos humanos uma ideologia antidominante, tendo como perspectiva a emancipação humana – estágio em que negros e índios sejam diferenciados em suas particularidades e singularidades étnicas, enquanto processos de sociabilidade, que só se dará com a superação da desumanização do capital.

Os direitos humanos não se reduzem à matéria do direito, na medida em que pressupõem luta de classes na sua instituição, o que desvela a noção do direito como sendo em si o grande mote para as conquistas desses, ou seja, cria-se assim no imaginário social que a história é a-histórica, e que o direito está no direito, o que esconde os processos políticos de sua constituição e o Fórum contribuiu com vistas a romper com essa concepção meramente legalista.

De modo geral, os direitos humanos são vistos por um lado como sendo meros instrumentos da burguesia, criados no seio da sociedade capitalista. Por outro, são vistos como grandes aportes revolucionários (enquanto projeto de direitos humanos) e que têm em si os grandes instrumentos para derrubar o sistema capitalista, dadas às suas contradições em assegurar esses direitos. Essas visões polarizadas dos direitos humanos pouco têm contribuído para a sua efetivação, acrescida à alienação dos sujeitos em os perceberem como uma construção tensionada e que poderá favorecer a mobilização e organização da classe trabalhadora, enquanto campo de articulação com perspectiva a romper com a (des)ordem capitalista.

Marx colocava os direitos humanos no campo dos avanços ocorridos na humanidade, porém a partir da emancipação política, estágio em que se inscrevem os direitos humanos, portanto, mecanismo do Estado-burguês –, o que é uma revolução em relação ao sistema feudal. Marx apud Tonet (2010, p. 26) faz uma crítica em relação à emancipação política, ao dizer que, “[...] embora não seja a forma mais elevada da emancipação humana em geral, é a forma mais elevada da emancipação humana dentro da ordem do mundo atual [...]”.

É nesse contexto que o Fórum e a luta por direitos humanos tem sua contribuição, pois ocorrem em meio à hegemonia do projeto neoliberal marcada com vieses perversos e desumanos, tendo a desigualdade social com bases fecundadas no neoconservadorismo, implicando em uma enorme contradição instaurada na tensão, do direito e do não direito, devido às formas de se enfrentar as expressões

da questão social – com o encarceramento em massa, sendo o Brasil o 4º país que mais encarcera no mundo, além das estatísticas de homicídio dos jovens negros e dos pobres de periferias serem lastimáveis apontadas por diversos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Refletir sobre a ofensiva neoliberal no continente requer pensar na heterogeneidade dos governos de esquerda ou centro-esquerda da América Latina, alguns tentaram melhorar a situação dos pobres, mas não tocaram nos privilégios dos ricos (Brasil, Chile e Paraguai), outros com caráter antineoliberais e anticapitalistas (Venezuela, Equador e Bolívia). Contudo, esses governos não enfrentaram as estruturas concretas do capitalismo "[...] não houve nenhuma tentativa efetiva de iniciar uma transição ao socialismo. Até agora Cuba, com todas as suas limitações – a começar pela a falta de democracia – é a única experiência que tomou esse caminho" (LÖWY, 2016, p. 62).

Contudo, esses governos foram um diferencial para o campo dos direitos humanos e os tiveram de modo geral articulados, pois derrubaram em 2005 a Alca na 4ª Cúpula das Américas, o que representou um "não" para a ofensiva neoliberal "imposta" pelos EUA às nações latino-americanas. Acrescido do fortalecimento de organizações latinas, bem como da criação de outras (já consideradas no primeiro capítulo desta pesquisa). Embora seja perceptível, que esses organismos políticos tenham muitos desafios para quebrar, em alguma medida as imposições da economia mundial, que inclusive tem impactado negativamente os governos de esquerda na América Latina.

Com efeito, embora esses governos não tenham impactado a estrutura do sistema capitalista, ampliaram a participação política e as políticas sociais, sobretudo para as classes trabalhadoras mais empobrecidas. Essa ampliação causou conflitos e tensões no campo da economia da América Latina em relação aos países de primeiro mundo, bem como estimulou o ódio das elites nacionais, e isso tem vínculo direto com os problemas políticos vividos pelos governos de esquerda e centro-esquerda da América Latina (Venezuela, Bolívia, Honduras, Equador, Paraguai e Brasil). Implicando em um ataque direto ao projeto político democrático-participativo já que este abre espaço para a mobilização e organização da classe trabalhadora – e o medo do capital é este projeto pode ir além da luta por direitos humanos.

A constituição da história dos direitos humanos no Brasil traz elementos constitutivos para se compreender as disputas e tensões das pautas que se intensificaram nos governos Lula e Dilma, além de indicarem o porquê da realização do I FMDH como uma das apostas e respostas da presidente Rousseff mediante a esses conflitos travados por diferentes e divergentes grupos sociais.

A tensão da pauta dos direitos humanos já estava presente na campanha eleitoral de Lula em 2002 para a presidência da República, pois de um lado parcela significativa da sociedade acreditava que ele iniciaria o socialismo, outra parcela acreditava que feriria a democracia formal, o que afetaria os negócios em andamento das elites brasileiras (banqueiros, industriais, empresários, latifundiários). O presidente tratou de dirimir quaisquer dúvidas em relação à essas especulações, e assim publicou um documento que ficou conhecido por Carta ao Povo Brasileiro, em que sinalizava que governaria o País estabelecendo alianças com as diversas forças da sociedade, sem unilateralidade, as classes sociais fariam parte das discussões da construção do governo, trabalhadores teriam seus direitos ampliados e as elites teriam os seus direitos assegurados, pagamento da dívida pública e todas as garantias institucionais para o investimento estrangeiro no Brasil.

Analisa-se que o presidente Lula governou com cautela para não provocar a “ira do mercado”, o que poderia ser traduzida pela desconfiança e revolta das elites brasileiras, que sempre decidiram a política do país, e que já demonstraram ao longo da história a sua capacidade de derrubar presidentes, como Júlio Prestes, Getúlio Vargas e João Goulart.

Embora as elites tenham lucrado muito, esse jeito de governar provocou o ódio desses grupos, acrescido das chamadas classes médias que expressavam seu aborrecimento por meio de insultos públicos, gerando preconceito contra os usuários do Programa Bolsa Família. Tais insultos, insuflados pelo ódio de classes, baseavam-se na alforria das classes trabalhadoras mais empobrecidas do país, que de costume eram serviçais das elites dominantes. A ideia de um trabalhador (operário) ter chegado ao poder com a legitimidade das classes sociais e ter governado com a capacidade que governou o país, as elites veem, portanto nos governos Dilma, a possibilidade real de mais uma vez de Lula voltar ao poder.

As elites iniciaram uma campanha de difamação da presidente Dilma, veiculando na grande mídia que a crise econômica era fruto da crise política, devido à incompetência e as corrupções do mensalão – justificativa construída habilmente

pelas elites para colocar as classes trabalhadoras em seu devido lugar, de onde nunca deveriam ter saído, na senzala, no calabouço, na masmorra, na fome, na miséria.

A lista é grande de tensões no segundo governo de Dilma, o que desencadeou um certo grau de enfraquecimento político, dadas as pautas em disputa de direitos humanos, como por exemplo, a pressão da Câmara Federal aprovando em dois turnos a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 171, que altera o art. 228 da Constituição Federal de 1988, proposta inconstitucional, por ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal de nº 8.069/90) e os tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil. Além disso, o governo federal (2015) nomeou como coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch. O Movimento antimanicomial não concordou com a decisão política da nomeação de Valencius, tendo em vista que ele representava um retrocesso na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica implantada no país desde 2002; também enfrentou uma série de problemas com a demarcação de terras indígenas no Brasil, tendo em vista a pressão política e paramilitar organizada pelos grandes latifundiários e políticos, um dos exemplos mais conhecido foi à disputa asseverada na demarcação de terra dos índios xavante de Marãiwatsédé, Raposa Serra do Sol; além dos conflitos já citados em torno das questões inconciliáveis do PNDH-III.

Portanto, a aposta e resposta política da presidente Dilma, considerando a disputa da pauta em torno dos direitos humanos, é a construção do I FMDH. Alternativa que garantiu a participação de diversos segmentos sociais e repactou articulações do governo com a sociedade civil, em especial com os movimentos sociais, que estavam insatisfeitos com a desarticulação das políticas sociais, a não consolidação do PNDH-III e a não realização da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Acrescido da pressão das ruas em junho de 2013 e da reputação do Brasil que está abalada devido a inúmeras violações, que desrespeitam os tratados internacionais de direitos humanos.

Embora se avalie a complexidade do conjunto de fatores que levaram a criação do FMDH, é possível afirmar que o maior mote foi a pressão política dos segmentos sociais para a realização da XII Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que teria como pauta central a avaliação da efetivação das ações previstas no PNDH-III. Pauta tensa, pois, de modo geral, essas ações não tinham se

realizado, devido aos embates com as forças conservadoras e também pelas segmentações dentro do próprio governo, incluindo em sua base aliada parte significativa dos políticos conservadores.

O FMDH foi importante para o governo, por conta da constante pressão no primeiro mandato da presidente Dilma com os ataques da mídia, com os avanços dos grupos conservadores e as alianças do governo com partidos políticos conservadores (resultando em nomeação constantes de ministros, coordenadores, assessores sem compromisso com os direitos humanos). Essas alianças resultaram em retrocessos na medida em que o governo recuou na concretização do PNDH-III, ocasionando num descontentamento, sobretudo dos movimentos sociais. O que estava em disputa dali em diante, era como enfrentar tamanho golpe contra os direitos humanos.

O I FMDH também teve respaldo a partir das pressões das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013, que pautavam outras formas de participação. Nesse sentido tanto o governo como os movimentos sociais queriam compreender, e em parte tentar dialogar com o fenômeno social articulado pelas redes sociais, que tomou grande notoriedade do ponto de vista democrático, e que inclusive as instituições policiais tentaram conter com bala, gás lacrimogêneo e com cassetete.

O Fórum se constituiu como espaço significativo para as bandeiras de lutas e todas convergiram para a ampliação dos direitos humanos (defesa, promoção, garantia e fiscalização), a partir do fortalecimento da democracia por meio de diálogos entre os participantes, articulações políticas, socialização de experiências, manifestações culturais, reivindicações de direitos.

O FMDH foi uma aposta também do MNDH em sustentar a ideia na base do próprio movimento, além de encontrar resistência com outras redes de direitos humanos que divergiam desse apoio, conforme apontado pelo SP8 no quarto capítulo desta pesquisa. A aposta, pelo menos em parte (maioria) do MNDH foi assertiva naquele momento, pois a realização do Fórum garantiu uma ampla participação de base dos movimentos sociais, promovendo grandes interlocuções entre os participantes, fortalecendo assim as redes existentes, além de assinalar para as diversas alternativas na busca por direitos humanos, desenvolvidas por diferentes segmentos da sociedade civil e do governo.

O I FMDH possibilitou um fôlego político do governo, sobretudo em relação aos grupos conservadores que tencionavam para a não implementação do PNDH-III,

além disso, o governo conseguiu uma nova repactuação com os segmentos sociais (insatisfeitos) devido a não realização das ações estabelecidas no PNDH-III, aqui mais uma vez é notória a tentativa do governo Dilma em tentar administrar a disputa política entre as lutas de classe, do direito e do não direito.

A partir das considerações feitas sobre as contradições que dinamizaram os governos de Lula e Dilma, entre limites e possibilidades, na disputa dos interesses entre as classes sociais, é possível afirmar que houve avanços significativos para as classes trabalhadoras que tiveram a ampliação dos direitos, a partir das políticas sociais, do reconhecimento do Estado sobre a existência enquanto sujeito de direito, e dos espaços de participação na construção das políticas, embora que esse feito não tenha alterado a base da desigualdade social e tampouco ampliado uma outra cultura em direitos humanos.

No entanto, manteve-se a base perversa da concentração de renda e da desigualdade social, pois as políticas instituídas por esses governos Lula e Dilma não conseguiram atingir o poder central político, determinante para a reorganização socioeconômica do país. Nem poderiam, considerando as condições objetivas, sem reformas estruturais como reforma agrária, reforma tributária e reforma política, os governos fizeram vasta aliança com partidos políticos de direita e centro-direita, para formar a base governista com maioria, o que demandou um certo loteamento de cargo no desenvolvimento da gestão governamental.

Mas, afinal o que se tem hoje após o golpe da democracia brasileira, por meio do impeachment da presidente Dilma Rousseff? Tem-se o presidente Michel Temer, como representante legal das elites mais retrógradas aliadas a ofensiva neoliberal, que vem destroçando todos os direitos historicamente conquistados em grande parte pelos trabalhadores.

> O governo avança, o mais rápido que pode, na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial cortes nas políticas sociais, tributação regressiva. O Supremo Tribunal Federal, suposto guardião da Constituição, permanece inerte; na verdade, são volumosas as evidências de que muitos de seus integrantes foram partícipes da trama para afastar a presidente. (MIGUEL, 2016, p.33-36)

Porém, fica-se também no Brasil uma herança histórica, memorizada e sistematizada de que na trajetória de luta dos trabalhadores, conforme refletida nos capítulos desta tese, as alianças entre esquerda e direita nunca deram saídas viáveis aos interesses dos trabalhadores, ao contrário a direita sempre “traiu” a luta dos trabalhadores, devido a seu interesse maior e incondicional – a exploração dos trabalhadores.

Uma lição que ficou para os trabalhadores brasileiros, após a derrubada da presidente Dilma Rousseff, é que o neoconservadorismo não pode ser fortalecido pelo campo da esquerda ou centro-esquerda, e, que os direitos humanos não se concretizam sem reformas estruturais no Brasil. Lula e Dilma não propuseram nenhuma revolução ou reforma estrutural, governaram dentro da perfeita ordem da institucionalidade do Estado-burguês. Contudo o ódio de classe se acirrou, pois esses governos representavam simbolicamente a classe trabalhadora, isso era inaceitável para a burguesia ultraconservadora brasileira.

Com todos os desafios já apontados, pode-se dizer que nesses governos a agenda da participação ganha maior visibilidade, por meio de conferências, conselhos e criação de políticas públicas voltadas aos grupos identitários (igualdade racial, LGBT, mulher, idoso, juventude, criança e adolescente, dentre outros), mas em que medida a forma de participação setorializada tem fortalecido a luta por direitos humanos?

É nesse caminho teórico-político, construído a muitas “mãos” que se acredita na viabilidade da tese apresentada nesta pesquisa de doutorado, de que a luta dos trabalhadores por direitos humanos poderá desencadear “novos” processos de mobilização e de organização social rumo a construção de *um outro* projeto societário, tendo como perspectiva a superação da (des)ordem capitalista, na medida em que a luta vai para além dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Darlan Menezes. *Formação da PM é baseada em abusos, dizem policiais*. Entrevista concedida a Ciro Barros. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/formacao-da-pm-e-baseada-em-abusos-dizem-policiais/>. Acesso em: 22 jun. 2016

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*: São Paulo, n. 80, 2010, p.71-96 Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, Reinado, *São Paulo*, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. Vol. 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BAPTISTA, Naidison. Transposição do São Francisco não democratiza a água no semiárido. *Carta Capital*, São Paulo. Entrevista concedida a Paloma Rodrigues. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/transposicao-do-rio-sao-francisco-nao-democratiza-a-agua-no-semiarido-4759.html> Acesso em: 20 jul. 2016

BARI, Farzana. *Direitos Humanos Internacionais*: retórica ou realidade? Livro de Memórias. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, n. 106, São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A história dos Direitos Humanos. *PUCviva*, São Paulo, n. 33, out./dez. 2008.

_____. *Ética e serviço Social*: Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Helena Sylvia. *Código de ética do/a assistente social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social*: fundamentos históricos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Os Direitos Humanos como valor universal. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 34, p. 34-94, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n34/a11n34.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Direito e Poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BOITO JÚNIO, Armando. *Os atores e o enredo da crise política***.** Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; Pablo Gentili (Org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Ruy. *O fim do lulismo***.** Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Livro de Memórias do Fórum Mundial de Direitos Humanos*, 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Caderno de programação do Fórum Mundial de Direitos Humanos***,** 2013.

_____. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Direitos Humanos III*, 2009.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, 2007.

_____. *Constituição Federal*, 1998.

_____. *Constituição brasileira de 1934*.

BRAZ, Gilberto D'Angelo. *Sobre poder política e partido*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BUEY, Francisco Fernández. Gramsci no Mundo de Hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEXEIRA, Andréa de P. *Ler Gramsci, Entender a Realidade* (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARBONARI, Paulo Cesar, 2010. *PNDH 3*: por que mudar? Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/PNDH-3-Por-que-mudar-/4/15252>. Acesso em: 25 out. 2016.

CECEÑA, A. E. *La Guerra por El Agua y por La Vida*. Cochabamba: Coordinadora de Defensa Del Agua y La Vida, 2004.

_____. *La Guerra por El Agua y por La Vida*. Cochabamba: MADRES DE PLAZA DE MAYO, 2005.

CHAHINIAN, Stepan Norair, Brasileiro descendente de armênios registra em fotos 'vazio do massacre'. *BBC*. São Paulo, 2015. Entrevista cedida por Luís Guilherme Barrucho. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150423_livro_armenia_brasileiro_lgb>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CHAUI, Marilena. *A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo.* Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Direitos Humanos e Medo. In: FESTER, Antônio Carlos Ribeiro (Org.). *Direitos Humanos*. São Paulo: Comissão de justiça e Paz – Brasiliense, 1989.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CLAUDE, Richard P; JABINE, Thomas B. (Org.). *Direitos Humanos e estatística*: o arquivo posto a nu. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

CLETO, Murilo. *O triunfo da antipolítica*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo: São Paulo 2016.

COMPARATO, Fábio Konder**.** *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

COUTINHO, Carlos N; TEIXEIRA, Andréa de Paula. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos N. *Contra Corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____**.** *Marxismo e política*: a dualidade do poder e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Marxismo e política*: A dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortes, 1996.

_____. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAGNINO, Evelina; OLVERA Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina.* São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Declaração francesa de 1789.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

DIAS, E. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. et al. *O outro Gramsci.* São Paulo: Xamã, 1996.

DIREITOS HUMANOS - *Parte 1.* Direção: Kiko Goifman. Fotografia: Julio Taubkin. (9 min) 37 seg, color. PALEOTV e ANDHEP, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vKB9G5Y8Kdo>. Acesso em: 14 jun. 2015.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. *Florestan Fernandes na Constituinte*: Leituras para a Reforma Política Florestan Fernandes São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos fundamentais*. 9. ed. ver. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREIRE, Silene de Moraes. Direitos Humanos no Brasil: ilusão jurídica ou possibilidade histórica. In: FORTI, Valéria; BRITES, Maria Cristina (Org.). *DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL*: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2012.

FREITAS, Gisele de; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Programa Luz para todos: uma representação da Teoria do Programa por Meio do Modelo. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 45, jul./dez., 2015 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/504/374>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1994.

_____. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez. 1991.

FURTADO, Celso; NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: DF, Módulo 1, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em: <http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2016

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GARZÓN, Baltasar. *Um espaço de encontro*: livro de memórias. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

GERBELLI, Luiz Guilherme. “Capitalismo nos EUA está em crise”. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,capitalismo-nos-eua-esta-em-crise---imp-,1704033>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GOMES, Ciro. *Por que o golpe acontece?* Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais Orgânicos e a Formação da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____*. Literatura e Vida Nacional.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Poder, Politica e Partido.* 2. ed. Tradução Eliana Aguiar. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Ulisses. *Assembleia Nacional Constituinte*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/29/em-discurso-historico-ulysses-guimaraes-comemora-a-promulgacao-da-carta-de-1988>. Acesso em: 25 jan. 2015).

HARVEV, David**.** *O Enigma do Capital*: e as crises do capitalismo**.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Friedrich August von. *O Caminho da Servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HERRERA FLORES, Joaquim. *A reinvenção dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*: o breve século XX 1914-1991. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *Como mudar o mundo*: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric. O Universalismo da Esquerda (1996). In: ISHAY, Micheline R. (Org.). *Direitos humanos*: Uma ontologia – principais Escritos Políticos, Ensaios, Discursos e Documentos desde a bíblia até o presente. São Paulo: Núvleo de Violência (NEV), 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2005.

_____*. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____*. O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *O serviço social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

ISHAY, Micheline R. (Org.). *Direitos Humanos*: uma antologia - principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a bíblia até o presente. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2006.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros*: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAVALLE, Adrian Gurza. Na pátria da democracia “pós-participativa”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 60, 2012. Entrevista concedida a Flavio Lobo. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1213>. Acesso em: 24 jun. 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O estado e a revolução*: o que ensina o marxismo sobre o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOWY, Michael. *Da tragédia à farsa*: o golpe de 2016 no Brasil. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MALDOS, PAULO, “Esse conflito é uma história de como o latifúndio opera”, São Paulo, *Carta Capital*, 2015. Entrevista cedida a Felipe Milanez. Disponível em:<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/esse-conflito-e-uma-historia-de-como-o-latifundio-opera>. Acesso em: 20 jul. 2016

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed., revista ampliada. São Paulo: Atlas, 1990.

MARIANO, Benedito Domigos; BICUDO, Hélio Pereira. A evolução histórica e política dos Direitos Humanos no Brasil. In: *Direitos Humanos no Brasil*: diagnóstico e perspectiva. Rio de Janeiro: Coletânea CERIS, 2003.

MARINGONI, Gilberto. *Rumo à direita na política externa*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARQUES, Rildo Marques de Oliveira. O Fórum Mundial de Direitos Humanos e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil. In: BIONDI, Antônio; BARCELOS, Patrícia (Org.). *FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS*: LIVRO DE MEMÓRIAS: Brasília: SDH/PR, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *NESPI*, São Paulo: PUCSP, n. 1, 1994.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Tradução Nélio Schneider e Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"*. De um prussiano. Tradução Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Glosas críticas*. Precedido de texto de Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A Origem do Capital*: a acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1977.

_____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil*: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELLO, Alex Fiuza de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉXICO. Constituição mexicana 1917.

MIGUEL, Luís Felipe. *A democracia na encruzilhada*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIRANDA, Anderson. *Movimento denuncia "extermínio" de moradores de rua e cobra ação pública*, São Paulo. Disponível em:<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em: 16 jun. 2016.

MINAYO, Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (Org.). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSER, Claudio; WOLFF, Luciano. In: *Direitos Humanos no Brasil 2*: Diagnóstico e perspectiva. Rio de Janeiro: Coletânea CERIS, 2007.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed., São Paulo: Anita Garibaldi, 2014a.

_____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014b.

_____. *O Negro*: de bom escravo a mau cidadão. Rio de Janeiro: Conquista, 1997.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**.** *Direitos Humanos no Brasil 3*: diagnósticos e perspectivas. Passo Fundo: IFBE, 2012.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 79, p. 5-26, 2004.

_____. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Introdução ao método da teoria social*, 2009. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: *O desmonte da nação - balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às Avessas.* São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria C. (Org.). *Os Sentidos da Democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000.
OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Rildo Marques. *O Fórum Mundial de Direitos Humanos e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil*. Livro de Memórias. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

ONU (1993). Declaração Final e Plano de Ação. *Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos*. Viena, 1993.

PANTALEÃO, Wellington. *Movimento denuncia "extermínio" de moradores de rua e cobra ação pública*, São Paulo. Entrevista concedida a Gisele. <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/movimento-denuncia-exterminio-de-moradores-de-rua-e-cobra-acao-publica>. Acesso em: 16 jun. 2016.

PAULINI, Leda Maria. *Uma ponte para o abismo*. In: Por que gritamos golpe? Para entender o emppichement e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. In: *Democracia e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (Org.). *Educação, participação política e Direitos Humanos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; ADRIANO, Ana Lívia. Educação em direitos humanos: abordagens teórico-metodológica e ético-política. In: PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (Org.). *Educação, participação política e direitos humanos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e justiça internacional*: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Direitos Humanos e o direito constitucional internacional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. Ed. São Paulo, Editora. Brasiliense, 1994.

REQUIÃO, Roberto. *Para mudar o Brasil*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. *Direitos Humanos e concepções contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2014.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em Direitos Humanos no Brasil: da ditatura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Educação em Direitos Humanos*: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SALOMON, Délcio Vieira. *A maravilhosa incerteza*: pensar, pesquisar e criar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEMER, Marcelo. *Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático*: o papel do Judiciário. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Apresentação. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)* / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República -- ver. e atual. Brasília: SEDH/PR, 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy**.** *Educação em Direitos Humanos*: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci*: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. Ed. 4ª. São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, André. *Por uma frente ampla, democrática e republicana*. Por que Gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 85, p. 83-102, 2009.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Os sentidos do* lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012..

SOUZA, Herbert José de. *Como se Faz Análise de Conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. In: SOUTO, Ana Luiza; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Org.). *Novas lentes sobre a participação*: utopias, agendas e desafios. Instituto Polis, 2012.

TAMDJIAN James Onnig; ARAPIAN, Philipe. O genocídio armênio e o silêncio conivente do Brasil. *Revista Consultor Jurídico*. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-mar-25/genocidio-armenio-silencio-conivente-brasil>. Acesso em: 18 jun. 2016.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In:

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

TONET, Ivo. A propósito de glosas críticas. In: *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"*. De um prussiano. Karl Marx. São Paulo: Expressão Popular 2010.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História Social dos Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Petrópolis, 2011.

_____. Prefácio I. Os direitos humanos para além do capital. In: Direitos Humanos no Brasil: ilusão jurídica ou possibilidade histórica. In: FORTI, Valéria; BRITES, Maria Cristina (Org.). *Direitos Humanos e Serviço Social*: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2012.

_____. *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

VALDIVIA. Antonia Marcia Araujo Guerra Urquizo**.** *Os desafios para a democratização do acesso a água no semiárido da caatinga do sertão central cearense*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

VALESAN, Salete. *Suleando os Direitos Humanos*: FMDH e América Latina. Livro de Memórias. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Brasília 2014.

VIANNA, Luiz Werneck. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

VIEIRA, José Carlos Vieira. *Democracia e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VINAGRE, Marlise; PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. *Ética e Direitos Humanos*. CFESS, 2007.

WACQUANT, Löic. *Os condenados da cidade*: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

ANEXOS

CATEGORIAS DE ANÁLISE

1. **Na coluna 1, categoria de análise** (1. Trajetória de atuação em Direitos Humanos; 2. I FMDH: origem, pautas, objetivos, organização e avaliação; e 3. Protagonismo do MNDH).
2. **Na coluna 2, fala do sujeito (a).**
3. **Na coluna 3, identificação do sujeito pesquisado (a):** SP = Sujeito Pesquisado (AD = SP1; CR = SP2; ES = PS3; FR = SP4; RT = SP5; RN = SP6; SL = SP7; RL = SP8)
4. **Na coluna 4, página da transcrição que está esta fala.**

1	**2**	3	4
N.1	**TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**	ent.	pag.
	Represento o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), coordeno o Estado de São Paulo e também sou coordenador nacional do MNPR. Eu entrei na luta devido a violação de direitos feita pela polícia que é muito ostensiva com a população em situação de rua, e por eu ter caído na rua, vivi muita violação e invisibilidade. Isso me levou a militar na questão de Direitos Humanos.	SP1	01
	[...] represento a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, minha trajetória no movimento de Direitos Humanos já faz bastante tempo, comecei propriamente por conta da primeira gestão do CONDEP eu fui convidado para ser secretário executivo, então logo que o CONDEP se instalou eu fui chamado para ser secretário executivo, até porque a história é assim: Eu passei no concurso público, na época era procuradoria do estado, e me sobravam algumas horas livres por semana e eu achava que era interessante fazer alguma coisa em prol da comunidade e comecei a me aproximar através de ouvir algumas	PS2	03e 04

	palestras, comecei a me aproximar da área de Direitos Humanos e fui ser voluntário no Núcleo de Estudos de Violência da USP que era o pessoal com que eu tinha mais contato, a partir daí eu comecei a conhecer as pessoas e me convidaram para ser secretário executivo do CONDEP, naquela época ele era presidido pelo Dr. João Benedito de Azevedo Marques, o Padre Júlio já fazia parte do CONDEP e outros companheiros e companheiras, foi muito interessante. (Entra no Movimento pela formação e solidariedade) A gente acompanhou o CONDEP, naquele começo foi muito ativo e é até hoje, então eu comecei a ir a lugares, a presídios, eu não cheguei a ir a um cemitério, mas fui depois, mas enfim, às comunidades, à rua e a lidar com esse tema, a partir daí eu fui me envolvendo cada vez mais. Na procuradoria do estado eu ainda fui assessor do procurador geral para a área de Direitos Humanos nessa época anos 90, 95, 96, aproximadamente e quando eu estava na procuradoria, no gabinete do procurador geral, eu criei, o que de uma certa maneira é o embrião de tudo o que hoje é a defensoria pública faz, nós criamos ali uma coisa chamada Núcleo de Direitos Humanos da Procuradoria do Estado de São Paulo [...]. São Paulo precisava de uma defensoria pública e não uma defensoria pública qualquer, mas uma defensoria pública de Direitos Humanos que trabalhasse as questões dos grupos socialmente vulneráveis além de prestar assistência judiciária normal. Bom, os anos foram passando e a gente continuou na batalha pela criação da defensoria, a defensoria pública de São Paulo foi criada em 2006 e a partir daí comecei a trabalhar, no primeiro momento não pude assumir o núcleo da defensoria de Direitos Humanos porque eu tive que ocupar outros cargos na administração, mas desde julho de 2010 eu sou coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo. [...] eu também fiz a minha tese de mestrado relacionada a Direitos Humanos com o professor Dalmo Dallari,		

	meu orientador, e escrevi uma dissertação que se chama Direitos Humanos Contemporâneos que acabou se tornando até um livro que está indo para a 3ª edição.		
	[...] atualmente coordeno o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Tocantins Atualmente coordeno o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Tocantins. As defensorias vieram para o núcleo de forma coordenada para que a gente pudesse promover esse diálogo, esse debate, esse estreitamente de relações com o Estado, com o movimento social e com as organizações sociais para discutirmos Direitos Humanos porque nós trabalhamos todos os dias com esse tipo de violação. A gente trabalha com uma faceta do estado e da sociedade que é vítima, causadora e algoz de lesões aos Direitos Humanos todos os dias em todas as áreas, na questão do negro, da mulher, da criança, do idoso, das questões da violência ou que têm como plano de fundo a ideia da violência, seja ela do estado ou social. Por nós termos interesse em todas essas áreas, interesse institucional, porque não é só uma demanda que nos chega e que muitas vezes nós somos impotentes para judicialmente resolver, é que nós viemos trazer para a sociedade essa questão, no sentido de como resolver, de que forma nós podemos nos agregar para podermos achar uma solução e para que a gente possa se conhecer e as pessoas poderem reconhecer a defensoria como uma instituição que defende os Direitos Humanos, que defende a população em situação de vulnerabilidade não só econômica, mas nos vários aspectos da vulnerabilidade.	SP3	11
	[...] Sou Policial rodoviário federal há 9 anos, e antes de entrar na polícia rodoviária, eu trabalhei por 6 anos na polícia militar, eu trabalho há 15 anos com segurança pública, e desde a época da polícia militar eu já queria desenvolver trabalhos em Direitos Humanos, mas aquele período, aquele momento histórico, 15	SP4	14 e 15

	anos atrás é muito tempo, não me permitia isso, não sei se pela instituição militar ou pelo período. Então hoje eu me identifico com várias causas relacionadas a Direitos Humanos desde essa época, mas eu só pude realmente começar a desenvolver projetos quando eu entrei na polícia rodoviária federal. Eu sou formado em direito, faço mestrado em Direitos Humanos na Universidade Federal de Goiás, sou professor de Direitos Humanos em várias instituições de segurança pública, então eu dou aula de Direitos Humanos em algumas guardas municipais, polícia militar, polícia civil, e na polícia rodoviária federal. Atualmente sou presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, nós temos comissões regionais em todos os estados, algumas mais atuantes, outras menos, as atuantes desenvolvem trabalhos muito bonitos, e a Comissão Nacional que tenta alinhar o pensamento e coordenar essas ações, atualmente eu sou presidente nacional de direitos da Polícia Rodoviária Federal. Na minha família houve muitos casos de tráfico de pessoas, eu sou de Goiás, então, de cada 5 brasileiras que estão na Europa, 1 é goiana. Então várias pesquisas, inclusive feitas no aeroporto de Guarulhos com mulheres que foram deportadas ou não aceitas em Portugal ou na Espanha, que foram ouvidas pelo Núcleo de Tráfico de Pessoas, mostram que entre 20% a 25% das brasileiras que estão na Europa são goianas e a minha família foi afetada por isso, primos, minha irmã, então tem essa questão. A outra questão é que eu sou gay e aí também tem a ver com Direitos Humanos, a questão da luta pela aceitação da diferença. Venho de uma família que tem violência doméstica, que tem problemas com drogas, meu companheiro nesse momento está numa clínica de internação, então são vários temas que entraram na minha vida e que fazem parte da minha vida e que eu não tenho nenhum problema de falar isso publicamente e que me conduziram para isso. Então, assim, de certa forma fui escolhido por Direitos Humanos, para trabalhar com isso, porque a vida me		

	presenteou com esses “problemas” para que eu pudesse ter um olhar diferenciado para esses “problemas” e tentar dizer algo em nome dessas pessoas. (Pela História de vida pessoal e familiar e pela formação) Em 2004, quando eu entrei na PRF, eu participei de um processo seletivo para ser professor de Direitos Humanos, existe um processo na nossa instituição, aí eu passei por esse processo e desde 2004 pra cá, que são 9 anos, eu tenho crescido muito junto com esses grupos, junto com o ouvir o outro, junto com o aprender com o outro, e tenho tentado trazer isso para dentro da instituição [...]. Eu sou um utópico dentro da polícia, e que acredita nessa polícia diferente, na polícia que não fica de cara fechada, que não fica de braços cruzados e que possa realmente se aproximar. É isso que a gente tem tentado construir, mas não é fácil, é muito difícil porque a sociedade conservadora está dentro da polícia e os olhares conservadores e o entendimento conservador do mundo tem uma força muito grande na polícia, então a gente tem que tentar mudar isso, e eu não vou desistir.		
	[...] faço parte do Instituto e Centro de Apoio à Saúde Indígena de Manaus, filiado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos do qual eu sou conselheiro nacional de Direitos Humanos na região norte do Brasil.	SP5	19
	É muita impunidade, e acho que Deus não me mandou para o Amazonas à toa, eu sou daqui de Brasília, nasci e me criei aqui, quando eu recebi o convite do Padre Guilherme para entrar nos Direitos Humanos lá no Amazonas, eu larguei tudo! Larguei minha faculdade de medicina, minha família, e falei para o padre: “eu compro essa briga.” E comprei, eu vou poder morrer feliz no dia que essa impunidade acabar lá no Amazonas, aí eu vou poder dizer: Deus, eu cumpri a minha parte, pode me levar em paz. E eu não estou triste lá, eu estou feliz, porque eu estou conseguindo abrir a mente das mães para denunciarem e	SP5	20 e 21

	encorajar, apesar de que ainda tem uma resistência porque lá é isolado, as pessoas têm medo de falar porque são retalhadas igual a essa criança que denunciou ao conselho tutelar, mas esse conselho não fez a mínima, e essa criança foi morta, a família toda está condenada, enquanto os monstros estão lá soltos, estão sorrindo, estão praticando mais atos, esse grito aqui eu consegui passar. Eu me sinto um pouco realizado, eu posso chegar no Amazonas e dizer: “Gente, nós temos um pouco de esperança, porque agora o mundo nos ouviu e vão olhar diferente para o Amazonas.” A importância desse fórum é essa.		
	[...] sou presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas Vítimas de Escalpelamento da Amazônia lá no estado do Amapá e eu estou há três anos à frente deste movimento, a nossa associação existe desde o ano 2007, ela é fruto de conferências, que veio do nosso estado para a nacional em Brasília e nós tivemos reconhecimento do que é o escalpelamento na Amazônia através da conferência. Em busca de políticas públicas para a minoria, não só da minoria das mulheres vítimas de escalpelamento, mas luta em prol de tantas coisas que existem no Brasil, pessoas esquecidas sem os seus direitos reconhecidos, pessoas que se deixam por passar, são seres humanos, são pessoas que precisam ser tratadas com dignidade.	SP6	23
	[...] Direitos Humanos veio primeiro com a convocação da luta da Campanha Nacional e da Campanha Latino Americana, campanha global pelo direito à educação como direito de todos e de todo inalienável não remetido à mercadoria e esse conceito de inalienável não remetido à mercadoria é que trouxe a provocação para você compreender outros direitos que os seres humanos precisam ter como garantia, como o direito à alimentação, direito de segurança alimentar, direito à saúde, direito ao transporte, direito à moradia, dentre outros. É um leque de direitos que, na verdade, a própria legislação não coloca isso como Direitos	SP7	26 e 27

	Humanos, ela não coloca isso dentro dos Direitos Humanos, então acaba ficando uma cultura de que a legislação só serve para atuar, no caso que a nossa sociedade fala: “Para defender bandidos”, então ficou a marca dos Direitos Humanos na sociedade brasileira, quando na verdade não é real porque todo cidadão e toda cidadã tem direito humano. A minha trajetória, sem eu entender o que estava acontecendo, vem desde criança por conta da atuação da minha mãe, minha mãe tem uma atuação muito militante dentro das pastorais religiosas, dentro da religião católica ela atua na igreja, atua com idosos, com crianças, sempre atuou e a gente sempre acompanhou isso, eu sou do leste de Santa Catarina e participei quando criança, ainda pré-adolescente, de todo o movimento pastoral da terra sem entender necessariamente o que estava acontecendo, mas eu fui formada ali, eu fui formada pelas lideranças. (Pela formação e trajetória de vida dentro da igreja católica, “Teologia da Libertação) Hoje há pessoas que eram da minha cidade que é Quilombo, em Santa Catarina, que são lideranças nacionais do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e de outros movimentos, das mulheres camponesas etc., e eram as pessoas que eu convivia na minha cidade, então eu fui formada nessa luta sem compreender muito bem o que era e aí fui me baseando. Para atuar dentro da Secretaria de Direitos Humanos, ou seja, para compor a equipe no final de 2010, quando a Dilma venceu as eleições, foi na verdade uma dívida que eu tinha com a minha filha, a Cristiane sofreu uma tentativa de estupro dentro do meu apartamento por um tio do meu marido, um senhor de uma certa idade que era militar aposentado, e ele entrou dentro da minha casa armado e tentou estuprar a minha filha e só não aconteceu isso porque ela não estava sozinha em casa e na verdade, assim, por mais que eu tivesse todo o esclarecimento do que eu tinha que fazer, por mais que eu quisesse fazer, eu não fui fazer a denúncia, não fui fazer a denúncia por conta de que eu não		

	ficava em casa, meu marido não ficava em casa, a Cristiane precisava viver, precisava estudar e a gente achou que ela também não tinha condição de segurar sozinha uma barra como essa, então a gente acabou trabalhando isso mais internamente e não fez a denúncia e a partir desse dia então eu comecei a me entender num mundo com uma nova missão, com um novo trabalho que era essa causa da defesa da criança e do adolescente por conta da exploração e do abuso sexual e eu devia isso a ela, porque ela tinha 11 anos na época, hoje ela tem 22, então 11 anos depois eu estou à frente de um trabalho que me possibilitou criar um espaço um pouquinho melhor para que esses temas não ficassem escondidos mais, e infelizmente essa é uma questão que eu não resolvi internamente ainda porque a minha militância não me permite não denunciar, mas por outro lado eu tinha todo um esforço familiar que não podia expor, então se é uma crise para mim que tenho compreensão das coisas, que tenho estudo, imagine para as pessoas que não têm esse tipo de consciência das coisas, o quanto é complicado você superar, é muito difícil você superar, foi para ela que eu vivi esses mais de dois anos de atuação direta dentro dos Direitos Humanos.		
	[...] atualmente estou na coordenação geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), uma entidade que vai completar 32 anos no dia 30 de janeiro de 2014, que tem uma tradição no Brasil iniciada pela luta pelos direitos políticos e depois pelos direitos civis, e hoje o MNDH cumpre um papel de tentar açambarcar todas as questões de Direitos Humanos para dentro da rede do movimento nacional. São 460 entidades filiadas, algumas delas já devem ter até acabado pela conjuntura da natureza das próprias instituições, há muitos pedidos de novas inscrições de filiação dentro do movimento, então é um movimento que é referência nacional e também internacional do ponto de vista de uma grande rede de entidades que fazem	SP8	39

	ações e lutas pelos Direitos Humanos. Falando do Fórum Mundial de Direitos Humanos, o Movimento Nacional participou do comitê organizador, e participando mais nas mobilizações estava a Lurdinha Nunes, do Piauí, também coordenadora do movimento, o MNDH também ajudou na questão das discussões que eram em torno da preparação do Fórum Mundial.		
	O que me levou a militar nos Direitos Humanos não foi uma questão consciente, e sim inconsciente, pois ninguém decide: Há eu vou ser militante de Direitos Humanos, porque se tornar ou não militante de Direitos Humanos é uma consequência, são as condições históricas que vão ocorrendo, que vão te levando para algumas outras decisões, que vai te levando para os espaços que você acaba ocupando. No meu caso, vou ter que voltar um pouco na infância porque o meu pai era ferroviário e nós morávamos aqui numa região ao lado de muitas favelas, então todos os meus amigos de infância eram da favela da Pompeia, nós estudávamos nas mesmas escolas, e quando eu virei adolescente eu comecei a notar que havia alguma coisa que nos separava, que eu não conseguia decifrar isso, aí eu via meninos de treze anos já tendo que trabalhar e eu ainda não precisava, depois vi um que morreu, depois outro que ficou doente e ficou praticamente sem uma perna e não podia jogar bola, e aquilo foi de uma maneira alimentando em mim um sentimento de diferença, daquilo que parece tão igual mas depois se torna diferente, e você não consegue explicar o porquê. Depois eu fui estudar e durante o estudo eu fui me aproximando um pouco da igreja Católica, naquele momento a igreja tinha um pensamento muito próximo à questão da teologia da libertação, e aqueles padres, e as conversas políticas eram coisas que me encantavam, e foi a partir de uma conversa com um franciscano, o falecido padre Nildo Do Amaral, que eu resolvi então estudar direito, ele me disse: “Você tem que estudar Direito na PUC”. [...] fui fazer estágio numa instituição que se chamava	SP8	45 e 46

	Associação em Defesa da Moradia, que fazia defesa das favelas de São Paulo, dos cortiços, e lá eu fui fazer estágio, lá em São Mateus bem na periferia, no extremo leste de São Paulo, e lá eu comecei a fazer militância política. Eu viajei junto com o Partido dos Trabalhadores onde recebi uma série de informações, eu comecei a militar junto com a igreja e com os movimentos de moradia e começamos a formar os movimentos de moradia, e aí logo fui comandante de cortiço, eu sou um dos fundadores dos cortiços do Brás e do Belém que depois vieram os grandes projetos de cortiços, enfim, estou resumindo isso pois a história é muito longa e eu fui durante muito tempo um militante da moradia sobretudo da União de Moradia. Eu ajudei a criar o movimento de moradia e depois ajudamos a criar uma série de centros de defesa dos Direitos Humanos, entre eles o Centro de Sapopemba, o Centro Padre Ezequiel Ramin e depois, por conta disso, eu fui parar no Centro Santo Dias e de alguma maneira eu fui envolvendo e sendo envolvido por esse assunto, por esse tema, e lá no Ezequiel Ramin, com o pessoal de Sapopemba, a gente sempre trabalhou a questão da violência policial, então a gente brigava muito na corregedoria, pedia afastamento de delegado e etc. Com isso a gente foi se envolvendo pela questão da luta pelos os Direitos Humanos, então a minha origem no movimento nacional é do trabalho de base, iniciada na zona Leste passando pelo o Centro de Direitos Humanos Padre Ezequiel Ramin, CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) do Belém, CEDECA Sapopemba e depois nos Centros Santo Dias, até que eu chegasse a representar os grupos de São Paulo no Movimento Nacional.		
N. 2	I FMDH: ORIGEM, PAUTAS, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	ent.	pag.
	ATUAÇÃO		
	Nós apresentamos uma campanha do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos: “Nós somos cidadãos e temos	SP1	01

	direitos.” E que direitos? O direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, a viver, a estar na rua, a sair da rua e que a sociedade não nos olhe como “o homem do saco”, como invisíveis, mas como cidadãos, cidadãos de direitos. Então a gente veio trazer os invisíveis que se tornam visíveis, pessoas que hoje têm lei, têm políticas nacionais e que querem fazer parte dessa cidade, é isso que nós viemos fazer no Fórum Mundial de Direitos Humanos.		
	[...] o genocídio, como a gente fala do genocídio da juventude negra, hoje a gente também fala do genocídio da população em situação de rua no país. Como foi dito ontem pela Ministra Maria do Rosário, mais de 40 pessoas da rua foram mortas em Goiás. Esse genocídio nós não podemos mais aceitar no nosso país, tem que processar prefeitos, governadores, deputados, senadores, políticos que mandarem matar o povo da rua ou querem exterminar essa população de rua, tem que tomar a verba deles. Eu acho que é importante nas pautas entrar o genocídio da pobreza, dos pobres, então acho que é fundamental trazer isso num evento como a Conferência de Direitos Humanos no ano que vem.	SP1	02
	[...] a atuação da defensoria pública na promoção e defesa das pessoas em situação de rua, mas eu trouxe uma outra coisa também, assim que eu recebi a notícia de que iria ocorrer o fórum eu entrei em contato com umas pessoas e soube da questão do comitê organizador que basicamente reuniu todas as entidades que ajudaram a construir esse fórum. [...] eu me conectei com a presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, com o presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos, que se tornaram as duas entidades do comitê. Assim como a defensoria pública de São Paulo, outras defensorias das quais a gente tem conexão vieram também ou já estavam, e então no momento em que abriram as inscrições de atividades autogestionadas, eu articulei com essas entidades, de	SP2	04 e 05

	modo que as duas associações apresentassem painéis e atividades sobre Direitos Humanos, então a Associação Nacional chamou os defensores públicos para discutir a situação de Direitos Humanos de uma maneira ampla, tiveram apresentação de fotografias também, apresentaram uma campanha que eles têm de fortalecimento da defensoria pública para o atendimento das pessoas e pela defensoria pública de São Paulo, além dessa questão da população em situação de rua que nós trabalhamos no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria, eu convidei outros colegas que trabalham com outras temáticas que também tiveram aqui atividades autogestionadas, então chamei a defensoria que é coordenadora do Núcleo de Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo e ela fez aqui a apresentação de um filme que chama “O Renascimento do Parto” sobre violência obstétrica que é uma situação grave que atinge muitas mulheres, houve a apresentação do filme seguida de debate e também outra pessoa que veio foi a Dra. Vanessa que é coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação e Racismo que combate o preconceito da Defensoria Pública de São Paulo e ela então preferiu fazer uma atividade de convergência sobre os direitos da população GLBT em especial dos transgêneros, travestis e transexuais. Então fez uma linha de convergência, eu não pude ir porque estava fazendo justo uma outra, eu apresentei uma atividade autogestionada que era justamente a promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua e nessa mesa, embora tenha sido inscrita por São Paulo, nós chamamos colegas de outros estados para fazer um painel amplo, teve apresentação do trabalho da Defensoria Pública da Bahia com as populações em situação de rua, de Minas Gerais, Tocantins também falou, Piauí e infelizmente a Defensoria do Ceará não pôde estar mas eu sei que o Ceará tem a Dra. Amélia Rocha que tem um trabalho excepcional também nessa área, enfim, várias defensorias públicas puderam apresentar, a		

	defensoria pública do Pará. Foram seis defensorias públicas que expuseram o trabalho que elas estão fazendo na área da população em situação de rua e depois, em seguida, houve um debate.		
	A gente precisa mostrar para a sociedade brasileira que os Direitos Humanos não é, como se diz por aí: “a defesa de bandidos”, quando a gente defende a dignidade do criminoso, a gente defende a dignidade de todo mundo e a gente defende a dignidade de todo mundo seja na questão penal, da saúde pública, da educação pública, da moradia, do transporte, do meio ambiente, das populações vulneráveis que historicamente foram massacradas no Brasil, então os Direitos Humanos são realmente um grande guarda-chuva que no fundo quer fazer as pessoas viverem melhor, sem medo, mais felizes, com mais oportunidades de se desenvolverem. O Brasil hoje, sem dúvida nenhuma, perde anualmente um monte de pessoas que se tivessem uma educação adequada, uma alimentação adequada, porque você só aprende de barriga cheia, uma moradia adequada, onde você possa sentar, colocar os seus livros e estudar, enfim, a gente perde pessoas, enfim porque outros países do mundo que têm um sistema social mais justo sabe... Cientistas, médicos, lutadores, profissionais de todas as áreas, que realmente contribuem para que aquela sociedade seja melhor, fazer a vida das pessoas melhor, no Brasil não é diferente, nós somos seres humanos como qualquer europeu, qualquer norte americano ou qualquer japonês ou chinês. Então, o que falta no Brasil é dar condições para as pessoas para elas escolherem, olha se eu quero ser engenheiro, eu não vou precisar ir lá dirigir um ônibus porque foi a única coisa que eu consegui fazer por causa da minha baixa escolaridade. Quantos engenheiros, médicos, cientistas, o Brasil perde anualmente? Então, eu acho que essa mensagem precisava ficar clara para a sociedade, mas a gente tem uma barreira que são os programas	SP2	8, 9 e 10

	de televisão e de rádio que são concessões públicas que deveriam então trabalhar para o esclarecimento público, um exemplo claro é nos presídios, a quantidade de presos que cometeram homicídio ou latrocínio é proporcionalmente baixo, 10 ou 15% da população carcerária, por outro lado, esses programas de segurança pública mostram o tempo todo homicídios, a população acha que no Brasil há um monte de criminosos que vão matar todo mundo, não que eu esteja dizendo que os outros crimes são menos importantes, claro que não, são sérios, as pessoas ficam com medo, perdem valores, isso é horrível e viver com medo é horrível, mas as coisas têm que serem colocadas com clareza, nenhum desses programas pergunta para onde vai o preso depois da cadeia, quando o preso sai da cadeia ele sai com um passe de ônibus se tiver trabalhado um pouquinho na prisão, fecha-se a porta atrás dele, o portão bate, faz aquele barulho de metal e o cara está na rua, e para onde ele vai? Ele desaparece? Ele não desaparece, ele é uma pessoa, mas e os vínculos que ele possuía? Se tiver uma família, a esposa, a mãe, que vão toda semana, pegam aquela fila horrorosa, têm que acampar na frente do presídio, passam por aquela revista vexatória, têm que fazer aquelas flexões, que são degradantes, nesse caso a pessoa ainda pode voltar eventualmente para a família, mas vai sobreviver como? Então o que o Estado e a sociedade oferecem de oportunidade para as pessoas que uma vez terem cometido um crime possam dizer: “não, agora eu tenho uma oportunidade de ter uma vida diferente.” Então não têm, e o ser humano não é uma ilha, todos nós temos conexões sociais, Aristóteles já falava que o ser humano é um ser social, então nós desenvolvemos vínculos, vínculos afetivos, vínculos de trabalho, então a pessoa que ficou alguns anos dentro da cadeia e o estado não ofereceu nenhuma outra oportunidade para ele quebrar o elo com os seus outros companheiros que também cometeram crimes, naturalmente está		

	empurrando essa pessoa de volta para a criminalidade, e quando ele fica um pouco mais velho ou quando ele não tem família, mas não quer voltar para o crime ele vira morador de rua, pessoa em situação de rua, a gente tem um contingente grande de pessoas em situação de rua que tiveram uma passagem criminal e não tiveram nenhuma outra oportunidade, e obviamente são pessoas que não querem voltar para o crime, mas o que a sociedade oferece para as pessoas? Então eu acho que a gente precisa mostrar para a sociedade o que são os Direitos Humanos, a gente não pode se envergonhar, ficar com medo, a gente tem que enfrentar o debate público e mostrar tudo isso		
	[...] nós trouxemos o stand para discutir e para trazer cartilhas e informativos sobre as ações que nós fazemos nos nossos Estados de forma coordenada e unificada, e como atividade de sucesso e práticas exitosas de cada Estado. Nós produzimos duas atividades, uma com relação a moradores de rua, que é um público que hoje a gente tem crescendo em demanda, não só em quantidade, mas em particularidades dessas demandas, são demandas por documentos, são demandas por respeito, são demandas por informações jurídicas, são demandas por questões sociais e assistenciais, então a gente trouxe, pela relevância, uma atividade específica sobre isso e outra oficina para a gente divulgar as atividades que as defensorias do Brasil fazem em diferentes aspectos sobre Direitos Humanos, há experiências exitosas na atividade do atendimento da população quilombola, do campo e etc. O Tocantins, por exemplo, trouxe essa experiência que se nós temos e reconhecemos violações inúmeras e absurdas de Direitos Humanos na cidade, no campo ainda é pior, nas comunidades tradicionais, indígenas, campestres, todas elas padecem muito mais da falta de Estado e esse padecimento é violação direta de direitos básicos. Pensar numa comunidade que vive a 100... 200 quilômetros da cidade mais próxima, o difícil acesso, sem posto de saúde, sem	SP3	11 e 12

	educação e sem energia elétrica nos dias de hoje é evidente que essas pessoas não têm Direitos Humanos reconhecidos, e a gente tem atuado para levar um Estado para lá, não para trazê-las e retirá-las de seu ambiente, mas para levar um Estado para lá, porque eles são cidadãos tanto quanto qualquer pessoa que mora num grande centro e essa é uma prática que a gente trouxe. Minas Gerais trouxe práticas interessantes como o trabalho das mães que estão no sistema de justiça presas terem possibilidade de remissão por irem cuidar dos seus filhos, estreitando os laços de família. Nós temos várias atividades de combate à tortura, a defensoria de São Paulo trouxe o que ela está fazendo para o combate à tortura, que é um grande foco de problema em São Paulo. Então cada Estado trouxe a sua demanda maior ou mais evidente como experiência de sucesso, e nós tentamos retratar isso nas oficinas, isso sem prejuízo de participar das outras atividades, reforçando o nosso diálogo com a população, reforçando o nosso contato com os movimentos sociais, com os entes estatais, porque nós precisamos dessas parcerias, muitos casos a gente consegue resolver com conversas, com ofícios, com recomendações, é muito mais ágil, é muito mais efetivo e por isso a gente precisa desse estreitamento de relações e então nós também atuamos nas atividades dessa forma, o fórum foi muito produtivo nesse aspecto, porque nós conseguimos atingir, na nossa avaliação, tudo o que nos propusemos, a volta, o feedback da população, da sociedade civil, dos movimentos foi muito importante, muita gente procurando, querendo informações, querendo estreitar parcerias e para isso que a gente veio, e eu entendo que foi bastante produtivo nesse aspecto.		
	Eu tenho várias bandeiras, mas a minha principal bandeira é por uma polícia aberta, por uma polícia democrática, por uma polícia porosa, por uma polícia que tenha espaço para outras instituições, para outros olhares, para outras pessoas, então essa	SP4	14

	é a minha bandeira principal. Em várias polícias do mundo, a coordenação que coordena essa polícia é a própria sociedade civil, mas o Brasil não sabe disso. Então, por exemplo, a Scotland Yard que é uma grande polícia inglesa é coordenada pela sociedade, tanto a dona de casa, quanto o psicólogo ou um padre que se reúnem formam um comitê coordenador da polícia. Eu não acredito que o Brasil vá chegar nisso, porque o Brasil é extremamente autoritário, mas eu acredito que a gente pode fazer uma polícia mais aberta, e é em torno disso que eu tenho lutado nesses últimos anos. Eu era presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos lá em Goiás, então lá eu participava do Comitê do Tráfico de Pessoas, de exploração sexual, trabalho escravo, LGBT, tortura, justamente tentando trazer esses olhares diferentes para dentro da polícia e isso não é fácil, é um trabalho muito difícil, é um desafio, devido a esses projetos todos que a gente tem desenvolvido eu fui convidado, há 2 meses, para assumir a Comissão Nacional de Direitos Humanos.		
	O primeiro ponto específico é o isolamento da região amazônica, do qual foi um tema que nós viemos abordar aqui através das atividades autogestionadas, então o que quer dizer isso? O isolamento geográfico do Amazonas, as nossas vias de acesso são fluviais e até chegar de fato os programas sociais se demora muito, para poder ter uma dimensão melhor desse pensamento, aqui você anda 270 km em 4 horas de carro ou de ônibus, e nós lá da minha região, dependendo do barco de transporte, chegamos a esperar até 2 ou 3 dias de viagem. (Sentimento de pertencimento da região e militância) Então, com esse isolamento, até chegarem as políticas públicas nas comunidades afastadas da sede se demora muito, então a gente encontra muitas violações de Direitos Humanos, dentro dos programas sociais, porque eles não chegam a essas comunidades devido ao isolamento dos rios, das matas, nós não temos sinais de telefonia	SP5	19 e 20

	perfeitos, muita gente ainda em Amazonas não sabe ainda o que é a internet, que são coisas simples, tem muita gente lá, como nós já identificamos, que não sabia nem da existência do bolsa família, muitos idosos que ainda não foram aposentados porque nem sabiam que poderiam ser aposentados pela aposentadoria rural, e além disso, as pessoas que compreendem e sabem , não levam a informação até lá devido a esse isolamento, devido a distância que separa a região norte da realidade do país. Então a região norte é praticamente outro mundo. Se aqui no Brasil o pessoal vê que é um terceiro mundo, a região amazônica é o sexto ou um sétimo mundo, devido a esse isolamento e isso que nós trouxemos aqui para o fórum, para podermos dar essa visibilidade e para que as pessoas voltem o olhar para a região norte.		
	O mundo está de olho na região norte, mas só na questão de que o Amazonas é o pulmão do mundo, mas neste pulmão do mundo existem os alvéolos, que são as pessoas que estão lá dentro, que não são vistos, que são os ribeirinhos, os indígenas, os caboclos, os povos tradicionais de terreiros, os afrodescendentes, os quilombolas que moram naquela região, e nós não somos vistos, esse povo que está sendo morto, extinto e violados todos os tipos de direito, o direito à saúde não existe, o direito à educação também não, os programas sociais, que são um direito conquistado pela luta para as pessoas, não chegam lá como devem chegar. Eu gostaria de pontuar mais um assunto porque é uma maneira de gritar, não o meu grito, mas o grito das crianças do qual nós estamos na luta, que é a questão da exploração sexual, que é uma realidade que lá é grande, aí contribuído muito também pelo o isolamento, porque os poderosos que têm dinheiro, os grandes empresários, políticos, e os turistas têm um poder aquisitivo imenso, então eles chegam a essas localidades como no caso de Barcelos, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Maoés e	SP5	20 e 21

	Audaz. Eles chegam de aviões e lá vão explorar as crianças de 10, de 11, de 12 anos, às vezes chega até 9 anos, nós temos dados que crianças de 7 anos são mães, o que é um absurdo. Então esse grito eu consegui trazer aqui para o fórum e consegui o apoio do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente do qual nós vamos ter uma força-tarefa que é a CPI da pedofilia da Câmara Federal que é a deputada Erika Kokay, que é a presidente, e a relatora Liliam Sá, que é do Rio de Janeiro, que estiveram lá em Coari e foram hostilizadas pelo prefeito, do qual está sendo arrolado como o maior monstro de pedofilia do Amazonas, do qual ele escolhe suas vítimas através de fotografias, ele diz de 1.0 (10 anos), as de 1.3 (13 anos) já são velhas para ele, ele coloca essas crianças num círculo e escolhe as suas vítimas. Então a criança está condenada para o resto da vida, emocionalmente falando, enquanto isso esse monstro se reveste numa proteção parlamentar e está solto rindo da nossa cara, isso as próprias deputadas sentiram na pele quando foram hostilizadas por esse monstro lá no Amazonas.		
	Então eu estou aqui nesse Fórum Mundial de Direito Humanos para conhecer, e só agora estou entendendo que um fórum mundial é formado por movimento sociais, cada município, cada estado do mundo todo. Já que é um fórum mundial, então estou tendo a dimensão agora de que a gente precisa se unir, ter essa rede, compartilhar esse conhecimento. Por isso que vim aqui buscar esse conhecimento para levar para as mulheres do meu Estado, enfim, hoje a internet está aí para isso, para nós nos possamos nos ajudar. Eu fiz uma fala numa das oficinas, porque o escalpelamento é algo que não é reconhecido na questão da saúde e a gente fica esquecida, a gente tem um problema de saúde após o escalpelamento e ainda não teve medicina nenhuma que provasse as causas de saúde que a gente tem após o escalpelamento, a gente tem febre misteriosamente, devido a dor de cabeça, a gente não pode estar exposta ao sol,	SP6	23 e 24

	então a gente sofre muito. Quando vamos procurar emprego, as empresas não querem contratar a gente porque nós faltamos no serviço porque às vezes amanhecemos com dor de cabeça. O acidente do escalpelamento arranca brutalmente todo o couro cabeludo, atingindo o crânio isto é muito sensível e não tem um laudo específico, uma perícia que reconheça quais são as consequências e a gente luta para que a previdência social dê uma pensão vitalícia para a gente receber, mesmo que não desse para a vida toda, mas pelo menos até a nossa formação, porque a gente era morador da região amazônica, a gente vivia na área ribeirinha, após o acidente a gente larga tudo, inclusive a família e vem para a cidade, porque a gente não pode pescar, a gente não pode tirar açaí, pegar camarão e etc. (Vitima, vivencia o que fala e militância). Então a gente vai para a cidade e encontra outra realidade, sem estudo, sem moradia, aí muitas vezes a gente acaba recebendo propostas para se prostituir, é muito difícil, aí ninguém vê as pessoas escravizando a gente, sofrendo, aí ninguém sabe o que a gente passa, e é isso que eu quero mostrar para o mundo, que a gente é vítima de violência, vítima de violência do trabalho, discriminação, *bullyng*, a gente não consegue estudar, porque na escola tiram a nossa peruca, a gente não tem acompanhamento. Eu gostaria muito que a educação do Brasil tivesse uma pedagogia específica para vítimas de escalpelamento, tivesse professores que procurassem acompanhar porque a gente falta na escola, porque a gente não consegue desenvolver nossas atividades em grupo, às vezes alguns colegas não tem paciência de esperar. O escalpelamento gera um choque muito grande na cabeça, médico nenhum vê essa realidade, isso é muito sofrido. Eu estou fazendo um curso de pedagogia graças a uma faculdade particular do estado do Amapá que abriu as portas para mim, a Faculdade Atual no estado do Amapá que abriu as portas para as vítimas de escalpelamento, nós já temos três pedagogas formadas e no ano		

	de 2014 já vou conseguir concluir meu curso de pedagoga.		
	Nós temos uma Lei Federal 11.970/2009, que previne os escalpelamentos, que é uma grande conquista do movimento social que vai prevenir para que não aconteçam mais escalpelamentos com nossas mulheres da Amazônia, não só mulheres, homens, porque na nossa associação temos mulheres e homens agregados. Nós temos seis homens que perderam os órgãos genitais e é muito complicado, então perde-se braço, a orelha, atinge o olho e acaba perdendo a visão, é um acidente horrível, é um terror. Então a gente precisa ter esse olhar especifico da saúde, nós temos o Dia Nacional do Combate ao Escalpelamento que é o dia 28 de Agosto, que é a lei federal 12.199/2010 que reconhece também o escalpelamento à nível nacional. Então todos esses foram grandes avanços, mas a gente precisa da nossa saúde, um estudo específico sobre o que acontece conosco, vítimas de escalpelamento, e um acompanhamento psicológico que tem que ser permanente na nossa vida, porque dizem que a discriminação acaba, mas a discriminação no nosso país nunca vai acabar, talvez se evadisse essa geração e viesse uma nova geração de crianças que a gente conseguisse reeducar do berço, quem sabe assim a discriminação seria banida?	SP6	24 e 25
	CONTRIBUIÇÃO DO FORUM		
	Esse fórum traz uma dinâmica de as pessoas começarem a dialogar, todo o mundo, as línguas são diferentes, mas as ações são as mesmas. Eu acho que a conjuntura, o que acontece no Brasil, acontece na África, acontece nos Estados Unidos, acontece em todo o mundo, então eu acho que é a unificação dos povos, unir os povos em Direitos Humanos, na defesa, contra a militarização, em favor dos excluídos e trazer a defesa. Eu acho que o Brasil conquistou a Carta Magna de 1988 e dentro da Carta Magna fala do acesso à justiça, de ter direito à defesa, eu acho que a defensoria é muito importante, a defensoria de Direitos Humanos, porque o defensor defende as pessoas [...] é dentro desse sentido que nós estamos aqui para lutar. Eu acho que esse Fórum Mundial de Direitos Humanos é o linguajar, não têm direito, então acho que é essa a importância de você reunir o Fórum as línguas são diferentes, mas a ação é única, é Direitos	SP1	02

	Humanos.		
	Em primeiro lugar, o que eu vi nesse fórum foi uma enorme quantidade de pessoas que de uma maneira ou de outra se envolvem com a efetivação de Direitos Humanos, a garantia da dignidade fundamental da pessoa humana, essas pessoas numa grande festa dos Direitos Humanos nesse sentido, é realmente uma alegria porque a gente trabalha muitas vezes na contramão do pensamento hegemônico que é ainda hoje, especialmente no Brasil, que tem um começo de democracia, mas existe uma enorme desigualdade social, econômica, racial, os Direitos Humanos no Brasil ainda são contra hegemônicos então nós, no nosso trabalho diário, muitas vezes a gente se sente sozinho, isolado, tendo que nadar contra a corrente, tendo que dar murro em ponta de faca para garantir que isso aqui não se torne um absurdo, que não se faça massacre com pessoas em situação de rua, que a polícia comece a agir de uma outra maneira e pare de matar, que os hospitais atendam as pessoas de uma maneira descente, que haja habitação, enfim, em toda a linha que os Direitos Humanos trabalham e aí, nesse sentido, juntar as pessoas num sentido que nós não estamos sozinhos e que tem um monte de gente trabalhando para que esse Brasil seja melhor para todo mundo, então essa acho que é a primeira grande contribuição, a segunda foram os painéis todos, os painéis riquíssimos dá vontade de dividir em 10, 20, para estarem em vários lugares ao mesmo tempo, e obviamente as conferências que foram trazidas, os painéis que foram organizadas pela própria Secretaria de Direitos Humanos também abrem novos horizontes, por conta disso tudo eu aproveitei para fazer muitos contatos e aí surge um entrelaçamento maior, a gente conhece pessoas, pessoas nos conhecem, a gente começa a trabalhar em rede, faz novos elos nessa rede, então o fórum foi fantástico com tudo isso e teve uma organização impecável [...].	SP2	06
	Quem sabe no próximo ano isso possa acontecer de novo e	SP2	7 e

	numa próxima vez eu espero que o tema da letalidade policial, da violência policial e nos presídios venha com mais força, mas isso não dependendo do governo, a gente percebe que hoje em dia a militância dos Direitos Humanos está muito mais voltada a outras causas muito importantes como os direitos dos indígenas, dos quilombolas, da população afrodescendente, população GLBT, a questão ambiental, a questão de moradia, enfim, um monte de questões absolutamente centrais no Brasil, mas por algum motivo eu venho observando desde aquela época em que eu comecei no Núcleo de Estudo da Violência em que o ponto central de Direitos Humanos era a violência policial, hoje são poucas pessoas que trabalham com isso, e talvez por medo até, acho que é um ponto central que a gente tem que trabalhar pela desmilitarização da polícia, pelo aumento do profissionalismo da polícia porque o problema da desmilitarização é que a população fica achando que se resolve a questão de segurança colocando mais policiais na rua, na verdade isso não tem resolvido o problema de segurança pública no Brasil, o que resolve é você melhorar a inteligência policial, ter uma articulação entre o policial da rua e o policial que faz a investigação, você ter um sistema adequado de investigação, hoje no Brasil, não se recolhe nem impressão digital, enquanto no mundo se recolhe DNA para saber se a pessoa esteve dentro da casa ou não. O profissionalismo dessa área de investigação porque quando você investiga você previne o crime, porque desbarata o crime organizado ou até as pessoas que não são do crime organizado, você consegue prender as pessoas antes de cometerem o crime, hoje em dia, no Brasil, a gente tem uma taxa de subnotificação muito grande, as taxas oficiais já são altíssimas de crimes, porque quando te roubam um celular na rua, se você não tiver um seguro desse celular você não vai até a delegacia, então tem um monte de outros crimes que estão acontecendo e que não entram nas cifras oficiais, então a ideia é que a gente tem que		8

	trabalhar com seriedade no Brasil a questão das polícias, a gente tem duas polícias que competem uma contra a outra, a polícia civil versus polícia militar por orçamento, por destaque, por participação no governo, os sistemas de polícia não falam um com o outro até hoje. Por exemplo, eu tive meu carro furtado recentemente em São Paulo, eu fui até a delegacia porque tinha que fazer o boletim de ocorrência por questão do seguro, quando eu estava saindo da delegacia os policiais falaram: “agora você liga no 190 para avisar a PM”, mas aí eu falei: mas eu estou saindo da delegacia de polícia, e eles falaram:” Não, mas são sistemas separados.” Então, como é que a gente vai combater a criminalidade no Brasil com duas polícias que não conversam? Então não é a violência policial, não é essa a guerra que acontece nas ruas que vai resolver a situação da segurança pública, então acho que esse é o ponto que talvez pudesse ser tratado e talvez o Fórum Mundial de Direitos Humanos possa ter um tema central para isso.		
	[...] o que esse fórum teve, é mostrar a militância de inúmeras questões. E se a sociedade brasileira olhasse esse fórum, se passasse no jornal nacional ou de alguma outra maneira mostrasse o que aconteceu aqui, eu falaria: os Direitos Humanos é o que nós precisamos para o Brasil ser um país para todos.	SP2	10
	[...] a gente precisa ter a visão de que nós todos construímos para sociedade que temos e que cada um de nós é responsável. Se nós tivermos fortalecidos esse ideal dentro da população comum, dentro de cada um de nós, a gente se sente valorizado e reforça a ideia de cidadania que é o que nós precisamos, as coisas estão erradas, então como mudar? Não são soluções só do movimento social, não são soluções só do estado, são ações de todo mundo, que é a mesma coisa no final das contas.	SP3	13
	O fórum foi maravilhoso, uma experiência única, foi o maior evento de Direitos Humanos que eu participei no sentido da diversidade reunida no mesmo local, e essa diversidade reunida	PS4	15

	no mesmo local possibilitou o renascimento das comissões de Direitos Humanos nos locais onde não existiam, existiam no papel, a gente tem uma portaria que fala: “Olha, esse estado vai ter uma comissão de Direitos Humanos.” E o superintendente nomeia lá 3, 4, 5 pessoas, então formalmente ela existe em todos os estados. A gente trouxe para cá dois policiais de cada estado, alguns estados a gente trouxe apenas um e a presença dos policiais desses estados que não agem, que não fazem nada, aqui foi um renascimento e eles falaram: “não, eu não vou desistir, eu ia desistir, eu já não estava fazendo nada, agora eu vou fazer, nossa tem vários projetos que a gente pode fazer.” E eles vieram com várias ideias, então eu saí com a impressão de que o fórum possibilitou um renascimento dos Direitos Humanos na PRF e no estado desse policial.		
	Esse fórum serviu, na minha avaliação, como um canal de um grito de socorro, um canal porque aqui não está somente o MNDH, do qual eu faço parte, reunido, nós temos mais de quatrocentas entidades filiadas no Brasil, mas aqui tem todo o mundo reunido, então acho que o nosso grito de socorro vai ecoar mais e aí não só o Brasil vai estar de olho, mas também o mundo vai estar de olho na região norte.	SP5	20
	[...] graças a Deus, aqui consegui colocar para fora e consegui mais esse apoio, eu espero que eu tenha sucesso, mas o grito foi dado, não o meu grito, mas o grito das crianças e das mães, porque quando vieram relatar para nós, eu me senti impotente, e senti nojo, me senti uma pessoa completamente sem ação, lembrando das crianças, me lembrei das minhas sobrinhas que têm 9, 10, 11 anos, eu me senti totalmente impotente escutando o relato das mães e das crianças que foram violentadas. Então é uma coisa que através desse isolamento, nem a própria polícia consegue chegar, porque lá o poder judiciário e até a polícia estão envolvidos, estão todos juntos, são os políticos, o judiciário, o executivo através de seus policiais. Então é uma situação que,	SP5	21

	graças a esse fórum, eu consegui gritar um pouco mais junto com as deputadas, e eu sei, eu tenho fé, eu tenho esperança que o grito dessas crianças de lá será ouvido. É difícil porque nós perdemos uma criança no ano passado que foi assassinada porque denunciou.		
	Eu falava ontem com uns colegas sobre essa rede de pessoas aqui nesse encontro, é isso que fortalece os Direitos Humanos, cada Estado, essa partilha, compartilhar esses conhecimentos, eu acho que isso que vai fazer a diferença e nós temos que levar para aplicar nos nossos jovens que são eles que vão fazer a diferença. Eu vejo aqui no fórum essa avaliação como um fórum mundial para os jovens e nós, que já estamos no movimento, estamos ensinando, compartilhando, o que estamos aprendendo e a gente tem que passar isso para eles, chamar para junto de nós, porque a gente vê os jovens se matando, morrendo de fome na rua, morrendo pela violência, por drogas, então é isso que temos que passar para eles a importância do fórum para a minha vida e para a vida daqueles que estão esperando por nós, porque conhecimento é poder. A gente tem que ter muita coragem, todas as pessoas que estão aqui deixaram sua família, eu deixei meu filho de um ano e cinco meses, não é fácil, é uma semana longe, então todas as pessoas que estão aqui é porque têm os Direitos Humanos na alma e quando se trabalha com amor é isso que vai fazer a diferença.	SP6	25
	Primeiro porque você conseguiu, a partir da mobilização do Fórum, colocar, e aí eu estou falando nos locais, nos municípios e nos Estados, mais do que o nacional e o internacional, você conseguiu colocar no local um debate, um filme e uma chamada que não estava posta em pauta, a gente estava na pauta do desenvolvimento, mas a gente não estava nessa pauta dos Direitos Humanos. Então você tem os conselhos nacionais e o que eu relatei dos conselhos nacionais é o mesmo que se dá nos estados e	SP7	34 e 35

	municípios, só que com muito mais fragilidade, porque o sujeito da sociedade civil ou do governo que está no conselho, ele está ali no cotidiano, convivendo 24 horas por dia naquele lugar, então é muito complicado o enfrentamento e é muito complicado você fazer a luta aguerrida por algumas pautas que você sabe que elas são delicadas, como é a proteção e defesa da terra, por exemplo, quando você lá na Região Amazônica, que é uma questão indígena que é difícil, como é que você vai para dentro de um conselho municipal ou Estadual fazer essa defesa se quem está lá dentro não garante a sua proteção, você não tem garantia de proteção, acho que esse é um ponto frágil ainda do Brasil, a gente tem um sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, que apesar de já ter um certo tempo, ele ainda está muito aquém do que ele precisa para se tornar um verdadeiro sistema de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, tem todo um esforço de fortalecimento, mas a gente não tem esse sistema nacional de Direitos Humanos, a gente tem uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos ligada à presidência da República, não sei se é esse o lugar dos Direitos Humanos no Brasil, também com isso não estou dizendo que tinha que estar dentro do judiciário ou do legislativo, porque é muito complicado você estar dentro de um poder tendo que atuar, na verdade, porque se o estado é um estado violador, isso significa dizer que os três poderes estão juntos na violação de direitos, porque como é que você autua o outro poder? Claro, você chama, faz pacto, reorganiza, reordena a política, tenta trabalhar junto, mas vamos convir que é muito complicado você ter Direitos Humanos quando você tem uma questão, por exemplo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou como a questão das hidrelétricas para resolver do governo, da presidência, que ao mesmo tempo precisa tocar as questões, precisa executar, precisa fazer valer a lei, ou seja, precisa construir a obra, precisa tirar os quilombolas, reorganizar o		

	território dos indígenas, precisa fazer a legislação que reconheça as terras dos quilombolas, mas ao mesmo tempo você tem uma governabilidade para dar conta, você tem uma relação com o poder judiciário para manter, e você tem o parlamento que tem que pôr para fazer esse funcionamento todo, então é uma relação muito delicada, e acho que o sistema nacional, hoje, ele talvez traria para a sociedade civil um espaço muito melhor de políticas reais de garantias de Direitos Humanos que pudesse estar um pouco mais afastado dos interesses de cada um desses três poderes.		
	ORIGEM		
	Na verdade, não vem diretamente da SDH (Secretaria de Direitos Humanos) essa história, ele se constitui ali, mas não vem de dentro, tem um histórico anterior que é de dentro do Fórum Social Mundial, assim como o Fórum Mundial de Direitos Humanos que nasce em 2001 dentro do Fórum Social Mundial, que nós percebemos que a temática dos Direitos Humanos, da educação do Fórum Mundial da Educação que nasce em 2001, ela não estava tão presente da forma que a gente entendeu que ela deveria estar dentro do Fórum Social Mundial, então se criou o Fórum Mundial de Educação, que tem até hoje aí e continua trabalhando. Dos Direitos Humanos sempre foi uma temática que em alguns fóruns ela estava mais evidente, e em outros mais à margem da temática central e em 2005 a gente começou a marcar um pouquinho mais o Direitos Humanos como espaço dentro do Fórum Social Mundial, teve inclusive a construção de uma tenda com a programação e um eixo todo voltado para Direitos Humanos, depois a gente veio em 2010, quando a gente completou 10 anos também ele estava dentro de um eixo bem focado, os Direitos Humanos, e o trabalho bastante grande para a RIO +20, mas quando foi em 2010, 2011 a gente já tinha um debate dentro da Secretaria de Direitos Humanos da realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos, só que tinha tido	SP7	28, 29 e 30

	uma Conferência anterior a que teve o PNDH3 (Programa Nacional de Direitos Humanos) e dessa última Conferência para uma nova Conferência logo em 2011, por exemplo, eu acho que a sociedade civil iria perder muito, ia ser um encontro onde ia ser pautado, direcionado pelo Governo, a gente ia pegar uma outra temática da sociedade civil mas acho que a gente ia perder muito, porque a gente estava muito fragilizado, muito desmobilizado, nacionalmente falando, os movimentos sociais de Direitos Humanos. Fora isso, então veio o histórico do Fórum Social, a questão de fazer ou não a Conferência Nacional de Direitos Humanos, fora isso houve mais umas duas questões, do meu ponto de vista, eu estava como chefe de gabinete da Ministra Maria do Rosário e a gente fazia uma conversa mais interna porque existia toda uma pressão de alguns segmentos da sociedade civil que queriam uma Conferência Nacional e outros não se manifestavam, e aí a questão era muito forte e, no meu ponto de vista, esse era o diálogo que eu tinha constantemente com a Ministra uma questão é que as organizações, os movimentos sociais de Direitos Humanos no Brasil estavam muito frágeis em relação à outras temáticas, ou seja, tinha uma cultura que ainda não era essa cultura de que outras temáticas do campo da educação, da saúde, da terra, da própria água, da assistência, da alimentação, já superavam enquanto protagonismo, era uma sociedade civil um pouco mais “acanhada”, digamos assim, perante a atuação de Direitos Humanos e a atuação do próprio governo, do legislativo e do judiciário, e tinha uma fragilização bastante forte como os outros movimentos também, mas eu entendia isso como uma fragilização bastante especial dentro do campo dos movimentos sociais e a outra questão é que, na minha cabeça, é ainda uma questão que eu ainda não consigo entender porque a sociedade civil quis isso, porque você tem uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos, um Conselho Nacional de Direitos Humanos e		

	dentro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, você tem quatro outros Conselhos Nacionais, que são o da Pessoa com Deficiência, o da Criança e do Adolescente, o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros**)** e o da Pessoa Idosa, ou seja, você tem um Conselho Nacional de Direitos Humanos, que na minha cabeça, é para tudo e aí você fragmenta com outros quatro conselhos. Fora isso, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, temos ainda mais uns quinze colegiados, comissões, comitês, etc. Então, se tem mais ou menos uns vinte espaços de participação da sociedade civil, onde a sociedade civil acha que isso é força, a minha leitura é que isso é fragmentação e enfraquecimento, e um desmantelamento da luta dos Direitos Humanos, porque te joga para você discutir aquele teu pedacinho e onde cai isso no conjunto? Isso me provocava muito o tempo inteiro, e eu dialogava muito com a Ministra lá dentro, e aí por conta de toda a experiência de organização do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial da Educação, e um dia a gente conversando, nos perguntamos: “então porque a gente não faz o Fórum Mundial de Direitos Humanos antes da Conferência para viabilizar a interlocução e chegar a um fortalecimento maior tanto do campo do próprio Governo, que o Governo também é todo fragmentado dentro do campo de Direitos Humanos, até porque cada pasta, cada Ministério já é um direito humano, e aí você tem uma outra secretaria nacional, que é a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e aí, assim, seria o processo de chegar melhor, de ter um fortalecimento para ir fazer sentido numa Conferência Nacional, senão você faria uma Conferência Nacional que era para a avaliação do PNDH3, e todo mundo sabe que não foi possível viabilizar nas questões principais, algumas sim, mas não foram todas. A minha provocação maior para esse Fórum é o que me provocava também ficar lá dentro, porque a gente tinha desde o início, desde a nossa entrada lá no final de 2010,		

	buscamos um lema que era a gente trabalhar por uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil, criar um espaço de participação integrada entre governo e sociedade civil que fosse aberto, não fosse fechado o debate de ideias e nem a apresentação de propostas, a criação etc., e que fosse local, que viabilizasse a participação das pessoas do Brasil, dos municípios e dos movimentos, que fosse um local nacional mas que também trouxesse essa interconexão com os Direitos Humanos internacional, o que para a gente é fundamental e especial por dois motivos, um porque o Brasil está sempre na corda bamba da ONU e dos outros movimentos internacionais de Direitos Humanos, ou seja, está sempre devendo, e outro porque a gente tinha uma relação para ser construída que veio da relação com o desenvolvimento Sul-Sul que não pode ser um desenvolvimento sem Direitos Humanos, como que a gente se relaciona com a África, por exemplo, com a América Latina sendo brasileiros, esse país que se tornou um potencial de desenvolvimento e que ao mesmo tempo é um potencial de violação de Direitos Humanos, ele faz isso com os seus brasileiros, com os migrantes e também na relação que ele trava para fora, porque ele é muito bom na relação que trava com os outros países, mas a gente leva tristeza, leva desgraças, leva violação para outros países, em especial para a África, muita violação de Direitos Humanos o Brasil leva para lá, que discurso seria esse que viabilizaria uma nova cultura de Direitos Humanos? Não seria uma Conferência Nacional, certamente, porque ela tem uma metodologia e um modelo que não combinam.		
	O Movimento Nacional de Direitos Humanos, no final de 2012, protocolou um pedido para a Presidenta Dilma para que houvesse a realização da XII Conferência de Direitos Humanos, uma vez que a XI Conferência ocorreu em 2008 e há uma tradição de que as conferências ocorram num período mínimo de quatro em quatro anos, como em 2012 não houve essa	PS8	40 e 41

	articulação para que fosse realizada essa conferência nacional, então o MNDH fez um pedido formal à Presidenta Dilma e em janeiro lança sua campanha de assinaturas eletrônicas solicitando apoio para o pedido de uma Conferência Nacional de Direitos Humanos. Havia uma outra articulação de uma rede chamada Plataforma DHESCA (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) no qual o movimento se realiza e que nós começamos a nos divergir, porque a Plataforma DHESCA estava solicitando que houvesse o Encontro Nacional de Direitos Humanos e esse encontro surgiu de uma conversa com a Ministra Maria do Rosário que dizia que fazer uma conferência seria muito ruim para o governo, sobretudo num ano pré-eleitoral, porque o PNDH3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3), fruto da XI Conferência de Direitos Humanos, não tinha sido colocado na ordem do dia do Estado Brasileiro, então a Ministra temia que a XII Conferência viesse trazer esses assuntos numa avaliação. Então esse grupo da rede Plataforma fez um acerto político com a Ministra e deste acerto eles estavam propondo um Encontro Nacional de Direitos Humanos para tratar de dois temas centrais: uma seria a questão do estado laico, inclusive se levantou o movimento pelo estado laico em razão de o Feliciano ter ocupado a posição em Direitos Humanos e este núcleo então entendia que o Feliciano, por propor a cura gay e isso agredir demais o gênero GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros), propuseram o tema central desse encontro, e o outro tema é a questão dos Defensores de Direitos Humanos. Porém, contudo, no entanto, o MNDH vem e discorda desse processo do encontro nacional, porque o encontro nacional não garante a capilaridade, por exemplo, numa conferência participam todas as pessoas a partir das etapas municipais e estaduais e no encontro você teria que fazer uma espécie de centro político, ou seja, quem vai participar, quem vai ser delegado, e nós discordávamos disso		

	exatamente porque o MNDH, ao contrário da Plataforma, é um movimento que tem capilaridade dentro dos estados do Brasil. Então, por conta disso nós divergimos da ideia do encontro e fomos, de alguma maneira, ajudados pelas manifestações de rua de 2013 porque a partir dali o MNDH consegue fazer uma interlocução com o Ministério dos Direitos Humanos, solicita uma audiência de emergência para definir uma agenda popular, entre eles o pedido da Conferência, e depois o MNDH, no dia 23 de julho, é recebido pela Presidenta Dilma onde nós colocamos 11 pontos para o governo do que nós assistimos e do que manifestamos pelo Brasil inteiro em razão das manifestações, e o MNDH tenta tomar a pauta das ruas de junho ou pelo menos algumas das pautas da direção porque muitas daquelas pautas colocadas nas manifestações de junho já eram pautas do MNDH, como por exemplo, a desmilitarização da polícia, contra a redução da maioridade penal, contra a internação compulsória, entre outras questões que vieram nas manifestações de junho. Sendo recebido pela Ministra e na construção de uma agenda popular para 2013, nós fechamos um acordo com essa agenda junto a Ministra Maria do Rosário, e fechamos três pautas: a primeira foi encontrarmos uma forma de discutirmos as questões dos extermínios no Brasil hoje, chegamos a sugerir uma campanha chamada “Por um Brasil sem extermínio” fazendo assim uma certa paródia do “Brasil sem miséria”, propusemos também à Ministra que ela fizesse a discussão sobre a questão da tortura, sobretudo porque estava para ser aprovado um projeto de lei que garantia o Comitê Nacional de Combate e Prevenção à Tortura, e aí solicitamos a conferência e nisso o Governo propôs a ideia de que fosse feito um Fórum, pois havia uma proposta feita pelos companheiros da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) de que fosse feito o Fórum, nós, nesse momento, achamos interessante desde que a Conferência se realizasse no ano de 2014. Então isso foi um		

	acordo que o MNDH fez com o governo, com a ministra Maria do Rosário, e aí viemos a assumir o fórum enquanto uma ação e uma atividade do MNDH.		
	OBJETIVOS		
	[...] foi uma aposta feita para o fortalecimento do movimento dos Direitos Humanos, em especial o Movimento Nacional de Direitos Humanos que a gente entende que quando ele estava fortalecido, atuante, protagonista da história, muitas coisas foram discutidas e colocadas como políticas públicas de maneira diferente, então isso era muito importante, a gente ajudar a fortalecer o movimento nacional, e com isso a gente esteve junto ao MNDH na mobilização nacional, na criação dos conselhos estaduais e na busca de recursos para viabilizar que ao menos parte dessa mobilização, a gente entende que não foi suficiente, mas que ao menos parte dessa mobilização pudesse chegar à Brasília no Fórum. Esse espaço foi importante, esse trabalho conjunto, e outro trabalho conjunto que a gente fez foi na metodologia. A gente criou e garantiu junto com a Secretaria de Direitos Humanos a Comissão de Metodologia, mas a gente sabe que a comissão tem uma atuação limitada porque ela não está cotidianamente acompanhando o processo de construção, então esse processo de construção foi acompanhado cotidianamente por parte da sociedade civil pela FLACSO e pelo MNDH, a gente discutia e opinava na composição das mesas, nos temas que iriam ser discutidos, no formato, de onde vinham as pessoas, qual era o perfil que elas teriam, quando tinha que substituir a gente opinava, como seria, o que a gente queria com isso, que era garantir a participação brasileira mas em especial garantir que tivessem no conjunto do Fórum pessoas que fossem de todos os continentes, que tivessem representadas todas as lutas e todos os povos, e num certo sentido a gente conseguiu, ou seja, a Secretaria de Direitos Humanos não fazia isso sozinha e nem só nas reuniões que a gente tinha nas comissões temáticas,	SP7	30 31 E 32

	ela cotidianamente trabalhava isso com a FLACSO e com o MNDH, eu acho que isso, também, para o histórico dos encontros e da atuação de governo é bem protagonista, porque o governo, de um modo geral, não estou falando só desse, ele não tem essa tendência a aceitar, a pactuar e respeitar o pacto que faz com a sociedade civil. Falando em respeitar o pacto com a sociedade civil, que é uma coisa que me incomoda muito também, e eu acho que a relação sociedade civil e governo ela veio avançando bastante e em algumas questões acho que a gente tem regredido muito, eu acho que a gente já foi muito mais aguerrido e embora a gente ache que a gente tem uma participação fundamental e definidora dentro do governo, seja ele municipal, estadual ou federal, porque a gente é um país federado que atua na sua execução como pacto federativo, ou seja, tem a relação governo, estado e município e tudo é regido ali dentro desse pacto federativo e a gente acha que porque a gente conquistou inúmeros conselhos nacionais, estaduais e municipais, que a relação sociedade civil e governo está resolvida, mas não está porque tanto o governo, quanto sociedade civil, dentro desse espaço dos conselhos tem um jogo que é jogado, e algumas vezes quando a sociedade civil não quer tocar para a frente uma temática ou ela esvazia sua participação ou ela coloca pessoas das quais não têm autonomia decisória naquele espaço, ou seja, as pautas nunca andam porque todo mundo tem que voltar para fazer o debate, para depois voltar na reunião seguinte para encaminhá-la ou não, e o governo tem a mesma prática, óbvio, quando ele quer priorizar uma temática ele investe fortemente naquele local, seja colocando orçamento, que é uma das principais decisões, ou seja colocando os seus profissionais de peso dentro desse espaço, então é uma relação que é bastante delicada, e a outra é que a gente nos conselhos, ao menos os principais que são conselhos deliberativos que deliberam, ou seja, garantem a		

	execução das políticas, eles, na verdade, algumas vezes têm muita dificuldade de atuar e de garantir as políticas por conta das decisões que são orçamentárias, e ai a sociedade civil é vencida ou pelo parlamento, que é quem faz as leis inclusive orçamentárias, então tem toda uma negociação mirabólica de negociação de orçamento, para onde vai e etc. ou então a prioridade dos governos, qual é a prioridade de cada governo que esteve ai nesse tempo que o Brasil é República? Então é bastante complicado, eu acho que a sociedade civil precisa acordar para isso, o Brasil, hoje, mais do que qualquer país da América Latina, tem uma sociedade civil que tem um histórico de luta e de protagonismo, em alguns momentos ela se fragiliza por "N" motivos, inclusive porque se transforma em governo local, estadual ou nacional, mas ela precisa entender que ela tem um papel, e quem fica tem que atuar porque não dá para a gente achar que porque eles estão lá que a gente está com nossos direitos garantidos, muito pelo contrário, quem dá as normas do mercado não é o governo e nem o parlamento, o dono do mercado é outro, então o inimigo continua, não importa quem é o governo lá dentro, o inimigo gira, continua e a gente não pode dormir.		
	O que ficou extremamente marcado para nós como objetivo político desse fórum? O primeiro é de que nós de fato precisaríamos criar no Brasil o espaço público e político para o debate mais profundo sobre as questões de Direitos Humanos, sobre a amplitude e a universalidade que é hoje o assunto dos Direitos Humanos e que não é possível mais você concentrar num único tema. Então, esse objetivo do fórum de construirmos o espaço público e político para debater os Direitos Humanos nos pareceu extremamente interessante diante dessa diversidade, desse universo que é o assunto Direitos Humanos, então essa possibilidade nos garantia, sobretudo ao nosso movimento, a possibilidade de uma participação maciça e uma participação que	SP8	41 e 42

	garantia a capilaridade, ou seja, não haveria critérios políticos que não a vontade das pessoas ou a sua articulação de estar dentro de um espaço público como esse, e isso é o que nós entendemos politicamente, pelo menos o MNDH, é essa possibilidade, o que aconteceu em junho era exatamente por falta de espaços como o do Fórum Mundial de Direitos Humanos aberto para que todos pudessem se manifestar, pudessem expor organizadamente seus pensamentos e suas propostas, expor seus descontentamentos, mas sobretudo mostrando as suas soluções e propostas para aqueles problemas. Tudo isso vem de encontro à capilaridade, ao que o MNDH é, uma rede, e visualizamos uma possibilidade de, na condição desse diálogo, superarmos também alguns inglórios políticos de uma rede com outra , às vezes isso acontece nos movimentos sociais pelo fato de um não falar com aquele, porque aquele é de uma tendência, ou porque aquele é de um partido ou porque aquele tem uma condição acadêmica diferenciada, e o fórum poderia acabar com as vaidades políticas, acabar com as vaidades acadêmicas porque construíram um grande fórum, um grande espaço público, com todas as suas tribos, ideais, interesses, poder mostrar as suas ideias e suas propostas. O terceiro ponto que nós achamos importante no Fórum foi exatamente a possibilidade que nós poderíamos ter de avançarmos um diálogo sobre Direitos Humanos mais um pouco aprofundado ou um pouco mais amplo do que até então nós conseguíamos, ou seja, o MNDH, mesmo com todas as entidades que tem filiadas, sabe que há outros setores que também conversam sobre Direitos Humanos, como por exemplo, os setores públicos como as defensorias públicas, os Ministérios Públicos, como a questão da saúde, da educação, ou seja, que não estão só nos movimentos sociais mas que também estão fazendo parte da sociedade ou fazendo parte dos poderes constituídos, como os vereadores, as câmaras municipais, o próprio Congresso Nacional, enfim, há		

	outros atores que também dialogam e fazem o mundo dos Direitos Humanos, então nós vimos ali a possibilidade de os movimentos sociais, a academia através de suas universidades, os poderes constituídos como o Ministério Público através de seus órgãos de representação como a Associação de Defensores Públicos, como a Associação dos Promotores de Justiça, e os Conselhos de Direitos Humanos que se tem no Brasil, desde o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente até mesmo os Conselhos de Direitos Humanos dos estados, ou seja, nós compreendemos que esse fórum cumpriu o papel de formar essa rede de diálogo maior do que até então havíamos tido no Brasil, por isso partimos para dentro da organização do Fórum Mundial de Direitos Humanos.		
	[...] eu acho que o Fórum atingiu o seu objetivo e nós ainda vamos estuda-lo, ainda vamos ver o sintoma posterior dele, mas nós, do movimento, já saímos com várias reuniões dia 7 de janeiro temos reunião com o povo da saúde mental para discutir Direitos Humanos a nível Brasil inteiro e a possibilidade de que nós cresçamos a rediscussão do sistema nacional de Direitos Humanos como algo importantíssimo, ou seja, o movimento nacional está trazendo a discussão para dizer o seguinte: o PNDH3 não é possível de ser implementado se ele for objeto de um sistema, ou seja, se o plano nacional for, por decreto, apenas uma norma orientativa política do governo, ele vai ser colocado ou engavetado, vai depender do governante e a mobilização social para implementar o PNDH3, na atual conjuntura nós estamos enfraquecidos, ou seja, nós somos minoria hoje, a maioria da população é a que mais sofre a desigualdade, mas ela não está ainda empoderada de um plano desse tipo para fazer com que isso vire pauta da primeira ordem do dia da política pública. Ainda há muito o que se fazer, então nós entendemos que o sistema nacional de Direitos Humanos está à luz do sistema de garantia de direitos do ECA (Estatuto da Criança e do	SP8	49

	Adolescente), esse sistema precisa ser compreendido para que de fato o PNDH3 seja implementado, e esse sistema deve criar os processos políticos sobretudo de autonomia dos conselhos de direitos do Conselho Nacional de Direitos Humanos, tem que ser aprovado e tem que fazer um monitoramento das políticas públicas de Direitos Humanos e a implementação do PNDH3. O sistema nacional pressupõe a criação da interligação com todos os conselhos de direitos do Brasil inteiro, com as entidades de Direitos Humanos que é o sistema de justiça, que se integram ao Sistema Nacional de Direitos Humanos. Então nesse sentido o movimento traz esse sistema de novo para a ordem do dia e coloca como a necessidade da XII Conferência discutir o sistema nacional de Direitos Humanos como ferramenta que vai implementar o PNDH3.		
	O meu sentimento é de que a missão foi iniciada, só iniciada, a gente tem 11 anos, 12 anos, de Fórum Social Mundial que agora está conseguindo chegar no oriente do planeta, agora a gente está chegando na China, no Japão, está começando a entender o que significa a interconexão de culturas, que dirá Direitos Humanos, a gente teve a participação de 74 países no Fórum Mundial de Direitos Humanos, isso é muito importante, porque o que para nós no Brasil, é direito humano para a maioria dos outros países não existe, não é e não sei quando vai existir, o próprio movimento do qual eu vim que foi o do direito à educação, quantos países sequer têm noção desse trabalho, da questão do direito à educação, educação é para uns e outros, é para as castas, é para quem é líder, é para quem tem dinheiro, é para os homens e não é para as mulheres, ainda é assim, então, a cultura mundial é muito diversa e a legislação também é muita diversa, trabalhar isso dentro do campo dos Direitos Humanos é muito complicado e este foi um dos objetivos da FLACSO, colocar essa discussão, essa questão da inter-relação, da troca de experiências, do fortalecimento, de criação de rede, de	SP7	35, 36 e 37

	espaço internacional de Direitos Humanos, por isso que a gente trabalhou muito forte também na mobilização internacional, a gente fez um trabalho junto com as embaixadas, junto com os movimentos de outros países, junto com o Fórum Social Mundial, para que realmente viessem para o Brasil as representações possíveis, porque em se tratando de Direitos Humanos é muito limitado, os movimentos sociais têm uma limitação muito forte, então a gente tentou viabilizar o máximo possível desse diálogo, isso, para mim, foi um dos ganhos e dentro dessa mesma linha, a FLACSO junto com a Secretaria de Direitos Humanos já dialogou com os próximos dois países que vão realizar o fórum mundial de Direitos Humanos, agora em dezembro de 2014, na semana do 10 de dezembro, vai ser no Marrocos, que aí você pega uma região bastante significativa da África e vai ser no Marrocos porque ali tem uma rede muito forte de resistência de fortalecimento e luta pelos Direitos Humanos, então o pessoal tem um trabalho bastante grande naquela região e o país que vai acolher em dezembro de 2015 vai ser a Argentina pelo histórico que eles têm de avanço nessa questão da garantia dos Direitos Humanos. Então no panorama internacional isso que eu vejo que a gente conquistou e que valeu a pena. No panorama nacional acho que valeu a pena a gente criar esse fortalecimento do Movimento Nacional de Direitos Humanos, viabilizar esse espaço de reencontro e também tivemos um ganho nisso porque acho que a gente tinha um movimento social dividido na questão se realizava ou não o Fórum Mundial de Direitos Humanos porque uma parte queria a Conferência e a outra parte entendia que o Fórum ia ser importante antes e o que eu entendo é que durante a realização do Fórum e a repercussão de depois a parte do movimento que entendia que não era para ser feito o Fórum entendeu porque que devia ter feito o Fórum, pode não ter compreendido 100% porque não viveu nem o processo de construção e nem o que foram esses dias todos, uma parte dele		

	não viveu, mas quem viveu compreendeu e isso foi importante, acho que a gente tem um novo cenário. A gente tem aí um novo cenário nacional sobre os Direitos Humanos, temos antes do Fórum Nacional de Direitos Humanos e os Direitos Humanos brasileiros depois do Fórum, e, eu tenho muito orgulho de ter feito parte dessa história. A gente tem aqui no Brasil, o que infelizmente a gente mais foca nos Direitos Humanos e o que a gente mais recebe de cobrança internacional e é o que fica mais visível a violação, que é a questão dos presídios, o sistema prisional, o sistema carcerário brasileiro que é uma falência total tanto o dos adolescentes que agora a gente está com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) ai tentando ver se resolve, como a dos adultos que já entra feminino, masculino e etc. Então é uma falência total do sistema prisional, do sistema carcerário do país e ai tem um esforço grande mas ao mesmo tempo muito aquém de resolver esse problema, a gente tem um outro problema que é a proteção de testemunhas e defensores de Direitos Humanos, de testemunhas acho que está um pouco mais resolvido, embora frágil, mas já está um pouco mais resolvido porque ele tem uma força de trabalho que o de proteção e defesa dos defensores ainda não tem, é um programa muito frágil de defensores de Direitos Humanos desde o momento em que se define quem é e quem não é defensor de Direitos Humanos, porque eu também sou defensora de Direitos Humanos, você também é, todo mundo é, mas em que momento você necessita da proteção, que tipo de proteção e porque a proteção, então tem algumas vezes que desvirtua um pouco em qual é o tipo de proteção para o defensor e às vezes é muito delicado porque o próprio defensor exige e faz exigências das quais o ideal era que ele não tivesse, não vivesse esse momento e por outro lado ele precisaria de algumas garantias que o estado não está preparado ou não está disposto a dar. Então acho que esse é um ponto bastante frágil, a questão		

	da população de rua você tem “N” políticas que não levam diretamente o nome de população de rua, mas que no fim elas atuam para resolver, mas é muito complicado porque essa população não precisa só de políticas de atendimento, ela precisa acolhimento, e mais do que isso, de resgate de ser humano, você não resgata o ser humano só tirando da rua, dando banho, comida e colocando-o numa beliche e também você não resgata o ser humano colocando ele para atuar em algumas questões dentro do espaço e sem atendimento psicológico, social e etc. Então hoje você tem estatísticas que comprovam que a população que está na rua não é necessariamente a população pobre e analfabeta, você tem um número de pessoas formadas em nível superior muito alta que estão na rua, ex-profissionais que tinham empregos, que trabalhavam, que estão na rua ou porque perderam o emprego ou porque entraram nas drogas ou porque se desiludiram com a vida. Eu acho que isso é o retrato da sociedade que é uma sociedade excludente, nossa sociedade brasileira é uma sociedade excludente.		
	O meu sentimento por ter participado da coordenação do Fórum, eu vou falar de duas coisas antes: Primeiro porque é o seguinte, quando a direção do MNDH resolve ir para dentro do Fórum foi uma decisão muito difícil porque a pressão política naquele momento, sobretudo das redes de mais esquerda contra o MNDH, foi muito grande, tanto que a Plataforma DHESCAS e parte da nossa rede do MNDH assinou um documento contra o Fórum. Naquele momento eu me assustei porque eu sei que nós, enquanto coordenação, estávamos falhando e depois não, que nós não estávamos falhando na comunicação na condição política, na verdade havia e há muitos grupos de esquerda ideologicamente que tratam a questão dos Direitos Humanos como calcanhar de Aquiles de um projeto do Estado Brasileiro hoje. Então foi um momento de muita apreensão no primeiro	SP8	47 e 48

	momento de divulgação do fórum, no lançamento dos comitês estaduais, teve muito embate, sobretudo com as redes mais tradicionais, ao mesmo tempo que a gente tinha esse destino nós tínhamos a certeza de que no que nós estávamos apostando era um processo fundamental de diálogo no Brasil, sobretudo porque passou pela democracia, sobretudo porque quando você quer discutir a desmilitarização da polícia não adianta você não chamar os policiais para conversar, e foi o que aconteceu. Nós tivemos uma mesa sobre a desmilitarização que eu tive a oportunidade de abrir, em que o promotor público de São Paulo teve medo de entrar porque metade da sala era da molecada da pegada dos Black blocs e a outra metade estava fardada, e o promotor estava com medo porque ele achou que ia ter conflito dentro da sala, mas esse promotor mal sabia que aqueles que estavam lá fardados estavam exatamente para defender a desmilitarização da polícia mas sob a lógica dos policiais, não sob a ótica da juventude que foi para a rua, então a construção de duas linguagens, ou seja, o jovem dizendo porque são contra a polícia militar e os próprios militares fardados dizendo que também são contra, são argumentos diferentes mas cujo resultado é um só, isso não é a busca pelo diálogo. Se eu for para outra discussão como também tem sobre a internação compulsória, pessoas da justiça, pessoas da luta antimanicomial e os grupos de usuários que foram fazer um embate franco e todos chegaram à conclusão que eles são contra a força pelo tratamento do usuário de droga e que é preciso haver o fortalecimento dos atos, ou seja, se você pegar os problemas de cada setor hoje, de cada movimento social e você ofertar também para setores do poder público o espaço para o debate você vai ver que às vezes até o poder público faz o mesmo discurso que você que é da sociedade civil, a questão reside num outro ponto, na questão do projeto societário pelo qual passa o Brasil hoje e isso fica claro no Fórum Mundial de Direitos		

	Humanos para nós, a necessidade de nós rediscutirmos a nossa sociedade, nem todo problema de violação de Direitos Humanos é o governo que ocasiona, nós chegamos à conclusão de que a maioria deles é a própria estrutura da sociedade, são próprios setores da sociedade que ainda não acreditam na democracia, que ainda acreditam numa sociedade estratificada e que ainda não apostam na democracia como um bem social como um valor político de convivência.		
n.6	PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DIREITOS HUMNAOS NA CONSTRUÇÃO DO FORUM	ent.	pag.
	O nosso trabalho foi muito intenso dentro da comissão organizadora que se dividiu em cinco comissões, a comissão de comunicação, comissão temática que cuidaria dos temas e assuntos, a comissão de mobilização, a comissão de infraestrutura e a comissão de divulgação. Então, o MNDH ficou na comissão de mobilização e na comissão temática, e outras redes foram também ocupando. O que o MNDH impôs enquanto ideia, enquanto condição *Sine qua non*, inclusive para também fazerem parte o comitê organizador e também para propagar e difundir o fórum, foi de que o fórum deveria criar comitês estaduais, ou seja, nós não acreditaríamos num comitê nacional apenas, mas nós deveríamos fomentar a criação de comitês estaduais e isso foi o mais rico dentro do fórum porque vendo o seu lançamento em 31 de julho, nós fomos organizando diversos comitês estaduais pelo Brasil inteiro, nós tivemos aqui em São Paulo, em que 50% do plenário era da saúde mental, ou seja, mostrando que os grandes assuntos que não se comunicavam com Direitos Humanos passaram a se comunicar, como a questão da saúde mental. Depois teve lançamento em Salvador, no Rio Grande do Norte, e depois em praticamente todos os estados, e nesses estados foram se criando os comitês estaduais que foram organizando territorialmente aquelas entidades de movimentos de pessoas que teriam interesse em participar do	SP8	43, 44 e 45

	fórum, e por ali a gente já começou a perceber que o fórum ia extrapolar as suas expectativas, porque o desejo de participação das pessoas, das entidades, num espaço como esse já era muito intenso quando se fazia o lançamento do fórum e dos comitês estaduais nos estados. Então foram esses os motivos, basicamente, que fizeram com que a gente compusesse o comitê organizador e nós, dentro do comitê organizador, criamos uma espécie de cordão, uma espécie de núcleo para que nós priorizássemos a participação dos movimentos sociais e dos movimentos de bairro dentro do fórum, ou seja, era uma segunda condição sine qua non nossa, de que houvesse fomento, que houvesse igualdade de participação, sobretudo das comunidades e dos grupos e bases que lutam pelos Direitos Humanos. Então o fórum assumiu uma perspectiva inicial de um grande evento, que acabou extrapolando as nossas expectativas iniciais que seria à luz do Fórum Mundial de Educação ou do Fórum Social Mundial, mas o Fórum Mundial de Direitos Humanos foi tomando uma proporção com a participação de tribos indígenas, comunidades quilombolas, com grupos de sem terra, com grupos de sem teto, grupos de adolescentes, grupos de idosos, grupos de mulheres, grupos culturais, enfim, de toda a diversidade que é o grupo de Direitos Humanos, mas, sobretudo os grupos de base que se organizaram em comitês estaduais do Fórum e que também foram, na medida do possível, fazendo adesão do comitê organizador, nós chegamos a quase 730 entidades mais ou menos que fizeram parte do comitê organizador do fórum, ou seja, a soma de todos os comitês estaduais que chegou a um grupo nunca visto antes na organização de um evento como esse. A infraestrutura ficou acordado que seria por conta do governo federal, a infraestrutura no que diz respeito ao local, viabilização técnica e espaço de debate e conseguimos através da solidariedade de algumas instituições, entre elas da própria FLACSO, que nós tivéssemos as caravanas, para mim, o ponto		

	mais rico da mobilização para esse fórum, foi a organização das caravanas. Então, nós tivemos caravanas desde a fronteira da Bolívia, ao Rio Grande do Norte, à São Paulo, Minas Gerais, ou seja, todos os estados do Brasil participaram com caravanas, inclusive quinze companheiros da Bolívia que se juntaram à caravana de Rondônia , no qual MNDH teve a oportunidade de fazer o lançamento do fórum lá, ou seja , o fórum mundial, na verdade, não aconteceu de 10 a 13 de dezembro, já nos lançamentos nos estados se começou uma construção de um espaço político, um espaço público e que teve de tudo, teve de denúncias até propostas ,teve solução , teve carta para a Presidenta, teve propostas de projeto de lei e tiveram algumas propostas no sentido do que discutir dentro do fórum e a segunda surpresa, além da mobilização que foi essa quantidade de gente que foi aparecendo, foi a riqueza pelos quais os temas dessas expressões vinham se apresentando para a participação sobretudo tudo nas atividades autogestionadas, tanto culturais como nas atividades convergentes e nas atividades de exposição como oficinas e etc. Nós tivemos mais de 500 atividades inscritas e ao final sobraram próximo de 360 atividades, ou seja, muitas atividades foram propostas como pautas, oficinas, campanhas, atividades culturais o que tornou o fórum ainda mais rico. As instituições que deveriam propor a sua atividade deveriam garantir que aquela atividade ocorresse e que foi um momento mais rico ainda porque os territórios, as pessoas e as entidades preponentes participantes do comitê foram fazendo uns ensaios, e ao fazer os ensaios foram fazendo as mobilizações politicas dentro de seus territórios em torno daqueles temas e isso foi muito rico, e quando chegaram dentro do fórum as atividades foram ricas, uma mais bonita que a outra, enfim, cheias de conteúdo, emocionante inclusive, e no fórum nasceram várias campanhas, uma trazida pelo o pessoal de São Paulo foi pela conscientização da educação em Direitos Humanos que foi		

	trazida pelo MNDH de São Paulo junto com o Instituto PAULO FREIRE e com o NTC da PUC /SP, outra campanha que nasceu foi pela desmilitarização, não que já não houvesse essa campanha, mas lá dentro essa campanha foi colocada e foi ganhando adeptos também, foi colocada a campanha contra a redução da maioridade penal, foi lançada a campanha contra o extermínio da juventude, foi lançada a campanha pela a abolição da tortura no Brasil e também foi feita a campanha, pelo movimento nacional, pela reforma política, mas que essa reforma política considera-se o fortalecimento dos conselhos de direitos, foi também iniciada a campanha pela retomada do debate sobre o sistema nacional do Direitos Humanos, objeto da IX Conferência de Direitos Humanos que ocorreu de maneira que o fórum foi mobilizando e foi se apresentando de acordo com sua mobilização, ou seja, houve a manifestação de base dos comitês estaduais e a proposta central do fórum, que era a construção desse espaço político, então do meu modo de ver o fórum ele cumpriu seus objetivos, até extrapolou porque o MNDH acreditou que o fórum não tivesse mais que 3.000 pessoas e nós tivemos 14.000 inscrições, mais de 10.000 participantes individuais, de maneira que extrapolou inclusive a questão numérica, nós fizemos uma quantidade de campanha e a grande perspectiva hoje é que haja uma construção de uma rede ainda mais forte pelos Direitos Humanos.		

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada **A disputa na construção política dos direitos humanos no Brasil: as pautas expressas no I Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013)** desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº: 11-3864-6303 e/ou 11-95322-1232 e-mail: marciaguerrabr@yahoo.com.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a construção dos direitos humanos no Brasil, a partir da participação dos sujeitos que integraram o I Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Fui também esclarecido(a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (x-11) 3670-8000

O/a pesquisador/a principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS

ÍNDICE

BOAS-VINDAS 2
PROGRAMAÇÃO RESUMIDA 3
INFORMAÇÕES GERAIS 4

Dia 10 de dezembro
CREDENCIAMENTO 6
ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES 10
SOLENIDADE DE ABERTURA 11
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DE ABERTURA 11
PROGRAMAÇÃO CULTURAL 12

Dia 11 de dezembro
CONFERÊNCIA 13
DEBATES 13
ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES 14
FEIRA DO LIVRO 27
PROGRAMAÇÃO CULTURAL 30

Dia 12 de dezembro
CONFERÊNCIA 35
DEBATES 35
ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES 36
FEIRA DO LIVRO 49
PROGRAMAÇÃO CULTURAL 52

Dia 13 de dezembro
CONFERÊNCIA 58
DEBATES 58
ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES 59
FEIRA DO LIVRO 62
PROGRAMAÇÃO CULTURAL 63

Programação Permanente
FEIRA DO LIVRO 65
FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 65
ESTANDES INSTITUCIONAIS 65
TENDAS TEMÁTICAS 66
GALERIA DE EXPOSIÇÕES 67
SECRETARIA EXECUTIVA DO FMDH 71
COMITÊ ORGANIZADOR 72

MAPAS DO EVENTO 84

BOAS-VINDAS

Bem-vindas(os) ao Fórum Mundial de Direitos Humanos!

Neste momento, você se soma às milhares de pessoas e às centenas de instituições e movimentos sociais que vêm construindo o Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH.

No marco dos 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o FMDH é um espaço de articulação e empoderamento de redes nacional e internacionais de diretos humanos, momento de encontro e troca entre militantes que atuam no enfrentamento às violências e na promoção de direitos.

Organizado em torno de conferências, debates e atividades autogestionadas, além das feiras de Economia Solidária e do Livro, o #FMDH também está nas redes sociais – e convidamos você a compartilhar e criar conteúdos durante o Fórum.

Esperamos, assim, que o Fórum seja uma oportunidade de conhecer e integrar os movimentos de promoção e defesa dos direitos humanos, certos de que a sua participação fortalece as lutas pela conquista e efetivação de direitos.

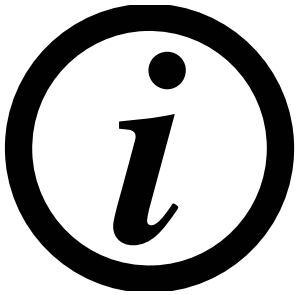
Comitê Organizador do Fórum Mundial de Direitos Humanos

PROGRAMAÇÃO RESUMIDA

	DIA 10/12	DIA 11/12	DIA 12/12	DIA 13/12
8h – 10h	Credenciamento	Conferência I	Conferência II Atividades Autogestionadas	Conferência III
10h – 12h30	Credenciamento	Debates Temáticos 1, 2 e 3 Atividades Autogestionadas	Debates Temáticos 4, 5 e 6 Atividades Autogestionadas	Debates Temáticos 7, 8 e 9 Atividades Autogestionadas
12h30 – 14h	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço Encerramento (13h)
14h – 16h	Credenciamento	Atividades Autogestionadas	Atividades Autogestionadas	
16h – 18h	Solenidade de abertura Atividade cultural	Atividades Autogestionadas	Atividades Autogestionadas	
18h – 20h		Atividades Autogestionadas	Atividades Autogestionadas	

PROGRAMAÇÃO PERMANENTE:
Feira do Livro, Feira de Economia Solidária, Galeria de Exposições, Estandes Institucionais e Tendas Temáticas - **Páginas 65 a 69**.

INFORMAÇÕES GERAIS



LOCAL DO EVENTO

Centro de Convenções Internacional do Brasil, Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), trecho 2, conjunto 63, lote 50 - CEP. 70200-002 – Brasília (DF)
Telefone: (61) 3226-1268

Pontos de referência: restaurante Mangai, Clube ASSEJUS, Clube dos Bombeiros

TRANSPORTE OFICIAL FMDH

(veículos fretados exclusivamente para o evento)

Os ônibus oficiais do Fórum, para transporte dos participantes, partirão dos seguintes pontos:

• **Aeroporto Internacional de Brasília (Aeroporto)**
- Embarque: Ponto de ônibus plataforma inferior

• **Rodoviária Interestadual (Rodoviária)**
- Embarque: ponto de ônibus via EPIA (embaixo da linha do Metrô)

• **Acampamento do Parque da Cidade (Acampamento)**
- Embarque: Estacionamento lateral

• **Setor Hoteleiro Norte (SHN)**
- Embarque: próximo ao Hotel Manhatan e próximo ao Hotel Airam

• **Setor Hoteleiro Sul (SHS)**
- Embarque: próximo ao Hotel San Marco e ao Hotel Nacional

• **Biblioteca Nacional /Museu da República/ (Biblioteca)**
- Embarque: via S1 (Eixo Monumental – Esplanada dos Ministérios)

• **Centro de Convenções Internacional do Brasil (CICB)**
- Embarque: cobertura externa do lobby principal

O serviço de cortesia estará disponível somente nos dias e horários informados a seguir. Não haverá serviço de transporte individual. Parte dos veículos destinados ao transporte coletivo dos participantes está adaptada para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Veja os dias e horários de funcionamento dos **ônibus oficiais:**

9 de dezembro:
Origem: Rodoviária Interestadual
Destino: CICB
Horário: 9h, 11h, 13h, 15h, 17h.

Origem: Aeroporto
Destino: CICB
Horário: 9h30, 11h30, 13h30, 15h30, 17h30.

Origem: Aeroporto
Destino: Acampamento / SHS / SHN
Horário: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h, 18h, 19h, 20h, 21h.

Origem: Rodoviária Interestadual
Destino: Acampamento / SHS / SHN
Horário: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h, 18h, 19h, 20h, 21h.

Origem: Acampamento / SHS / SHN
Destino: CICB
Horários: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h.

Origem: Biblioteca Nacional
Destino: CICB
Horários: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h.

Origem: CICB
Destino: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca Nacional
Horários: 10h, 12h, 14h, 16h, 18h30.

10 de dezembro:
Origem: Aeroporto
Destino: CICB
Horário: 9h, 11h, 13h, 15h, 16h, 17h.

Origem: Rodoviária Interestadual
Destino: CICB
Horário: 9h, 11h, 13h, 15h, 16h, 17h.

Origem: Aeroporto
Destino: Acampamento / SHS / SHN
Horário: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h, 18h, 19h

Origem: Rodoviária Interestadual
Destino: Acampamento / SHS / SHN
Horário: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h, 18h.

Origem: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 9h, 10h, 11h, 12h, 13h, 14h, 15h, 16h, 17h, 18h.

Origem: CICB
Destino: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Horários: 11h, 12h, 13h, 19h, 20h, 21h, 22h.

11 de dezembro:
Origem: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 6h, 7h, 8h e 9h.

Origem: CICB
Destino: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Horário: 18h, 19h, 20h e 21h.

Origem: CICB
Destino: Biblioteca
Horário: 12h e 13h

Origem: Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 14h e 15h.

12 de dezembro:
Origem: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 6h, 7h, 8h e 9h.

Origem: CICB
Destino: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Horário: 18h, 19h, 20h e 21h.

Origem: CICB
Destino: Biblioteca
Horário: 12h e 13h

Origem: Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 14h e 15h.

13 de dezembro:
Origem: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Destino: CICB
Horário: 6h, 7h, 8h e 9h.

Origem: CICB
Destino: Acampamento / SHS / SHN / Biblioteca
Horário: 12h, 13h, 14h, 15h.

INFORMAÇÕES GERAIS

Origem: CICB
Destino: Aeroporto
Horário: 12h, 13h, 14h, 15h, 16h.

Origem: CICB
Destino: Rodoviária Interestadual
Horário: 12h, 13h, 14h, 15h, 16h.

Origem: SHN / SHS/ Acampamento
Destino: Aeroporto
Horário: 16h, 18h.

Origem: SHN / SHS/ Acampamento
Destino: Rodoviária Interestadual
Horário: 16h, 18h.

14 de dezembro:
Origem: Acampamento / SHS / SHN
Destino: Rodoviária e Aeroporto
Horário: 7h, 8h, 9h, 10h, 11h, 12h.

Os participantes que integram caravanas organizadas nas cidades de origem deverão consultar o responsável pela mobilização para obter informações acerca dos seus horários de transporte.

CREDENCIAMENTO

O credenciamento no FMDH será realizada no lobby de entrada do CICB nos seguintes dias e horários:

Dia 09/12 - Das 9h às 18h
Dia 10/12 - Das 8h às 18h
Dia 11/12 - Das 8h às 18h
Dia 12/12 - Das 8h às 18h
Dia 13/12 - Das 8h às 12h

O responsável pela "Inscrição de grupo" deverá identificar-se num dos **guichês de credenciamento de atendimento preferencial e grupos,** para retirar as credenciais e o material para distribuição entre os participantes da caravana que representa. Os participantes que foram inscritos na modalidade "grupo" deverão retirar suas credenciais junto ao "responsável" do respectivo grupo.

Os guichês de credenciamento estão localizados no lobby central do CICB e devidamente identificados. Haverá guichês de credenciamento de participantes com prioridade (pessoas com deficiência, idosos e gestantes).

RECURSOS ASSISTIVOS: ACESSIBILIDADE E TRADUÇÃO SIMULTÂNEA

Os recursos assistivos estarão disponíveis no FMDH da seguinte forma:

Intérprete de Libras
Locais: Nas atividades oficias (conferências e debates), nas áreas de circulação do FMDH (Feira do Livro, Praça de Alimentação, Credenciamento, Balcão de Informações, etc.) e no Acampamento.
Como Utilizar: Localize os profissionais vestidos com colete azul celeste ou dirija-se à Central de Acessibilidade e Tradução.

Caderno de Programação versão em áudio (audiobook)
Versão do áudio em português estará disponível para download no site **www.fmdh.sdh.gov.br** e na Central de Acessibilidade e Tradução.

Caderno de Programação versão em Braille
Versão em Braille em português estará disponível na Central de Acessibilidade e Tradução e no Balcão de Informação, para consulta no local.

INFORMAÇÕES GERAIS

Audiodescrição
Locais: Estará disponível na Língua Portuguesa nas conferências, nos debates e atividades culturais de cinema.
Como Utilizar: Os usuários deverão retirar o receptor na Central de Acessibilidade e Tradução localizada no lobby do CICB, mediante apresentação e retenção de documento com foto.

Assistentes para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
Locais: Nas áreas de circulação do CICB (todos os dias), no aeroporto e na rodoviária interestadual nos dias e horários de funcionamento do transporte oficial nesses locais (vide item transporte oficial)
Como Utilizar: Localize os profissionais vestidos com colete laranja nas áreas do CICB ou na Central de Acessibilidade e Tradução.

Legenda em Tempo Real nos idiomas Português, Inglês e Espanhol
Locais: Estará disponível nas atividades oficias (conferências e debates) por meio de televisores e projetores.
Como Utilizar: Os televisores/projetores estarão distribuídos pelos espaços.

Tradução simultânea para a Língua Portuguesa
Locais: Estará disponível nas atividades oficiais (conferências e debates) por meio de transmissão via rádio de baixa frequência (estação de rádio comum). TRAGA O SEU RADINHO E O SEU FONE DE OUVIDO! Não será distribuído rádio pela organização.
Como Utilizar: Sintonize o seu aparelho de rádio ou o rádio do seu celular na frequência indicada na entrada do local da atividade. A informação será amplamente divulgada minutos antes do início.

Tradução simultânea para inglês, espanhol e francês
Locais: Estará disponível nas atividades oficiais (conferências e debates) por meio de sistema infravermelho.
Como Utilizar: Os participantes deverão retirar os receptores na Central de Acessibilidade e Tradução mediante a apresentação e retenção temporária de documento de identificação válido.
Outras informações e/ou serviços
Poderão ser tratadas na Central de Acessibilidade e Tradução – lobby principal, piso 3.

CERTIFICADOS

Os certificados estarão disponíveis somente em versão digital. Para fazer o download do seu certificado acesse o site **www.fmdh.sdh.gov.br** a partir do dia 18/12/2013.

O participante e/ou o responsável de grupo deverá informar no campo apropriado o nome completo, o documento de identificação ou o endereço eletrônico (e-mail) cadastrado no momento da inscrição / credenciamento.

ALIMENTAÇÃO

Área de Alimentação Externa: estrutura ao lado do CICB, que abrigará vários tipos de alimentação.
Funcionamento:
10 de dezembro: 17h às 20h.
11 e 12 de dezembro - 11h às 20h;
13 de dezembro - 11h às 15h.

Área de Alimentação Interna: Praça de Alimentação no Piso 3 do CICB para lanches rápidos.
Funcionamento:
10 de dezembro – 12h às 20h;
11 e 12 de dezembro - 8h às 20h;
13 de dezembro - 8h às 15h.

INFORMAÇÕES GERAIS

O pagamento da alimentação será somente em dinheiro. Não há caixa eletrônico no local do evento.

GUARDA VOLUME

Lobby de entrada do CICB (Piso 3). Funcionará de 10 a 13 de dezembro e servirá apenas para guardar bagagem de tamanhos médio e grande (bagagem de viagem). A Secretaria do FMDH não se responsabilizará pelos objetos de valor deixados no interior dos volumes.

TELEFONES ÚTEIS

Telefones de Emergência
Disque Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos 100
Bombeiros 193
Defesa Civil 199
Delegacia de Atendimento à Mulher 180
Polícia Civil 197
Polícia Federal 194
Polícia Militar 190
Polícia Rodoviária Estadual 198
Polícia Rodoviária Federal 191
SAMU (Ambulância) 192
Detran - DF 154
Aeroporto Internacional de Brasília (61) 3364 9000
Delegacia da Criança e do Adolescente (61) 3207 5963
Posto Policial do Aeroporto (61) 3365 5180
Correios e Telégrafos (documentos perdidos) (61) 3003 0100
Rodoviário Interestadual de Brasília (61) 3234 2185
Metrô - Atendimento ao Usuário (61) 3353 7373
Orientação ao Turista (61) 3214 2734
DFTRANS (61) 3043-0401
Serviço de Atendimento ao Cidadão – GDF 156

Táxi
Coobrás Rádio Táxi (61) 3344 1000
Unitáxi (61) 3225 5050
Radio Táxi Maranata (61) 3323 3900
Radio Táxi Alvorada (61) 3321 3030

ESTACIONAMENTO

600 vagas cobertas gratuitas (o CICB e a SE/FMDH não se responsabilizarão por possíveis danos aos carros estacionados ou pertences deixados em seus interiores).

FOLHETERIA

Papelaria: as instituições que tiverem material impresso (panfletos, folders e similares) para distribuir devem procurar o Balcão de Soluções (localizado no lobby do piso 3), que ficará responsável pela alocação dos materiais na área a eles destinada (lateral do Espaço Multiuso).

INTERNET

Nas principais áreas do CICB será disponibilizado internet wireless. Os locais serão identificados com placas indicativas (Zona Wifi).

ATENDIMENTO MÉDICO

Serão disponibilizados 2 ambulatórios médicos no CICB (Piso 3) e mais 2 ambulâncias para possíveis emergências.

ACHADOS E PERDIDOS

Lobby de entrada do CICB (Piso3).

ACAMPAMENTO

O acampamento oficial do FMDH está localizado no Parque da Cidade – Dona Sara Kubitscheck, no Pavilhão de Exposição. O acesso mais fácil ao Pavilhão para os participantes que chegarem de transporte coletivo público é pelo Setor de Indústrias Gráficas, ponto de ônibus localizado próximo ao Banco de Brasília (BRB).

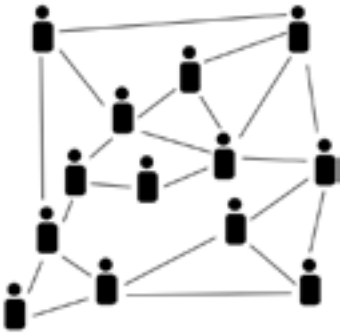
HOSPEDAGEM

No Balcão de Soluções o participante poderá obter informações acerca de hospedagem em Brasília, inclusive sobre a disponibilidade de espaços no Acampamento Oficial.

TERMINAIS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO

Os terminais de atendimento bancário mais próximos ao CICB estão localizados no Centro Cultural Banco do Brasil, para clientes do Banco do Brasil, e na Rodoviária do Plano Piloto / Conjunto Nacional, para os clientes dos demais bancos.

DIA 10



ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES

10h-12h

ATIVIDADE TEMÁTICA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AIDS E O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO LGBT – CNDC/ LGBT

Proponente: UNAIDS
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

10h-16h

ATIVIDADE DE CONVERGÊNCIA

4º ENCONTRO NACIONAL DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Tenda 1 - Casa dos Direitos – Auditório 1

14h-16h

ATIVIDADE TEMÁTICA

O PAPEL DA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE

Proponente: Comissão Camponesa da Verdade
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

Proponente: Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos
Local: Rodoviária do Plano Piloto

16h-18h

ATIVIDADE TEMÁTICA

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO FMDH – RODAS DE CONVERSAS, RITUAIS E APRESENTAÇÕES CULTURAIS

Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

DIA 10

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DE ABERTURA

Local: Piso 3 Azul -
Espaço Multiuso da Feira do Livro

14h às 15h

LANÇAMENTOS DAS PUBLICAÇÕES DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SDH/PR

Modalidade: Lançamento de livros

Sinopse: A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estimula a disseminação de conhecimentos e incentiva a reflexão, através da disponibilização de publicações que premeiam diversas temáticas em interface com os Direitos Humanos.

PUBLICAÇÕES:

• Anais da 3ª. Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

• Coleção Educação 12 Direitos - Por uma Cultura em Direitos Humanos;

1. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito a uma vida livre de violência;
2. Por uma cultura em Direitos Humanos Direito à liberdade e segurança da pessoa;
3. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito à alimentação adequada;
4. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito ao mais alto patamar de saúde física e mental;
5. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direitos a não ser submetido a castigos cruéis;
6. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direto à participação em assuntos públicos;
7. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito à Educação;
8. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito à moradia adequada;
9. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito à Seguridade Social;
10. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito trabalho com dignidade;
11. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito à opinião e expressão;
12. Por uma cultura em Direitos Humanos: Direito a um julgamento justo;

• Dez anos do CNDI: Repertório e implicações de um processo democrático.

• Educação e Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais;

• Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - Revisado e Atualizado;

Idioma: Português

Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR

DIA 10

SÉRIE DE ATRAÇÕES CULTURAIS DE BOAS VINDAS AOS PARTICIPANTES DO FMDH
Local: Piso 3 Azul - Palco da Praça de Alimentação

15h às 15h30min
RODA DE CAPOEIRA
Proponente: Instituto de Educação Integrada Garotos Sem Fronteiras

15h30min às 16h
DANÇA INDÍGENA
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão

16h às 16h30min
MÚSICA E DANÇA PAGÃ
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca – ABRAWICCA

16h30min às 17h
AO SOM DOS TAMBORES... ACORDA BRASIL!
Proponente: Projeto Sociocultural Tambores da Kuzinha

ABERTURA OFICIAL
Local: Piso 3 Azul – Auditório Brasília

17h às 18h
SHOW SEU ESTRELO E O FUÁ DO TERREIRO - O ALADO E AS FIGURAS PENDURADAS
Sinopse: Com sua própria brincadeira popular tendo como fundamento o mito do Calango Voador, sua música original, um ritmo singular batizado de Samba Pisado, suas fabulosas figuras e seu surpreendente teatro de terreiro, o grupo traz em sua alma uma das principais características da cultura popular brasileira, a invenção.

18h às 19h
SOLENIDADE DE ABERTURA

19h às 20h
SHOW COM DANIELA MERCURY
Sinopse: "Pelada" é um show único, que marca a história dessa artista brasileira vestida de coragem e ousadia. "Compor é se mostrar, se despir pro mundo". A partir das composições autorais, poesias e papos, o show segue revelando ao público a Daniela Mulher, cidadã, militante social, apaixonada pelo Brasil, apaixonada pela vida e pela cultura negra.

DIA 11

08h – 10h

CONFERÊNCIA 1: OS DIREITOS HUMANOS COMO BANDEIRA DE LUTA DOS POVOS

A abordagem desse eixo contemplará a luta dos povos pelo reconhecimento de seus direitos, a conquista dos direitos humanos por meio das lutas sociais e as recorrentes violações que ocorrem pelo mundo.

- **Conferencistas**: Maria do Rosário Nunes (Brasil) e Pablo Gentili (Argentina)
- **Coordenação**: Ivana de Siqueira (Organização dos Estados Ibero-americanos-OEI)
- **Relatoria**: Claudia Baena (Organização dos Estados Ibero-americanos-OEI)
- **Local**: Auditório 1

10h - 12h

DEBATE 1: DIREITOS HUMANOS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A abordagem desse debate contemplará a participação social no mundo, em suas diversas expressões, institucionalizadas ou não, as plataformas de direitos humanos, com foco nas formas de organização das redes de direitos humanos, na renovação e sustentabilidade dos movimentos sociais, bem como nos mecanismos de ampliação da participação da sociedade civil no debate e na reivindicação da efetivação dos direitos humanos.

- **Debatedores**: Sara Victoria Alvarado (Colômbia), Florenço Mendes Varela (Cabo Verde)
- **Coordenação**: Rildo Marques (Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH)
- **Relatoria**: Jacqueline Freire (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB)
- **Local**: Auditório 3

DEBATE 2: RECONHECIMENTO E DIREITOS HUMANOS

A abordagem desse debate contemplará a diversidade, a pluralidade e a relação entre cultura e direitos humanos, incluindo a interação positiva na busca pela superação das barreiras entre povos, grupos humanos e diferentes culturas, o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade.

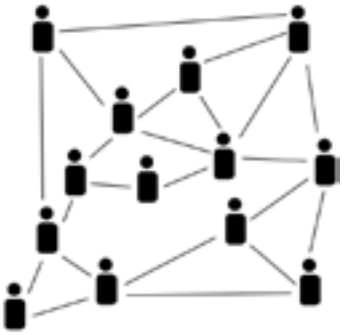
- **Debatedores**: Ahmed Harzenni (Marrocos), Tonico Benites (Brasil) e Ela Wiecko Volkmer de Castilho (Brasil)
- **Coordenação**: Salete Valesan (Faculdade Latino Americano de Ciências Sociais - FLACSO Brasil)
- **Relatoria**: Sandra Nascimento (LAEPI-Laboratório de Estudos em Políticas Indigenistas-UNB/CEPPAC)
- **Local**: Auditório 3

DEBATE 3: DIREITO À MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

A abordagem desse debate contemplará as experiências dos diferentes países que passaram por regimes autoritários. Este debate se propõe a discutir Justiça de Transição, seus avanços e impasses, a luta dos perseguidos, dos sobreviventes e dos familiares dos mortos e desaparecidos e o papel das instituições do Estado.

- **Debatedores**: Baltasar Garzón Real (Espanha), Rosa Maria Cardoso da Cunha (Brasil), Julián Froidevaux (Argentina) e Estela Barnes de Carlotto (Argentina)
- **Coordenação**: Nilmário Miranda (Câmara dos Deputados)
- **Relatoria**: Francisco Celso Calmon (Rede Brasil - Memória, Verdade, Justiça)
- **Local**: Auditório 1

DIA 11



ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES

10h-12h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

DIREITOS SINDICAIS SÃO DIREITOS HUMANOS
Proponente: AFL-CIO Solidarity Center
Parceiros: Confederação Sindical das Américas (CSA), CUT Brasil e UGT Brasil
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

USO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Artigo 19
Parceiros: Ação Educativa
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

DROGAS E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Associação Brasileira de Redução de Danos
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

O SOFRIMENTO MENTAL É ORIUNDO DA "NÃO" GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

DIREITOS HUMANOS E A PAZ
Proponente: Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

CONFERÊNCIA LIVRE: OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDH PELO PNE
Proponente: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

RELIGIÕES E CULTURA DE PAZ
Proponente: Fórum de Sacerdotes e Sacerdotisas de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo - FOESP
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

DESAFIOS DO ISOLAMENTO GEOGRÁFICO NA AMAZÔNIA: A EXCLUSÃO PELA GEOGRAFIA
Proponente: Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas e Frente Parlamentar da Criança, do Adolescente e do Idoso
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Proponente: Conselho Federal da OAB
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

DIA 11

PROTAGONISMO JUVENIL: ENCENAÇÃO OU PRÁTICA?
Proponente: Fundação Fé e Alegria
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

RELIGIÃO, ESTADO, DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE
Proponente: Iniciativa das Religiões Unidas
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

DIREITO AO ACESSO À JUSTIÇA: EXPERIÊNCIA NA REGIÃO DO MATO GRANDE - RN
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE O SERTÃO PERNAMBUCANO
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

MÃES DA PARRHESIA
Proponente: Instituto Parrhesia Erga Omnes
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

EDUCAÇÃO POPULAR, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Instituto Paulo Freire
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

RESILIÊNCIA NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA (TCI) E A ÉTICA DAS RELAÇÕES
Proponente: Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

VIDAS PROTEGIDAS OU NÃO! VIOLÊNCIAS E RETÓRICA NO ÂMBITO DA LETALIDADE INFANTO-JUVENIL
Proponente: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS DESAFIOS CONSTANTES NAS RELIGIÕES EM FOCO AOS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA E EM CONSONÂNCIA O ENSINO RELIGIOSO
Proponente: Rede Mandacaru Brasil
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

DESAFIOS PARA A INTERIORIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania do Maranhão
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

MESA SOBRE CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO IDOSA – SDH/PR E ITAMARATY
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

PANEL MEMORIA PARA EL FUTURO
Proponente: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos (CIPDH) / Unesco
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

DIREITOS HUMANOS DOS POVOS TRADICIONAIS
Proponente: Frente Parlamentar de Direitos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

O DIREITO HUMANO DE ALIMENTAR TRADICIONAL
Proponente: Fórum Nacional de Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS - EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO MUNDO DIGITAL E CONVERGENTE
Proponente: Rádio Cultura FM Brasília
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

DIA 11

REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO (RCN) NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: O ESFORÇO DE UNIVERSALIZAÇÃO
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

DIVERSIDADE SEXUAL E LIBERDADE: CONVERSAS SOBRE A LIVRE EXPRESSÃO DO SER, DO AMOR E DA FÉ
Proponente: Advogados pelo Respeito à Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Gênero
Parceiros: Movimento Mães pela Igualdade, da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da APOGLBT/Brasília (Associação da Parada do Orgulho LGBT) e da Coordenadoria de Diversidade Sexual da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Distrito Federal
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

DEBATE E LANÇAMENTO DE LIVRO EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DA CONATRAE
Proponente: Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

TURISMO RESPONSÁVEL E INFÂNCIA NA COPA DO MUNDO - EXPLORAÇÃO SEXUAL NÃO É TURISMO. É CRIME!
Proponente: Embratur
Parceiros: Ministério do Turismo; Sebrae, Sesi, Rede Andi
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

10h-12h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

CAMPANHA INTOLERÂNCIA ZERO
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca - ABRAWICCA
Parceiros: URI e Instituto Mãe Terra
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

A SOCIEDADE CIVIL E A DEFENSORIA PÚBLICA: COMO PROTEGER OS SEUS DIREITOS
Proponente: Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE DO TRABALHADOR NA ECONOMIA GLOBALIZADA
Proponente: Fundação Universidade Regional de Blumenau
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

O INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA E SEUS PARCEIROS: PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE
Proponente: Instituto Federal de Brasília - IFB
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

VIOLÊNCIA URBANA E JUVENTUDE: UMA ABORDAGEM DA AÇÃO DO ESTADO NAS PERIFERIAS BRASILEIRA
Proponente: Rede FALE
Parceiros: Conselho Nacional de Juventude
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS SEXUAIS UMA REALIDADE LATINO-AMERICANA
Proponente: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

DIÁLOGO SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NA LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E OUTROS DIREITOS
Proponente: Centro de Direitos Humanos de Palmas
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

RODA DE CONVERSA: DIREITOS HUMANOS E TUBERCULOSE
Proponente: Parceria Brasileira Contra a Tuberculose
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

DIA 11

10h-16h
ATIVIDADE TEMÁTICA

SEMINÁRIO BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA SOBRE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - A UNIÃO EUROPÉIA E O BRASIL EM SUPORTE AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

14h-15h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

O DIREITO À SAÚDE COMO DIREITO HUMANO PARA BRASILEIROS E MIGRANTES
Proponente: Advogados Sem Fronteiras
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO
Proponente: Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de São Lourenço
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

O IDOSO E A ATIVIDADE FÍSICA NO IFRN: EDUCAÇÃO E SAÚDE COMO PRÁXIS AO LONGO DA VIDA
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

PROGRAMA TURISMO ACESSÍVEL
Proponente: Ministério do Turismo
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

PROGRAMA IMPLEMENTANDO CULTURA DE PAZ E PROJETO CULTURANDO
Proponente: Universidade da Região da Campanha (Unipampa) Campus de São Borja
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

SAFERNET: PROMOÇÃO, DEFESA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA INTERNET NO BRASIL
Proponente: Safernet Brasil
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

ATENDIMENTO INICIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL
Proponente: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

GENOCIDIO DE LOS ARMENIOS: ESTUDIO COMPARATIVO DE LOS PROCESOS GENOCIDAS DEL SIGLO XX
Proponente: Consejo Nacional Armenio de Sudamérica
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA POLÍTICA E UM COMPROMISSO
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

14h-16h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

A DEFESA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
Proponente: Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal
Parceiros: Defensoria Pública do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

VIVENDO O VERBO SER!
Proponente: Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

DIA 11

TRABALHO INFANTIL: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

NAPNE - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS - O PROCESSO DE INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
Proponente: Instituto Federal de Brasília - IFB
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

PROJETO CUXITA DE SENSIBILIZAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE A CIDADANIA NEGRA
Proponente: Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB)
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

MULHERES MIL NO IF FLUMINENSE: COMPLEXIDADE DAS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO PROGRAMA
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIREITOS HUMANOS
Proponente: Observatório de Educação em Direitos Humanos - Universidade Estadual Paulista
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

PROFISSÕES NÃO REGULAMENTADAS E O DIREITO AO TRABALHO
Proponente: Fórum de Sacerdotes e Sacerdotisas de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo - FOESP
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DESAFIO DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Proponente: Pastoral Nacional do Povo de Rua
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

POVOS INDÍGENAS EM EXTREMO CONTATO, NAS CIDADES
Proponente: Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos/ Prefeitura de Porto Alegre
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA NA DEPENDÊNCIA QUÍMICA
Proponente: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

DIREITOS HUMANOS E NEGÓCIOS: UMA ABORDAGEM DE CONDUTA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL
Proponente: Ponto de Contato Nacional para Diretrizes OCDE – SAIN/MF
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

DIALOGANDO SOBRE O EFETIVO DIREITO À ACESSIBILIDADE NUMA SOCIEDADE GLOBAL
Proponente: Universidade Federal da Paraíba
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: VIVÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS E GERAÇÃO DA PAZ
Proponente: Universidade Estadual do Ceará - UECE
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 169 DA OIT - PROCESSO INFORMATIVO COM POVOS INDÍGENAS
Proponente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiro: APIB
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

RODAS DE CONVERSA: O ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DA AIDS E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS LGBT
Proponente: UNAIDS
Parceiro: PNUD
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

DIA 11

14h-16h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA
Proponente: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

RODA DE DIÁLOGO SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DAS GRANDES OBRAS NO BRASIL
Proponente: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes
Parceiros: Redes Nacionais em Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; ANCED- Associação Nacional dos Centros de Defesa; Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente; Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Rede ECPAT Brasil - Pelo Fim da Exploração, Abuso Sexual e Tráfico de Crianças e Rede Nacional Primeira Infância), Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - PNEVESCA - SDH - PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

DIREITO À SAÚDE: UM DESAFIO PARA A CONCRETUDE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Proponente: Ministério da Saúde
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

REDE DE COOPERAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL
Proponente: Fundação Universidade Regional de Blumenau
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

A DEFESA DO DIREITO À TERRA E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLAÇÕES
Proponente: Centro de Referência em DH - Sede Semiárido
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

DIREITOS HUMANOS E IMIGRAÇÃO
Proponente: Centro de Referência em Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

14h-18h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

FORTALECIMENTO DA EXIGIBILIDADE DO DHAA NO CONTEXTO DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO FACULTATIVO DO PIDESC
Proponente: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

IX ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Proponente: Conselho Nacional do Idoso
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Proponente: Faculdade Latino Americano de Ciências Sociais
Parceiros: SDH, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, MEC, OEI, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Rede de Educação Cidadã
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

A POLÍTICA DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO BRASIL
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, ONTEM E HOJE
Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás - Comissão da Verdade, Memória e Justiça
Parceiros: Sindicato dos Jornalistas do DF
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

DIA 11

14h30 - 15h30

PRÊMIO DIREITOS HUMANOS 2013 - ATO DE ENTREGA DO PRÊMIO DIREITOS HUMANOS 2013 COM A PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF
Proponente: SDH / PR
Local: Auditório 1

15h-16h

ATIVIDADES TEMÁTICAS

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE GENOMA HUMANO E OS DIREITOS HUMANOS E A DECLARAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE DADOS GENÉTICOS HUMANOS
Proponente: Centro de Estudos em Biodireito
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

EDUCAÇÃO EM DIREITO HUMANOS E CULTURA DA PAZ
Proponente: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Gabinete do Governador do Estado do Ceará
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

MOVIMENTO PELA SAÚDE DOS POVOS – FERRAMENTAS PARA FORMAÇÃO À DISTÂNCIA DE ATIVISTAS NA ÁREA DA SAÚDE
Proponente: Movimento pela Saúde dos Povos
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

GRUPO DE TRABALHO DE PSICÓLOGOS(AS) DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL
Proponente: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

CARTEIRA DE NOME SOCIAL
Proponente: Secretaria de Segurança Pública - RS
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO FEDERAL (PPA, LDO E LOA)
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria- Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

15h-16h

ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

APRESENTAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DEFENSOR PÚBLICO: TRANSFORMANDO A CAUSA DE UM NO BENEFÍCIO DE TODOS
Proponente: Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA NA TERCEIRA IDADE: APRENDIZADO, QUALIDADE DE VIDA E INSERÇÃO SOCIAL
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

CAMPANHA: TECNOLOGIA E DIGNIDADE HUMANA
Proponente: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná – Comitê de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

16h-17h

ATIVIDADES TEMÁTICAS

PARTICIPA.BR: PLATAFORMA PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

DIA 11

16h-18h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

VAMOS ABOLIR A TORTURA NO BRASIL!
Proponente: Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura
Local: Piso 1 Lilás – Sala 115

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AGENDA DE LUTA PARA A REDE BRASIL M-V-J
Proponente: Rede Brasil - Memória, Verdade, Justiça
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Associação Paulista de Defensores Públicos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 131

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DO TECIDO SOCIAL
Proponente: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

ARTICULAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO AO EXTERMÍNIO DAS JUVENTUDES NO RIO GRANDE DO NORTE
Proponente: Centro Marista de Juventude Natal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 123

CIDADE, DIREITOS HUMANOS & HETEROGÊNESE URBANA: COMPONDO A VIDA ATRAVÉS DAS DIFERENÇAS
Proponente: Cidadania & Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS NO DISTRITO FEDERAL
Proponente: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 129

IMPACTOS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MATO GROSSO DO SUL E PROTAGONISMO JUVENIL
Proponente: Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de MS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 124

AUTONOMIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PARA A JUVENTUDE: A RE-INVENÇÃO NECESSÁRIA DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Proponente: Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE
Local: Piso 1 Lilás – Sala 119

POLÍTICA NACIONAL DE ALEITAMENTO MATERNO, REDES DE BANCOS DE LEITE HUMANO E IMPLICAÇÕES NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL
Proponente: Corpo de Bombeiros Militar do DF - Programas Sociais - APROS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 127

REUNIÃO ABERTA DO FÓRUM NACIONAL DE OUVIDORES DE POLÍCIA - FNOP
Proponente: Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
Local: Piso 1 Lilás – Sala 120

DIREITOS HUMANOS E SUAS PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI
Proponente: Instituto Goiano de Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

SEMINARIO SOBRE EL SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS
Proponente: Instituto Interamericano de Derechos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 121

DIA 11

A EDUCOMUNICAÇÃO COMO CAMINHO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Instituto Marista de Assistência Social - IMAS
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

SEMINÁRIO SAÚDE E DEMOCRACIA SÃO DIREITOS HUMANOS
Proponente: MOPS - Movimento Popular de Saúde de Pernambuco
Local: Piso 1 Lilás – Sala 118

CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROTAGONISMO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Proponente: Pastoral Nacional do Povo de Rua
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES ÀS VISTAS DA TECNOLOGIA E DIGNIDADE HUMANA
Proponente: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná – Comitê de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) E A CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NAS NAÇÕES UNIDAS
Proponente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiro: Rio+ World Centre for Sustainable Development
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

PROTOCOLO NACIONAL CONJUNTO PARA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES
Proponente: Secretaria Executiva – SDH/PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

PROGRAMA VIRAVIDA – TECNOLOGIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
Proponente: Serviço Social da Indústria - DR/DF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 117

O SISTEMA PRISIONAL COMO PROMOTOR DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ESTADO E REPRESSÃO APÓS JUNHO DE 2013
Proponente: União Nacional dos Estudantes
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO RACIAL NAS UNIVERSIDADE BRASILEIRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Proponente: Diretoria de Políticas e Programas de Graduação/SESu/Ministério da Educação
Parceiros: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil)
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

PUTTING CHILDREN AND YOUNG PEOPLE´S RIGHTS AT THE HEART OF THE POST- 2015 AGENDA
Proponente: Plan International
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

MOSTRA DA AÇÃO DE CIDADANIA DOS POVOS CIGANOS EM SERRA-ES
Proponente: Secretaria Municipal de Diretos humanos e Cidadania Prefeitura Municipal da Serra ES
Local: Piso 1 Lilás – Sala 130

VIOLÊNCIA LETAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PERSPECTIVA DO ECA: VIVER E NÃO MORRER
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

DIA 11

SEMINÁRIO INTERNACIONAL PAZ E JUSTIÇA
Proponente: Uniceub
Parceiro: Embaixada da Holanda
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

DEBATENDO OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A ATIVIDADE DE DEFENSORIA PÚBLICA
Proponente: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

FUNDO DO IDOSO
Proponente: Conselho Nacional do Idoso
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

A METODOLOGIA DA BUSCA ATIVA COMO PRINCÍPIO POLÍTICO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Centro de Referência em Direitos Humanos - Universidade Federal do Rio Grande
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

RODA DE CONVERSA SOBRE A LAICIDADE DO ESTADO
Proponente: CNCD/LGBT
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

SEMINÁRIO ABRACE A DIVERSIDADE – JUVENTUDE, CULTURA, RELIGIOSIDADE E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/PR
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

16h-18h
ATIVIDADE DE CONVERGÊNCIA

SEMINÁRIO NACIONAL DE ENTIDADES DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA
Proponente: Associação dos Profissionais de Segurança Pública com Deficiência
Local: Piso 1 Lilás – Sala 116

16h-20h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

REDE DE DIREITOS
Proponente: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

SEMINÁRIO "A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO ALTERNATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL"
Proponente: Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS: CONHECER, RESPEITAR E CONVIVER
Proponente: Fundação Universidade Regional de Blumenau
Parceiros: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO ALTERNATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República / Brasília
Parceiros: Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério da Saúde (a confirmar), da Secretaria de Assuntos Federativos (SAF/SRI), do PNUD e de acadêmicos da UnB e da Universidade Católica de Brasília
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

SIMPÓSIO CONTROLE SOCIAL E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDH/ PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 122

DIA DO DEBATE GERAL ONU 2013: MÍDIAS, REDES SOCIAIS E DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: União Marista do Brasil
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ADOLESCENTES E JOVENS
Proponente: Unicef
Parceiros: Coordenadoria de Juventude do Distrito Federal / Secretaria de Governo do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIA 11

DIÁSPORAS AFRICANA E TIMORENSE: HISTÓRIAS DE VIDA E LUTAS PELA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
Proponente: Unilab
Local: Piso 1 Lilás – Sala 126

MOBILIZAÇÃO PELA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 3 ANOS
Proponente: Unicef
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

LANÇAMENTO DO OBSERVATÓRIO – PNDH3
Proponente: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Parceiro: Secretaria Executiva – SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

DEBATE E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DO FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Local: Piso 1 Lilás – Sala 125

SEMINÁRIO DO MOVIMENTO PEDAGOGIA DAS VIRTUDES
Proponente: União Planetária - Centro Referência em Direitos Humanos-DF
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

17h-18h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

WEBCIDADANIA XINGU: EXPERIÊNCIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA LOCAL
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

18h-20h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: PARCERIAS DO ESTADO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Proponente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiros: Fundação Getúlio Vargas e Plataforma por um Novo Marco Regulatório
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
Local: Piso 1 Lilás – Sala 131

QUE EXPLORAÇÃO É ESSA? UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL
Proponente: Canal Futura
Local: Piso 1 Lilás – Sala 119

UM TANTO CALUNGA: A AVENTURA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE SEU TERRITÓRIO
Proponente: Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência
Local: Piso 1 Lilás – Sala 115

DIÁLOGOS SOCIAIS: CATADORES E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

A CONJUNTURA DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO
Proponente: Comcausa | CRDH Comcausa | Nova Iguaçu
Local: Piso 1 Lilás – Sala 129

DIA 11

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DOS CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
Proponente: Conselho Municipal de direitos Humanos de Vitória - CMDH/ES
Local: Piso 1 Lilás – Sala 124

ARMA NÃO É BRINQUEDO
Proponente: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 125

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS: A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA
Proponente: Instituto Mãe Terra
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

A ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Movimento Nacional de População da Rua
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Movimento Nacional de População da Rua
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

A IMPORTÂNCIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES
Proponente: Movimento Nacional de Rádios Comunitárias
Local: Piso 1 Lilás – Sala 120

PNDH3: DEBATES E PERSPECTIVAS
Proponente: Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

DIREITO DE MORADIA E O ANEL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE: REMOÇÕES "HUMANIZADAS", RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS E O PROCESSO JUDICIAL COMO MEIO
Proponente: Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU/MG
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

LA EDUCACIÓN PARA LA PAZ CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA Y DERECHOS HUMANOS
Proponente: Organização dos Estados Ibero-americano para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

LA PERSPECTIVA DE DERECHOS HUMANOS EN LOS PLANES EDUCATIVOS NACIONALES DE LOS PAÍSES DEL CONO SUR DE AMÉRICA LATINA
Proponente: Plataforma de Organizaciones Educativa del Mercosur - PEM
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

EMPREENDEDORISMO CULTURAL & CIDADANIA COMUNITÁRIA: PROMOÇÃO DO CAPITAL AFETIVO E SOCIAL
Proponente: Prefeitura Municipal de Macaé (RJ) / Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico & Social
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

ACESSO A DADOS SOCIOECONÔMICOS PARA O CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Proponente: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Parceiros: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

CAMPANHA ANA - ALIANÇA NACIONAL DE ADOLESCENTES
Proponente: Rede ECPAT Brasil
Local: Piso 1 Lilás – Sala 117

INTERIORIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PERNAMBUCO
Proponente: Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

ACCESO AL CONOCIMIENTO COMO UN DERECHO Y UN BIEN COMÚN
Proponente: Clacso
Parceiros: UNESCO-Universidad Autónoma del Estado de México-Universidad de Brasilia
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E DE PERIFERIA
Proponente: União Nacional dos Estudantes
Local: Piso 1 Lilás – Sala 132

DIA 11

TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS FRONTEIRAS DO MERCOSUL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Proponente: Programa Escola de Conselhos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Parceiros: Argentina - Secretaría de Derechos Humanos do Ministerio de Justicia e Derechos Humanos; Brasil - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR; Paraguai - Ministerio de Educación y Cultura e Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia - SNNA; Uruguai - Instituto do Niño y Adolescente do Uruguay - INAU e Ministerio de Educación y Cultura
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

MOSTRA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)
Proponente: Secretaria Municipal de Diretos Humanos e Cidadania Prefeitura Municipal da Serra ES
Local: Piso 1 Lilás – Sala 130

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO X DIREITOS HUMANOS
Proponente: Universidade Federal da Paraíba
Local: Piso 1 Lilás – Sala 118

LOS RUÍDOS DEL SILENCIO: LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES HABLAN A 40 ANOS DEL GOLPE MILITAR EM CHILE
Proponente: Centro de Estudios de la Niñez, Corperación Opción
Local: Piso 1 Lilás – Sala 116

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COM O PCCS 2008 E CONDIÇÕES DE TRABALHO PREJUDICIAIS AOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Proponente: Sociedade Civil Maria Maria de Servidoras dos Correios
Local: Piso 1 Lilás – Sala 127

O USO E A INTEROPERABILIDADE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA DEFESA E PROMOÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH/ PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

PRATICANTES DE CULTOS AFROAMERÍNDIOS - A RESISTÊNCIA DO CRER, DO SER E DO VIVER NAS COMUNIDADES DE TERREIRO EM TEMPOS DE (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA
Proponente: Centro de Referência em DH - UFRN
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

18h-20h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER
Proponente: Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores
Local: Piso 1 Lilás – Sala 121

A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DA DIVERSIDADE NO DISTRITO FEDERAL
Proponente: Centro de Referencia da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial - SEDEST/ GDF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 123

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Instituto Marista de Assistência Social - IMAS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

A "ÁFRICA NAS ESCOLAS" COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DOS POVOS E OS DIREITOS HUMANOS
Proponente: União dos Estudantes Africanos em Brasília
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO
Proponente: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS HUMANOS
Proponente: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado
Parceiros: Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP) e Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí (CEEDHPI)
Local: Piso 4 Verde - Sala 403

DIA 11

FEIRA DO LIVRO

10h às 11h

COLEÇÃO DE LIVROS TIA MAGNA

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Aborda os direitos e deveres que devem ser conhecidos e praticados desde os primeiros anos de vida. O respeito pelo meio ambiente, os cuidados com a saúde, com as drogas e o álcool, não se esquecendo da valorização do professor, do idoso e dos animais.
Livro 1 - Toda Criança Tem Direito de Brincar;
Livro 2 - O Dia em que a Terra Chorou;
Livro 3 - Fo-tos-sín-te-se;
Livro 4 - A Professora e a OITI;
Livro 5- O Pequeno Príncipe Negro.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

11h às 12h

PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE: REFLEXÕES, AÇÕES E POLÍTICAS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: A partir de iniciativas, experiências e reflexões desenvolvidas nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, arte e gestão ambiental, a publicação objetiva contribuir para o fortalecimento de uma nova postura em relação ao reconhecimento da existência das distintas formas de ser e estar no mundo dos povos indígenas.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos/ Prefeitura de Porto Alegre
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

12h às 13h

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS: CONHECER, RESPEITAR E CONVIVER

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Destinado a alunos do ensino fundamental, acompanhados por um volume destinado aos educadores(as), as obras apresentam informações em distintas áreas do conhecimento.
Idioma: Português
Proponente: Fundação Universidade Regional de Blumenau
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 11

13h às 14h

CADERNO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Coletânea de artigos e cartas que nos situam no cenário da luta pelos Diretos Humanos no Brasil, construído a partir do desejo de contribuição ao trabalho popular realizado pelos(as) comprometidos(os) educadores(as) da Rede de Educação Cidadã – RECID.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP/Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República – SDH/PR
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

14h à 15h

DE VOLTA PARA O FUTURO: PREVENÇÃO CONTRA O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: O livro tem a intenção de promover a reflexão, compartilhar experiências e conjugar competências com educadores, a fim de estabelecer meios de prevenção contra o abuso e a exploração de crianças e adolescentes.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Vida São Paulo
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

15h às 16h

SÉRIE DEFENSORIA PÚBLICA

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Uma análise crítica e profunda das mais recentes alterações legislativas, modificações, jurisprudenciais e novidades jurídicas nas diversas áreas do Direito.
Idioma: Português
Proponente: Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

16h às 17h

CONVERSANDO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: O livro explica em linguagem simples e cuidadosa o que é violência sexual e orienta a criança a buscar ajuda de um adulto que confie, caso esteja sofrendo assédio ou sendo abusada. As ilustrações do livro, feitas por uma criança de dez anos, qualificam o texto e ampliam o conhecimento sobre o tema.
Idioma: Português
Proponente: Editora Liber Livro
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

17h às 18h

PAIXÃO DE HONESTINO

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: O livro refaz a trajetória existencial e política de Honestino Monteiro Guimarães, jovem de classe média dotado de inteligência notável, que teve sua consciência despertada para os problemas sociais. Perseguido pela ditadura, sendo que depois de cinco anos de vida clandestina, foi preso no Rio de Janeiro e se tornou um desaparecido político.
Idioma: Português
Proponente: Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do DF
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 11

18h às 19h

INFÂNCIA E JUVENTUDE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIAS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: São discutidas experiências e pesquisas locais, assim como são realizadas reflexões, a partir de estudiosos brasileiros, a fim de contribuir para se pensar nos contextos de atuação profissional, no fenômeno da violência em torno de crianças e jovens e suas relações com as políticas públicas vigentes.
Idioma: Português
Proponente: Editora UFRN
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

18h às 20h

LANÇAMENTO DA REVISTA MALU - MEMÓRIAS DE UMA TRANS

Modalidade: Lançamento de revista em quadrinhos
Sinopse: Ao assistir as aventuras e desventuras da protagonista, podemos refletir sobre nossas posturas frente às pessoas que lutam diariamente contra o preconceito e por usa identidade e liberdade.
Idioma: Português
Proponente: Associação de Transexuais, Travestis e Transgêneros LGBT de Ribeirão Preto/SP e ONG ASGATTAS-RP
Local: Tenda Planeta Arco Íris – área externa

19h às 20h

CONVERSANDO SOBRE VIOLÊNCIA E CONVIVÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Considerando as ocorrências de violências no ambiente escolar, o livro foi constituído e elaborado, a partir de uma pesquisa empírica cujos objetivos foi observar as razões, as repercussões e as dimensões que envolvem violência nas escolas.
Idioma: Português
Proponente: Coordenação Geral de Direitos Humanos – CGDH/Diretoria de Políticas de Educação em Diretos Humanos e Cidadania – DPEDHUC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/ Ministério da Educação – MEC e Faculdades Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

19h às 20h

ATIVIDADE: DEZ FACES PELA LUTA DOS DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Dez defensores de direitos humanos sob proteção especial do Governo brasileiro contam suas histórias em uma publicação lançada, no final de 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Nações Unidas no Brasil, em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos e a Delegação da União Europeia no Brasil.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Diretos Humanos - SNPDDH/SDH-PR e Delegação da União Europeia no Brasil
Local: Tenda Comunidade das Comunidades – área externa

DIA 11

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

10h às 11h
CONEXÃO CHM: FUNK E CIDADANIA NA CHATUBA
Modalidade: Música
Sinopse: O grupo tem como objetivo elevar a auto-estima dos jovens que o compõem cuja rotina é estigmatizada pela violência e pelo tráfico de drogas que acomete a comunidade onde vivem.
Idioma: Português
Proponente: ComCausa | CRDH ComCausa | Nova Iguaçu
Local: Piso 3 Azul - Palco da Praça de Alimentação

10h às 11h30min
DESFILE DE MODA EM PASSARELA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Modalidade: Performance/desfile
Sinopse: Despertar sobre questões de estilo, elegância e moda contemplando as necessidades das pessoas com deficiência, oportunizando pautas inclusivas com responsabilidade social, a partir de produtos acessíveis a todos os consumidores.
Idioma: Português
Proponente: Fashion Inclusivo
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

10h às 12h
O PLANO VIVER SEM LIMITE DO DISTRITO FEDERAL
Modalidade: Oficina
Sinopse: As mudanças para a superação de limites serão validadas quando equipararmos oportunidades entre pessoas com e sem deficiência. Os limites não estão definidos pela condição de cada pessoa, mas pela sociedade: barreiras físicas e atitudinais.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

10h às 12h
NO
Gênero: Ficção
Sinopse: O filme "NO", do diretor Ronaldo Duque, filmado durante o plebiscito de 1988, narra a luta do povo chileno contra a ditadura de Pinochet, um dos mais importantes momentos políticos da América Latina. A voz de Dina Sfat ilumina o premiado documentário que completa 25 anos. A exibição será seguida de mesa de debate.
Idioma: Audio em Português, com legenda em português dos depoimentos em espanhol.
Proponente: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Local: Piso 1 Lilás – Sala 111

DIA 11

10h às 13h
MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL 2013
Gênero: Diversos
Sinopse: Dedica-se a apresentar filmes sul-americanos que discutem os temas atuais de Direitos Humanos no continente. Por ocasião do FMDH, serão exibidos para o público participante, os filmes selecionados por curadoria especializada para receber o prêmio Diferença da TV Brasil.
Filme 1 – Caixa D'água: Qui-Lombo é esse?
Filme 2 – Doméstica
Filme 3 – Katia
Idioma: Português / legenda oculta e audiodescrição.
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

10 às 11h30min
DE ARTEIRO A ARTISTA: A SAGA DE UM MENINO COM SÍNDROME DE DOWN
Gênero: Documentário
Sinopse: Estimulado e incentivado desde a primeira infância a buscar a sua autonomia, seu desenvolvimento profissional e seu lugar na sociedade, o filme mostra a trajetória de vida e artística do jovem pintor de 17 anos.
Idioma: Português, LIBRAS e audiodescrição
Proponente: Associação Mães em Movimento - AMEM
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

12h às 13h
PERFORMANCE AFRO-BRASILEIRA: DO MACULELÊ À CAPOEIRA!
Modalidade: Performance
Sinopse: Aspectos culturais ultrapassam os limites das aprendizagens formais e contribuem para o exercício da cidadania. A proposta une apresentação de capoeira, com as danças da Puxada de Rede, Maculelê e Samba de Roda.
Idioma: Português
Proponente: Fundação Abrinq pelos Direitos das crianças e dos Adolescentes
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

12h às 13h30min
GRUPO A TORTO E A DIREITO
Modalidade: Música
Sinopse: Vestidos de palhaço ou usando fantoches, o espetáculo apresenta por meio de esquetes e caricaturas do mundo real e de forma descontraída aborda tabus, provocando o público para a transformação da realidade.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCA-SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

12h às 14h
INTERVENÇÃO E ARTE LGBT
Modalidade: Performance
Sinopse: Intervenção artística que utiliza a arte como forma de expressão política.
Idioma: Português
Proponente: Grupo Acontece Arte e Política LGBT
Local: Tenda Planeta Arco Íris - área externa

12h às 14h
RÁDIO LIVRE E ATIVISMO CRIATIVO
Modalidade: Oficina
Sinopse: Pretende-se realizar uma oficina sobre como fazer uma transmissão em FM a partir da exposição de técnicas e materiais usados pela "Zuada Rádio Livre", do Coletivo de ativismo criativo Aparecidos Políticos, de Fortaleza/CE.
Idioma: Português
Proponente: Rede Brasil - Memória, Verdade, Justiça
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

12h às 14h
PRINCÍPIO 10 - DO RIO À CANTAREIRA
Gênero: Documentário
Sinopse: O documentário pretende, através da história dos moradores da Serra da Cantareira em São Paulo, retratar a importância do direito de acesso à informação, à participação pública e à justiça, tendo como contexto as grandes obras e o seu impacto ambiental no Brasil atual.
Idioma: Português
Proponente: Artigo 19
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

DIA 11

13h às 14h
PISADA INDÍGENA E O COCO DE TORÉ
Modalidade: Performance
Sinopse: As toantes do Toré Atikum, na empolgante pisada indígena, que de forma educativa, contextualizada e inclusiva, vem cada dia trabalhando os costumes, respeitando o saber local onde eles cantam, tocam e dançam.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

13h às 14h
DITADURAS MILITARES NA AMÉRICA LATINA
Modalidade: Declamação de poesia
Sinopse: Sua inspiração é fruto de estudos interdisciplinares em que ganhou centralidade a literatura desenvolvida na América Latina nesses períodos históricos.
Idioma: Português/LIBRAS
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF
Local: Palco da praça de alimentação

13h às 14h
A VIDA É LOKA
Gênero: Ficção
Sinopse: Um garoto da periferia tem como sonho tornar-se um cineasta. Sua paixão por filmes é destacada desde a infância, quando em meio à carência e a violência do lugar quase o afasta do seu objetivo.
Idioma: Português
Proponente: Fundação Armando Álvares Penteado
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

14h às 15h30min
CORA DENTRO DE MIM
Modalidade: Performance
Sinopse: Por meio de histórias cantadas, o espetáculo remete a plateia para o lugar em que Cora Coralina, a doceira que encantou o Brasil com seus doces poemas costumava receber suas visitas.
Idioma: Português
Proponente: Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

14h às 16h
GAIRELÂNDIA: OFICINA DE COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL
Modalidade: Oficina
Sinopse: É uma dinâmica de aprendizagem que aborda comunicação Intercultural provocando reflexões sobre a presença da cultura nos padrões de comunicação cotidiana proporcionando aos participantes uma nova vivência.
Idioma: Português
Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

13h às 14h30min
PAREDES INVISÍVEIS – HANSENÍASE REGIÃO NORTE
Gênero: Documentário
Sinopse: Exibição de documentário produzido a partir dos depoimentos de pessoas atingidas pela hanseníase e o
impacto da pensão especial (Lei 11.520) na qualidade de vida dessas pessoas.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD-SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

DIA 11

14h30 às 16h

MEMÓRIA, VERDADE E CIDADANIA
Gênero: Documentário
Sinopse: O documentário apresenta por meio de depoimentos, a memória e verdade sobre as violências sofridas pelos jornalistas nos anos de chumbo no Brasil.
Idioma: Português
Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

15h às 16h

CONCERTO NATALINO: TODOS OS CANTOS DO BRASIL
Modalidade: Música
Sinopse: Apresentação de músicas pelo Coral dos Correios como forma de expressão cultural e da diversidade.
Idioma: Português
Proponente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Local: Piso 3 Azul - Palco da praça de alimentação

14h30min às 16h

OLHARES I
Gênero: Documentário
Sinopse: Entrevistas com pensadores, políticos e ativistas mundiais sobre o passado, o presente e o futuro do Fórum Social Mundial, com propostas de "Um novo Mundo Possível", que já são praticadas por governos latino-americanos, africanos e de outros continentes.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Amigos do Fórum Social Mundial Porto Alegre
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

16h às 17h

REFLEXUS
Modalidade: Peformance (música, canto, encenação)
Sinopse: O espetáculo proporciona uma reflexão, uma tomada de consciência e transformação pessoal e social, na dimensão do cuidado consigo, com o outro e com mundo, a partir do olhar poético sobre as personagens.
Idioma: Português
Proponente: Frente de Assistência à Criança Carente – FACC/JUPOS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

15h às 16h

"CHATUBA: ANTES E DEPOIS"
Gênero: Documentário
Sinopse: É o registro da primeira chacina não realizada por agentes do Estado, que matou sete jovens da comunidade de Chatuba/RJ, revelando uma comunidade estigmatizada pela violência em decorrência da forte presença do tráfico na região.
Idioma: Português
Proponente: ComCausa | CRDH ComCausa | Nova Iguaçu
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

16h às 18h

A CULTURA DA PAZ NOS DIREITOS HUMANOS
Modalidade: Oficina
Sinopse: Apresentando o Sincronário da Paz, a lei do tempo e os princípios divinos como instrumentos dentro da sociedade humana, ajudando na construção da justiça e da solidariedade natural.
Idioma: Português
Proponente: Serviço Para a Paz
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

DIA 11

16h30min às 18h

VÍDEO-DEBATE: AUDIOVISUAL E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Gênero: Documentário/animação

Sinopse: A partir da exibição dos vídeos promoveremos um debate com os participantes sobre as perspectivas e interfaces da produção audiovisual no contexto da educação em direitos humanos.
Filme 1 - Trajetória dos Direitos
Filme 2 - TV e Direitos Humanos
Filme 3 - Diretos Humanos para crianças
Idioma: Português Legenda em Espanhol
Proponente: Oficina de Imagens - Comunicação e Educação
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

16h às 20h

O RENASCIMENTO DO PARTO

Gênero: Documentário/debate

Sinopse: Retrata a grave realidade obstétrica mundial, sobretudo a brasileira, caracterizada por um número alarmante de intervenções traumáticas e desnecessárias, em contraponto com o recomendado hoje pela ciência.
Idioma: Português
Proponente: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

17h às 20h

MOSTRA CINEMA E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL 2013

Gênero: Diversos

Sinopse: Dedica-se a apresentar filmes sul-americanos que discutem os temas atuais de Direitos Humanos no continente. Por ocasião do FMDH, serão exibidos para o público participante, os filmes selecionados por curadoria especializada para receber o prêmio Diferença da TV Brasil.
Filme 1 – Brasília Segundo Feldman
Filme 2 – As hiper-mulheres
Idioma: Português / closed caption e audiodescrição.
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

17h30min às 20h

ESPELHOS NEGROS: A BRINCADEIRA, O JOGO E A DANÇA

Modalidade: Performance

Sinopse: Compartilha a investigação sobre o lugar social da mulher negra e promove o contato com as referências afro-brasileiras através da dança, revisitando as memórias ancestrais e identificando os ritmos afros como gerador da vida.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

18h às 20h

TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA: DIREITOS HUMANOS E LITERATURA

Modalidade: Oficina

Sinopse: Objetiva divulgar e socializar a experiência com tertúlia literária dialógica no Programa Nacional Mulheres Mil, relacionando direitos humanos e literatura.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

DIA 12

08h – 10h

CONFERÊNCIA II: A UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADES

A abordagem desse eixo apontará as vulnerabilidades e as violações de direitos humanos em suas diversas dimensões, abrangendo crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, povos da cidade, do campo e da floresta, indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, imigrantes, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência, assim como questões de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade religiosa, saúde mental, entre outros.

- **Conferencistas**: Leonardo Boff (Brasil), Deqo Aden Mohamed (Somália) e Amerigo Incalcaterra (Itália)
- **Coordenação**:
- **Relatoria**: Lucia Ferreira (Ministério da Educação)
- **Local**: Auditório 1

10h - 12h

DEBATE 4: A CONQUISTA DE DIREITOS POR GRUPOS VULNERABILIZADOS E A DEMOCRACIA

A abordagem desse debate contemplará a relação entre democracia e direitos humanos, abordando temas como participação política representativa e direta, direito à informação e o respeito e valorização dos diferentes grupos humanos como forma de fortalecimento da cidadania e da democracia.

- **Debatedores**: Wanderlino Nogueira Neto (Brasil), Farzana Bari (Paquistão)
- **Coordenação**:
- **Relatoria**: Fabio Belloni (Associação Brasileira de Saúde Mental - ABASME)
- **Local**: Auditório 3

DEBATE 5: PARADIGMAS DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES COM BASE EM DIREITOS HUMANOS

A abordagem desse debate contemplará a equidade, a igualdade, a indivisibilidade e a interdependência na efetivação dos direitos, com destaque para as discussões referentes à ampliação e realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

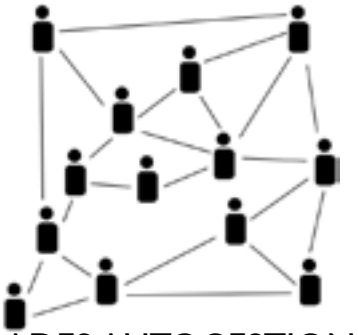
- **Debatedores**: Flavio Vasconcellos Comim (Brasil), Scott Rains (Estados Unidos) e Márcio Pochmann (Brasil)
- **Coordenação**: Gary Stahl (UNICEF)
- **Relatoria**: Beatriz Gonzales Soto (Viva la Ciudadanía)
- **Local**: Auditório 1

DEBATE 6: OS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO DO TRABALHO

A abordagem desse debate contemplará a crise do modelo econômico hegemônico e seus reflexos no mundo do trabalho e na precarização das relações humanas. Neste contexto, discutiremos a luta dos trabalhadores do campo e da cidade pela conquista, manutenção, e expansão de direitos para a classe trabalhadora, atentando para as especificidades dos diferentes grupamentos humanos e suas relações de trabalho tais como aposentadoria, pensionistas, desemprego. As condições de trabalho; a relação entre saúde e trabalho; o trabalho decente; e as violações dos direitos humanos neste espaço, em especial o trabalho infantil e o trabalho análogo à escravidão, também serão analisados nesta mesa.

- **Debatedores**: João Pedro Stédile (Brasil), Leonardo Sakamoto (Brasil) e Jana Silverman (Estados Unidos)
- **Coordenação**: Expedito Solaney Pereira de Magalhães (Central Única dos Trabalhadores – CUT)
- **Relatoria**: Ignácio Javier Hernaiz (Universidad Metropolitana para la educación y el Trabajo)
- **Local**: Auditório 2

DIA 12



ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES

10h-11h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

PALESTRA SOBRE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO DAS MINORIAS
Proponente: Faculdade São Francisco da Paraíba
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

ARTE CIRCENSE NA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA REGIÃO LESTE DE GOIÂNIA/ GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE CONSELHOS
Proponente: Instituto Dom Fernando - PUC/GO
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

POBREZA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO
Proponente: Micro Rainbow Internacional CIC
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

10h-12h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

SEMINÁRIO: MÍDIA, DIVERSIDADE RELIGIOSA E EXPERIÊNCIAS DE GRUPOS NEO-PAGÃOS E OUTRAS MINORIAS
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca - ABRAWICCA
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

DISPOSITIVOS LEGITIMADOS NA GARANTIA DA EXCLUSÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
Proponente: Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Reciclados
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

II REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS (INDH) DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Proponente: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA E OS DESAFIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Proponente: Ministério da Saúde
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: NOVOS DESAFIOS DOS CONSELHOS TUTELARES NO BRASIL
Proponente: Escola de Conselhos de Pernambuco / Universidade Federal Rural de Pernambuco
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

DIA 12

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE E DOS DIREITOS HUMANOS NOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM
Proponente: Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECIALIZADO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA VISUAL
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

SEMINÁRIO: A UTOPIA ANTECIPADA POR MEIO DA ÉTICA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Proponente: Liga dos Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

ESPORTE COMO UM "DIREITO FUNDAMENTAL PARA TODOS"
Proponente: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

DIREITOS HUMANOS: TUBERCULOSE, HANSENÍASE E HIV/AIDS
Proponente: Programa Nacional de Controle da Tuberculose – Ministério da Saúde
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

O PAPEL DA COMISSÃO INDÍGENA DA VERDADE
Proponente: Projeto Direito à Memória e à Verdade
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

"VOCÊ FAZ A DIFERENÇA EM SER DIFERENTE! – DIREITOS HUMANOS E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM QUESTÃO"
Proponente: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Rio das Ostras (RJ)
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

RODA DE CONVERSA "DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES"
Proponente: Superintendência da Mulher, Direitos Humanos e Equidade de Palmas/TO
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

A QUESTÃO DA MULHER E O COMBATE AO MACHISMO
Proponente: União Nacional dos Estudantes
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

CULTURA, JUVENTUDE E COMUNICAÇÃO: DIÁLOGOS DE CIDADANIA
Proponente: Ong Contato
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

SISTEMA PRISIONAL, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE DE CONTROLE
Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

ARTE-EDUCAÇÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
Proponente: Movimento social pelas pessoas desaparecidas
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

ATENDIMENTO À PESSOA QUE COMETE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes
Parceiros: CONANDA
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

DIA 12

A LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E O CONTEXTO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
Proponente: Movimento Nacional de Rádios Comunitárias
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

MEMÓRIA E VERDADE: O QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA TEM A VER COM ISSO?
Proponente: Centro de Defesa de Direitos Humanos de Petrópolis
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO
Proponente: Comcausa | CRDH Comcausa | Nova Iguaçu
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

A QUESTÃO LGBT E A LUTA CONTRA A HOMOFOBIA
Proponente: União Nacional dos Estudantes
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

10h-12h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

INFÂNCIA E COMUNICAÇÃO: A IMPRENSA E O DEBATE SOBRE O LIMITE DA IDADE PENAL
Proponente: ANDI - Comunicação e Direitos
Parceiros: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (por meio do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação) e Rede ANDI América Latina
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE E CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
Proponente: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

RELIGIÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO
Proponente: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

JUVENTUDE INDÍGENA PELA GARANTIA DO "BEM VIVER" DAS FUTURAS GERAÇÕES
Proponente: Fundação Nacional do Índio
Parceiros: Comissão Nacional de Juventude Indígena
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

RODA TEMÁTICA - O DESPERTAR DA CIDADANIA PARTICIPATIVA E A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA (TCI) NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

PROJETO SALA LILÁS + PATRULHA MARIA DA PENHA
Proponente: Secretaria de Segurança Pública - RS
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

ENCONTRO DOS PARLAMENTARES EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: O PODER LEGISLATIVO FRENTE ÀS AMEAÇAS AOS DIREITOS HUMANOS PROMOVIDO PELO AVANÇO DO FUNDAMENTALISMO ECONÔMICO E CULTURAL
Proponente: Frente Parlamentar de Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

DIA 12

11h-12h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

APRESENTAÇÃO DE ESTUDO - ACESSO À JUSTIÇA: ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO, À LUZ DA EXPERIÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA O CENDHEC
Proponente: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

POPULAÇÃO NEGRA E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Grupo de Mulheres Negras Nzinga Mbandi
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

TRABALHO INFANTIL: ENTRE A LEI E SUA APLICAÇÃO
Proponente: Secretaria de Política Sociais e Desportos de Goiana/PE
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

14h-15h
ATIVIDADE TEMÁTICA

TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA
Proponente: Ministério do Turismo
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

14h-15h
ATIVIDADE DE CONVERGÊNCIA

TRANSVERSALIZANDO A PAZ
Proponente: Secretaria de Segurança Pública - RS
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

14h-16h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

TRANSVERSALIDADE DE DIREITOS HUMANOS E SUA GARANTIA PELO ESTADO LAICO
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca - ABRAWICCA
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

OFICINA DE BALANÇO DO PLANO VIVER SEM LIMITE
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDH/PR
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

DO TRABALHO INFANTIL À PARTICIPAÇÃO
Proponente: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À JUSTIÇA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Reciclados
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

CÉREBRO, DIREITOS HUMANOS & DEMOCRACIA: DIGRESSÕES ENTRE A PLASTICIDADE NEURAL E AS COMPOSIÇÕES DA DIVERSIDADE SOCIAL
Proponente: Cidadania & Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

INFÂNCIA E COMUNICAÇÃO
Proponente: Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Parceiros: Secretaria Nacional de Justiça e da Secretaria Nacional do Consumidor, ambas do Ministério da Justiça (MJ); da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Andi - Comunicação e Direitos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

DIA 12

A INSERÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PROGRAMA MULHERES MIL
Proponente: Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: O AMBIENTE EDUCACIONAL COMO ESPAÇO DE EXERCÍCIO PERMANENTE DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA
Proponente: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania da Universidade Federal de Pernambuco
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

A REPRODUÇÃO DA SUBCIDADANIA NO BRASIL: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS MORADORES DE RUA SOB A ÉGIDE DA BIOPOLÍTICA
Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Campus São Gabriel
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

OLHARES: DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
Proponente: Seção Sindical dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Parceiros: Direção-Geral do Câmpus Pato Branco, Núcleo de Educação e Direitos Humanos, DCE, Grêmio Estudantil e Seção Sindical Docente da UTFPR
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

TECENDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO DA PAZ
Proponente: Secretaria Municipal de Educação de Goiânia
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

OFICINA DE MEDIAÇÃO SOCIAL DE CONFLITOS E CULTURA DE PAZ
Proponente: Universidade de Brasília
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO
Proponente: Conselho Nacional do Idoso
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO DE RUA
Proponente: Casa da Juventude Pe. Burnier / CRDH Pe João Bosco Burnier
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

ALIENAÇÃO PARENTAL: VOCÊ CONHECE ESSE TEMA?
Proponente: Comcausa | CRDH Comcausa | Nova Iguaçu
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ATUAL – POTENCIALIDADES E DESAFIOS
Proponente: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

AVANÇO DOS DIREITOS DE LGBT NA PAUTA INTERNACIONAL
Proponente: CND/LGBT
Parceiros: UNAIDS, PNUD
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

14h-16h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

PAGÃOS PELA TERRA
Proponente: Instituto Mãe Terra
Parceiro: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca - ABRAWICCA
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS
Proponente: Rede Brasileira de Educação Ambiental
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

ATIVIDADE PRÓ-COMITÊ NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Parceiros: Ministério da Saúde – Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD)
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIA 12

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NA REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL AOS ADOLESCENTES
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

APRESENTAÇÃO DO PROJETO INVENTAR COM A DIFERENÇA: CINEMA E DIREITOS HUMANOS
Proponente: SDH/PR
Parceiro: UFF
Local: Sala 413

14h-18h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

MOVIMENTOS DA JUVENTUDE INDÍGENA: NOVAS ESTRATÉGIAS PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
Proponente: Fundação Nacional do Índio
Parceiros: Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC)
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

DIREITO E JUSTIÇA CRIMINAL - NOVOS PARADIGMAS CONTRA A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA
Proponente: Advogados Sem Fronteiras
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

IX ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Proponente: Conselho Nacional do Idoso
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E INTEGRALIDADE NA SAÚDE: DESAFIOS PARA O SUS
Proponente: Ministério da Saúde
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

PALESTRA SOBRE TRABALHO INFANTIL: TRABALHO DECENTE JUVENIL/ PROGRAMA JOVEM APRENDIZ
Proponente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

OFICINA PRÁTICA DE PROTEÇÃO À COMUNICADORES AMEAÇADOS DE MORTE
Proponente: Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
Parceiros: ARTIGO 19, FITERT, FENAJ e ABRAÇO NACIONAL
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

O PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE LUTA PELO DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO NO BRASIL
Proponente: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

ESTADO, SOCIEDADE, DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIAS
Proponente: Iniciativa das Religiões Unidas
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

PRINCÍPIOS DA INTERNET E O DIREITO À PRIVACIDADE E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

SEMINÁRIO BRASIL CONTRA TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ADOLESCENTES E JOVENS
Proponente: Unicef
Parceiros: Coordenadoria de Juventude do Distrito Federal/ Secretaria de Governo do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

DIA 12

14h-18h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

ATO DE MOBILIZAÇÃO PELO RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS
Proponente: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

DISQUE 100 E O CONSELHO TUTELAR NA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

15h-16h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

AMPLIAÇÃO E POLITIZAÇÃO DO CONCEITO INTERNACIONAL DE BIOÉTICA E SUA IMPORTÂNCIA NA QUALIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Instituto Amigos do Fórum Social Mundial Porto Alegre
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

LANÇAMENTO DO MANUAL "COMPREENDER OS DIREITOS HUMANOS"
Proponente: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

16h-18h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

DIÁLOGOS SOCIAIS: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NAS PERIFERIAS URBANAS
Proponente: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

OS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA
Proponente: Aldeias Infantis SOS Brasil
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

DERECHOS HUMANOS, LIBRE CIRCULACIÓN DE TRABAJADORES Y CIUDADANÍA REGIONAL
Proponente: Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

A COR DA CULTURA - TECENDO AFRICANIDADES E REFLEXÕES SOBRE O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA
Proponente: CANAL FUTURA
Local: Piso 1 Lilás – Sala 123

OFICINA SOBRE DESARME HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Coalizão Contra Munições Cluster - Campanha pela Erradicação das Minas Terrestres
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO À COMUNICADORES
Proponente: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROTEÇÃO NO TRABALHO
Proponente: Conselho Tutelar de Iracema do Oeste
Local: Piso 1 Lilás – Sala 132

REUNIÃO ABERTA DO FÓRUM NACIONAL DE OUVIDORES DE POLÍCIA - FNOP
Proponente: Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
Local: Piso 1 Lilás – Sala 120

PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y DERECHOS HUMANOS EN LA CONSTRUCCIÓN REGIONAL DE LA UNASUR
Proponente: Fundación SES (Argentina)
Local: Piso 1 Lilás – Sala 131

DIA 12

AGENDA DE CONVERGÊNCIA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E COPA DO MUNDO 2014 - CONQUISTAS E DESAFIOS
Proponente: Instituto WCF-Brasil (Childhood Brasil)
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

A VULNERABILIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
Proponente: Ordem dos Advogados do Brasil - GO
Local: Piso 1 Lilás – Sala 124

DESVENDANDO A REDE DE PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 127

CENÁRIOS FUTUROS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO BRASIL
Proponente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiros: Articulação D3, Abong e Instituto Reos Partners
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

TACKLING INCLUSION AND NON-DISCRIMINATION AND CHILDREN RIGHTS IN LATIN AMERICA
Proponente: Plan International
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL E NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
Proponente: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

JUVENTUDE VIVA NOS TERRITÓRIOS – ENCONTRO NACIONAL DOS ARTICULADORES DO PLANO
Proponente: Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiros: Fiocruz
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

II REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS (INDH) DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Proponente: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS: NOVAS ALTERNATIVAS PARA O CONTROLE SOCIAL
Proponente: Visão Mundial
Local: Piso 1 Lilás – Sala 126

MULHERES INDÍGENAS DESAFIANDO A FRONTEIRA
Proponente: IBISS - CO - Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedade Saudável do Centro-Oeste
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

CONTEXTO DE VIOLAÇÕES AS MULHERES E POPULAÇÃO LGBT: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS - RN
Proponente: Centro de Referência em DH - UFRN
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

16h-18h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

SEMINÁRIO NACIONAL DE ENTIDADES DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA
Proponente: Associação dos Profissionais de Segurança Pública com Deficiência
Local: Piso 1 Lilás – Sala 116

CAPACITAÇÃO DE CIDADÃOS OUVINTES E CONSTRUÇÃO DE AGENDAS COMUNS
Proponente: Centro pela Mobilização Nacional
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

DIA 12

ABORDAGEM SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA
Proponente: Centro Pop Brasília - SEDEST/GDF
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA DO PROJETO CÃO GUIA
Proponente: Corpo de Bombeiros Militar do DF - Programas Sociais - APROS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 130

ARTICULAÇÃO AGENDA PROPOSITIVA - CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2013/ 2014
Proponente: Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
Local: Piso 1 Lilás – Sala 115

A SITUAÇÃO DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ
Proponente: Iniciativa das Religiões Unidas
Parceiros: Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Humanos – SDH/ PR
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

POLO DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA - TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL
Proponente: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Local: Piso 1 Lilás – Sala 129

APRESENTAÇÃO DA CARTA DE CONSTITUIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH/ PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 117

COMO UTILIZAR AS MÍDIAS SOCIAIS PRODUZINDO E VEICULANDO UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DINÂMICA, INTERESSANTE E ATRAENTE PARA OS DIREITOS HUMANOS LGBT?
Proponente: Associação por Cidadania e Direitos Humanos LGBT na região dos Grandes Rios do Brasil Central
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

UNIVERSIDADE, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

16h-20h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO, POLÍTICAS PUBLICAS E INCLUSÃO ESCOLAR
Proponente: Associação Brasileira de Autismo
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

ROTEIRO DE DEBATES: OS DIREITOS HUMANOS E A DIVERSIDADE COMO PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA
Proponente: Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

CONSTRUINDO DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE SOBRE DROGAS
Proponente: Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

OFICINA SOBRE MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DO PLANO MAIS BRASIL PPA 2012 - 2015
Proponente: Conselho Nacional do Idoso
Local: Piso 4 Verde – Sala 423

O CUSTO DE VIDA PARA OS IDOSOS NO SEU ENVELHECIMENTO
Proponente: Senado Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 125

DIREITOS HUMANOS E O MOVIMENTO SINDICAL
Proponente: União Geral dos Trabalhadores - UGT
Local: Piso 1 Lilás – Sala 118

DIA 12

SIMPÓSIO CONTROLE SOCIAL E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDH/PR
Local: Piso 1 Lilás – Sala 122

INTERAGINDO COM OS COMITÊS DE DIREITOS HUMANOS DA ONU: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E RELATÓRIOS DO BRASIL
Proponente: Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional – SDH/PR
Parceiros: Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 429

PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL: CIDADANIA, VIOLÊNCIA E REAFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: CAO-DH
Parceiros: CNMP
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

16h-20h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

MESA REDONDA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COMA LEI E AS TENDÊNCIAS DE RECRUDESCIMENTO NA AMÉRICA LATINA
Proponente: União Marista do Brasil
Local: Piso 1 Lilás – Sala 119

IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES EDH: COMPROMISSO PÚBLICO DE COOPERAÇÃO
Proponente: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 121

17h-19h

A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E O COMBATE À FOME - TESTEMUNHO DO EX-PRESIDENTE LULA
Proponente: Instituto Lula
Parceiros: Flacso-Brasil, Clacso
Local: Auditório Principal

18h-19h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

COOPERAÇÃO SUL-SUL NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA - CONTEXTOS GERAIS
Proponente: Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

ESTATUTO DA JUVENTUDE E O SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE
Proponente: Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiros: CONJUVE
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

18h-19h
ATIVIDADE DE CONVERGÊNCIA

ENTREGA PETIÇÃO FALE CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
Proponente: Rede FALE
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIA 12

18h-20h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

A DEFENSORIA PÚBLICA NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
Proponente: Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

O DIREITO AO PRÓPRIO CORPO: DANCE E RECRIE O MUNDO
Proponente: Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência
Local: Piso 1 Lilás – Sala 120

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: UM DIREITO INALIENÁVEL
Proponente: Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

CULTURA-AFRO NOS DIAS DE HOJE
Proponente: Cooperativa Mista de Empreendedorismo e Serviço da Capoeira de Quilombo
Local: Piso 1 Lilás – Sala 126

A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS RELIGIÕES DE ORIGEM AFRICANA
Proponente: Defensoria Pública do Estado da Bahia
Local: Piso 1 Lilás – Sala 123

A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Proponente: Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
Proponente: Faculdade Cenecista da Ilha do Governador
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

OS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL E A INTERLOCUÇÃO COM O ESTADO NA BUSCA DE DIREITOS
Proponente: Fundação Fé e Alegria
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

DIREITOS HUMANOS: DIVERSIDADES, TERRITÓRIOS E MOBILIDADES
Proponente: Fundação Universidade Regional de Blumenau
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

SISTEMA PREVENTIVO E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Inspetoria São João Bosco
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APENADOS - UTOPIA OU REALIDADE
Proponente: Instituto Amigos do Fórum Social Mundial Porto Alegre
Parceiros: COOTRAMAR - Cooperativa de Trabalhadores Mar de Dentro Ltda., e Força Sindical
Local: Piso 1 Lilás – Sala 132

PROJETO INCID - INDICADORES DA CIDADANIA
Proponente: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA: A REALIDADE DO CAMPUS TAGUATINGA CENTRO
Proponente: Instituto Federal de Brasília - IFB
Local: Piso 4 Verde – Sala 408

O BULLING E OS DIREITOS HUMANOS: ASPECTOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E RELIGIOSOS
Proponente: Instituto Mãe Terra
Local: Piso 1 Lilás – Sala 124

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: MUITO ALÉM DO TRANSVERSAL
Proponente: Instituto Marista de Assistência Social - IMAS
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

DIA 12

VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA NA NOVA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO BRASIL
Proponente: Instituto Parrhesia Erga Omnes
Local: Piso 1 Lilás – Sala 127

POVOS INDÍGENAS, DIREITOS TERRITORIAIS E LIVRE DETERMINAÇÃO: O DIREITO À CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA NA EXPERIÊNCIA LATINOAMERICANA
Proponente: LAEPI-Laboratório de Estudos e Pesquisa em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismos - CEPPAC - UNB
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

CULTURA DE PAZ E NÃO-VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE DIREITOS HUMANOS
Proponente: Movimento Internacional pela Paz e não violência
Parceiros: PRAC-UFPB
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
Proponente: Polícia Rodoviária Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 128

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO POR INTERMÉDIO DAS CONCESSÕES DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS
Proponente: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Local: Piso 1 Lilás – Sala 107

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
Proponente: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - UNB
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

FORMAÇÃO DE REDE E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA EM TODOS OS CICLOS DA VIDA
Proponente: Programa Nacional de Controle da Tuberculose – Ministério da Saúde
Local: Piso 4 Verde – Sala 427

DIREITOS HUMANOS, RELIGIÕES E O ESTADO LAICO
Proponente: Rede FALE
Parceiro: Secretaria Nacional de Articulação Social (SG/PR)
Local: Piso 1 Lilás – Sala 129

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PENAL DO PARANÁ
Proponente: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná – Comitê de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 1 Lilás – Sala 116

A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE PROGRAMA E PLANO DE DIREITOS HUMANOS: A EXPERIÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO
Proponente: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Espirito Santo
Local: Piso 1 Lilás – Sala 131

PORQUE PRÓ-VÍTIMA
Proponente: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 117

MEDIOS DE COMUNICACIÓN PARA EL FUTURO
Proponente: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos (CIPDH)/Unesco
Local: Piso 4 Verde – Sala 428

EL SISTEMA INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS
Proponente: Universidad Nacional de Cordoba
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

DOCUMENTÁRIO "LUSITÂNIA EXPRESSO"
Proponente: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DOCENTE
Proponente: Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Local: Piso 4 Verde – Sala 410

ARENAS DA JUVENTUDE
Proponente: Movimento Fora da Ordem
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 1

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E DIREITOS HUMANOS: O DIREITO À DIGNIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE MATERNA E O PROTAGONISMO DAS MULHERES
Proponente: Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnologia, Direitos Humanos, Assistência Técnica e Defesa do Meio Ambiente
Local: Tenda 1 – Casa dos Direitos – Auditório 2

DIA 12

CONSTRUÇÃO DE REDES DE DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SDH/PR
Local: Tenda 2 - A Comunidade das Comunidades

18h-20h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

DIREITO HUMANO À MORADIA ADEQUADA
Proponente: Cooperativa Habitacional Central do Brasil - COOHABRAS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 115

BARREIRAS DE ACESSO À SAÚDE PARA POPULAÇÕES EM MAIOR VULNERABILIDADE
Proponente: Ministério da Saúde
Local: Piso 1 Lilás – Sala 105

RELIGIÃO, ESTADO, DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE
Proponente: Iniciativa das Religiões Unidas
Local: Piso 1 Lilás – Sala 130

A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADES
Proponente: Instituto Paulo Freire
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

TECNOLOGIA ASSISTIVA: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS
Proponente: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

DIREITOS HUMANOS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI X CRIMINALIDADE
Proponente: UNICEF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 106

19h-20h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

LANÇAMENTO DO MANUAL "COMPREENDER OS DIREITOS HUMANOS"
Proponente: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Local: Piso 4 Verde – Sala 411

AGENDA JUVENTUDE BRASIL: PESQUISA NACIONAL SOBRE PERFIL E OPINIÃO DOS JOVENS BRASILEIROS
Proponente: Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

19h-20h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

AÇÃO INTEGRADA E INTERSETORIAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO LIXÃO DA CIDADE
Proponente: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

CAMPANHAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS
Proponente: Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Parceiros: Coordenação tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (MJ, SDH e SPM) e conta com o apoio do UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

DIA 12

FEIRA DO LIVRO

10h às 11h

CARTILHA DOS DIREITOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Lançamento e distribuição da Cartilha dos Direitos para Crianças e Adolescentes.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

11h às 12h

JOGOS PARA PENSAR: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA
Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Uma Educação em Direitos Humanos tem se colocado como tarefa das mais relevantes para as instituições de ensino de todo o país. Como enfrentar esse desafio sem encerrar em escaninhos algo que transcende as fronteiras disciplinares? Propõe-se com esse livro que a Educação em Direitos Humanos não seja um mero repasse de informações, além de destacar a importância da dimensão lúdica para a vida em sociedade.
Idioma: Português
Proponente: Universidade Federal de Ouro Preto / República do Saber
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

12h às 13h

DIRETO HUMANO DE SER EDUCADO E CUIDADO SEM O USO DE CASTIGOS CORPORAIS
Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: A palavra e a sensibilização de operadores do "Sistema de Garantia de Direitos" como ferramentas úteis na prevenção e enfrentamento da cultura do "bater" em crianças e adolescentes e na divulgação de estratégias educativas não violentas.
Livro 1 - Rodas de Diálogo sobre Educação Positiva: Um Caminho Possível para a Participação Infanto-Juvenil.
Livro 2 - Pelo Fim dos Castigos Corporais e Tratamento Cruel e Degradante: Manual de Sensibilização para Conselheiros Tutelares.
Idioma: Português
Proponente: Rede Não Bata Eduque
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 12

13h às 14h

TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA NO CUIDADO DA SAÚDE MENTAL

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Esta obra discute a relação entre a Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e os princípios e práticas da Saúde Mental, a partir do referencial da Reforma Psiquiátrica no Brasil. A TCI revela-se nesse livro como instrumento de promoção da saúde e prevenção da doença. **Idioma**: Português
Proponente: Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

14h às 15h

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA TAGUATINGUENSE DE LETRAS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Lançamento de livros que versam sobre as seguintes temáticas: os pioneiros de Brasília a luz dos direitos humanos; a luta do cineasta Vladimir Carvalho pelas liberdades democráticas; e os Direitos Humanos e a luta pela cidadania.
Livro 1 - Brasília: Antologia de Cordel
Livro 2 - ABC de Vladimir Carvalho
Livro 3 - Cordel dos Direitos Humanos
Idioma: Português
Proponente: Academia Taguatinguense de Letras
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

15h às 16h

A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Coleção encadernada que reúne os 12 fascículos que descreve em detalhes as diversas fases daquele governo de exceção, a partir da noite de 31 de março de 1964 até a entrega da faixa presidencial a José Sarney, em 15 de março de 1985, depois de tumultuado processo que culminaria com a volta do Estado de direito.
Idioma: Português
Proponente: Editora Caros Amigos
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

16h às 17h

PUBLICAÇÕES DA EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Lançamento de livros, sendo que um deles apresenta uma contribuição materialista histórico-dialética à crítica da tecnologia dos direitos sociais. O outro discorre sobre o vínculo entre o conceito de "justiça de transição" e aquilo que, anos atrás, a ciência política acadêmica chamou de "transição", isto é, os processos de passagem de regimes autoritários para regimes democráticos, ocorridos em diversas partes do mundo, inclusive na América Latina e no Brasil.
Livro 1 - Crítica da Tecnologia dos Direitos Humanos
Livro 2 - Justiça de Transição: Contornos do Conceito
Idioma: Português
Proponente: Editora Expressão Popular
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

17h às 18h

CRIMES CONTRA A CIDADANIA: INSTRUMENTAL PARA A PROTEÇÃO PENAL DOS DIREITOS DAS MINORIAS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: A presente obra é um relato sobre a relação entre Cidadania e Minorias na sociedade brasileira, com suporte em diferentes disciplinas. Compreende o processo de construção da cidadania, apresentando a contextualização do conceito de forma ampliada, como bem jurídico penal nos sistemas totalitário e democrático. Um dos assuntos abordados é o Direito Penal Nazista.
Idioma: Português
Proponente: Defensoria Pública do Estado da Bahia
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 12

18h às 19h

COLEÇÃO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: Estimular a reflexão e a apreensão de conhecimento teórico-metodológico sobre os Direitos Humanos e contribuir para a integração de temáticas emergentes nos planos institucionais.
Livro 1 - Educar em Direitos Humanos e Formar para a Cidadania no Ensino Fundamental
Livro 2 - A Formação Cidadã no Ensino Médio
Livro 3 - Educação do Campo como Direito Humano
Idioma: Português
Proponente: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

18h às 19h

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: A cartilha aborda a temática da diversidade religiosa e o respeito às diferentes crenças e convicções e a superação da intolerância religiosa a partir dos referencias da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira e do Programa Nacional de Direitos Humanos. Garante o cidadão a liberdade religiosa em diferentes crenças com ou sem religião no intuito do respeito mútuo na sociedade de modo que todos possam viver na garantia de seus direitos dentro da laicidade do Estado.
Proponente: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SNPDDH/SDH-PR
Idioma: Português
Local: Tenda Comunidade das Comunidades – área externa

19h às 20h

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS - RIDH/OEDH-UNESP

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: A RIDH é uma publicação semestral do Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP. Seu objetivo é divulgar trabalhos interdisciplinares, de natureza acadêmica e científica sobre direitos humanos.
Proponente: Observatório de Educação em Direitos Humanos - Universidade Estadual Paulista
Idioma: Português
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 12

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

10h às 11h
TODO MUNDO TEM O DIREITO DE SONHAR: O RIO QUE PASSA NA MINHA VIDA
Gênero: Documentário
Sinopse: O vídeo tem o objetivo de conter a marginalização de gênero, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas com fim de exploração sexual, apoiando na reinserção escolar, profissional e social e experimentando boas práticas de educação de saúde e cidadania. Idioma: Português
Proponente: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

10h às 11h
A ESTÓRIA DE JOÃO E MARIA NA VISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA
Gênero: Vídeo-arte
Sinopse: A exibição consiste na releitura da estória, um dos maiores clássicos infantis do século XX, fazendo uma análise, a partir do ECA, em que são percebidas diversas formas de violações de direitos e garantias.
Idioma: Português/Inglês
Proponente: Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

10h às 11h
DE OLHO NO MUNDO
Gênero: Animação
Sinopse: Como um exercício prático do direito a participação infantil, "De Olho no Mundo" foi criado a partir dos desejos, sonhos, ideias e senso crítico das crianças, que mostram sua capacidade de apresentar alternativas, de reconhecer a importância de regras e limites e de contribuir para a solução pacífica de conflitos.
Idioma: Português
Proponente: Fundação Xuxa Meneghel
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

10h às 11h
RODA DE JONGO QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE/ES
Modalidade: Performance
Sinopse: O jongo nas comunidades quilombolas é uma tradição que atravessa gerações e seu objetivo é lembrar com festa e alegria a luta dos nossos antepassados por justiça e liberdade. No jongo os homens tocam a percussão e tiram os versos e cantorias e as mulheres respondem cantando e dançando.
Idioma: Português
Proponente: Associação de Mulheres Quilombolas de Linharinho/ES
Local: Piso 3 Azul – Praça de alimentação

DIA 12

10h às 11h30min

APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS DA PMDF

Modalidade: Teatro
Sinopse: Mostra dos programas sociais e ações de Segurança Pública do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal, através do Teatro.
Espetáculo 1 - Lobo Guará
Espetáculo 2 - Rodovia e Arte Tática
Idioma: Português
Proponente: Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

10h às 12h

CAPOEIRA CIDADÃ: A ARTE DE COMPOR O COMUM

Modalidade: Oficina
Sinopse: A Capoeira Cidadã nos faz pensar com o corpo o que podemos sentir juntos para a composição de uma vida COMUM: uma vida que é tecida com as diferenças em nome dos Direitos Humanos.
Idioma: Português com tradução para o francês
Proponente: Cidadania & Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé/RJ
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

11h às 12h

RODA DE CAPOEIRA

Modalidade – Performance
Sinopse: Dança Afro - dança ritmada nos toques de atabaque, coreografada com movimentos de expressão corporal, inspirados nas tribos africanas que migraram para o Brasil. Maculelê – dança guerreira realizada com bastões de madeira e facões.
Proponente: Instituto de Educação Integrada Garotos Sem Fronteiras
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

11h às 14h

ENLACE – CINEMA LATINO-AMERICANO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

Gênero: Documentário
Sinopse: Mostra de cinema sobre as lutas dos povos indígenas por direitos na América Latina, contra as expropriações de suas terras ancestrais, contra o domínio do capital e das políticas desenvolvimentistas predatórias, e sobre as práticas etnocidas.
Filme 01 - Tierra adentro Filme 02 - Detrás del Tipnis
Idioma: Espanhol
Proponente: Laboratório de Estudos e Pesquisa em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismos LAEPI-CEPPAC/UnB
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

11h30min às 13h

SIMONE

Gênero: Drama
Sinopse: Simone tomou uma decisão: depois de anos de relacionamentos com mulheres, ela decide estar pela primeira vez com um homem. Baseado em fatos reais, a obra aborda a temática da liberdade sexual por meio das vivências de sua protagonista.
Idioma: Português / audiodescrição
Proponente: Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul
Local: Piso 1 Lilás – Sala 113

12h às 13h

FESTIVAL DE MÚSICA E DANÇA PAGÃ

Modalidade: Performance
Sinopse: O festival traz diversas atrações de música e dança pagã com: roda de tambores, dança circular, dança do ventre, fusion dance, dança das deusas, grupos vocais e instrumentais.
Idioma: Português
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca – ABRAWICCA
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

DIA 12

12h às 14h
POVOS INDÍGENAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO LAGO GUAÍBA
Gênero: Documentário
Sinopse: Os documentários abordam as mito-poéticas e territorialidades dos povos indígenas que vivem na abrangência da bacia hidrográfica Lago Guaíba, em Porto Alegre/RS. Produzidos com o objetivo de valorizar e proteger o artesanato, principal fonte de sustentabilidade dos povos Mbyá-Guarani e Kaingang.
Filme 1 - Os seres da mata e sua vida como pessoas (Mbyá-Guarani)
Filme 2 - A mata é que mostra nossa comida (Kaingang)
Idioma: Português / Mbyá-Guarani / Kaingang
Proponente: Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos/ Prefeitura de Porto Alegre
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

12h às 14h
CULTURA-AFRO NOS DIAS DE HOJE
Modalidade: Oficina
Sinopse: Propõe uma discussão sobre a cultura afro nos dias de hoje, com o intuito de desinferiorizar e valorizar as manifestações culturais.
Idioma: Português
Proponente: Cooperativa Mista de Empreendedorismo e Serviço da Capoeira de Quilombo
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

12h às 14h
BOI TANTAN
Modalidade: Teatro
Sinopse: Boi Tantan será um representante autêntico da história e cultura das folias de reis, congadas pelas instituições asilares e manicomiais, que proporá uma reflexão sobre o modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Referência em Direitos Humanos de Juiz de Fora/MG
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

12h às 14h
OFICINA DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL "COMPREENDENDO O SER HUMANO LGBT"
Modalidade: Oficina
Sinopse: Com a utilização de equipamentos técnicos de filmagens, os participantes serão estimulados para a consolidação do roteiro-final de um vídeo a ser produzido pelo próprio grupo. O resultado será divulgado na internet.
Idioma: Português
Proponente: Associação por Cidadania e Direitos Humanos LGBT na Região dos Grandes Rios do Brasil Central
Local: Tenda Planeta Arco Íris – área externa

13h às 14h
SEMEANDO A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Modalidade: Apresentação de cordel e repente
Sinopse: Apresentação tem como objetivo socializar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio de cartilha em formato de cordel, especificamente os artigos que tratam de acessibilidade, educação e cultura.
Idioma: Português com versão em Braille e ampliada
Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Local: Palco da praça de alimentação

13h às 14h
MULHERES: VÍNCULO E AFETIVIDADE
Modalidade: Dança
Sinopse: Vivência aberta, a postura e o movimento provocam a explosão da consciência de si no mundo. A dança expressa o jogo de cintura, a sensibilidade de doar e receber e exercita a liberdade da alma na linguagem do corpo.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

DIA 12

13h às 14h

FESTIVAL DE VÍDEO MINUTO CIDADANIA POR UM MUNDO + = -

Gênero: Diversos
Sinopse: Provoca e incentiva na sociedade uma reflexão sobre o conceito de cidadania e direitos humanos abordando as questões de gênero, étnico-racial e diversidade sexual, além de gerar a sinergia entre a cultura e as políticas públicas.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – SEMIRA/GO
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

14h às 15h30min

ELES SÃO VOCÊS

Gênero: Documentário
Sinopse: Cinco pessoas completamente diferentes, mais que tem uma coisa em comum, buscam na educação um futuro melhor. O vídeo conta de forma simples a rotina de adolescentes estudantes para cumprir seus deveres na sociedade.
Idioma: Português
Proponente: Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

14h às 15h

A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Gênero: Documentário
Sinopse: Estimulando a participação de jovens em vulnerabilidade social, o vídeo aborda aspectos da cidadania e sociabilidade juvenil a partir da vivência e inserção profissional destes, que foram também os produtores dos vídeos.
Filme 1 - Tinha uma Pedra no Meio do Caminho
Filme 2 - Jack a estranha
Filme 3 - Bullying
Idioma: Português
Proponente: Instituto Dom Fernando
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

14h às 15h30min

EU NASCI ASSIM, EU CRESCI ASSIM, MAS NÃO SEREI SEMPRE ASSIM

Modalidade: Teatro
Sinopse: Busca revelar a inquietude da mulher diante dos desafios impostos pela realidade das periferias de um país em desenvolvimento e transformação social através do programa 'Mulheres Mil'.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

14h às 16h

EXPRESSANDO A CIDADANIA COM RITMO E ALEGRIA

Modalidade: Performance/Oficina
Sinopse: Aspectos culturais como a música e o teatro, ultrapassam os limites da aprendizagem formal. Assim, a performance que une musical e arte circense envolve o público por meio de uma dinâmica específica.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Marista de Assistência Social – IMAS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

14h30min às 15h30min

IMPACTO HUMANITÁRIO DAS ARMAS CONVENCIONAIS E SUA NECESSÁRIA PROIBIÇÃO

Gênero: Documentário
Sinopse: A mostra aborda a temática de armas convencionais e o desastre humanitário aos civis em decorrência de seu uso durante os conflitos armados.
Filme 1 - Desarme: um documentário sobre a temática das minas terrestres.
Filme 2 - A Convenção sobre Munições Cluster: Tempo de agir. Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Idioma: Português
Proponente: Coalizão Contra Munições Cluster - Campanha pela Erradicação das Minas Terrestres
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

DIA 12

15h30min às 17h

UM TANTO CALUNGA: A AVENTURA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DE SEU TERRITÓRIO

Gênero: Documentário
Sinopse: Resistir às vulnerabilidades, produzindo sentidos, história e cultura em um lugar isolado dos centros urbanos. Uma reflexão crítica sobre a circulação dos sujeitos e o impacto de suas produções sobre os espaços por onde circulam.
Idioma: Português
Proponente: Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

16h às 17h30min

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO A TER DIREITOS

Modalidade: Teatro
Sinopse: O Teatro do Oprimido com reflexões sobre a População em Situação de Rua.
Idioma: Português
Proponente: Pastoral Nacional do Povo de Rua de Belo Horizonte/MG
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

16h às 18h

CINE Y DIRECHOS HUMANOS

Gênero: Documentário
Sinopse: Seleção de documentário de curtas metragens que promove a educação, o desenvolvimento e a sensibilização social com grupos marginalizados e discriminados por motivos raciais, níveis sociais, idade, sexo e religião.
Idioma: Espanhól
Proponente: Centro Internacional para la Promoción de los Direchos Humanos – CIPDH/
Local: Piso 1 Lilás - Sala 111

16h às 18h

O TEATRO DE RUA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL

Modalidade: Oficina
Sinopse: Oficina traz a experiência do teatro forjado nas ruas para o ambiente do FMDH. Com metodologia participativa, a experiência trabalhará elementos da cultura com cidadania.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cultural
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

17h às 18h

ARANDU ARAKUAA: ROCK EM TUPI-GUARANI

Modalidade: Música
Sinopse: A banda Arandu Arakuaa traz em sua musicalidade a mescla de vertentes do rock à música de tradição indígena brasileira em sua diversidade.
Idioma: Português
Proponente: CRDH ComCausa
Local: Piso 3 Azul - Palco da praça de alimentação

16h às 17h

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Gênero: Videoclipe
Sinopse: Exemplos de mulheres de etnias diferentes, com realidades similares. As legendas descrevem seus sentimentos, que apesar da entrega, as mulheres sempre foram agredidas por aquele a quem ela entregou sua dedicação.
Idioma: Português
Proponente: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - Seção São Paulo
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

DIA 12

17h às 18h30min

VÍDEO DEBATE: LUTA, PROTEÇÃO, VIDA

Gênero: Documentário
Sinopse: O projeto retrata a realidade de sujeitos, cuja atuação está ligada a luta pelo acesso a terra e ao território.
Idioma: Português
Proponente: Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

17h às 20h

CINEDHEBATE DIREITOS HUMANOS

Gênero: Documentário
Sinopse: Reflexão crítica e debates sobre múltiplos temas em direitos humanos, em diálogo com a linguagem e a estética cinematográfica instigando ao participante a questionar, comentar e tecer observações a partir das imagens e narrativas.
Idioma: Português
Proponente: Liga dos Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

18h às 20h

IDOSOS E ARTE: OS DIREITOS HUMANOS NA CONCEPÇÃO ARTÍSTICA

Modalidade: Teatro/dança
Sinopse: Idosos merecem ter respeito e serem reconhecidos em sua relevância para a sociedade, inclusive como geradores de produções artísticas inovadoras e que façam uma reflexão sobre as peculiares características dessa fase da vida.
Idioma: Português
Proponente: Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

18h às 20h

MÃES DA PARRHESIA

Modalidade: Oficina
Sinopse: A atividade visa dar voz as Mães da Parrhesia, bem como expor suas angustias, seus pensamentos e ideais, além de interatividade, promove a auto estima. Exposição de slides vídeos, que relatam os temas envolvidos.
Idioma: Português
Proponente: Instituto Parrhesia Erga omnes
Local: Piso 1 Lilás – Sala 111

18h30min às 20h

PAGÃO FORA DA LEI: UMA VISÃO CRÍTICA DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Gênero: Documentário
Sinopse: Aborda o preconceito religioso sofrido por membros de religiões neo-pagãs e como a sociedade busca tornar invisível essa perseguição violenta no mundo moderno.
Idioma: Português com legenda para o inglês
Proponente: Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca – ABRAWICCA
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

DIA 13

08h – 10h

CONFERÊNCIA III: A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

A abordagem desse eixo contemplará a coordenação das políticas públicas de direitos humanos, a integração das bandeiras de luta, o papel dos diferentes atores no processo de enfrentamento às violações de direitos humanos e a valorização da participação dos sujeitos de direitos como centro da política.

- **Conferencistas**: Paulo Vannuchi (Brasil) e Angelino Garzón (Colômbia)
- **Coordenação**: Patricia Barcelos (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil)
- **Relatoria**: Maria Laura Canineu (Human Rights Watch)
- **Local**: Auditório 1

10h - 12h

DEBATE 7: DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

A abordagem desse debate contemplará o enfrentamento às violências e as políticas públicas de atendimento às vítimas, envolvendo instituições do Estado – dando ênfase às forças policiais e demais atores da segurança pública –, o setor privado, os movimentos sociais e a sociedade civil, numa perspectiva de promoção e defesa dos direitos humanos.

- **Debatedores**: Alejo Vargas Velásquez (Colômbia), Roberto de Figueiredo Caldas (Brasil) e Marta Santos Pais (Portugal)
- **Coordenação**: Aurélio Rios (Ministério Público)
- **Relatoria**: Everardo de Aguiar (Rede Desarma Brasil)
- **Local**: Auditório 2

DEBATE 8: POR UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS

A abordagem desse debate contemplará o papel da educação em direitos humanos para o desenvolvimento e a emancipação do cidadão por meio do fortalecimento e consolidação de uma cultura de respeito e valorização dos direitos humanos.

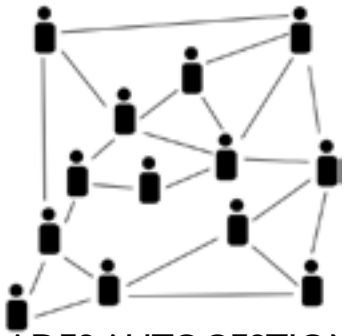
- **Debatedores**: Emir Sader (Brasil) e Zelinda Cohen (Cabo Verde)
- **Coordenação**: Victor Abramovich (Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos – IPPDH)
- **Relatoria**: Cristina Brites (Rede de Educação Cidadã - RECID)
- **Local**: Auditório 1

DEBATE 9: COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A abordagem desse debate contemplará o direito à comunicação como essencial para efetivação dos demais direitos e o papel da comunicação como potencial aliada no enfrentamento às violações e na promoção dos direitos humanos. Partindo de uma perspectiva focada no papel estratégico da comunicação nas mídias tradicionais e novas mídias para a difusão dos direitos humanos e a superação de preconceitos amplamente disseminados na sociedade, discutiremos o aprofundamento do debate sobre direitos humanos e liberdade de expressão, acesso à informação, democratização e desenvolvimento da comunicação, direito à comunicação, e as intercessões entre comunicação e violências.

- **Debatedores**: Frank de La Rue (Guatemala) e Catalina Botero (Colômbia)
- **Coordenação**: Diogo de Sant'Ana (Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil)
- **Relatoria**: Suzana Varjão (ANDI - Comunicação e Direitos)
- **Local**: Auditório 3

DIA 13



ATIVIDADES AUTOGESTIONADAS TEMÁTICAS E CONVERGENTES

10h-12h
ATIVIDADES TEMÁTICAS

MONITORAMENTO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL - RELATÓRIO CADÊ? BRASIL
Proponente: Instituto Marista de Assistência Social - IMAS
Local: Piso 1 Lilás – Sala 103

FUI PROCESSADO. O QUE EU FAÇO?
Proponente: Artigo 19
Parceiros: Barão de Itararé
Local: Piso 4 Verde – Sala 409

PALESTRA "PROJETO CONHECER DIREITO"
Proponente: Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
Local: Piso 4 Verde – Sala 406

Comissão Nacional Memória, Verdade e Justiça da CUT
Proponente: Central Única dos Trabalhadores - CUT
Local: Piso 4 Verde – Sala 403

ENTRE EM CAMPO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Proponente: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violencia Sexual contra crianças e adolescentes
Parceiros: ECPAT-Brasil (End Children Prostitution, Pornography and Traffic for Sexual Purposes), ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa), FNDCA (Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), PNEVESCA - SDH e Conanda
Local: Piso 1 Lilás – Sala 101

A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA NO REAL CONTEXTO JURÍDICO DO BRASIL
Proponente: Faculdade São Francisco da Paraíba
Local: Piso 4 Verde – Sala 404

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Proponente: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 412

DIA 13

ROL DE LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL EN LA DEFENSA DE LOS DERECHOS DE LOS NIÑOS NIÑAS Y ADOLESCENTES EN LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE
Proponente: Movimiento Mundial por la Infancia de Latinoamérica y El Caribe (MMI-LAC)
Local: Piso 4 Verde – Sala 402

DEBATE SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA LUTA CONTRA A TORTURA NO BRASIL E AS NOVAS POSSIBILIDADES ABERTAS COM A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA (SNPCT; LEI Nº 12.847/13)
Proponente: Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura
Local: Piso 4 Verde – Sala 413

FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA IMPLANTAR PNDH III
Proponente: Movimento Nacional de Direitos Humanos
Local: Piso 4 Verde – Sala 416

DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
Proponente: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Local: Piso 4 Verde – Sala 414

CONTROLE DE ARMAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA CIDADÃ
Proponente: Instituto Sou da Paz
Local: Piso 4 Verde – Sala 417

AVANÇOS E DESAFIOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL
Proponente: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Local: Piso 4 Verde – Sala 420

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO: FORMAÇÃO CONTINUADA, RODAS DE LEITURA E REFLEXÕES SOBRE O OUTRO COMO DOM E SENTIDO À NOSSA HUMANIDADE
Proponente: Universidade Federal do Espírito Santo
Local: Piso 4 Verde – Sala 421

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES À UMA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL PARA TODAS E TODOS
Proponente: Gerência de Direitos Humanos da Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura de Caruaru/ PE
Local: Piso 4 Verde – Sala 415

LUTA, PROTEÇÃO, VIDA!
Proponente: Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco
Local: Piso 4 Verde – Sala 401

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR
Proponente: Rede FALE
Local: Piso 4 Verde – Sala 424

COMO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL PODEM CONTRIBUIR PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E AUMENTAR A AUTOESTIMA EM LGBT?
Proponente: Associação por Cidadania e Direitos Humanos LGBT na Região dos Grandes Rios do Brasil Central
Local: Piso 1 Lilás – Sala 102

PRÁTICAS METODOLÓGICAS: DISQUE DIREITOS HUMANOS – DISQUE 100
Proponente: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos
Local: Tenda 2 – A Comunidade das Comunidades

DIA 13

IDENTIDADE DE GÊNERO X SEXUALIDADE LBT (LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS)
Proponente: Coordenação de Direitos Humanos GHC
Parceiro: Secretaria de Políticas para as Mulheres/RS
Local: Tenda 3 – Planeta Arco Íris

MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Proponente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Parceiros: Fundação Getúlio Vargas e Plataforma por um Novo Marco Regulatório
Local: Piso 4 Verde – Sala 405

OS MEGAEVENTOS E SEUS IMPACTOS SOBRE O DIREITO À MORADIA ADEQUADA
Proponente: Uniceub
Local: Piso 1 Lilás – Sala 104

10h-12h
ATIVIDADES DE CONVERGÊNCIA

PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS E O DIREITO DE SER DIFERENTE
Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Local: Piso 4 Verde – Sala 419

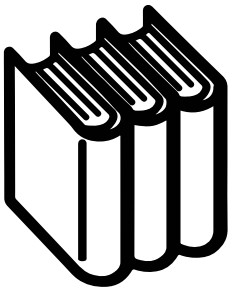
AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM TODA A SUA PLENITUDE
Proponente: Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores
Parceiros: Conselho de Psicologia, UNIFESP, SET-TAPORT, ONG CAMARÁ, COMMULER
Local: Piso 4 Verde – Sala 418

RELIGIÕES E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Proponente: Visão Mundial
Local: Piso 4 Verde – Sala 407

NA ESTRADA COM OS "CIGANOS": DIÁLOGO SOBRE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PELOS DIREITOS DOS CIGANOS
Proponente: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Local: Piso 4 Verde – Sala 422

LANÇAMENTO DO FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO "PEDAGOGIA, REGIÃO METROPOLITANA E PERIFERIAS" - CANOAS/RS
Proponente: Secretaria de Educação de Canoas/RS
Local: Piso 4 Verde - Sala 423

DIA 13



FEIRA DO LIVRO

10h às 11h

COLEÇÃO REVOLTAS

Modalidade: Lançamento de cartilha e livro
Sinopse: A coleção apresenta três cartilhas em quadrinho que descrevem algumas das mais importantes revoltas brasileiras: das "Chibatas", dos "Búzios" e dos "Malês", todas contando a história dos afrodescendentes no Brasil. Haverá ainda o lançamento de livro que versa sobre a arte e a igualdade.
Cartilha 1: Revolta das Chibatas
Cartilha 2: Revolta dos Búzios
Cartilha 3: Revolta dos Malês
Livro: 30 Anos de Arte pela Igualdade
Idioma: Português
Proponente: Pestana Arte & Publicações
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

11h às 12h

ENCICLOPÉDIA DIGITAL: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Lançamento de CD Multimídia
Sinopse: Trata-se de um banco de dados sobre a temática Educação em Direitos Humanos em formato de CD Multimídia com hipertextos, sites, livros, cartilhas e os mais diversos documentos produzidos pela DHnet - CENARTE.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cultural
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

12h às 13h

SERRA GRANDE SUPER STAR

Modalidade: Lançamento de livro
Sinopse: O livro estimula práticas participativas que observa tendências sócio produtivas e ambientais influenciadas por atores de grande poder econômico para gerar os projetos mais convenientes a interesses próprios. As práticas para concretizar esses objetivos nem sempre são inclusivas, participativas e solidárias; porém o desenvolvimento não é justo, nem sustentável.
Idioma: Português
Proponente: AMBRR e Casa da Economia Solidária de Serra Grande
Local: Piso 3 – Azul – Espaço Multiuso da Feira do Livro

DIA 13

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

10h às 11h
PRINCESA NA JANELA
Modalidade: Ficção
Sinopse: Mostra a realidade de uma adolescente com deficiência auditiva que assim como muitos não é visto como peça integrante da sociedade onde vive. Mostra também as dificuldades de um aluno com deficiência, dentro da escola.
Idioma: Português
Proponente: Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul
Local: Piso 1 Lilás - Sala 113

10h às 12h
DIVERSOS DIAS
Modalidade: Teatro
Sinopse: Elaborado por um processo colaborativo cujo elenco é formado, em sua maioria, por não atores com algum diagnóstico de deficiência, que ousaram de forma lúdica buscar uma sociedade mais justa e inclusiva.
Idioma: Português, LIBRAS e audiodescrição
Proponente: Associação Mães em Movimento - AMEM
Local: Piso 1 Lilás – Sala 109

10h às 12h
NOVO MODELO DE ATENÇÃO AO PARTO E NASCIMENTO NO BRASIL: GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL
Gênero: Documentário.
Sinopse: Com a força vívida da narrativa de usuários e trabalhadores da saúde, o vídeo mostra a beleza e o gesto singelo próprios do cuidado com as mulheres e recém-nascidos com o propósito de humanizar os procedimentos de partos.
Idioma: Português
Proponente: Ministério da Saúde
Local: Piso 1 Lilás - Sala 114

10h às 12h
MULHERES: ENCONTRO E PARTILHA NO ORIGAMI
Modalidade: Oficina
Sinopse: Terapia que envolve a criatividade, o raciocínio, a destreza em um grau elevado de paciência, através da arte japonesa de dobrar papel, pela qual refletiremos sobre o fenômeno da educação.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores
Local: Piso 1 Lilás – Sala 110

DIA 13

11h às 12h
A COVARDIA DO MONOPÓLIO E REPRESSÃO
Modalidade: Performance/Teatro
Sinopse: Relato teatral sobre as arbitrariedades contra as rádios comunitárias, que a partir de depoimentos de cada caso serão encenados a partir da interação com a plateia. Idioma: Português
Proponente: Movimento Nacional de Rádios Comunitárias
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

12h às 13h
APRESENTAÇÃO CULTURAL
Modalidade: Performance
Sinopse: Será feito uma mostra cultural com apresentação de Capoeira
Idioma: Português
Proponente: Cooperativa Mista de Empreendedorismo e Serviço da Capoeira de Quilombo
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

12h às 13h
EU RECONHEÇO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Modalidade: Performance
Sinopse: O nosso carnaval tem um caráter de luta e de transformação da realidade social, econômica, cultural e, sobretudo racial, neste país que grita por justiça e pelo fim das desigualdades.
Idioma: Português
Proponente: Centro de Defesa da Criança e Adolescente
Local: Piso 1 Lilás – área de circulação

ENCERRAMENTO

13h às 14h
SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO COM A LEITURA DA CARTA DO FMDH

14h às 15h
SHOW RUÍDO SONORO
Grupo de performance musical Patubatê
Sinopse: Ao som de sucatas transformadas em instrumentos musicais, o show leva o público a passear por ritmos brasileiros como maracatu, samba, funk, afro, frevo e outros, que aliado aos efeitos visuais e sonoros exploram a percepção do público, tornando-se um show memorável.

FEIRA DO LIVRO

A Feira do Livro tem como objetivo incentivar e estimular a disseminação de conhecimentos, por meio da disponibilização de publicações vinculadas à temática dos Direitos Humanos. Além dos estandes, existe um local destinado a lançamento de publicações: o Espaço Multiuso. A programação de literatura está intensa e diversificada, com lançamento de aproximadamente 60 obras. Várias editoras, além de livrarias, produtores independentes e órgãos do governo estão presentes na Feira.
Expositores: Companhia das Letras; Cortez Editora; Editora Caros Amigos; Editora Confiança; Editora Expressão Popular; Editora Liber; Editora UFRN; Saraiva; Livraria Consequência; Livraria Dom Quixote; República do Saber; Academia Taguatinguense de Letras; Conselho Tutelar de Camaragibe; Fundação Perseu Abramo; Universidade Federal Fluminense/InEAC; Secretaria de Direitos Humanos; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério da Saúde; Ministério do Turismo, Ministério da Educação; AMBRR e Casa da Economia Solidária de Serra Grande; Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do DF; Defensoria Pública/BA e Instituto Vida São Paulo.

FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Feira de Economia Solidária (FES) do Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) está fundamentada no conceito de Economia Solidária, assim os produtos comercializados foram confeccionados de forma associativa.
Atividades: Artesanato com Buriti; Bijouterias; Biscoitos; Pães; Chocolates Orgânicos Agroflorestais; Bombons; Amêndoas de cacau; Confecção; Acessórios; Panos de prato; Bolsas; Carteiras; Fuxico; Produtos indígenas; Flores do Cerrado; Artesanato em Capim Dourado; Mantas; Crochê; Vassouras de Garrafa Pet; Bolsas feitas de banner; Bonecas de Pano e acessórios.

ESTANDES INSTITUCIONAIS

O FMDH irá contar com um espaço especialmente destinado aos estandes das instituições participantes do encontro.

Os estandes institucionais ficarão em dois locais, ambos no Piso 3 do evento: no Lobby e na Galeria.

Serão cerca de 80 estandes, que funcionarão nos quatro dias do Fórum, sendo das 13h às 20h no dia 10 e das 9h às 20h nos dias 11, 12 e 13 de dezembro.

PROGRAMAÇÃO PERMANENTE

TENDA 1 – CASA DOS DIREITOS

A assim chamada Tenda da Casa dos Direitos é um projeto da Coordenação-Geral dos Centros de Referência em Direitos Humanos para o Fórum Mundial de Direitos Humanos. A ideia básica é a de proporcionar um espaço de encontro, diálogo, acolhida, debates, apresentações, palestras, e atendimentos aos participantes do FMDH.

A tenda será um espaço para formação e capacitação em Direitos Humanos e Cidadania dos participantes do Fórum Mundial em Direitos Humanos, capacitando-os como "agentes de cidadania". Geração, produção, difusão, fomento e disponibilização de conhecimentos em Direitos Humanos, por meio de debates, capacitações, apresentações e palestras.

TENDA 2 – A COMUNIDADE DAS COMUNIDADES

A tenda A Comunidades das Comunidades é um espaço de encontro, diálogo e acolhida às diferentes manifestações culturais, religiosas, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, assentamentos, pescadores, ciganas e religiões de matriz africana, entre outras) e Defensores de Direitos Humanos presentes no FMDH. É um espaço permanente para diversas atividades, um território das expressões culturais, religiosas e transversais, proporcionando o intercâmbio e o diálogo intercultural.

O espaço será destinado para debates e discussões que incidam no fortalecimento das Redes de DH que os diversos segmentos atuam e na criação de novas redes que possam contribuir na proteção dos defensores de Direitos Humanos incluídos no PPDDH bem como buscar a melhoria nas condições de vida de algumas pessoas ao qual estão na caminhada em prol da defesa e garantia de seus direitos.

Proponente: Coordenação Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
Parceria: Delegação da União Europeia no Brasil

TENDA 3 – PLANETA ARCO ÍRIS

Espaço de interação entre os diversos sujeitos que tenham interesse ou desenvolvam ações voltadas à temática de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT proporcionando um diálogo a respeito das especificidades dessa população e criando uma referência para a população LGBT dentro do Fórum garantido a visibilidade para o tema.

Proponentes/Parceiros: Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT – CNCD/LGBT; SDH/PR; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Organização Internacional do Trabalho – OIT; UNAIDS; Ministério da Cultura; Secretaria de Políticas para as Mulheres e Ministério da Saúde; Mães pela Igualdade, Unicef e Unesco

EXPOSIÇÃO PERMANENTE - ARTES VISUAIS

Local: Piso 4 Verde – Galeria
Visitação: Horário de funcionamento do FMDH

REFLEXÃO SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA

Modalidade: Gravuras e Fotografias
Sinopse: A trajetória de muitos jovens e adultos é marcada por idas e voltas, caídas e recaídas, por escolhas e sem perspectivas para escolher. Por essa razão, a educação deles é assumida como exercício de emancipação e libertação.
Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/ Campus Mossoró

CAMPANHAS NACIONAIS DA ANADEP

Modalidade: Fotografia
Sinopse: Apresenta as campanhas da ANADEP: Defensor Público para quem precisa: Justiça para Todos; Direito à Moradia: Cidadania Começa em Casa!; Crianças - e Adolescentes - Primeiro! Defensores Públicos pelos direitos da criança e do adolescente; Ensinar, prevenir, conciliar: Defensores Públicos pela garantia extrajudicial dos direitos; e Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar.
Proponente: Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP

30 ANOS DE ARTE PELA IGUALDADE

Modalidade: Desenho
Sinopse: A Exposição de banners retrata as desigualdades raciais e as violações de direitos humanos contra os negros no mundo. Há 30 anos esse trabalho é apresentado em forma de cartuns, charges e caricaturas pelo artista Maurício Pestana.
Proponente: Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR

A LUTA NO HAITI APÓS TERREMOTO

Modalidade: Fotografia
Sinopse: As lentes do fotógrafo retratam a luta do povo haitiano, que sobreviveram a uma das maiores catástrofes humanitárias do último século.
Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

DIREITO À IDENTIDADE: VIVA SEU NOME

Modalidade: Fotografia
Sinopse: Narrativa que apresenta o projeto que promove a retificação do registro civil de travestis e transexuais e marca a entrega dos processos no Fórum Central de Porto Alegre/RS, bem como o ato do dia da visibilidade Transexual e Travesti.
Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

ARTE-EDUCAÇÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS

Modalidade: Artesanato
Sinopse: Com o objetivo de dar visibilidade às produções de arte-educação e Direitos Humanos desenvolvidas em instituições que atuam no atendimento educacional especializado, em Jequié/BA, garantindo a formação de discentes com deficiência nas várias áreas da educação.
Proponente: Subprojeto Interdisciplinar em Educação Especial - PIBID/CAPES/
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/ UESB - Campus de Jequié.

PROGRAMAÇÃO PERMANENTE

A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA: ALBUMUNDO
Modalidade: Gravura e Fotografia
Sinopse: O ALBUMUNDO expõe fotos e materiais da repressão e da resistência. Sobre ele a frase "PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DOS RADIALISTAS - ANISTIA E REPARAÇÃO"
Proponente: Movimento Nacional de Rádios Comunitárias

PROGRAMA VIRAVIDA
Modalidade: Fotografia
Sinopse: Com o objetivo de promover a elevação da autoestima e da escolaridade dos adolescentes e jovens participantes do programa, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia.
Proponente: Serviço Social da Indústria - SESI-DR/DF

INSTALAÇÃO DE UMA CELA PRISIONAL
Modalidade: Instalação
Sinopse: Através da construção de um espaço cenográfico que reproduz uma cela prisional que confere a estrutura características próximas à realidade, provocando reflexão sobre as funções da pena, seus reflexos sobre o indivíduo e a responsabilidade quanto à efetivação dos direitos humanos no cárcere.
Proponente: Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: TRABALHOS REALIZADOS PELOS BOMBEIROS MIRINS
Modalidade: Desenho
Sinopse: Exposição de trabalhos de Bombeiros Mirins sobre o tema Direitos Humanos e Cidadania da Criança e do Adolescente
Proponente: Corpo de Bombeiros Militar do DF – Programas Sociais - APROS

EXPOSIÇÃO ARTE NATURALISTA: ARTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
Modalidade: Gravura
Sinopse: Exposição representa o ecossistema de manguezal. Produzido por jovens talentos de Sergipe, que são hoje agentes de transformação social nas comunidades locais.
Proponente: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI

MOSTRA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E ASSISTIVAS
Modalidade: Objetos/Fotografia
Sinopse: Mostra de produtos de tecnologias sociais e assistiva desenvolvidas pelos núcleos de TA (tecnologia assistiva) das instituições federais brasileiras e apoiadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCTI.
Proponente: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

GUERNICA: O CLAMOR DAS RUAS
Modalidade: Escultura
Sinopse: Uma releitura do quadro Guernica de Pablo Picasso. Apresentado como um mosaico de vidas entrelaçadas pela realidade da vida nas ruas, esta experiência oferece uma materialização de acontecimentos vividos, transformando os sentidos das pessoas que de alguma forma vivenciaram este desafio.
Proponente: Pastoral Nacional do Povo de Rua – Belo Horizonte/MG

FOTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Modalidade: Fotografia
Sinopse: Mostra de fotos da População de Rua
Proponente: Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Reciclados

A EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS
Modalidade: Fotografia
Sinopse: O trabalho desenvolvido procura exemplificar o processo de efetivação dos Direitos Humanos pela Defensoria Pública da União/MG.
Proponente: Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU/MG

DE LA LEY DE RESIDENCIA AL TERRORISMO DE ESTADO
Modalidade: Fotografia
Sinopse: A atividade repressiva do Estado frente aos movimentos sociais emergentes durante o século XX.
Proponente: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos (CIPDH) bajo auspicio de la Unesco.

NOSOTRAS ESTABAMOS AHÍ
Modalidade: Fotografia
Sinopse: Põe em foco a história das mulheres durante o século XX destacando, não só aquelas mulheres que se sobressaíram por sua singularidade, mas também as anônimas, imigrantes e nativas, protagonistas de uma história incansavelmente contada.
Proponente: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos (CIPDH) bajo auspicio de la Unesco.

O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ: O DIREITO A TER DIREITOS!
Modalidade: Fotografia
Sinopse: Apresenta a síntese do perfil socioeconômico da população em situação de rua no município de Magé/RJ, cuja temática é recente na construção das políticas públicas municipais.
Proponente: Casa de Passagem – Magé/RJ

DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO EVIOLÊNCIA
Modalidade: Painel
Sinopse: Partimos do pressuposto de que a escola perdeu a sua função social na medida em que permitindo o acesso de crianças e jovens no contexto escolar utiliza-se da violência simbólica para excluí-la do processo educativo.
Proponente: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

O OLHAR DA ARTE NA CONDIÇÃO FEMININA
Modalidade: Escultura
Sinopse: Tem o desafio de expressar em molde uniforme os olhares sobre o universo feminino, sua representação viva na história da arte, quer como inspiradora, quer como criadora.
Proponente: Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – SEMIRA/GO

EXPOSIÇÃO: DESAPARECIDOS DO BRASIL
Modalidade: Fotografia
Sinopse: Exposição de fotografias de pessoas desaparecidas pretende ser estratégica na sensibilização e no reconhecimento do desaparecimento de pessoas como um problema social e que afeta os direitos humanos.
Proponente: Movimento Social pelas Pessoas Desaparecidas

PRESENÇA ENTRE AUSÊNCIAS – POÉTICAS VISUAIS/DPU CULTURAL
Modalidade: Fotografia (projeção).
Sinopse: Projeção de obras artísticas criadas por estudantes do curso de fotografia do IESB, inspiradas em ações da DPU, com vista à exposição itinerante.
Proponente: Defensoria Pública da União - DPU (Categoria Especial) / Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB

CARINHO D'ALMA – RUMO AO ESSENCIAL – EXPOSIÇÃO DE PATRÍCIA KRUG
Modalidade: Pinturas
Sinopse: A partir do enfrentamento da dor e das dificuldades impostas pela autoimunidade vem produzindo imagens de extrema sensibilidade, cores vibrantes e traços singulares.
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II - Espaço do Servidor – Brasília-DF
Período: de 03 a 12 de dezembro das 9h às 17h

EXPEDIENTE

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

MICHEL TEMER
Vice-Presidente da República

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

PATRÍCIA BARCELOS
Secretária Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

GLEISSON CARDOSO RUBIN
Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

GABRIEL DOS SANTOS ROCHA
Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

ANGÉLICA MOURA GOULART
Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA
Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECRETARIA EXECUTIVA DO FMDH

Secretária Executiva
Patrícia Barcelos

Secretária Executiva Adjunta
Kathia Dudyk

Programação
Cláudio Stacheira
Ivanilda Figueiredo
Lurdinha Nunes
Maria Thereza Teixeira
Roberta Saita
Sady Sidney Fauth Junior
Salete Valesan
Tassia Rabelo de Pinho

Infraestrutura
André Nepomuceno
Andréia Fernandes de Lima
Cassiano de Souza Alves
Cláudia Rodrigues da Silva
Daniela dos Santos Alvarenga
Daniela Fantoni Alvares
Denilda Uchôa de Oliveira
Gleisson Cardoso Rubin
Hugo Nister
Marco Antônio Juliatto
Mariana Calonega de Oliveira
Pablo Vieira Viana
Rebheca Domingues Udre Varela
Regenilton César de Oliveira Lima
Rodrigo Torres de Araujo Lima
Tassiana Carvalho

Comunicação
Adriano de Angelis
Antonio Biondi
Bela Figueiredo
Bruno Monteiro
Camila Vieira dos Santos
Carolina Monteiro
Cleber Mariano
Edmilson Felisberto de Freitas
Fausto Barbosa
Helenise Brant
Henrique Crasto
Iana Borges
João Freire
Luiz Felipe Peracchi
Marcelo Coutinho
Marcelo Murteira de Salles
Mariana Alvarado
Mariana Gracie
Priscila Atalla Morelo

Tecnologia da Informação
Celson Carlos Martins Junior
Daniel Miranda Pontes Rogério
Wesley Rodrigo Couto Lira

Mobilização
Bruno Renato Teixeira
Caetano Ruas de Menezes
Elias Emanuel Alves de Sousa
Helena Silveira Barbosa
Igo Martini
Irina Karla Bacci
João Alves Junior
Jorge Amaro de Souza Borges
Luciana Garcia
Marcelo Nascimento
Nicolas Gabriel Palopolo Romero
Rildo Marques
Samanda Alves de Freitas
Thiago Gonçalves Braga de Quadros

Cultura
Gustavo Bernardes
Luiz Carlos Lopes Filho
Marga Janete Stroher
Raí Marques
Solange Pereira
Symmy Larrat

Secretaria
Gislane Araújo
Kell Adorno
Luana Nunes
Michelle Alves
Patrícia Arantes
Sônia Maciel

Tradução
Alana Gagliardi
Ariadne de Oliveira Fernandes
Carolina dos Santos Santana
Gutemberg Albuquerque
Hermelinda Lopes
Jessica Récio Pereira
Laís Mikeline Crisostomo
Neide Cardoso Marques

Assessoria Internacional
Douglas dos Santos Rodrigues
Julia Schirmer
Livia Sousa Rocha
Michelle Graciela Morais de Sá e Silva
Pedro Angoti
Victória Balthar

COMITÊ ORGANIZADOR

ORGANIZAÇÕES QUE FIZERAM ADESÃO ATÉ O DIA 25.11

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

- Anglican Alliance UK
- Casa de Angola em Coimbra - ONGD
- Centro Internacional para la Promocion de Derechos Humanos – CIPDH
- Coalizão Contra Munição Cluster - Campanha Erradicação das Minas Terrestres
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
- Confederación Sindical de las Américas
- Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
- Conselho Nacional de Juventude de Angola
- Fórum Latino Americano de Jornalismo
- Fundación SES
- Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul
- Instituto Interamaricano de Derechos Humanos
- Instituto Universitário de Educação
- International Campaign to Abolish Nuclear Weapons
- Micro Rainbow International CIC
- Movimento Mundial por la Infancia de Latinoamérica y el Caribe (MMI-LAC) / Latin American and Caribbean Movement for Children
- National Commission of Human Rights, the Republic of Indonesia
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
- Organização dos Estados Ibero-americano para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI
- Plataforma de Organizaciones Educativas Del Mercosul – PEM
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
- Regional Office of Americas - Plan International
- Seguridad Humana em Latinoamérica y El Caribe
- UNICEF
- Universidad Nacional de Asunción
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

ATUAÇÃO NACIONAL

- ABGLT
- Advogados pelo Respeito à Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Gênero - ADLIB
- Advogados sem Fronteiras
- Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE
- Aldeias Infantis SOS Brasil
- ANDI - Comunicação e Direitos
- Articulação Brasileira de Gays - Artgay
- Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL
- Articulação dos povos indígenas no Brasil - APIB
- Associação Brasileira de Redução de Danos - ABORDA
- Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca - ABRAWICCA
- Associação Brasileira de Autismo - ABRA
- Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM
- Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade
- Associação Brasileira de Clubes Melhor Idade Nacional - ABCMI
- Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e defensores Públicos da Infância e da Juventude- ABMP
- Associação Brasileira de Radiodifusão comunitária - ABRAÇO
- Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME
- Associação Comunitária de Sapucaía – Aguazinha
- Associação de Magistrados Brasileiros - AMB
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA
- Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP
- Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID
- Caixa Econômica Federal
- Canal Futura
- Cáritas Brasileira
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Centro Brasileiro De Protagonismo Juvenil – CPJ
- Centro de Direitos Humanos de Sapobemba "Pablo Gonzales Olalla"
- Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
- Centro de Trabalho Indigenista
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

COMITÊ ORGANIZADOR

• Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
• Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes
• Comunidade Católica Shalom
• Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE
• Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
• Conselho Federal da OAB
• Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC
• Conselho Nacional de Juventude - CONJUV
• Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI
• Conselho Nacional de Saúde/MS
• Conselho Nacional do Idoso - CNDI
• Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA
• Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE
• Defensoria Pública da União
• Delegação Européia no Brasil
• Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Secretaria de Atenção à saúde - Ministério da Saúde - DAPES
• Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça
• Departamento Nacional – SENAI
• Empresa Brasil de Comunicação
• Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
• Faculdade Latino Americano de Ciências Sociais - FLACSO Brasil
• Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
• Federação Nacional das APAEs
• Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENASP
• Fora do Eixo - Universidade das Cultuas
• Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares
• Fórum de Ouvidorias Públicas de Pautas Sociais
• Fórum Mundial de Educação (FME)
• Fórum Nacional de Mulheres Negras
• Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
• Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
• Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER
• Frente Antiprisional Nacional das Brigadas Populares
• Frente Parlamentar em defesa dos Direitos Humanos
• Fundação Abrinq pelos Direitos das crianças e dos Adolescentes
• Fundação Armando Alvares Penteado
• Fundação Fé e Alegria
• Fundação Nacional de Arte – Funarte
• Fundação Nacional do Índio - FUNAI
• Fundação Perseu Abramo
• Fundação Xuxa Meneghel
• Grupo Dignidade
• Grupo Gay de Lauro Freitas
• Iniciativa das Religiões Unidas - URI
• Instituto Cooperforte
• Instituto Espaço Mulher
• Instituto Marista de Assistência Social - IMAS
• Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
• Liga Brasileira de Lésbicas
• Ministério da Ciência e Tecnologia
• Ministério da Educação
• Ministério da Pesca e Agricultura
• Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
• Ministério do Trabalho e Emprego
• Ministério do Turismo
• Movimento Nacional de Educação e Saúde no Trânsito
• Movimento Nacional de Luta Antimanicomial
• Movimento Nacional de População em Situação de Rua - MNPR
• Movimento Nacional de Rádios Comunitárias - MNRC
• Movimento Nacional dos Direitos Humanos -MNDH
• Movimento Popular em Saúde - MOPS
• Oficina de Imagens - Comunicação e Educação
• Organização Brahma Kumaris
• Organização Nacional de Cegos do Brasil
• Organização Nacional de entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF
• Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
• Polícia Rodoviária Federal
• Ponto de Contato Nacional para Diretrizes OCDE – SAIN / MF
• Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF
• Programa Nacional de Controle da Tuberculose - MS

COMITÊ ORGANIZADOR

• Rede ACPAT Brasil
• Rede Brasil - Memória, Verdade, Justiça
• Rede Brasileira de Educação Ambiental
• Rede Desarma Brasil
• Rede ECPAT Brasil
• Rede FALE
• Rede Mandacaru Brasil - CENERAB/CONEN
• Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República / Brasília
• Secretaria Geral da Presidência da República
• Senado Federal
• Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - SINASEFE/SP
• Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados Pensionistas e Idosos - SINTAPI
• Superintendência de Mulheres Direitos Humanos e Igualdade
• União de Negros pela Igualdade
• União Geral dos Trabalhadores – UGT
• União Nacional dos Estudantes – UNE

ACRE

• Centro de Referência em Direitos Humanos do Acre -SEJUDH/AC
• Conselho de Referência em Direitos Humanos do Acre - SEJUDH/AC
• Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / AC

ALAGOAS

• Instituto Bem Querer Social de Arte e Cultura - IBESAC

AMAZONAS

• Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas – Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania - CDHC
• Cáritas de Tefé
• Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas e Frente Parlamentar da Criança, do Adolescente e do Idoso
• Organização Cívica da Amazônia OCA
• Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS/AM
• Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
• Secretaria de Segurança Pública do Amazonas - Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas

AMAPÁ

• Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares no Estado do Amapá
• Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

BAHIA

• Associação Comunitária de Sapucaía - Aguazinha
• Associação do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis de Mata de São João Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros do Estado da Bahia – ACTEBA Associação para a Inclusão à Comunicação, Cultura e Arte – ARCCA
• Associação Municipal dos Agentes de Combate as Endemias do Paulista - AMACEPA
• Coletivo Martin Luther King Jr
• Conselho de Defesa dos Direitos Humanos - Lauro de Freitas
• Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE
• Defensoria Pública do Estado da Bahia
• Desabafo Social
• Direitos Humanos Lapinha - Polo I
• Diretório Central dos Estudantes - UFBA
• Fórum Nacional de Juventude Negra
• Grupo Contra o Preconceito - GCP
• Grupo de Idosos Tia Fia
• Grupo de Mulheres Alouje Yalodê
• Grupo Gay de Lauro Freitas
• Grupo Interdisciplinar de Estudos Sociais de Psicoativas – GIESP
• Grupo Saphos
• Grupo Tortura Nunca Mais BA
• Instituto Aliança com o Adolescente
• Instituto Direito e Cidadania - IDC
• Instituto Mão Amiga
• Movimento Nacional População de Rua
• Movimento Popular de Saúde de Mata de São João da Mata - MOPS- MSJ / BA
• Núcleo de Desenvolvimento Social e Cultural da Bahia - NUDESC
• Quilombo Xis - Ação Cultural Comunitária
• Safernet Brasil
• Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

COMITÊ ORGANIZADOR

CEARÁ

• Associação dos Servidores de Nível Médio e Elementar da Saúde do Estado do Ceará - ASENMESC/CE
• Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará
• Coordenadora Especial de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Ceará
• Coordenadora Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial do Governo do Ceará
• Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Governo do Estado do Ceará
• Coordenadoria Especial - Ceará Acessível - Gabinete do Governador do Ceará
• Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Gabinete do Governador do Estado do Ceará
• Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará
• Frente de Assistência à Criança Carente - FACC
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
• Movimento Popular de Saúde do Ceará
• Secretaria de Trabalho e desenvolvimento Social da Prefeitura de Maranguape - STDS
• Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Fortaleza
• Universidade de Fortaleza – UNIFOR
• Universidade Estadual do Ceará – UECE

DISTRITO FEDERAL

• Aconchego - Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária
• Advogados pelo Respeito à Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Gênero
• Aliança de Negros e Negras Evangélicos do Brasil no Distrito Federal - ANNEB / DF
• Associação Ateísta do Planalto Central - APCE
• Associação Casa Santo André
• Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal - ADEP
• Associação dos Profissionais de Segurança Pública com Deficiência – APRSDEF
• Associação Mães em Movimento
• Blog Mídia em Debate
• Central de Movimento Popular – CMP
• Central Única de das Favelas do Distrito Federal - CUFA/DF
• Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia
• Centro de Referência em Direitos Humanos - União Planetária
• Centro de Referência Especializada da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial
• Centro Eclético de Fluente Luz Universal Alfredo Gregório de Melo - CEFLAG
• Centro Pop Brasília - SEDEST/GDF
• Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal
• Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
• Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
• Comunidade Bahá ì do Brasil
• Comunidade Católica Shalom
• Conselho Curador da Empresa de Comunicação
• Conselho Distrital de Direitos Humanos
• Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT
• Conselho Nacional de Igrejas Cristãs / Grupo Ecumênico de Brasília
• Conselho Tutelar de Brasília
• Conselho Tutelar de Brasília Norte
• Conselho Tutelar Itapoã – DF
• Coordenadora de Juventude do DF
• Corpo de Bombeiros Militar do DF – Programas Sociais - APROS
• De olho na justiça - MOJUS
• Defensoria Pública do DF
• Escola do Governo do DF -Egov - DF
• Escola dos Meninos e das Meninas do Parque
• Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
• Federação Brasileira de Servidores Penitenciários
• Federação Espírita Brasileira - FEB
• Fênix Cooperativa de Mulheres
• Fora da Eixo
• Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
• Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
• Grupo Esportivo Homossexual - Estruturação
• Ile Axe Oya Bagan
• Instituto Cooperforte
• Instituto de Educação Integrada Garotos Sem Fronteiras - IEIG SF
• Instituto Federal de Brasília – IFB
• Instituto Migrações e DH

COMITÊ ORGANIZADOR

• Instituto Ojú Obá
• LAEPI-Laboratório de Estudos em Políticas Indigenistas-UNB-CEPPAC
• Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal - MismecDF
• NEP/UnB - Núcleo de Estudos da Paz e DH
• Pastoral do Povo da Rua - Arquidiocese de Brasília
• Ponto de Contato Nacional para Diretrizes - OCDE
• Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos - UNB
• Projeto Sócio-cultural Tambores da Kuzinha
• Província Maria Brasil Centro Norte - Marista
• Rede Afrobrasileira Sociocultural
• Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial-RELINA - Observatório Direitos Humanos e SM
• Rede Social de Samambaia
• Secretaria de Educação /CRESAM-GREB
• Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal
• Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade Racial do DF - Sepir/DF
• Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
• Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF
• Secretaria Especial do Idoso
• Secretaria Especial do idoso
• SEDF
• SENAI/DF
• Serviço Nacional de aprendizagem Comercial - Senac - DF
• Serviço Para a Paz
• SESI/DF
• Sindicato dos Jornalistas do DF
• Sociedade Civil Maria Maria de Servidoras dos Correios
• União dos Estudantes Africanos em Brasília - UEAB
• União Planetária
• UNICEUB
• UNIPAZ - Universidade da Paz
• Universidade Católica de Brasília
• Universidade de Brasília - UNB
• Visão Mundial

ESPÍRITO SANTO

• Associação Capixaba de Redução de Danos
• Associação de Conselheiros Tutelares e de Ex-Conselheiros Tutelares do estado do Espírito Santo – ACTEES
• Associação de Mulheres Quilombolas de Linharinho
• Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra - CDDH Serra
• Coletivo Negrada - UFES
• Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória - CMDH/ES
• Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
• Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Espirito Santo
• Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo da 16º Região - CRP 16 / ES
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
• Ministério Público de Estado do Espírito Santo - MPES
• Prefeitura Municipal de Serra / Secretaria de Direitos Humanos
• Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos - Espírito Santo
• Secretaria Municipal de Cidadania e direitos Humanos de Vitória / ES
• Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

GOIÁS

• Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Comissão de Direitos Humanos
• Associação dos Anistiados Políticos de Goiás - ANI / GO
• Associação por Cidadania e Direitos Humanos LGBT na região dos Grandes Rios do Brasil Central - ACDHRios Brasil
• Casa da Juventude / Pe. João Bosco Burnier - CRDH
• Centro Brasileiro De Protagonismo Juvenil - CPJ
• Cerrado Assessoria Jurídica Popular
• Círculo Freudiano de Psicanálise
• Comitê Goiano da Verdade, Memória e Justiça
• Conselho Estadual dos Direitos Da Criança e Adolescente / GO
• Conselho Tutelar do Oeste
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG
• Instituto Goiano de Direitos Humanos
• Núcleo de Direitos Humanos - NDH / UFG
• Ordem dos Advogados do Brasil - GO
• Oxumaré direitos Humanos, Negritude e LGBTS
• Polícia Rodoviária Federal de Goiás
• Pontifícia Universidade Católica de Goiás

COMITÊ ORGANIZADOR

• Prefeitura Municipal de Goiânia – SME / EPAZ - Política Articulada de educação da Paz; Assessoria DH; Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial)
• Programa dos Direitos Humanos - PUC / GO
• Rede de Educação Cidadã de Goiânia / GO
• Secretaria de Políticas Sociais e Desportos
• Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás - Comissão da Verdade, Memória e Justiça
• Superintendência de Direitos Humanos do Governo de Goiás – Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça
• União da Juventude Socialista em Goiás
• Universidade Federal de Goiás – UFG

MARANHÃO

• Associação de Conselheiros e de Ex-Conselheiros Tutelares do estado do Maranhão - ACTEMA
• Centro de referência em direitos Humanos Mãos Dadas
• Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão - CEDDHMA
• Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania do Maranhão
• MovimentoPopular de Saúde do Maranhão - MOPS /MA

MATO GROSSO DO SUL

• Centro Social de Cultura Nativa /MS
• Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de MS - COMCEX
• Comitê Memória Verdade e Justiça do Mato Grosso
• Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Campina Grande
• Conselho Regional de Psicologia de Campo Grande – CRP 14/MS
• Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedade Saudável do Centro-Oeste / IBISS - CO
• ONG Azul
• Prefeitura Municipal de Campo Grande
• Programa Escola de Conselhos - UFMS

MATO GROSSO

• Centro de Referência em Direitos Humanos
• Centro de Referência em Direitos Humanos UNEMAT/Cáceres-MT
• Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETRAP / MS
• Comunidade Kolping – Movimento Social, Popular e Católico
• Conselho Estadual de Direitos Humanos do Mato Grosso
• Conselho Municipal de Direitos e Defesa do Povo Indígena
• Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI/MT
• Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso

MINAS GERAIS

• APAE
• Asilo São José da SSUP – Liberdade
• Associação Beneficente Divino Espírito Santo
• Associação Cultural Afromestre Vitalício – AFROVITA
• Associação de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero de Betim
• Associação de Moradores de Vale Verde
• Câmara Municipal do Vale do Rio Branco
• Casa da Cidadania Vale Verde
• Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial – CAO - DH
• Centro de Estudos em Biodireito - CEBID
• Centro de Referência de Assistência Social - CRÁS
• Centro de Referência da Cultura Negra – CERNE
• Centro de Referência da Juventude - CONTATO
• Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS
• Centro nacional de defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Reciclados
• Centro nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em situação de Rua e Catadores de materiais Reciclados
• Coletivo de Entidades Negras - Minas Gerais
• Comitê da Cidadania
• Conselho Comunitário da Cadeia de Bicas
• Conselho Municipal da Promoção da Igualdade racial de Leopoldina
• Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
• Conselho Municipal de Assistencial Social

COMITÊ ORGANIZADOR

- Conselho Municipal do Idoso de Bicas
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Bicas
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial de São Lourenço
- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pirajuba
- Cooperativa de Prestação de Serviço – COOPDEF
- Estação Criança
- Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte
- Fórum Mineiro de Conselheiros e ex Conselheiros Tutelares
- Fórum Pessoas em Situação de Rua – COMSEA – Projeto Reconstruir
- Fórum Regional de Conselheiros Tutelares da Zona da Mata
- Grupo Terceira Idade – Liberdade
- Inspetoria São João Bosco- ISJB
- Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervensão em Direitos Humanos e Cidadania
- Instituto Educação e Cidadania - Juíz de Fora MG
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM
- Instituto Nenuca de desenvolvimento Sustentável - INSEA
- Instituto Pauline Reischstul de Educação Tecnológica,Direitos Humanos,Assistência Técnica e Defesa do Meio Ambiente - IPR
- Laço Aliança pela Vida
- Ministério Público de Minas Gerais - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial – CAO-DH
- Movimento Nacional de População da Rua
- Movimento Negro Dandara
- Movimento Negro de Recreio
- OAB / MG – Comissão de Promoção a Igualdade Racial
- Oficina de Imagens - Comunicação e Educação
- Ofício de Direitos Humanos e Tutela da DPU / MG
- Pastoral Carcerária
- Pastoral da Criança
- Pastoral Nacional do Povo de Rua
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus São Gabriel
- Programa Família Acolhedora – VRB
- Salus Associação para a Saúde
- Secretaria de Desenvolvimento Social
- UniBairros
- Universidade Federal de Ouro Preto
- Universidade Federal de Uberlândia

PARÁ

- Associação Grupo Ellos Pela Livre Orientação Sexual
- Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira/PA
- Conselho Tutelar de Cidade Nova
- Grupo de Estudos em Educação Em Direitos Humanos da UFPA
- Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira
- Movimento Popular Saúde - MOPS / PA

PARAÍBA

- Associação de Apoio ao trabalho Cultural, Histórico e Ambiental - APOITCHA
- Associação de Deficientes e Familiares - ASDEF
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos de João Pessoa
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
- Faculdade São Francisco da Paraíba
- Grupo Guará
- Organização Nova Consciência – PB
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Federal De Campinas Grande

PERNAMBUCO

- Associação Comunidade do Bairro da Vila Torres Galvão
- Associação Cultural e carnavalesca a Galinha da Conceição
- Associação da Comunidade do Bairro da Vila Torres Galvão
- Associação dos Moradores Porto da Madeira
- Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de Pernambuco
- Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi
- Centro de Cultura Luiz Freire
- Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC

• Centro Integrado Esportivo e Cultural em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
• Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco
• Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Riacho das Almas
• Escola de Conselhos de Pernambuco/Universidade Federal Rural de Pernambuco
• Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia - FNOP
• Fórum Popular de Participação e Controle Social de Pernambuco
• Gerência de Direitos Humanos da Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura de Caruaru
• Grupo Homossexual do Paulista
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sertão Pernambucano - IF Sertão
• Instituto Humanitas – Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
• Movimento Mães pela Igualdade
• Movimento Popular de Saúde de Pernambuco - MOPS
• Núcleo de Estudos e Pesquisas em educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania - NEPEDH / CE / UFPE
• Núcleo Pernambucano Superando Lúpus
• Parceria Brasileira Contra a Tuberculose
• Quilombo Cultural Malunguinho
• Rede Estadual de Conselhos de Saúde de Pernambuco
• Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids
• Secretaria de Defesa Social do Pernambuco
• Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco
• Secretaria de Política Sociais e Desportos- SEPOSES Goiana
• Secretaria do Governo - Pernambuco
• Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Paulista
• Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

PIAUÍ

• Associação Santuário Sagrado Pai João de Aruanda
• Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado
• Centro de Referência de Direitos Humanos de Teresina
• Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos - PI
• Comitê Pela Verdade, Memória e Justiça do Piauí
• Cooperativa Mista de Empreendedorismo e Serviço da Capoeira de Quilombo - COOMESCQ
• Faculdade do Médio Parnaíba - FAMEP
• Fórum dos Direitos Humanos do Piauí
• Fundação Marica Saraiva
• Grupo Piauiense De Transexuais e Travestis-GPTRANS
• Liga Brasileira de Lésbicas
• Secretaria Municipal do Trabalho,Cidadania e de Assistência Social de Teresina - SGMTCAS
• Universidade do Piauí – UFPI

PARANÁ

• Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Paraná
• Conselho Tutelar de Curitiba
• Conselho Tutelar de Pato Branco
• Dom da Terra - AFROLGBT
• Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça
• Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça
• Grupo Esperança
• Movimento popular de saúde do Estado do Paraná
• Seção Sindical dos Servidores Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-SINUTEF-PR
• Secretaria da Justiça e Cidadania e Direitos Humanos do Paraná - Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC
• Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná – Comitê de Educação em Direitos Humanos - SEJU-PR
• Universidade Federal do Paraná

RIO DE JANEIRO

• Agência de Notícias das Favelas
• Arte Femme
• Associação Beneficente São Martinho
• Associação de Acolhimento de Egresso do Sistema Prisional - AAESP
• Associação de Pais e Amigos da Pessoa com

COMITÊ ORGANIZADOR

Deficiência de São João do Meriti - APAE
• Associação Sorrir Viver para Agradar
• Autoridade Pública Olímpica – APO
• Casa de Passagem – Magé
• Centro de Defesa de Direitos Humanos de Petrópolis
• Centro de Estudos e Pesquisa em direitos Humanos e Justiça - Faculdade Cenecista da Ilha do Governador - FACIG
• Cidadania & Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé - Cidadania Cultural, Urbana:Heterogênese Urbana & FUMDEC (Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico & Social da Prefeitura Municipal de Macaé)
• Comcausa / CRDH Comcausa-Nova Iguaçu
• Conselho Estadual de defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
• Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro / Núcleo de Defesa DH
• Escola de Gente Comunicação em Inclusão
• Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
• Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS
• Fórum Estadual de Defesa da Criança e Adolescente do Rio de Janeiro
• Humanistas-Organização para os Direitos Humanos e Cidadania
• Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
• Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
• Movimento Fora de Ordem
• Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea/UERJ
• Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
• Prefeitura Municipal de Carapebus
• Prefeitura Municipal de Macaé
• Rede ACPAT Brasil
• Rede Não Bata Eduque
• Secretaria de Direitos e Promoção da Cidadania de Queimados - SEMPROC
• Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Rio das Ostras - SECTI
• Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
• Subsecretaria de Proteção dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
• UERJ - Laboratório de Políticas
• Universidade Aberta da Terceira Idade

RIO GRANDE DO NORTE

• Associação de Juventude Construindo Sonhos
• Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil do Rio Grande do Norte – CTB
• Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
• Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cultural
• Centro de Juventude Natal
• Centro de Referência em DH - Sede Semiárido
• Centro de Referência em DH - UFRN
• Clube dos Desbravadores
• Conselho Estadual de Direitos humanos e Cidadania
• Conselho Municipal de Saúde de Natal
• Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
• Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Norte
• Coordenadora de Direitos Humanos e defesa das Minorias - Codem (Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania)
• Fórum Estadual de Segurança Alimentar Sustentável para Povos Tradicionais de Matriz Africana do Rio Grande do Norte
• Grupo de Artesãos Autônomos de Angicos do Rio Grande do Norte
• Grupo de Capoeira Cordão de Ouro Felipe Camarão
• Ilê Axé Olum Malé
• Instituto Federal de EDUCAÇÃO, Ciência e Tecnologia do RN
• Movimento de Reintegração da Pessoa Atingida pela Hanseníase
• ONG Acauã
• Rede de Jovens de Matriz Africana do RN - REJUMAT
• Secretaria Municipal de Educação
• Secretaria Municipal de Educação
• Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
• Sindicato dos Guardas Municipais do Rio Grande do Norte
• União Cigana do Rio Grande do Norte
• Universidade do Estado do Rio Grande do

COMITÊ ORGANIZADOR

Norte - UERN
• Ylé Axé Rwe Dân

RONDÔNIA
• Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia – ACTRON
• Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RIO GRANDE DO SUL
• Agência Livre Para Informação, Cidadania e Educação - ALICE
• Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul
• Coletivo Feminino Plural - Rede Feminista de Saúde
• Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça do RS
• Defensoria Pública do Estado de Rio Grande do Sul
• Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades
• Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul
• Fórum da População de Rua
• Frente Nacional de Mulheres no H2
• Instituto Amigos do Fórum Social Mundial de Porto Alegre
• Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre
• Instituto Parrhesia Erga omnes
• Liga dos Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
• Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
• Movimento pela saúde dos Povos Porto Alegre/RS - ORDH/FURG
• Rede Nacional de Religião Afro Brasileira e Saúde/Núcleo RS - RENAFRO-Saúde
• Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos/Secretaria Municipal de Direitos Humanos/Prefeitura de Porto Alegre
• Secretaria de Segurança Pública
• Sindicato do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG - Aptafurg Sindicato
• Superintendência dos serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul
• Universidade de Cruz Alta
• Universidade Federal de Pelotas
• Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
• Universidade Federal do Rio Grande – FURG
• Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
• Instituto Estadual de Cinema de Porto Alegre

SANTA CATARINA
• Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Foque na Sexualidade
• Centro de Direitos Humanos e Cidadania Imã Jandira Bettoni - CDHC
• Coordenadoria Estadual do Idoso
• Fundação Universidade Regional de Blumenau
• Grupo Acontece Arte e Política LGBT
• Grupo de Práticas em Direitos Humanos e Direito Internacional
• Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH
• Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
• Rede de Educação Cidadã de Lages
• Universidade do Planalto Catarinense

SERGIPE
• Associação Albaô de arte-educação e cultura Negra
• Comitê Estadual Ação Cidadania
• Conselho Estadual dos Direitos Da Criança e Adolescente
• Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Astra
• Instituto Braços
• Moviemento Nacional de Direitos Humanos do Estado de Sergipe
• Universidade Federal de Sergipe – UFS
• Voz da Ilha
• Secretaria de Estados dos Direitos Humanos e da Cidadania do Estado de Sergipe

SÃO PAULO
• Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura de São Paulo
• APAE de São Paulo
• Artigo 19
• Associação Assistencial Aora da Região de Araçatuba
• Associação da Parada do Orgulho LGBT - APOG LGBT SP
• Associação de Amigo da Vila Brasilândia
• Associação de Moradores Nelson Cruz
• Associação de Pais e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - Apabb
• Associação de Transexuais Travestis e Transgêneros LGBT de Ribeirão Preto / SP

COMITÊ ORGANIZADOR

• Associação dos Metalúrgicos Aposentados da Região do ABC
• Associação dos Metalúrgicos Aposentados da Região do ABC
• Associação Inclui Mais
• Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência - AVAPE
• Associação Paulista de Defensores Públicos
• Centro Avançado de Estudos na Gestão Pública e Privada - CEAESP
• Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência
• Centro de Defesa da Criança e Adolescente "Mônica Paião Trevisan"
• Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores
• Centro de Direitos Humanos Região Oeste - Grande São Paulo/Osasco
• Centro de Referência em Direitos Humanos – Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista
• Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
• Centro Santo Dias de Direitos Humanos
• Coletivo de Feministas Lésbicas - CFL
• Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares-CBBE
• Comitê Memória, Verdade e Justiça de Campinas
• Comitê Paulista Pela Memória, Verdade e Justiça
• Companhia de Jesus - Centro de Juventude Anchietanum
• Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
• Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Vicente
• Cooperativa Habitacional Central do Brasil - COOHABRAS
• Defensoria Pública do Estado de São Paulo
• Epoch Times em Português
• Federação Brasileira de Pacientes com Esclerose Múltipla - FEBRAPEM
• Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil
• Federação Nacional das AVAPES - FENAVAPE
• Fórum de Sacerdotes e Sacerdotisas de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo - FOESP
• Fundação Armando Alvares Penteado
• Grupo de Mulheres Negras Nzinga Mbandi
• Grupo Tortura Nunca Mais SP
• Instituto Brasileiro Jovens Unidos no Combate as Drogas - JUNCAD
• Instituto Espaço Mulher
• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP
• Instituto Futuro de Desenvolvimento Social, Educacional, Cultural e Ambiental
• Instituto Macuco
• Instituto Mãe Terra
• Instituto Paulo Freire
• Instituto Popular de Educação em Direitos Humanos
• Instituto Rádio Tron
• Instituto WCF-Brasil
• Laboratório de Análise e Prevenção da Violência
• Mais Diferenças
• Movimento Juvenil Dominicano do Brasil
• Núcleo de Trabalho Comunitário da PUC
• Observatório de Educação em Direitos Humanos
• Opinio Iuris – Instituto de Pesquisa Jurídica
• SAJU Carcere
• Serviço Pastoral dos Imigrantes/SPM/CAMI
• Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE
• Solidarity Center - AFL-CIO
• Universidade Estadual Paulista – UNESP
• Universidade Federal de São Paulo

TOCANTINS

• Associação Movimento pela Vida
• Associação São Francisco De Assis
• Centro de Direitos Humanos de Palmas
• Conselho Tutelar de Palmas
• Movimento de Saúde Popular de Saúde do Tocantins
• Secretaria Municipal Extraordinária de Inclusão Social - SIMIS
• Superintendência de Mulheres, Direitos Humanos e Equidade
• Universidade da Maturidade-UFT
• Universidade Federal do Tocantins

COMUNICAÇÃO COLABORATIVA

Você já conhece as redes do #FMDH?

www.facebook.com/forummundialdh

www.twitter.com/forummundialdh

www.youtube.com/fmdhvideos

www.instagram.com/forummundialdh

www.soundcloud.com/fmdhaudios

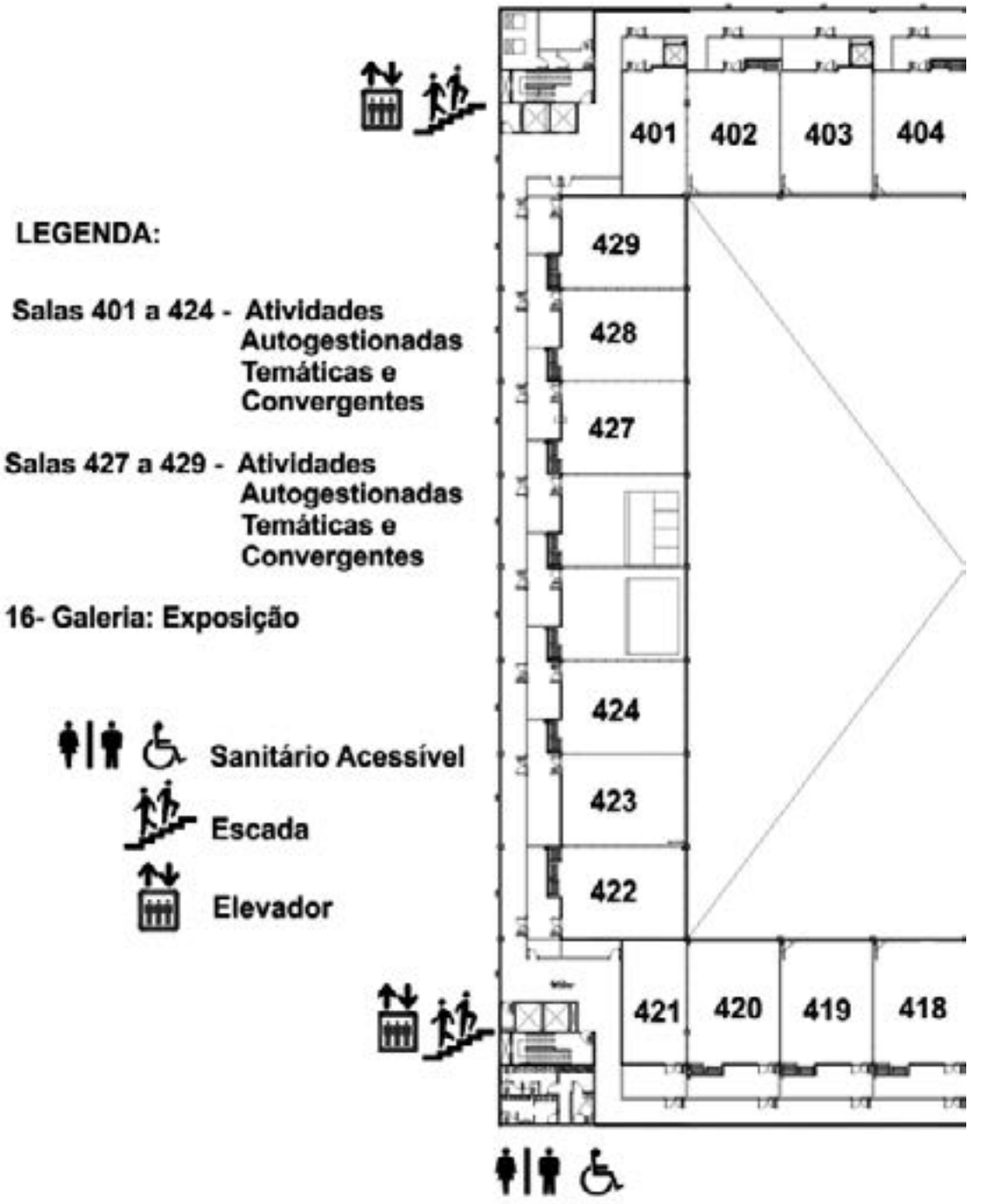
ENVIE OS SEUS CONTEÚDOS E PRODUÇÕES PARA: fmdh.comunicacao@sdh.gov.br

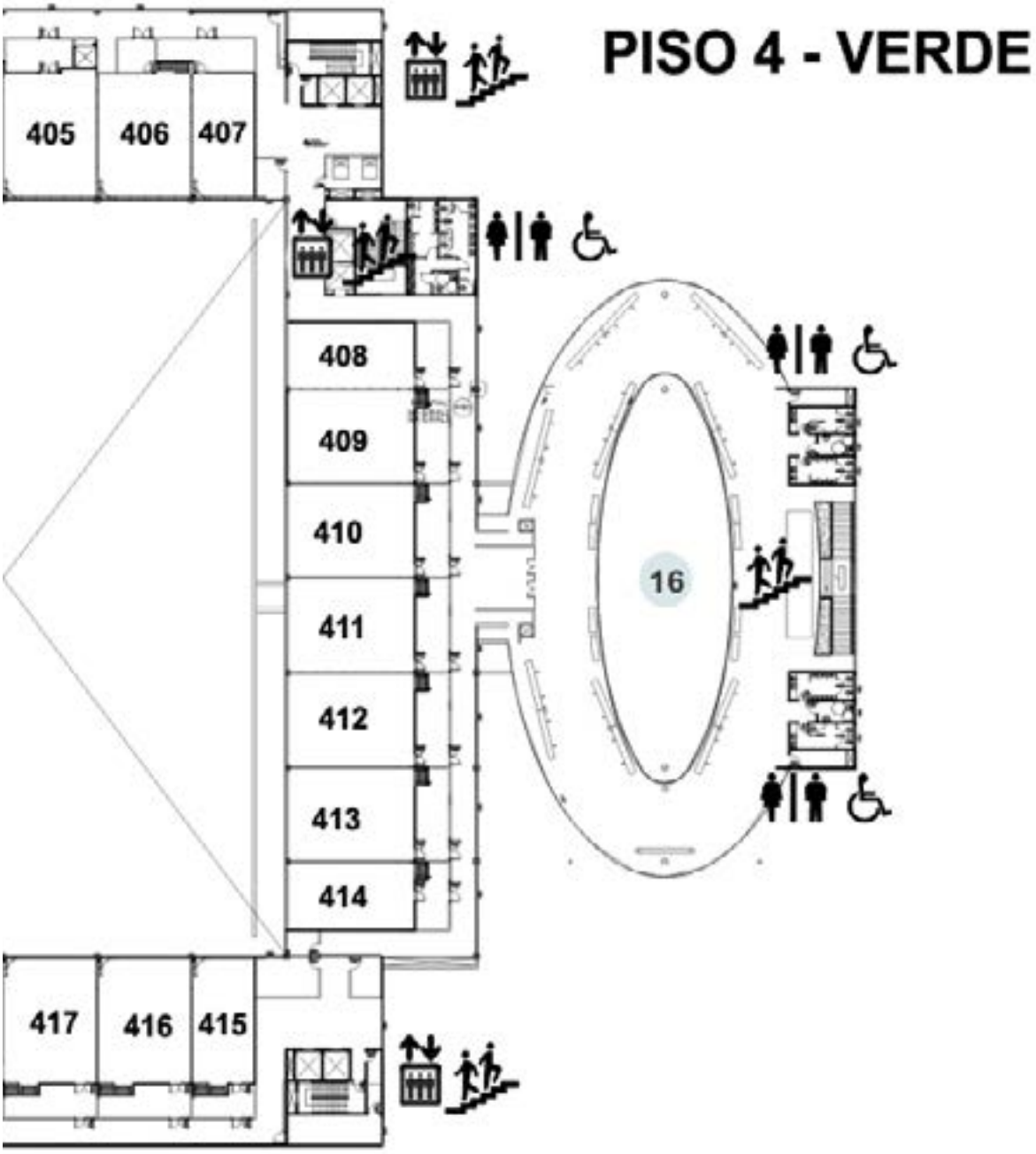
Para participar, você pode:

- Seguir os perfis;
- Ler, ouvir e assistir nossos materiais;
- Compartilhar as postagens;
- Convidar seus amigos para conhecer os perfis;
- Quando compartilhar o material ou publicar algum conteúdo relacionado, usar hashtags como: **#VemProFórum #FMDH #DireitosHumanos #DerechosHumanos #HumanRights #Droitselhomme**

Vamos construir isso juntos? ;-)

MAPAS DO EVENTO

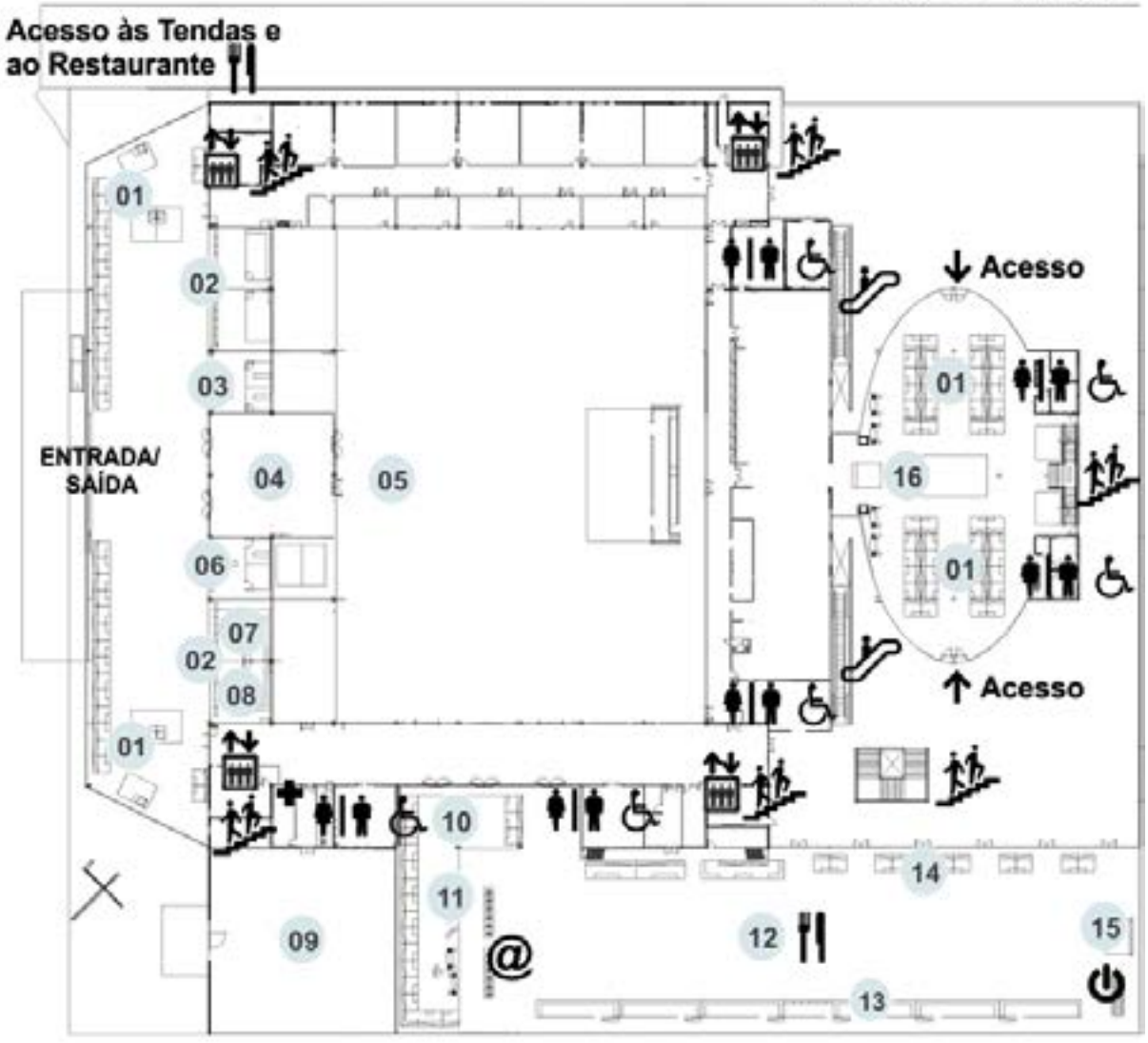



PISO 4 - VERDE
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
16
417
416
415

MAPAS DO EVENTO

MAPAS DO
EVENTO

PISO 3 - AZUL



MAPAS DO **EVENTO**

PISO 1 - LILÁS

LEGENDA:

Salas 101 a 107 - Atividades Autogestionadas Temáticas e Convergentes
Salas 109 a 114 - Programação Cultral
Salas 115 a 132 - Atividades Autogestionadas Temáticas e Convergentes

17- Auditório 2
18- Auditório 3
19-Palco de Área de Circulação Piso 1

Sanitário Acessível

Escada

Escada Rolante

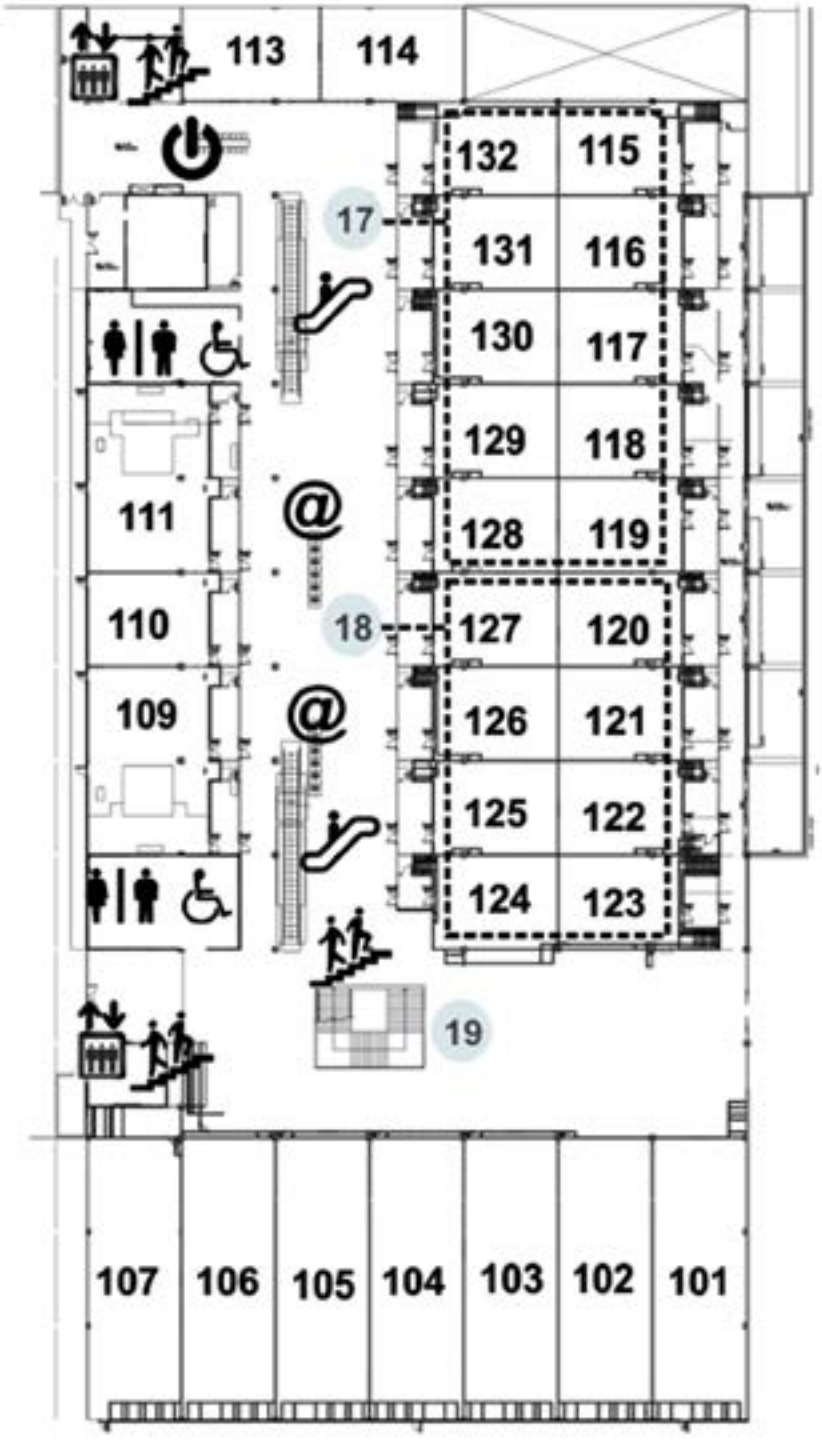
Internet

Elevador

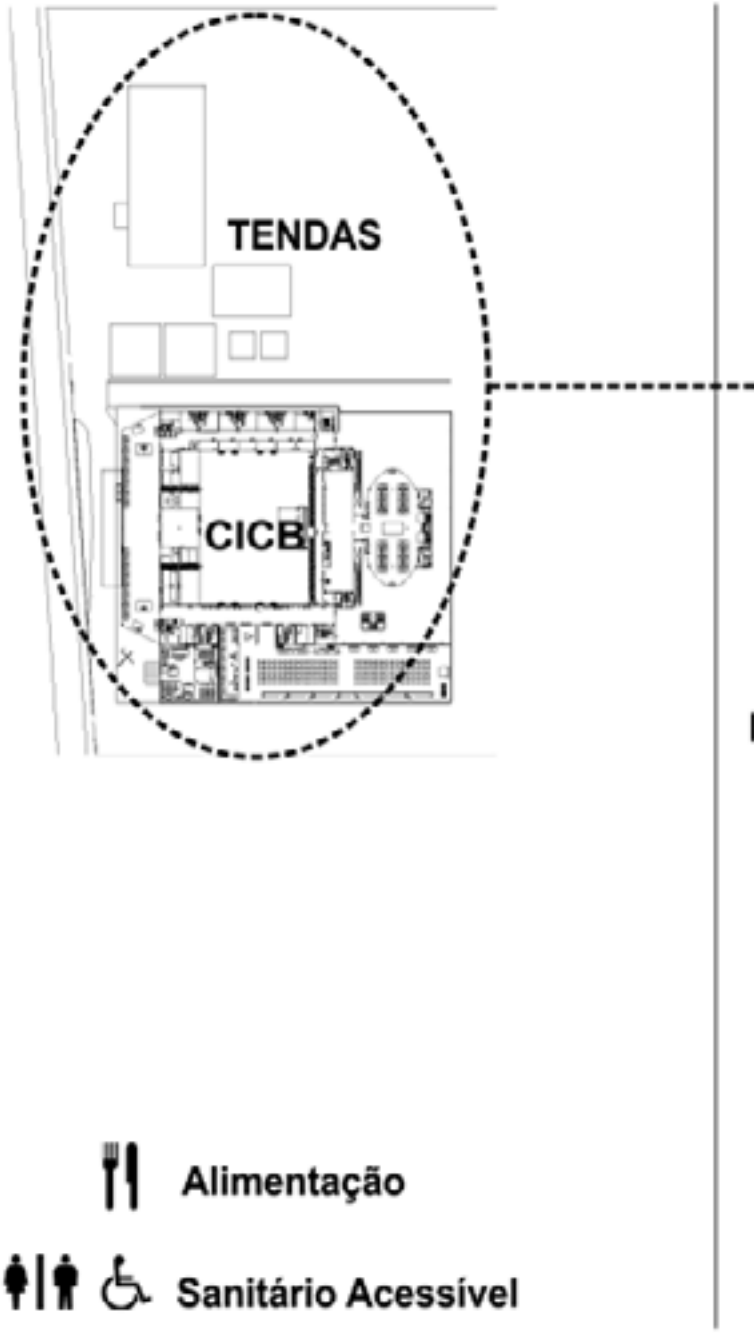
Ponto de Recarga

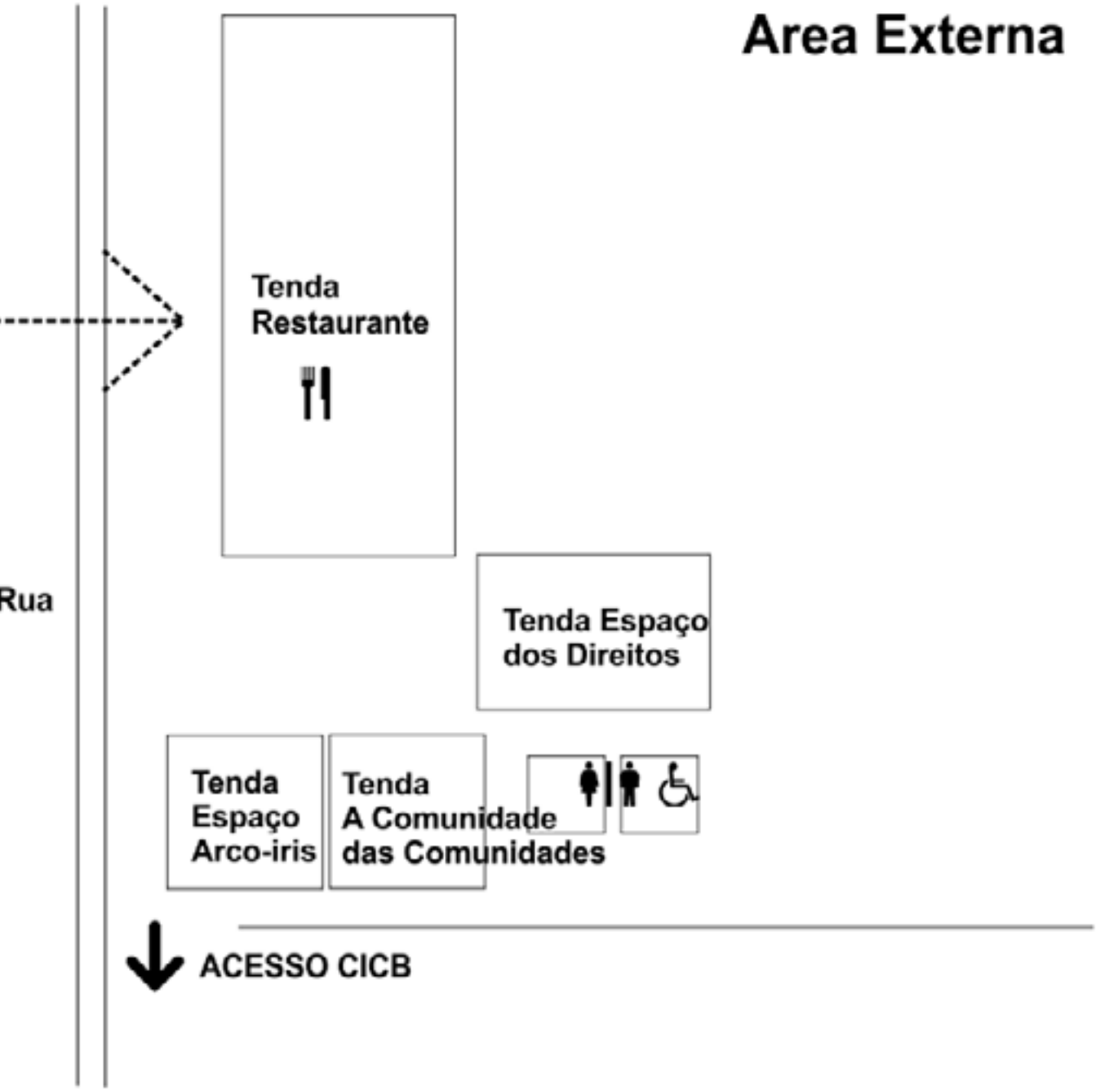
Alimentação

MAPAS DO EVENTO



MAPAS DO **EVENTO**




Area Externa
Tenda Restaurante
Rua
Tenda Espaço dos Direitos
Tenda Espaço Arco-iris
Tenda A Comunidade das Comunidades
ACESSO CICB